INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Empreendedorismo das Micro e Pequenas Empresas no Desenvolvimento Socioeconómico da Região Centro e Sul de Angola

Lino Cassivela Joaquim

Doutoramento em Estudos Africanos

Orientador:
Doutor Renato Telo de Freitas Barbosa Pereira, Professor Auxiliar com Agregação
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.

Novembro, 2025

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Empreendedorismo das Micro e Pequenas Empresas no Desenvolvimento Socioeconómico na Região Centro e Sul de Angola

Lino Cassivela Joaquim

Doutoramento em Estudos Africanos

Orientador:
Doutor Renato Telo de Freitas Barbosa Pereira, Professor Auxiliar com Agregação
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.

Novembro, 2025

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Empreendedorismo das Micro e Pequenas Empresas no Desenvolvimento Socioeconómico na Região Centro e Sul de Angola

Lino Cassivela Joaquim

Doutoramento em Estudos Africanos

Júri:

Doutora Ana Lúcia Lopes de Sá, Professora Auxiliar do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Redento Pedro Carlos Maia, Professor Catedrático da Universidade Agostinho Neto

Doutor Rui Manuel de Sousa Fragoso, Professor Catedrático da Universidade de Évora

Doutora Brígida João Benedito Farinha da Rocha Brito, Professora Associada da Universidade Autónoma de Lisboa

Doutor Vasco Miguel Nóbrega Soares Martins, Professor Auxiliar do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Renato Telo de Freitas Barbosa Pereira, Professor Auxiliar com Agregação do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

“Esta página encontra-se em branco por intenção”

Dedico este trabalho à eterna memória da minha estimada Mãe,

"Juliana Walende".

(1949-2001)

A minha estima Heroína para todo o sempre que,

incansavelmente, orientou para minha formação académica.

“Esta página encontra-se em branco por intenção”

Agradecimentos

A realização desta investigação de doutoramento representou um percurso longo, exigente e profundamente enriquecedor, que não seria possível sem a participação, ajuda e estímulo de muitas pessoas singulares e coletivas.

Neste contexto, em primeiro lugar, manifesto a minha efusiva gratidão ao meu estimado orientador, Doutor Renato Telo Barbosa Pereira, pela sábia e paciência no processo de investigação científica, mantendo sempre o rigor académico, disponibilidade permanente confiança depositada em mim para uma liberdade racional, científica e rigorosa para investigar um tema muito falado em várias partes do mundo e, particularmente, em Angola, que tanto se inspira, e encantei-me para melhor compreensão.

Estendo também os meus agradecimentos à coordenadora do curso de doutoramento em Estudos Africano do ISCTE-IUL, professora Doutora Clara de Carvalho, aos professores Ana Lúcia de Sá, Edalina Sanches, Jonathan e Vasco Mateus, que durante a fase curricular permitiram discussões abertas e bastante enriquecedoras e pelas sugestões apresentadas na contribuição da qualidade da investigação.

Agradeço a todos os participantes (empreendedores e instituições) que colaboraram incomensuravelmente para o êxito da tese, bem como aqueles que apoiaram de outra forma, generosamente e partilharam o seu tempo, experiências e conhecimento, sem os quais este não seria possível.

Deixo também o meu reconhecimento à Direção do Instituto Universitário de Lisboa, pelo apoio académico e logístico, assim como às equipas administrativas e técnicas que facilitaram os diversos trâmites necessários.

Num plano pessoal, quero expressar profunda gratidão à minha estimada esposa Adelaide Madruga Joaquim, aos meus filhos, meu Pai Manuel Joaquim, a todos os irmãos e tios, pelo carinho, paciência e encorajamento, mesmo nos momentos difíceis e de muita exigência. Aos meus colegas de percurso e todos os amigos, pelas palavras de motivação que fizeram a diferença em várias etapas desta jornada.

De uma forma muito especial, aos Professores Doutores João Milando e Cláudio Valentim, pela paciência na orientação científica e encorajamento em frequentar este ciclo, ao investigador da Universidade Beira do Interior, Mestre Osvaldo Cruz pelo apoio técnico e científico.

Aos colegas e amigos de serviços, Drs. João Nkosi, Samora kitumba, Neusa Ruívo, Júlia Magueijo, Dália Cassule, Jorge Manuel, Julieta de Oliveira, Emanuel Capalandada e Victória Carlos, pelo apoio logístico e moral de sempre.

Não deixaria de agradecer à minha cunhada, Fernanda Madruga, amigos Zacarias Gervambi, Merullen Inácio, Sónia Cassule, Dércio Bunga, Ondina, Elizângela Domingos, Stover Ezequias e Felisberto Cholo, pelo apoio logístico, moral e acompanhamento deste processo, em Lisboa.

Por fim, ao meu padrinho, Edgar Quessongo e ao meu compadre, José Chitela, pelo encorajamento, paciência e apoio de sempre em toda a minha vida.

A todos, o meu sincero obrigado.

Resumo

A presente investigação, desenvolvida no âmbito do Doutoramento em Estudos Africanos, tem como objetivo avaliar o efeito do empreendedorismo das micro e pequenas empresas (MPMEs) no desenvolvimento socioeconómico das populações da região centro e sul de Angola. O estudo parte do pressuposto de que o empreendedorismo, particularmente entre os jovens, constitui um instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável, ao favorecer a diversificação das fontes de rendimento, a criação de emprego e a redução da pobreza. Com base no paradigma positivista, na pesquisa de tipo exploratório e descritivo, de abordagem mista, foram aplicados questionários a empreendedores e gestores públicos, correspondendo a uma amostra efetiva de 297 participantes. Os dados foram tratados com recurso ao SPSS e ao MAXQDA, para assegurar a integração teórico-empírica das análises. Os resultados revelam uma taxa de atividade empreendedora (TEA) moderada e indicam que o empreendedorismo por necessidade, embora garanta a subsistência imediata das famílias, é insuficiente para reduzir estruturalmente a pobreza. Já o empreendedorismo por oportunidade apresenta maior potencial de geração de emprego, mas encontra-se limitado por políticas públicas frágeis e por falta de apoio institucional consistente. Conclui-se que as micro e pequenas empresas desempenham um papel relevante no desenvolvimento socioeconómico da região, sobretudo pela criação de postos de trabalho e pela dinamização das economias regionais, ainda que persistam limitações estruturais que condicionam o seu pleno contributo. A investigação tem como contribuição à reflexão e à reformulação de políticas que promovam emprego e reduzam a pobreza.

Palavras-chave: Empreendedorismo, desenvolvimento socioeconómico, desemprego, pobreza e políticas públicas.

“Esta página encontra-se em branco por intenção”

Abstract

This research, developed as part of a PhD in African Studies, aims to assess the effect of micro and small enterprise (MSE) entrepreneurship on the socio-economic development of populations in central and southern Angola. The study is based on the assumption that entrepreneurship, particularly among young people, is a tool for promoting sustainable development by encouraging diversification of income sources, job creation and poverty reduction. Based on the positivist paradigm, exploratory and descriptive research using a mixed approach, questionnaires were administered to entrepreneurs and public managers, corresponding to an effective sample of 297 participants. The data were processed using SPSS and MAXQDA to ensure the theoretical-empirical integration of the analyses. The results reveal a moderate rate of entrepreneurial activity (TEA) and indicate that necessity-driven entrepreneurship, although it ensures the immediate subsistence of families, is insufficient to structurally reduce poverty. Opportunity-driven entrepreneurship, on the other hand, has greater potential for job creation, but is limited by weak public policies and a lack of consistent institutional support. It is concluded that micro, and small enterprises play an important role in the socio-economic development of the region, mainly through job creation and the revitalisation of regional economies, although structural limitations persist that hinder their full contribution. The research contributes to the reflection and reformulation of policies that promote employment and reduce poverty.

Keywords: Entrepreneurship, socio-economic development, unemployment, poverty and public policies.

“Esta página encontra-se em branco por intenção”

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO……...……...……1
1.1 - Justificativa para o desenvolvimento do estudo ……..4
1.2 - Questão de investigação e objetivos do estudo ……..……6
1.3 - Objetivo do estudo ……..7
1.4 - Procedimento metodológico ……..……..8
1.5 - Estrutura da tese ……..9
1.6 - Estado da arte……..……10
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA…….……...19
2.1 - Breve enquadramento histórico sobre o empreendedorismo…….……19
2.2 - Perspetivas e definições teóricas do empreendedorismo e empreendedor ……24
2.3 - Características do empreendedor……...……30
2.4 - Motivações dos empreendedores……...……33
2.5 - Tipos de empreendedorismo ……...……..36
2.5.1 - Empreendedorismo por necessidade……...…….38
2.5.2 - Empreendedorismo por oportunidade……..……40
2.6 - Avaliação do empreendedorismo ……..……43
2.7 - Importância do empreendedorismo……...…….46
2.8 - O empreendedorismo em África ……..…….47
2.9 - Empreendedorismo em Angola……..……50
2.10 - As micro e pequenas empresas e a sua classificação……..…….54
2.11 - Políticas públicas de fomento e dinamização do empreendedorismo das micro, e pequenas empresas em Angola…….……..58
2.12 - Caracterização de Angola…….……61
2.13 - Conceito de desenvolvimento socioeconómico……...……67
2.14 - Indicadores de desenvolvimento socioeconómico……...69
2.14.1 - Conceito de desemprego……70
2.14.2 - O desemprego em Angola…….…….73
2.14.3 - Conceito de pobreza……..……..…76
2.14.4 - A pobreza em Angola…….79
2.15 - Relação teórica entre empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico…..……82

2.16 - Variáveis do estudo……..88
2.17 - Argumentos e hipóteses……...89
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO ……..……...……95
3.1 - Posicionamento epistemológico……95
3.2 - Natureza e tipo de estudo……..…….96
3.3 - Período temporal de análise do estudo……...……96
3.4 - Tipo de pesquisa quanto ao objetivo……..……97
3.5 - Métodos de procedimento da investigação……..……..98
3.6 - Método de abordagem……...……101
3.7 - Caracterização da população……103
3.7.1 - A amostra……...……103
3.7.2 - Determinação da dimensão da amostra……..…….104
3.8 - Instrumentos/técnica de recolha de dados……106
3.8.1 - Estrutura dos questionários…….……107
3.8.2 - Validade do instrumento…….……108
3.8.3 - Confiabilidade do instrumento……..…..……109
3.9 - Método de análise de dados……101
CAPÍTULO 4 - TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS……113
4.1 - Análise quantitativa dos dados……113
4.1.1- Análise quantitativa dos dados dos empreendedores da província de Benguela…...…..114
4.1.2 - Análise quantitativa dos dados dos gestores da província de Benguela…….……127
4.1.3 - Análise quantitativa dos dados dos empreendedores da província da Huíla…...…...….134
4.1.4 - Análise quantitativa dos dados dos gestores da província da Huíla……..……..146
4.1.5 - Análise quantitativa dos dados dos empreendedores da província do Huambo…….153
4.1.6 - Análise quantitativ167a dos dados dos gestores da província do Huambo…….……167
4.2 - Análise comparativa dos dados quantitativos das províncias de Benguela, Huíla e Huambo……175
4.3 - Análise comparativa dos dados quantitativos dos gestores das províncias de Benguela, Huíla e Huambo……..……186
4.4 - Análise qualitativa dos dados……...……192
4.4.1 - Nuvens de palavras……193

4.4.2 - Matriz de códigos……...193
4.4.3 - Frequência de códigos…….……...……194
4.4.4 - *Cluster*……194
4.5 - Análise e interpretação dos dados qualitativos da província de Benguela……...…195
4.6 - Análise e interpretação qualitativa dos dados da província da Huíla……..……..…202
4.7 - Análise e interpretação qualitativa dos dados da província do Huambo…….….209
4.8 - Análise e interpretação qualitativa dos dados da região cento e sul de Angola……...……217
4.8.1 - Análise de *clusters* ……221
5 - INTEGRAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA……225
6 - CONCLUSÕES GERAIS……..…….……235
6.1 - Contribuições da investigação…….……..242
6.2 - Limitações da investigação……..…….242
6.3 - Sugestões para futuras investigações…….……..…….243
Referências bibliográficas……245
ANEXO I - Questionário dirigido aos empreendedores das três províncias……265
ANEXO II - Questionário dirigido aos gestores das instituições públicas que incentivam ao empreendedorismo nas províncias……..……..….271
ANEXOS III - Resumo dos quadros do coeficiente *Alfa de Cronbach* por província…….275
ANEXOS IV - Exemplares de questionários preenchidos……..…….277
ANEXOS V - Documentos com código das províncias ……..……279
ANEXO VI - Comparação de códigos por províncias (regional)……281
ANEXOS VII - Matriz de código por província……..……287
ANEXO VIII **-** Imagens dos empreendedores das três províncias……...……289

“Esta página encontra-se em branco por intenção”

Índice de quadros

Quadro 2.1 - Principais motivações empreendedoras……..……35
Quadro 2.2 - Indicadores de empreendedorismo……..……44
Quadro 2.3 - Taxas de atividades empreendedoras……45
Quadro 2.4 - Taxa de empreendedorismo em Angola……51
Quadro 2.5 - Taxa da atividade empreendedora *early-stage* por faixa etária (% da população adulta) ……53
Quadro 2.6 - Classificação das MPMEs……..56
Quadro 2.7 - Projeção anual da população total por Províncias 2018 – 2019……65
Quadro 2.8 - Previsão da taxa de desemprego……74
Quadro 2.9 - Emprego e desemprego em Angola……..……75
Quadro 2.10 - Pobreza multidimensional em Angola……...……81
Quadro 3.1 - Distribuição da população e da amostra……..……105
Quadro 3.2 - Resumo dos resultados……106
Quadro 4.1 - Técnicas de análise……..……114

Índice de tabelas

Tabela 4.1 - Idade dos empreendedores da província de Benguela……..……114
Tabela 4.2 - Sexo dos empreendedores……115
Tabela 4.3 - Grau académico dos empreendedores……..……115
Tabela 4.4 - Situação laboral antes de ser empreendedor……116
Tabela 4.5 - Anos na condição de desempregado……116
Tabela 4.6 - Função que desempenha na empresa……117
Tabela 4.7 - Tempo de atividade empresarial……...……118
Tabela 4.8 - Forma jurídica das empresas……118
Tabela 4.9 - Setor de atividade económica das empresas……..119
Tabela 4.10 - Classificação das empresas……119
Tabela 4.11 - Avaliação do empreendedorismo da população da província de Benguela…...…121
Tabela 412 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população da província de Benguela……...……123

Tabela 4.13 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da província de Benguela…….……124
Tabela 4.14 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola……..…126
Tabela 4.15 - Idades dos gestores da província de Benguela.……..…127
Tabela 4.16 - Sexo dos gestores……...……128
Tabela 4.17 - Instituição pública que trabalha……..129
Tabela 4.18 - Função que ocupa na Instituição.……...129
Tabela 4.19 - Informações sobre o empreendedorismo da população…….130
Tabela 4.20 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população da povíncia de Benguela…….131
Tabela 4.21 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da província de Benguela……..132
Tabela 4.22 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola……..…132
Tabela 4.23 - Idade dos empreendedores da província do Huíla……..…135
Tabela 4.24 - Sexo dos empreendedores……..…135
Tabela 4.25 - Grau académico dos empreendedores……136
Tabela 4.26 - Situação laboral antes de ser empreendedor……...…136
Tabela 4.27 - Anos na condição de desempregado……..…137
Tabela 4.28 - Função que desempenha na empresa……..137
Tabela 4.29 - Tempo de atividade empresarial…….138
Tabela 4.30 - Forma jurídica das empresas……..……138
Tabela 4.31- Setor de atividade económica das empresas……139
Tabela 4.32 - Classificação das empresas……140
Tabela 4.33 - Avaliação do empreendedorismo da população na província da Huíla…….…141
Tabela 4.34 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população na província da Huíla……..…142
Tabela 4.35 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza na província da Huíla……..……..……143

Tabela 4.36 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas de Angola……..…….145
Tabela 4.37 - Idade dos gestores da província da Huíla …….146
Tabela 4.38 - Sexo dos gestores……...……147
Tabela 4.39 - Instituição pública onde trabalha……148
Tabela 4.40 - Função que ocupa na instituição……148
Tabela 4.41 - Avaliação do empreendedorismo da população……..…149
Tabela 4.42 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população da província da Huíla……..…150
Tabela 4.43 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da Província da Huíla……151
Tabela 4.44 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola…….……152
Tabela 4.45 - Idade dos gestores da província do Huambo……...…154
Tabela 4.46 - Sexo dos empreendedores……..……154
Tabela 4.47 - Grau académico dos empreendedores……155
Tabela 4.48 - Situação laboral antes de empreendedor……156
Tabela 4.49 - Anos na condição de desempregado……..……156
Tabela 4.50 - Função que desempenha na empresa……...…157
Tabela 4.51 - Tempo de atividade empresarial…….……158
Tabela 4.52 - Forma jurídica das empresas……..……158
Tabela 4.53 - Setor de atividade económica das empresas……...……159
Tabela 4.54 - Classificação das empresas……160
Tabela 4.55 - Avaliação do empreendedorismo da população da província do Huambo……161
Tabela 4.56 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população do Huambo...……..……162
Tabela 4.57 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da província da Huambo……164
Tabela 4.58 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola……..…166
Tabela 4.59 - Idade dos gestores da província do Huambo……..……168

Tabela 4.60 - Sexo dos gestores……...……168
Tabela 4.61 - Instituição pública que trabalha……...…169
Tabela 4.62 - Função que ocupa na instituição……169
Tabela 4.63 - Informações sobre o empreendedorismo da população……..…170
Tabela 4.64 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população…….……171
Tabela 4.65 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da província do Huambo……...……172
Tabela 4.66 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola…….174
Tabela 4.67 - Resumo do perfil sociodemográfico dos empreendedores da região centro e sul de Angola……..……176
Tabela 4.68 - Resumo do perfil das empresas dos empreendedores sobre da região centro e sul de Angola……...…178
Tabela 4.69 - Resumo da avaliação dos empreendedores sobre o empreendedorismo das populações da região centro e sul de Angola……...……179
Tabela 4.70 - Resumo da avaliação dos empreendedores sobre o efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego das populações da região centro e sul de Angola……...…180
Tabela 4.71 - Resumo da avaliação dos empreendedores sobre o efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza das populações da região centro e sul de Angola……..180
Tabela 4.72 - Resumo da avaliação dos empreendedores sobre as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola…….……184
Tabela 4.73 - Resumo do perfil sociodemográfico dos gestores da região centro e sul de Angola……...…186
Tabela 4.74 - Resumo da avaliação dos gestores sobre o empreendedorismo das populações da região centro e sul de Angola……...……187
Tabela 4.75 - Resumo da avaliação dos gestores sobre o efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego das populações da região centro e sul de Angola……..188

Tabela 4.76 - Resumo da avaliação dos gestores sobre o efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da região centro e sul de Angola……..……189
Tabela 4.77 - Resumo da avaliação dos gestores sobre as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola……..191
Tabela 4.78 - Frequência de código da província de Benguela……201
Tabela 4.79 - Frequência de código da província da Huíla……..……208
Tabela.480 - Frequência de código da província do Huambo……..……215
Tabela 4.81 - Frequência de código da região centro e sul de Angola…….220

Índice de figuras

Figura 2.1 - O processo empreendedor……...28
Figura 2.2 - Características do empreendedor……32
Figura 2.3 - Mapa da Nova Divisão Político Administrativa de Angola……...63
Figura 2.4 - Mapa das províncias da região centro e sul de Angola……...66
Figura 2.5 - Empreendedorismo e pobreza……79
Figura 2.6 - Modelo conceitual da relação do empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico……..88
Figura 3.1 - Processo de investigação……...…….99
Figura 4.1 - Nuvens de palavras da província de Benguela…….195
Figura 4.2 - Matriz de códigos da província de Benguela……197
Figura 4.3- Modelo com frequência de código das ações do governo da província de Benguela……...…198
Figura 4.4 - Modelo com frequência de código dos indicadores de desenvolvimento socioeconómico da província de Benguela……..……200
Figura 4.5 - Nuvens de palavras da província da Huíla……202
Figura 4.6 - Matriz de códigos da província da Huíla……...…203
Figura 4.7 - Modelo com frequência de código das ações do governo da província da Huíla….205
Figura 4.8 - Modelo com frequência de código dos indicadores de desenvolvimento socioeconómico da província da Huíla…….……206
Figura 4.9 - Nuvem de palavras da província do Huambo……...…209
Figura 4.10 - Matriz de códigos da província do Huambo……...…210

Figura 4.11- Modelo com frequência de código das ações do governo da província do Huambo. ……212

Figura 4.12 - Modelo com frequência de código dos indicadores de desenvolvimento socioeconómico da província do Huambo……...….214

Figura 4.13 - Nuvens de palavras da região cento e sul de Angola……..217

Figura 4.14 - Matriz de códigos da região centro e sul de Angola……...…218

Figura 4.15 - *Clusters* de grupos da região centro e sul de Angola……...…222

Figura 4.16 - *Clusters* dos códigos da região centro e sul de Angola……..……224

Lista de abreviaturas e siglas

ADRA - Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

AKZ - Kuanza

BNA - Banco Nacional de Angola

BM - Banco Mundial

BUE - Balcão Único do Empreendedor

CEIC - Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola

CLESE - Centro Local de Emprego e Serviço

EUA - Estados Unidos da América

FAS - Fundo de Apoio Social

GEM - Global Entrepreneurship Monitor

GUE - Guiché Único de Empresas

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDREA - Inquérito das Despesas, Receitas e Emprego em Angola

INAPEM - Instituto Nacional de Apoio à Micro, Pequenas e Médias Empresas

MEP - Ministério da Economia e Planeamento

MPME - Micro, Pequena e Média Empresas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAPE - Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade

PIB - Produto Interno Bruto

PIDLCP - Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza

PRODESI - Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

PDN - Programa de Desenvolvimento Nacional

QDA - Análise Qualitativa de Dados

SPSS - *Software* Statistical Package for The Social Sciences

“Esta página encontra-se em branco por intenção”

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconómico resulta de múltiplas variáveis, sendo o empreendedorismo um fator notável para seu avanço (Peprah & Adekoya, 2020; Rocha *et al*., 2021). O desenvolvimento socioeconómico é um desafio constante para países africanos e emergentes e, sobretudo, Angola. Verifica-se uma grande preocupação, de um lado das populações na procura de melhor qualidade de vida e, do outro lado, do governo angolano em garantir o bem-estar das populações por intermédio de políticas públicas (MEP, 2018).

Na primeira preocupação, a prontidão empreendedora das populações deve ser compreendida como o resultado da interação entre fatores internos e externos que regulam a capacidade e a disposição dos indivíduos para se envolverem em atividades empreendedoras (Choirunnisa *et al*., 2024), considerando a quantidade e a qualidade dos empreendedores essenciais para a agenda de transformação de um país (Olasunkanmi *et al.,* 2016).

O empreendedorismo, nos seus fundamentos teóricos e expressões práticas, tem sido cada vez mais valorizado por entidades de classe e pela sociedade em geral, assumindo-se como um dos pilares de crescimento económico, criação de posto de trabalho e rendimento na atualidade (Barros & Passos, 2000). O empreendedorismo apresenta uma função principal na criação e no progresso dos negócios, permanecendo diretamente ligado ao crescimento e prosperidade de regiões (Rosa *et al*., 2015). A ato de empreender possibilita o acesso a bens e serviços fundamentais, os quais constituem simultaneamente mecanismos de subsistência e instrumentos de melhoria das condições de vida (Pombo, 2021). Diversos autores defendem que o empreendedorismo constitui um caminho para a prosperidade económica, na medida em que promove a criação de empregos, a geração de rendimento, a redução da pobreza e, consequentemente, o crescimento económico (Teixeira *et al*., 2020), e o dinamismo empreendedor constitui condição indispensável para o crescimento económico (Bastos, 2012).

O principal fator de influência do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico de uma região é a regulação do nível de emprego da população (Zhakupov *et al*., 2022), onde as pequenas empresas desenvolvidas satisfazem a procura da população não só por bens e serviços, mas também por empregos, reduzindo assim os níveis de desemprego. O empreendedorismo está, de forma recorrente, ligado ao progresso, o seu desenvolvimento é uma ferramenta indispensável para redução da pobreza e para o estímulo à criação de postos de trabalho (Hussain *et al*., 2014).

Entende-se o empreendedorismo como uma atividade empresarial que inclui empreendedores em processo de criação de empresas (Neumann, 2020), bem como empresas já existentes, mas que tenham um efeito positivo na vida económico e social das populações. Além disso, embora não necessariamente associados à formação de novas empresas, os indivíduos autónomos e os proprietários-gestores são definidos também como empreendedores.

Na segunda preocupação, o empreendedorismo é uma das medidas adotadas pelo governo ao longo dos anos para reduzir o desemprego e a pobreza em massa em muitos países, esses índices são auferidos a partir da proporção de indivíduos cujas atividades laborais são independentes e por terceiros (Ogundele *et al*., 2012, citado por Usman, 2017), e o crescimento económico desempenha um papel essencial na pobreza e no desenvolvimento económico e o empreendedorismo tem impacto no desenvolvimento socioeconómico (Bonito *et al*., 2017).

O desenvolvimento da iniciativa empreendedora constitui um fator determinante para o crescimento económico de qualquer país, logo o seu desenvolvimento promove abertura de novos empregos e a manutenção dos existentes, resultando assim o crescimento sustentável por meio do aumento da riqueza e redução da pobreza (GEM, 2018). Apesar das amplas oportunidades para melhorar as condições económicas, existem diversos desafios que exigem atenção séria aquando da criação de um negócio destinado a aumentar a competitividade, criar empregos e contribuir para o combate à pobreza (Wulanda *et al*., 2024).

Atualmente, observa-se, por parte dos governos, um interesse e um esforço crescente na implementação de políticas orientadas para o estímulo à criação de micro e pequenas empresas. Tal empenho justifica-se pelo reconhecimento de que estas constituem um instrumento estratégico, dada a relação existente entre o empreendedorismo e o desenvolvimento socioeconómico (Ribeiro *et al*., 2022). Além disso, o autor considera o empreendedorismo um elemento essencial para a promoção do desenvolvimento local, uma vez que os seus resultados evidenciam um aumento expressivo de empresas, o desenvolvimento de novas ideias, a valorização de recursos, a criação de emprego e a consequente redução da pobreza na região.

Deste modo, as políticas públicas assumem um papel determinante na promoção de atividades empreendedoras, bem como no alcance de objetivos que visam potenciar o crescimento económico e ampliar a capacidade de criação de emprego, contribuindo, assim, para que as populações se libertem da pobreza. Esta perspetiva enquadra-se na lógica de planeamento que integra um conjunto de ferramentas de preparação para a concretização do desejado

desenvolvimento socioeconómico do País (PDN, 2018), alinhado aos objetivos do desenvolvimento sustentável (Degen, 2009), consagrados na Agenda 2030 dos desafios da Organização das Nações Unidas, os quais buscam transformar o planeta nos âmbitos económico e social, por meio de um dos dezassete objetivos (erradicação da pobreza) (Valentim *et al*., 2019; Soares, 2020), que devem ser cumpridos por várias entidades entre governos, sociedade civil, setor privado e cidadãos, no geral, até o ano de 2030 (Okado & Quinelli, 2016).

A perceção do desenvolvimento sustentável para a investigação, surge de forma leve, a partir do momento que nos transmite uma ideia mais vasta sobre o fenómeno desemprego e pobreza, e a relevância que tem para o combate a esses fenómenos (João, 2018). Com isso, o empreendedorismo dos pequenos negócios é amplamente reconhecido como um fator benéfico com objetivo de melhorar as condições de vida das populações e impulsionar o desenvolvimento económico e social dos países (Barros & Pereira, 2008), na perspetiva de se refletir num futuro do bem da coletividade (Carvalho *et al.,* 2015), na estabilidade e progresso do povo angolano no geral, evidenciando uma relação com o desenvolvimento sustentável, pelo fato de ter esses fenómenos como fatores em comuns (João, 2018). Neste contexto, compreende-se que o empreendedorismo, nos seus diferentes modos, constitui uma das principais ferramentas para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico dos países emergentes.

Face à importância do empreendedorismo, enquanto fator de desenvolvimento socioeconómico das nações, a investigação procurou também em identificar se o nível de empreendedorismo e as suas diferentes tipologias impacta no seu desenvolvimento. Estabelecer empiricamente a relação entre as duas variáveis - o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade (Gezer & Cardoso, 2015; Udimal *et al*., 2020; Pereira, 2020; Pereira et al., 2021; Guimarães *et al*., 2022), com os indicadores de desenvolvimento socioeconómico (desemprego e pobreza) (Degen, 2008; Degen, 2009; Hussain, 2014; Adenle, 2017; Naminse, 2018; Branco, 2021; PDN, 2023), é o cerne desta tese, suscitando a necessidade de mais investigações sobre a temática apresentada. Deste modo, o empreendedorismo pode ser considerado vetor determinante do desenvolvimento sustentável e contínuo de Angola (Mendes, 2012).

A investigação visa objetivo principal *medir o efeito do empreendedorismo das micro e pequenas empresas no desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola.* Para sua concretização, tornou-se necessário avaliar o grau de atividade

empreendedora que influencia no desenvolvimento socioeconómico, a partir do desemprego e pobreza, como indicadores sugeridos nos estudos de Nafukho & Muyia (2009) e Ferreira *et al*. (2023). Dá-se realce aos empreendedores que praticam atividades nos distintos setores: agricultura, pecuária, pesca, indústria, hotelaria e restauração, comércio, prestação de serviços, saúde e educação, nas províncias de Benguela, Huíla e Huambo, que compõem a região centro e sul de Angola.

No plano teórico, a literatura internacional evidencia, em diversos estudos, a existência de uma relação entre o empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico (Blos & Ruppenthal *et al*., 2004; Rodrigues, 2012; Gezer & Cardoso, 2015; Fiorentin *et al*., 2018; Rocha *et al*., 2021; Ribeiro *et al*., 2022), mas estes estudos foram realizados noutros continentes fora de África, sobretudo na Europa e América do Latina. Assim, é importante e urgente a realização de estudos no contexto africano, para se saber do desenvolvimento de ações dos indivíduos que permitem dinamizar as práticas e ampliar o processo de diversificação da economia angolana (Alves, 2018), ao se verificar que quanto maior for a taxa de atividade empreendedora, maior a capacidade de as populações registarem melhorias da qualidade das suas vidas.

E para preencher as lacunas na literatura existente, analisa-se como as atividades empresariais determinam o crescimento económico e, consequentemente, o desenvolvimento socioeconómico nos países emergentes, o caso de Angola[1]. De sublinhar ainda que este é um tema genérico com um aumento de estudos académicos e científicos, realizados por motivo do seu grau de relevância. Procurou-se trazer contribuições complementares para o tema de uma incisão conceitual e metodológica diferente dos estudos analisados. Assim, algumas razões estiveram na origem da motivação da investigação deste tema.

1.1 - Justificativa do desenvolvimento do estudo

Toda a justificativa mostra uma breve explicação das razões de um fenómeno estudado, porém, completa os principais motivos tanto por razões de ordem teórica como por razões de ordem prática, justifica-se a relevância da realização desta investigação (Marconi & Lakatos, 2003; Prodanov & Freitas, 2013). Uma justificativa enaltece o grande interesse do tema proposto a ser

[1] Para um país em via de desenvolvimento, existem diversos fatores que podem influenciar o desenvolvimento socioeconómico (PDN, 2018; Matos, 2023).

estudado (Kauark *et al*., 2010). É necessário justificar os motivos pelos quais desenvolve o estudo. A maioria das pesquisas é feita com um propósito definido, não com um propósito específico (Sampieri *et al*., 1991), e esse propósito deve ser forte o suficiente de modo a justificar a realização. A justificativa num projeto de pesquisa é a certeza de que o processo de pesquisa é decisivo para a sua efetivação (Prodanov & Freitas, 2013).

Existem várias justificações para o desenvolvimento da investigação na qual se apresentam presentam-se duas razões principais: em primeiro lugar, poucos estudos no contexto africano procuraram explorar o efeito do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico das populações (Nafukho & Muyia, 2009; Adeyemi & Lanrewaju, 2014; Iwu & Opute, 2019) e, no contexto angolano, concretamente na região centro e sul, ainda não foram identificados quaisquer estudos que analisassem este efeito, de forma direta e em simultâneo das variáveis: a variável independente (i) - o empreendedorismo por necessidade e por oportunidade - a variável dependente (ii) o desenvolvimento socioeconómico, operacionalizado através dos indicadores de desemprego e pobreza.

Mas a literatura apresenta outros estudos realizados em África que analisaram isoladamente a relação existente entre o empreendedorismo e o desemprego (Adaeze, 2019; Pontes, 2022; Gabriel, 2024) e do empreendedorismo no combate à pobreza (Adeyemi & Lanrewaju, 2014; Usman, 2017). Isto motivou-nos a investigar o tema no contexto angolano, para se medir o efeito destas duas variáveis na vida das populações locais. E, em segundo lugar, no seguimento da extensiva consulta da literatura e revisão sistemática (Sarmento *et al.,* 2024), identificaram-se outros estudos internacionais e específicos no contexto africano relacionados que deixaram questões abertas para estudos futuros, sugerindo assim que, torna-se necessário que novos estudos sejam conduzidos com propósito de aprofundar a compreensão do empreendedorismo com a taxa de desemprego e empreendedorismo com o índice de pobreza como fatores de desenvolvimento socioeconómico de regiões (Souza & Júnior, 2011), o empreendedorismo exerce uma influência significativa da qualidade de vida das populações e o seu no desenvolvimento socioeconómico (Rocha *et al*., 2021), o empreendedorismo deve ser continuado vigorosamente para resolver a pobreza (Usman, 2017; Naminse *et al*., 2019), os governos devem implementar políticas adequadas para encorajar, estimular e sustentar o espírito empreendedor, especialmente nos jovens (Adeyemi & Lanrewaju, 2014; Zhakupov *et al*., 2022) e, no estudo de Gezer e Cardoso (2015) sugeriu-se verificar o efeito do empreendedorismo por necessidade e por

oportunidade no desenvolvimento social e económico dos países. Numa outra perspetiva, metodológica, recomendaram-se estudos de investigação quantitativa e qualitativa, centrados no empreendedorismo e no desenvolvimento socioeconómico em África (Nafukho & Muyia, 2009). Daí se constituiu as principais preocupações em se estudar a temática que, à partida, julga-se ser a primeira investigação realizada no contexto africano, na região centro e sul de Angola.

1.2 - Questão de investigação e objetivos do estudo

Essa fase assinala a reflexão em torno do problema que se pretende abordar e resolver na investigação, se é verdadeiramente uma questão de problema e se justifica a pertinência de procurar uma solução para o mesmo (Prodanov & Freitas, 2013). A pesquisa científica tem a dependência da formulação ajustada do problema, com objetivo de encontrar a sua solução. Assim que o tema da investigação é escolhido, também é definido uma questão central com pendor de orientar a sequência do processo de investigação (Chevrier, 1994).

O problema, regra geral, é apresentado na forma de uma ou mais questões, que na perspetiva de serem respondidas resultam na conclusão do trabalho de investigação (Sampieri *et al*., 1991; Robótica, 2023), e a pergunta de investigação deve ter um ângulo científico social (Bryman, 2012). Além de definir os objetivos específicos da pesquisa, é recomendável propor por meio de uma ou mais questões, conforme o caso, o problema a ser estudado. Formular o problema da pesquisa em forma interrogativa constitui vantagem, enquanto permite expor a questão de forma direta e evitar desvio (Christensen, 1980 citado por Sampieri *et al*., 1991). Além disso, essas questões devem ser viáveis; neste contexto, é fundamental assegurar diversos aspetos, entre os quais se destaca o potencial volume de estudos passíveis de inclusão numa revisão (Sarmento *et al*., 2024).

Neste sentido, apresenta-se o seguinte problema de investigação: *até que ponto o empreendedorismo das micro e pequenas empresas influencia no desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola?* Na formulação do propósito central e das questões de investigação, o investigador deve assegurar que o objetivo do estudo seja claramente transmitido aos participantes (CresweU, 2007).

1.3 - Objetivo do estudo

O objetivo desta tese investigação está intrinsecamente ligado à finalidade da tese apresentada pelo investigador e à definição de propósitos que se relacionam de forma intrínseca com o problema de investigação (Prodanov & Freitas, 2013). O objetivo deve traduzir as ações que o investigador pretende desenvolver para alcançar os fins propostos (Mendonça, 2015). É nesta etapa que se definem o tipo e a natureza do estudo, os métodos a adotar, bem como as obras e os documentos a serem analisados.

Para dar resposta à questão de investigação, estabeleceu-se como objetivo principal *medir o efeito do empreendedorismo das micro e pequenas empresas no desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola*. A descrição das principais questões de investigação e objetivos a atingir, esclarecem a perspetiva teórica que irá ser privilegiada na construção do objeto de estudo. Geralmente, os investigadores utilizam sinalizadores na sua investigação para orientar o leitor ao longo do percurso do estudo.

O primeiro desses sinalizadores é a declaração do objetivo, que estabelece o foco central da investigação. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), o objetivo geral constitui a síntese daquilo que se pretende alcançar, enquanto os objetivos específicos explicitam os detalhes e representam o desdobramento do objetivo geral. A partir dessa declaração do objetivo geral, define-se o foco para os objetivos específicos (CresweU, 2007), as questões de pesquisa mista devem incluir tanto componentes quantitativos quanto qualitativos num estudo. Estas questões clarificam a questão de partida e orientam a sua concretização. Deste modo, definiram-se as seguintes questões:

- *Qual é o quadro teórico do empreendedorismo das micro e pequenas empresas no desenvolvimento socioeconómico das populações?*
- *Qual é o efeito do empreendedorismo das micro e pequenas empresas nos indicadores de desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola?*
- *Que políticas públicas foram definidas e aplicadas para promover e dinamizar o empreendedorismo das micro e pequenas empresas na região centro e sul de Angola?e*
- *Quais estratégias podem ser propostas, à luz dos resultados, para fortalecer o empreendedorismo das micro e pequenas empresas como motor de desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola?*

Os objetivos indicam a finalidade da investigação, ou seja, esclarecem o que se pretende alcançar e quais os resultados esperados com a realização do estudo (Prodanov & Freitas, 2013). As questões de investigação definidas, são inseparáveis dos principais objetivos da investigação:

- *Apresentar o panorama teórico relacionado ao empreendedorismo das micro e pequenas no desenvolvimento socioeconómico das populações;*
- *Conhecer e analisar o efeito do empreendedorismo das micro e pequenas que recaem nos indicadores de desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola;*
- *Identificar e conhecer as políticas públicas definidas e aplicadas para promover e dinamizar o empreendedorismo das micro e pequenas empresas na região centro e sul de Angola; e*
- *Propor estratégias, com base nos resultados obtidos, para o fortalecimento do empreendedorismo das micro e pequenas empresas de modo a potenciá-las como motor de desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola.*

1.4 - Procedimento metodológico

Após definição do tema e objetivos da investigação, deve se decidir efetivamente a metodologia que melhor se adequada, sendo o caminho e os passos a seguir na investigação (Gerhardt & Souza, 2009; Kauark *et al*., 2010), é necessário apresentar os métodos e as técnicas que serão aplicados na recolha, tratamento e análise dos dados, tendo em conta a diversidade de abordagens metodológicas acessíveis para realização de um processo de investigação (Sarmento *et al*., 2024).

A presente investigação assume um posicionamento epistemológico de natureza positivista (Saunders *et al*., 2019), pois assenta na observação empírica, na objectividade e na mensuração rigorosa dos fenómenos.

O período temporal de análise da investigação foi do quinquénio 2018 - 2022 (MEP, 2018), sendo um estudo de caso que permitiu investigar empiricamente o fenómeno contemporâneo (desemprego e pobreza) no âmbito da realidade (empreendedorismo) (Yin, 2001), na região centro e sul de Angola.

A opção metodológica recaiu sobre a seleção exploratória, por permitir a ampliar o grau de familiaridade com o fenómeno em estudo, possibilitando a obtenção de informações que

contribuam para avaliar a viabilidade de uma investigação mais abrangente sobre um contexto em análise e definir prioridades em futuras investigações (Sampieri *et a*l., 1991).

O tipo de pesquisa aplicada foi exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória procura por uma visão geral do tema e a pesquisa descritiva narram as características que um fenómeno apresenta, e também descrevem o desenvolvimento da ciência na disposição de encontrar solução de problemas específicos (Cervo & Bervian, 1983; Vergara, 2004; Gil, 2008; Mendonça, 2015; Raupp & Beuren, 2006; Prodanov & Freitas, 2013; Canastra *et al*., 2015).

Esta investigação fundamenta-se num método de nível teórico: á pesquisa bibliográfica, método histórico, método estatístico e método analítico-sintético, e o método de nível empírico: á análise documental e ao inquérito por questionário. Recorreu-se a uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, com o intuito de complementaridade e conformidade com o que foi planificado para a investigação, com base na quantificação dos dados e análise dos conteúdos (Mattar,1992; Sarmento *et al*., 2024).

A amostragem seguiu um método probabilístico estratificado, abrangendo 297 participantes, entre empreendedores e gestores de instituições, os dados recolhidos foram tabulados em *microsoft excel e Word*, posteriormente tratados com recurso ao *SPSS* e ao *Maxqda* (24). Quanto a norma de citações em texto e referências bibliográficas, a investigação seguiu as normas da APA (2020), 7.ª edição.

1.5 - Estrutura da tese

A presente tese está organizada em quatro capítulos. O primeiro corresponde à Introdução, onde se faz a apresentação do âmbito da tese, seguidamente a justificativa do desenvolvimento da investigação, as questões de investigação e os objetivos.

O segundo capítulo, corresponde à revisão da literatura, onde se referencia os vários conteúdos relacionados ao tema, desde o breve enquadramento histórico sobre o empreendedorismo, o empreendedor e as suas características, motivações dos empreendedores, tipos de empreendedorismo, avaliação do empreendedorismo, importância do empreendedorismo, empreendedorismo em África, classificação das micro e pequenas empresas em Angola, políticas públicas para o incentivo e dinamização do empreendedorismo em Angola, e mais adiante, faz-se abordagem do desenvolvimento socioeconómico e os seus indicadores estudados. No final deste

capítulo, é delineada uma abordagem da relação existente entre o empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico com ligeira perspetiva do desenvolvimento sustentável.

O terceiro capítulo refere à metodologia aplicada, espelhando-se todo o desenho metodológico, detalhe das fases, baseando no problema de pesquisa, nos objetivos e nas hipóteses da investigação. Ainda neste capítulo, consta a natureza e tipo de estudo, tipo de pesquisa, métodos de investigação, método de abordagem, caracterização da população, da amostra e dos instrumentos de recolha de dados.

Por fim, o quarto capítulo, apresenta o tratamento, análise e interpretação dos dados e os resultados da investigação. Consequentemente, as conclusões, as principais contribuições da investigação, as limitações identificadas e sugestões para futuras pesquisas.

1.6 - Estado da arte

Para uma compreensão aprofundada do estado da arte sobre a temática do empreendedorismo das micro e pequenas empresas no desenvolvimento socioeconómico das populações da região centro e sul de Angola, procedeu-se a uma revisão sistemática rigorosa da literatura, recorrendo-se à base de dados da "Scopus" como fonte principal, complementada por outras fontes credíveis, que permitiram analisar abordagens de autores clássicos e as contribuições de investigadores contemporâneos, para inferir aspetos relevantes relacionados com a problemática em estudo. A produção científica tem ganho destaque internacionalmente, sobretudo nas últimas décadas, quando investigadores passaram a relacionar a dinâmica empresarial com a criação de emprego, a redução da pobreza e a promoção da sustentabilidade.

O empreendedor é considerado o indivíduo dotado de capacidade para mobilizar e combinar recursos económicos, transferindo-os de um âmbito de menor rendimento para outro de maior produtividade e valor acrescentado, contribuindo assim para a geração de riqueza e o dinamismo económico (Filion, 1999). A revolução industrial veio dar um impulso ao empreendedorismo e passou ser mais abrangente nos temas relacionados com a criação de empresas, geração de empregos e políticas públicas (Dolabela, 1999). Posteriormente, isto no século XIX, Druker ampliou a definição de empreendedores como aqueles indivíduos que ao identificarem oportunidades, também aproveitam para criar as mudanças (Filion, 1999).

O empreendedorismo passou a se considerar como atividade que um indivíduo corre riscos, um ousado criativo num determinado negócio, ou alguém que tras num negócio existente

inovações (Hébert & Link, 1989). No campo da economista, alguns autores clássicos como Cantillon, Say e Schumpeter associaram o empreendedorismo ao processo de inovação, enquanto outra corrente dos comportamentalistas, representada por Druker e McClelland, se concentrou nos aspetos à criação e à intuição (Filion, 1999; Figueiredo, 2014).

Com o passar do tempo, no século XX, o empreendedorismo e a sua definição conheceu outros critérios e dimensões, ao assumir que os primeiros passos do estudo do empreendedorismo é assinalado por diferentes autores que se torna importante a sua convergência na contemporaneidade e mais contextualizada. A definição de empreendedorismo ficou mais clara, ao se apontar como o processo de reunir ideias criativas e/ou inovadoras e agrupar com habilidades de gestão e organização para combinar pessoas, dinheiro e recursos para atender às necessidades identificadas e criar riqueza (Comissão Europeia, 2006; Hisrch & Peters, 2004; Ezeanokwasa & Nwachukwu, 2014; Bággio & Bággio, 2014; Gabriel, 2024). Numa visão mais geral, o empreendedorismo é o processo atuante praticado por um ndivíduo que, por iniciativa própria, busca a mudança, procura inovar e estimula, assim, o desenvolvimento socioeconómico das populações de uma região (Valente *et al*., 2020).

O empreendedorismo é bastante complexo e multidisciplinar, condicionando, inicialmente, o desenvolvimento de uma visão clara e unificada. Mas sua relevância é apresentada na criação e no desenvolvimento das MPMEs, estando estreitamente relacionado com o desenvolvimento socioeconómico de regiões (Rosa, 2015). E o empreendedor representa assim a figura principal do empreendedorismo e é um elemento essencial para desenvolvimento. O empreendedor é destacado pela sua capacidade de agir individualmente, procurando contribuir para o bem-estar coletivo por meio da criação de postos de trabalho e diminuição da pobreza (Ferreira *et al*., 2010; Fiorentin *et al.*, 2018; Silva, 2019).

Cada empreendedor possui motivações particulares ou carácter individual que os tornam distintos dos outros (Dornelas, 2014). Há muitos fatores que podem conduzir um indivíduo ao empreendedorismo, que vão para além da oportunidade ou da necessidade (Vale *et al*., 2014). Todavia, existem dois tipos de empreendedorismo: por necessidade e por oportunidade (Bággio e Bággio, 2015; Vale *et al*., 2014; Figueiredo, 2014; Leite e Oliveira, 2007, citados por Pombo, 2021; Bandeira & Silva, 2023). Embora Block e Wagner (2010) citado por Figueiredo (2014) classifiquem o empreendedorismo de oportunidade e o de necessidade com base na forma como o empreendedor inicia a sua atividade. A maioria das atividades empreendedoras iniciadas por

necessidade não impacta na geração de emprego. Além disso, negócios criados por necessidades podem tornar boas oportunidades de negócios (Degen, 2009).

O desenvolvimento socioeconómico de uma região é um conjunto de estratégias e instrumentos aplicados de forma eficaz, em boa parte, consequência de várias situações favoráveis surgidas inesperadamente numa localidade (Siedenberg, 2003, 2004). O desenvolvimento socioeconómico é um dos principais obstáculos e objetivos por alcançar pelos governos (Troco, 2018). A sua promoção continua a ser um desafio constante para governos de diversos países. E há uma preocupação em melhorar da qualidade de vida das populações em contraponto a restrição de recursos que não permitem atender a todas as necessidades sociais (Azevedo *et al*., 2022). Os economistas entendem que o empreendedorismo é crucial para o processo de desenvolvimento socioeconómico, dada a sua importância na vida das populações regionais (Baggio & Baggio, 2014; Rocha *et al*., 2021; Ribeiro *et al*., 2022). Alguns investigadores apontaram existir um efeito positivo do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico (Stam *et al*., 2011; Feki & Mnif, 2016; Youssef *et al*., 2018; Dhahri & Onri, 2018), embora outros não encontraram este efeito ou mesmo um efeito negativo (Anokhin & Wincent, 2012; Ferreira & Cols, 2017; Verheul & Van Stel, 2010).

Os indicadores socioeconómicos demonstram os dados para população nas medidas baseadas nas economias e resultados sociais. Um dos principais problemas observados pelos países em desenvolvimento no mundo é a pobreza e o alto índice de desemprego (Siedenberg, 2003; Hussain *et al*., 2014).

O desemprego é um problema de natureza socioeconómica, que cada nação procura enfrentar em função das suas capacidades institucionais e estruturais (Adaeze, 2019). De acordo com a OIT, o desempregado é à parte da população economicamente ativa que, estando disponível para o trabalho, se encontra sem ocupação remunerada (Banco Mundial, 2008, citado por Adaeze, 2019).

O empreendedorismo é respeitado fortemente como um instrumento relevante para solucionar questões de desemprego (Agupusi, 2015; Nobre, 2012, citado por Ramos *et al*., 2020; Lopez-Núñez *et al*., 2020). Pobreza significa falta de rendimento ou escassez de bens; a falta de competência, confiança, impotência, etc.; tem também privação da moeda (Hussain *et al*., 2014).

A pobreza encontra-se relacionada com a falta de acesso à necessidade (Neto, 2024). As micro e pequenas empresas desempenham um papel substancial no crescimento económico de

um país, bem como no alívio da pobreza através da criação de novos empregos e no fornecimento de rendimentos às pessoas (Hussain *et al*., 2014). Naminse *et al*. (2019) mostraram que existe uma relação estatisticamente significativa e positiva entre o empreendedorismo e o alívio da redução da pobreza. O empreendedorismo poderá constituir um instrumento eficaz para enfrentar pobreza no contexto global (Teixeira *et al*., 2021).

A literatura reconhece os empreendedores como atores principais nas mudanças económicas e sociais (Dees, 1998), na geração de novos bens e serviços que respondem às necessidades sociais (Shane, 1996; Venkataraman, 2000). O empreendedorismo pode impulsionar a criação de postos de trabalho como a redução da pobreza, e também acentuar desigualdades quando não existem políticas públicas adequadas de apoio (Naudé, 2010).

A relação entre o empreendedorismo e o desenvolvimento socioeconómico manifesta-se indiretamente através do crescimento económico resultante da atividade empreendedora, nomeadamente pela criação de emprego e pela redução da pobreza numa determinada região (Pereira *et al*., 2021). Em períodos recentes, o campo do empreendedorismo tem dedicado uma atenção crescente ao desenvolvimento sustentável, explorando a sua relação (Degen, 2008; Delgado *et al*., 2008 citados por Boszczowski & Teixeira, 2012; Raufflet *et al*., 2014), e preocupação na resolução de problemas económicos e sociais orientados para a promoção do desenvolvimento socioeconómico (Okado & Quinelli, 2016).

Em África, os programas voltados para o desenvolvimento de competências empreendedoras devem ter como objetivo o desenvolvimento de comportamentos, competências e atributos empreendedores e a promoção de pequenas empresas e do empreendedorismo como estratégia de desenvolvimento socioeconómico (Nafukho & Muyia, 2009). As políticas públicas de um país têm por objetivo a promoção de melhores condições de vida da população, que devem ser realizadas por empreendedores em prol do crescimento económico, geração de empregos e criação de rendimento dos indivíduos (Souza & Júnior, 2011). E o apoio a atividade empreendedora assume um papel muito relevante da política de criar empregos e aliviar a pobreza (Bastos, 2012; Edoho, 2016).

O empreendedorismo praticado nos países em vias de desenvolvimento mostra-se diferente dos países desenvolvidos, e a análise dessas diferenças é fundamental para o desenvolvimento das iniciativas empreendedoras das populações nos países em via de desenvolvimento (Lingelbach *et al*., 2005, citado por Souza, 2011). No contexto africano, o empreendedorismo é o

foco de um fluxo de pesquisa em rápido crescimento (Weiss *et al*., 2022), por se reconhecer que tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento socioeconómico, criar empregos, e se aprender sobre o empreendedorismo a partir de estudo do contexto africano pode tornar-se uma solução para o desemprego em África (Mendes, 2012; Chissingui, 2015). O empreendedorismo em África é, atualmente, considerado empreendedorismo de sobrevivência, face às contingências do processo histórico que condicionaram o continente (Pereira, 2020) e nos países em via de desenvolvidos, verifica-se uma dominância evidente do empreendedorismo por necessidade (Pereira *et al*., 2021). A literatura, revela que a taxa de empreendedorismo por oportunidade a nível do mundo atingiu 17,9% no período de 2021, e o país que apresentou a maior taxa de empreendedorismo foi um país africano, o Uganda, atingindo a taxa de 40,5% (Bandeira & Silva, 2023).

Na atualidade, África é observada por muitos como um continente das oportunidades, em virtude do empreendedorismo no seu contexto económico e social e, no caso particular, em Angola, sublinha-se o papel da juventude, concebido como a principal esperança para o desenvolvimento e progresso do futuro (Lima, 2015; Dengue, 2016).

O empreendedorismo em Angola trata do centro das principais preocupações do governo, considerado uma componente essencial no processo de crescimento económico, tendo por referência a criação de empresas (Pombo, 2021). Ao se comparar Angola com outros países de África, regista-se uma taxa de empreendedores (TEA) posicionados na fase de estágio inicial de 35,2% (GEM, 2016), sendo para o empreendedorismo por oportunidade 19,90% e empreendedorismo por necessidade 11,40% (GEM, 2010, citado por Rocha, 2014), e em 100 angolanos adultos, 40 são empreendedores (GEM, 2018). A maioria dos empreendedores angolanos inicia as suas atividades por necessidade (Alves, 2018).

No entanto, Pereira (2022) revelou que a atividade empreendedora, em Angola, registou uma redução expressiva, numa taxa de 22%. Mas a taxa de atividade empreendedora em fase inicial (early-stage) por idade, registou uma progressão de 51% em 2018, 55,4% em 2020 e 58,6% em 2022, concentrando-se maioritariamente no grupo dos 25 aos 34 anos (Rafael, 2023). Angola ocupa a primeira posição a nível global em termos de empreendedorismo, com cerca de 53,8% de negócios em fase inicial (GEM, 2023). Dados do GEM sugerem que as principais motivações apresentadas pelos empreendedores surgem por oportunidades de identificarem um negócio (Pombo, 2021). E muitos indivíduos desenvolvem atividades empreendedoras por subsistências,

ou seja, uma forma de suprir necessidades pessoais, de modo a contribuir para redução do desemprego e erradicação da pobreza (Mendes, 2025).

Em Angola, as políticas públicas de fomento ao empreendedorismo conheceram diferentes fases, tendo sido concebidos diversos instrumentos e programas no âmbito do incentivo à iniciativa privada, com o propósito de dinamizar o empresariado nacional (Troco, 2018), mas somente uma parcela limitada de iniciativas empreendedoras alcançou êxito, facto que poderá estar associado às condições do ambiente de negócios vigente (Alves, 2018; Mendes, 2025). Com base na Lei n.º 30/11, em Angola, a classificação das empresas é estabelecida pelos seguintes critérios: o número de trabalhadores e faturação bruta apresentada anualmente, determinando assim o enquadramento como micro, pequenas ou médias empresas. Neste contexto, percebe-se o esforço dos governos na aplicação de políticas que visam estimular o empreendedorismo, ao reconhecer nelas a relação existente do exercício da atividade empresarial e o desenvolvimento socioeconómico (Pombo, 2021; Mendes, 2025).

As políticas públicas podem ser aproveitadas para influenciar positivamente o tipo e o nível de empreendedorismo (Alves, 2018; Daniel & Valentim, 2022).

A governação do Estado, ao adotar políticas públicas de apoio ao empreendedorismo, reflete o reconhecimento do papel fundamental das iniciativas empreendedoras como fonte de desenvolvimento socioeconómico, e o incentivo ao aumento do número de empreendedores constitui uma estratégia orientada para a redução das elevadas taxas de desemprego e pobreza, traduzindo-se em ganhos significativos na qualidade de vida das populações angolanas (Troco, 2018; Silva, 2022). Com isto, o Executivo angolano, pelo Decreto Presidencial n. º 169/18, aprovou e implementou o PRODESI[2], a partir de 2018 até 2022, ao estabelecer como principal programa de apoio às MPMEs, integrando diversas iniciativas de incentivos contempladas por outras medidas adicionais (PDN, 2023).

O desenvolvimento socioeconómico de África de uma forma empreendedora requer aprender lições bem-sucedidas dentro e fora de África (Nafuklo & Muyia, 2009). Nos países em via de desenvolvimento, os resultados apontam a existência de uma relação positiva e bastante considerável entre o empreendedorismo e redução da pobreza (Usman, 2017).

No contexto angolano, os indicadores desemprego e pobreza revelam-se significativamente elevados (Troco, 2018). Uma taxa de desemprego crescente é um dos principais desafios que a

[2] https://governo.gov.ao/programa/prodesi.

África enfrenta, apesar de se posicionar entre as economias com maior ritmo de expansão a nível do mundo (Adenle, 2017). O desemprego tem aumentado progressivamente nos sectores público e privado, excluído a força laboral ativa do envolvimento no tecido empresarial (Branco, 2021). O desemprego é um fenómeno socioeconómico de Angola, é apontado como um dos principais causadores dos significativos elevados índices pobreza e, consequentemente, outros problemas sociais (PDN, 2023; Morena, 2023). Para o ano de 2022, bastaria a criação de 1 500 000 postos de trabalho para reduzir a taxa geral de desemprego para cerca de 20% (CEIC, 2021). A alta taxa de desemprego, com a estimativa de 29,6% constatou-se, e também diversas formas de criar negócios (INE, 2022). E dados do BDA (2021) citado por Rafael (2023), apontam que Angola possui uma taxa de desemprego avaliada em 28%, e alguns estudos provam a correlação direta entre o desemprego e a expansão da pobreza (PDN, 2023).

Por seu turno, um dos principais problemas sociais atualmente, especialmente nos países em via de desenvolvimento, é a pobreza (Adeyemi & Lanrewaju, 2014). Após o fracasso do PAE no combate à pobreza em África (Lopes & Kararach, 2022), quase metade da população angolana saiu do limiar da pobreza absoluta, com a taxa de incidência de pobreza a reduzir-se de 60% para 36%, e esta diminuição fez sentir de forma mais acentuada nas áreas rurais (MEP, 2018). Em Angola, uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre ao sofrer privações em diversas dimensões essenciais do bem-estar de cerca 30% ou mais das dezasseis privações ponderadas. E as províncias da Huíla e do Huambo mostram taxas de incidência da pobreza superiores a 70% e, o índice de pobreza registado em Angola é estimado em 37% (INE, 2020). Sendo o incentivo às micro e pequenas empresas se revestir no elevado interesse, por se constituir um instrumento de criação de postos de trabalho, como estratégia de redistribuição de riqueza orientada para a superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida dos angolanos (Mateus, 2016).

Diversos estudos desenvolvidos na Europa, nas Américas e em África, demonstraram empresas desempenharem um papel fundamental no crescimento económico, na inclusão social, na competitividade e na geração de rendimento para as populações (Naudé, 2010; Acs et al., 2018). As opiniões convergem quando autores e outros agentes catalisadores do crescimento económico pensam nas iniciativas empresárias como estratégia de desenvolvimento. Estes agentes acreditam que ao se incentivar o empreendedorismo na juventude em promover o desenvolvimento socioeconómico, será possível reduzir o desemprego e a pobreza (Troco, 2018). Embora a diversidade de abordagens e resultados encontrados, a literatura evidencia uma relativa

convergência em torno da ideia de que o empreendedorismo, quando apoiado por políticas públicas adequadas, pode impulsionar a elevação da qualidade de vida das populações. Todavia, identificam-se também perspetivas divergentes, nomeadamente quanto ao facto do empreendedorismo por necessidade nem sempre se traduzir em ganhos socioeconómicos significativos (Iwu e Opute, 2019; Pereira *et al*., 2022).

A seguir, os resultados alcançados são apresentados alcançados da investigação com base no levantamento do trabalho de campo conduzido junto de empreendedores e gestores públicos das províncias estudadas. Estes resultados permitem não somente verificar a aplicabilidade das conceções discutidas na teoria existente, mas também identificar novas evidências que podem facilitar a interpretação das condições socioeconómicas em Angola. Os dados recolhidos aos participantes, revelam o empreendedorismo das micro e pequenas empresas na região centro e sul de Angola, conduzido, em grande medida, por jovens-adultos de 25 a 34 anos (36,9%) apresentando um nível académico ensino superior (68,6%). O perfil das suas empresas das empresas e registado por sociedades unipessoais (60,5%). Quanto a tipologia de empreendedorismo, revela-se ser por oportunidade, representando uma taxa média de 89,83%, considerado não apenas como uma iniciativa individual, mas também como uma solução da coletividade aos desafios socioeconómicos do desenvolvimento regional (Amorim, 2021; Ferreira, 2022).

Relativamente à função do empreendedorismo na redução do desemprego, a investigação revela a existência de um número elevado de desemprego das populações, mas que a criação das empresas garantiu empregos para os empreendedores e para outras pessoas em 73,06%, e se reconheceu como um potencial transformador para o desenvolvimento socioeconómico, mas a depender de algumas políticas públicas para sua consistência.

Quanto a pobreza, verifica-se também um número elevado de indivíduos nessa condição, correspondendo 49,9%, e se nota, que o empreendedorismo se apresenta insuficiente no seu impacto, e percebido como mais complementar do que transformador para uma solução sustentável das populações na região.

Relativamente às políticas públicas definidas e aplicadas para o fomento e dinamização do empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola, a investigação apontam que empreendedores verificaram de fato a existência e aplicação de algumas políticas (35%), sendo o apoio ao financiamento, a formação e capacitação empresarial e a política de fomento ao

empreendedorismo, que por sina, mas que essas atuaram parcialmente, sendo insuficientes para o asseguramento da dinamização e desenvolvimento do empreendedorismo o apoio ao financiamento à formação e à capacitação empresarial e à política de fomento ao empreendedorismo.

Após revisão geral da literatura consultada, encontraram-se alguns estudos internacionais que abordaram a relação existente entre empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico (Blos & Ruppenthal, 2004; Obraztsova & Chepurenko, 2010; Nafukho & Muyia, 2010; Rodrigues, 2012; Fiorentin *et al*., 2018; Rocha *et al*., 2021; Ribeiro *et a*l., 2022; Zhakupov *et al*., 2022). Em África, estudos analisados abordaram esta relação, mas de uma forma separada, do empreendedorismo e indicador desemprego ou pobreza (Ezeanokwasa & Nwachukwu, 2014; Usman, 2017; Adaeze, 2019; Gabriel, 2024).

Esta revisão da literatura, permitiu identificar lacunas relevantes: nenhum estudo analisou o impacto concreto do empreendedorismo das micro e pequenas empresas no desemprego e na pobreza em Angola; não se verificaram estudos que comparassem perceções entre empreendedores e gestores públicos; e a relação entre políticas públicas, empreendedorismo e sustentabilidade ainda não foi suficientemente explorada no contexto angolano. Contudo, em Angola, ainda não foram identificados estudos que abordassem a relação do empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico com os indicadores desemprego e pobreza em Angola.

Estas lacunas justificam a presente tese, que procura medir o efeito do empreendedorismo das micro e pequenas empresas no desenvolvimento socioeconómico da região centro e sul de Angola, articulando indicadores empíricos como o enquadramento teórico internacional, africano e nacional.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA

Após o problema da investigação ser colocado, a sua relevância e viabilidade também serem avaliadas, o passo seguinte consiste em apoiar teoricamente a investigação, etapa esta que alguns autores chamam de "desenvolvimento do quadro teórico" (Sampieri *et al*., 1991). Trata-se da análise e apresentação teóricas, abordagens teóricas, investigação e informações de base, em geral, sendo consideradas válidas para o enquadramento correto do estudo. A clarificação da problemática passa pela exposição do quadro teórico que contextualiza a experiência do investigador, bem como pela definição dos conceitos essenciais e das interligações entre estes (Quivy & Campenhoudt, 2005). Nessa fase, deve se responder às questões seguintes: quem são os principais investigadores que têm abordado esta problemática e quais os trabalhos publicados? Que questões têm sido já analisadas e que lacunas subsistem no estado atual do conhecimento? (Prodanov & Freitas, 2013), é possível definir o estado da arte por meio de uma revisão de natureza teórica, empírica ou histórica. Deste modo, desenham-se as proposições -se as proposições que se elaboraram em resposta ao problema de investigação com a perspetiva de apresentar-se os aspetos relacionados à investigação, desde temas históricos, contemporâneos aos mais contextualizados.

2.1 - Breve enquadramento histórico sobre o empreendedorismo

O termo empreendedor (entrepreneur) teve origem em França, por volta do século XVII, sendo utilizado para indicar indivíduos que se dedicavam à organização e gestão de atividades produtivas ou comerciais e mais eficientes formas de atuação (Filion, 1999). Já a expressão empreendedorismo foi mencionada, de forma concreta, pela primeira vez em 1734, pelo economista francês Richard Cantillon, que procurou distinguir o empreendedor, entendido como o individuo que assume o risco inerente ao investimento de capital, ou seja, o indivíduo responsável pelo fornecimento do capital (Sarkar, 2010).

A etimologia do termo remonta ao francês entrepreneur, usado na Idade Média para designar quem assumia a responsabilidade de coordenar operações militares (Verin, 1982, citado por Filion, 1999). O empreendedorismo refere-se às ações de um indivíduo que assume riscos, atuando como um ousado criativo no estabelecimento de uma nova iniciativa empresarial ou na revitalização de um já existente (Hébert & Link, 1989). O empreendedorismo refere-se ao

conceito de ‘aquele que está entre’, ou seja, alguém que atua no mercado na posição intermédia entre o fornecedor e o consumidor (Hisrich & Peters, 2004).

Say (1816) destacou-se igualmente como um dos autores a evidenciar interesse pelo fenómeno do empreendedorismo. Para este, o desenvolvimento económico resultava da constituição de novas iniciativas empresariais, manifestando ainda o desejo de que a revolução industrial inglesa se expandisse até França (Cantillon & Say, 1839, citados por Filion, 1999). Tanto Cantillon como Say entendiam os empreendedores como indivíduos que assumiam riscos, sobretudo pelo fato de investirem os seus próprios recursos financeiros. Posteriormente, Schumpeter (1928) consolidou o domínio do empreendedorismo, ao associá-lo ao conceito de inovação. Para este autor, a natureza essencial do empreendedorismo reside na capacidade de identificar e explorar novas oportunidades no domínio dos negócios, bem como na criação de formas alternativas de utilização dos recursos disponíveis (Joaquim, 2015). Foi assim que os termos empreendedorismo e empreendedor ganharam relevância a partir da sua importância no contexto social e económico, o que despertou a necessidade de aprofundar o conhecimento e os estudos nestas áreas. No ano 1932, Joseph Schumpeter integrou o corpo docente da Harvard University e, subsequentemente, foi concebido um centro de investigação especializado em empreendedorismo, originando em 1947 a oferta do primeiro curso dedicado a esta temática (Machado & Nassif, 2014).

Ao longo dos anos, o conceito de empreendedorismo foi adquirindo múltiplos significados no domínio económico. No século XVIII, com o início da Revolução Industrial, verificou-se uma distinção entre as figuras do capitalista e do empreendedor (Filion, 1999). Nesta nova conceção, o empreendedor era caracterizado como o indivíduo que assume riscos, planeia, supervisiona e organiza, sendo claramente diferenciado do mero fornecedor de capital (Hisrich & Peters, 2004). O empreendedorismo passou a ser considerado uma área de grande abrangência, que integrava diversas temáticas, entre as quais a criação de empresas, a promoção do autoemprego e a formulação de políticas públicas (Dolabela, 1999). Desde então, a abordagem de natureza económica enquadra o empreendedorismo como um dos fatores que impulsionam o desenvolvimento económico das regiões (Filion, 1999).

No início do século XIX, Say (1816) conceitualizou-se o empreendedor como aquele indivíduo dotado de capacidade de transferir meios económicos de áreas de menor para outras de maior produtividade e retorno. Posteriormente, Drucker (1970), considerado o ‘pai da

administração moderna', ampliou a definição proposta por Say, descrevendo os empreendedores como aqueles que identificam oportunidades e promovem mudanças (Filion, 1999). Numa abordagem posterior, Drucker (1985) retoma de forma mais precisa a conceção de Say, atribuindo ao empreendedor o papel de deslocar recursos económicos de setores menos produtivos para outros de maior rendimento, contribuindo, assim, para uma economia mais eficiente e eficaz, assegurando a sustentabilidade financeira da empresa e maximizando os lucros. A perspetiva de Say, que via o empreendedor como inovador e agente de mudança, mantém-se atual até aos dias de hoje. Foi, contudo, Schumpeter (1883-1950) quem conferiu maior visibilidade ao tema, ao associar de forma definitiva o empreendedor a ideia de inovação e ao destacá-lo como o fator dinamizador e explicativo do desenvolvimento económico (Drucker, 1985). Durante o século XIX e meados do século XX, o termo empreendedor era frequentemente equiparado ao de gerente, entendido como qualquer indivíduo que organiza e gere uma empresa visando o lucro pessoal (Hisrich & Peters, 2004). Importa salientar, no entanto, que os economistas que se dedicaram ao estudo do empreendedorismo não integravam o núcleo central do pensamento económico.

A análise do fenómeno do empreendedorismo conheceu algum impulso no princípio do século XX, embora permanecesse assente na premissa de que se tratava de uma temática distinta da gestão de empresas (Coulter, 2003). Neste sentido, o conceito adquiriu uma nova dimensão com Joseph Schumpeter (1934), ao associá-lo à noção de inovação. Segundo este autor, o empreendedor desenvolve um processo de destruição criativa mediante a introdução de uma nova tecnologia inovadora ou da melhoria de uma previamente existente. Posteriormente, Peter Drucker (1985) alargou esta perspetiva, relacionando o empreendedorismo com a capacidade de identificar, criar e procurar oportunidades (Figueiredo, 2014). Schumpeter destacou-se na investigação sobre empreendedorismo ao resgatar a relevância da figura do empreendedor no campo de ação da economia, considerando-o ator central do desenvolvimento económico, por exercer uma função inovadora, destacando a sua importância pela capacidade de realizar novas combinações de fatores produtivos (Lambing & Kuehl, 2003). "O empreendedor é concebido como o agente de mobilização e transferência de recursos económicos económico de sectores com maior potencial de rendimento, promovendo inovação, geração de valor e dinamização económica" (Figueiredo, 2014).

A partir de meados do século XX, consolidou-se a noção de empreendedor como inovador. A função de empreender passou então a ser entendida como a aptidão para reorganizar os processos produtivos, criar um bem ou produzir um bem existente de forma distinta, bem como desenvolver novas formas de comercialização para os produtos (Hisrich & Peters, 2004). O empreendedor é, por definição, alguém que assume riscos, sendo a sua capacidade de lidar com a incerteza e de sobreviver a situações adversas um fator determinante para o sucesso (Dolabela, 1999). O empreendedor é assim entendido como aquele que, ao assumir riscos e tomar decisões estratégicas, mobiliza recursos limitados com vista a alavancar novos empreendimentos (Jean Baptiste Say, 1803, citado por Sarkar, 2010). Ainda de acordo com Dolabela (1999), o conhecimento do empreendedor resulta do processo cumulativo de aprendizagem que ocorre nos diferentes níveis hierárquicos de relações, os quais o autor distingue em três categorias principais:

i. Rede familiar e social em volta de uma atividade;
ii. Interações relacionadas com uma iniciativa específica; e
iii. Por meio de formação, leituras, viagens, feiras e encontros científicos.

Weber (1930) sendo um dos primeiros autores demonstrou a vantagem do empreendedorismo, identificou o sistema de valores como um fator central na compreensão do comportamento do consumidor (Joaquim, 2015). O autor, ainda, acrescenta que os empreendedores se caracterizavam pela inovação e independência, assumindo funções de liderança nos seus negócios que lhes conferiam autoridade formal e reconhecimento social. Também associou, o empreendedor à inovação, mas salientou igualmente a relevância dos consumidores na compreensão do desenvolvimento económico e social. Entre os autores de orientação comportamentalista, os psicólogos, psicanalistas, sociólogos e outros especialistas do comportamento humano, reconhecendo-se que, durante a sua trajetória histórica, o conceito de empreendedorismo sofreu diversas transformações para se adaptar às novas realidades de mercado, mantendo, contudo, uma ligação intrínseca à noção de inovação (Bandeira & Silva, 2023).

Na literatura especializada não parece haver consenso alargado na definição do empreendedorismo. De um lado os economistas associam o e mpreendedorismo à inovação, do outro lado os comportamentalistas centralizam as suas ideias na criatividade e intuição (Figueiredo, 2014).

Para os economistas, torna-se necessário questionar a crença generalizada de que o empreendedorismo teria emergido exclusivamente no seio das ciências económicas (Cantillon & Say, 1816-1839, citados por Filion, 1999). Na realidade, o interesse destes autores não se restringia apenas à economia, mas abrangia igualmente as empresas, a criação de novas empresas, bem como o crescimento e a gestão dos negócios. Todavia, a perspetiva tradicional do empreendedorismo sustenta que os empreendedores se caracterizam, sobretudo, pela procura de oportunidades de negócio (Figueiredo, 2014). O conceito de empreendedorismo adquire maior precisão quando analisado a partir de princípios e dimensões de natureza pessoal, administrativa e empresarial. Nesse sentido, McClelland (1991) citado por Filion (1999), foi um dos pioneiros a introduzir as contribuições das ciências do comportamento no estudo do empreendedorismo. De forma sintética, o autor identificou duas teorias sobre o tema, posteriormente destacadas por Dolabela (1999):

1. Teoria económica do empreendedorismo: Também designada teoria schumpeteriana, sustenta que os primeiros a reconhecer a relevância do empreendedorismo foram os economistas, cujo interesse incidia essencialmente na compreensão relativamente à função do empreendedor e à sua contribuição para a economia. Entre os principais representantes destacam-se Richard Cantillon, Jean Baptiste Say e Joseph Schumpeter. Cantillon abordou as oportunidades, a gestão eficiente dos negócios e as formas de otimização do retorno do capital investido. Nessa perspetiva, os empreendedores adquiriam matérias-primas a um determinado preço com o propósito de as transformar e revender a um preço ainda indefinido. Eram, portanto, indivíduos que identificavam e exploravam oportunidades com a expectativa de auferirem rendimentos, adotando, simultaneamente, os próprios riscos (Filion, 1999; Dolabela, 1999);
2. Teoria do comportamento humano do empreendedorismo: A segunda teoria, de natureza comportamentalista, procura alargar o estudo da motivação e o comportamento humano (Filion, 1999). Esta teoria distingue dois estilos de empreendedores: (a) o empreendedor artesão, caracterizado como alguém que começa um negócio com base nas suas competências técnicas e em conhecimentos limitados de gestão. A sua formação educacional restringe-se a um treino técnico, possuindo experiência prática na área, mas revelando fragilidades na comunicação, na avaliação de mercado, na tomada de decisões e na gestão global do negócio. No que respeita ao processo de decisão, apresenta uma

orientação de curto prazo, com reduzida projeção de crescimento ou mudança, conduzindo o negócio de forma centralizada, de modo semelhante à gestão de uma unidade familiar (exemplos: mecânico, cabeleireiro). (b) O empreendedor oportunista, por sua vez, dispõe de uma formação mais abrangente, geralmente com graduação em áreas como administração, economia ou direito, complementada por cursos adicionais, nomeadamente de línguas. Este tipo de empreendedor valoriza a aprendizagem contínua, evita o paternalismo na gestão da equipa, promove a delegação de autoridade, recorre a estratégias diversificadas de *marketing* e vendas e adota sistemas de registo e controlo que favorecem o crescimento sustentável da organização.

O empreendedorismo relaciona-se com a análise das necessidades, competências e valores de indivíduos predispostos a empreender (Willerding, 2011, citado por Gezer & Cardoso, 2015). A sua evolução teórica encontra-se intimamente ligada à sua trajetória histórica anteriormente referida, tendo a sua génese nos primórdios da era industrial em França e sido, posteriormente, adotada e desenvolvida por diversos economistas, comportamentalistas e especialistas em gestão (Pereira, 2020). Neste sentido, várias teorias são obrigadas a servir como plataformas para a explicação da natureza, processos, manifestações e variáveis do empreendedorismo.

2.2 - Perspetivas e definições teóricas do empreendedorismo e empreendedor

O empreendedorismo é uma das variáveis desta investigação, é considerado uma questão de elevada importância para o desenvolvimento económico e social das populações. A definição de empreendedorismo tem sido objeto de múltiplas interpretações, o que por vezes dificulta a compreensão do seu verdadeiro significado. Ao longo do tempo, diferentes autores atribuíram sentidos distintos ao termo, de acordo com a área de estudo em que era aplicado. No século XX, essa diversidade de critérios e dimensões tornou-se ainda mais evidente, razão pela qual se revela pertinente destacar alguns dos contributos mais recentes e contextualizados sobre o tema.

No âmbito empresarial, o conceito é associado à implementação de novos negócios e ao desenvolvimento de soluções inovadoras. A sua abrangência vai além desses aspetos, traduzindo-se também na capacidade de gerar valor, reconhecer oportunidades e transformá-las em iniciativas economicamente viáveis e com potencial de rentabilidade (Pombo, 2021). O empreendedorismo tem registado uma evolução significativa nos últimos tempos, não se limitando à mera identificação de oportunidades de negócio. Em determinados contextos, pode

igualmente ser impulsionado por fatores como o desemprego, o emprego precário ou a instabilidade laboral (Teixeira, 2012, citado por Camato, 2022).

O empreendedorismo pode ser entendido como um processo dinâmico de criação de riqueza (Hisrch & Peters, 2004). Para além dessa perspetiva, é igualmente concebido como o envolvimento de pessoas e de processos que, em interação, possibilitam transformar ideias em oportunidades. A concretização eficaz dessas oportunidades resulta na criação de negócios sustentáveis, capazes de gerar impacto positivo na vida das populações (Sentanin & Barboza, 2005). As oportunidades não só se identificam, como também se constroem. Mesmo um pequeno negócio com baixo investimento requer criatividade, imaginação, motivação e disposição para assumir riscos (Dolabela, 1999). O empreendedorismo é igualmente definido como o processo de conceção de algo novo com capacidade de gerar valor, envolvendo a dedicação de tempo e esforço, bem como a assunção de riscos financeiros e sociais, sendo recompensado pela independência e pela satisfação económica e pessoal (Hisrch & Peters, 2004). Compreende tanto a fundação de novos negócios como o aproveitamento de oportunidades no seio de empresa já existentes. Assim, assume um papel central nas políticas económicas e industriais (GEM, 2014), podendo ainda ser concebido como a arte de transformar ideias em realidade, apoiada na criatividade e na motivação (Bággio & Bággio, 2014).

Por natureza, todos os indivíduos são potenciais empreendedores; no entanto, nem todos dispõem da mesma capacidade para reconhecer oportunidades e gerir os riscos inerentes para criar e conduzir uma empresa ao sucesso (Gaspar, 2009). De acordo com a Comissão Europeia (2006), trata-se da capacidade dos indivíduos em transformar ideias em ações, envolvendo criatividade, inovação, aceitação de riscos, bem como a aptidão para planear e gerir projetos orientados para objetivos concretos. O fundamento do empreendedorismo assenta, assim, na mudança, considerada uma das poucas garantias da vida. Pode ser concebido como um fenómeno social, na medida em que possibilita ao indivíduo desenvolver competências para a resolução de problemas (Baggio & Baggio, 2014). O empreendedorismo não deve ser entendido como um fenómeno dependente apenas da sorte, ainda que esta possa desempenhar algum papel, tal como em muitas outras dimensões da vida. Também não constitui um dom inato ou exclusivo de determinadas pessoas, mas um conhecimento e uma competência que se adquirem e desenvolvem, à semelhança de outras áreas do saber. Nesse sentido, a criação de novas empresas

dinâmicas e competitivas configura-se como um fator de modernização da economia para o bem-estar das populações (Bastos, 2012).

O empreendedorismo é compreendido como um conjunto de práticas capazes de gerar riqueza e de promover melhor desempenho nas sociedades que o incentivam, embora não exista uma teoria absoluta que o explique universalmente (Bággio & Bággio, 2014). Para além da sua vertente individual, geralmente associada à criação de empresas motivada pela identificação de oportunidades ou pela necessidade de sobrevivência. O empreendedorismo apresenta igualmente uma dimensão social, na medida em que possibilita ao indivíduo e à comunidade meio par desenvolver habilidades de resolução de problemas e de autodesenvolvimento, contribuindo, desse modo, para a formação de capital social e humano (Zarpellon, 2010).

Para Reynolds *et al*. (2001), a predisposição de um indivíduo para o empreendedorismo é influenciada por três grupos de variáveis principais:

1. A variável sociodemográfica incluída a idade e o género;
2. A situação vivida pelos indivíduos no presente, englobando as suas perceções e capacidades para iniciar um negócio, a identificação de oportunidades no mercado, o receio do fracasso, as ligações a outros empreendedores e ainda a avaliação das perspetivas económicas da família e da sociedade em geral; e
3. O efeito do nível educacional, da relevância do rendimento familiar e da atividade laboral desempenhada, fatores que influenciam de forma direta a propensão empreendedora.

O foco do estudo sobre empreendedorismo recai no indivíduo empreendedor, no processo de criação de novas empresas e os seus efeitos que produzem no sistema económico e social (Shane; 1996; Gibb, 1996; Venkataraman, 2000). Dados do GEM, citados por Obraztsova & Chepurenko (2010) consideram que o empreendedorismo está frequentemente associado à criação de empresa ou negócios - seja através do autoemprego, da formação de uma estrutura empresarial ou da expansão de um empreendimento existente, podendo envolver inovação ou a reprodução de modelos já presentes no mercado, com impacto direto no rendimento das famílias. Numa visão mais geral, o empreendedorismo é percebido como um processo dinâmico no qual o indivíduo, por iniciativa própria, cria ou explora mudanças, introduz inovação e impulsiona o desenvolvimento económico e social das populações numa determinada região (Valente *et al*., 2020).

A definição clara de empreendedorismo é trazida por Ezeanokwasa e Nwachukwu (2014); Gabriel (2024) como o processo de reunir ideias criativas e/ou inovadoras e agrupar com habilidades de gestão e organização para combinar pessoas, dinheiro e recursos para atender às necessidades identificadas e criar riqueza. O empreendedorismo é o ato de iniciar uma empresa, organizar negócios e assumir riscos para obter lucro por meio das habilidades educacionais adquiridas (Gabriel, 2024). Outra visão da educação empreendedora é o termo dado a alguém que tem ideias inovadoras e as transforma em atividades lucrativas. O empreendedorismo preocupa-se igualmente com o papel dos empreendedores no desenvolvimento socioeconómico, bem como com as qualidades individuais fundamentais para o seu êxito (Valente *et al*., 2020). A perspetiva da tese é observada na conceção de um consenso em função destas contribuições ao empreendedorismo centrado na criação de micro e pequena empresa (Davidsson *et al*., 2001, citados por Bastos, 2012).

Contudo, as opiniões convergem quando autores e outros intervenientes do processo de crescimento económico refletem no empreendedorismo como uma das melhores vias para o desenvolvimento, acreditando que basta promover o empreendedorismo no seio da juventude para alcançar o desenvolvimento socioeconómico, por intermédio da redução do desemprego e combate à pobreza (Troco, 2018). O empreendedorismo está assim fortemente associado à inovação, sendo o empreendedor a figura central para compreender este conceito (Carvalho & Costa, 2016). Assim, destaca-se o empreendedor como agente central deste progresso e como protagonista na criação de empresas, evidenciando igualmente a importância do apoio a estes atores (Gaspar & Pinho, 2001).

O conceito de empreendedor identifica o indivíduo que atua de maneira inovadora às atividades empresariais, transformando conhecimentos e recursos para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços e criando métodos próprios (Filion & Dolabela, 2000). Além da inovação, o empreendedor é caracterizado por assumir riscos entre vendedores e compradores, projetar ações para iniciar novos negócios e perseguir oportunidades independentemente dos recursos disponíveis (Carvalho & Costa, 2016).

O empreendedor é aquele indivíduo capaz de gerar ideias e soluções inovadoras, motivado pelas necessidades do mercado e proativo na resolução de problemas (Baggio & Baggio, 2014). Ele encontra equilíbrio em ambientes de incerteza, identificando oportunidades e transformando-as em ações concretas (Nassif *et al*., 2009). A iniciativa empreendedora pode surgir por

necessidade ou oportunidade, e o sucesso depende de um conjunto de comportamentos e ações do indivíduo (Pombo, 2021). Perante o insucesso, o empreendedor transforma experiências em aprendizagem, procurando constantemente novas oportunidades, soluções e produtos (Duarte & Esperança, 2012). Antecipando-se aos acontecimentos e com visão de futuro, cria e gere empresas para explorar oportunidades (Muniz, 2008). Empreender implica pensar no futuro, promovendo a inovação, a geração de valor económico e social, contribuindo para o desenvolvimento regional e a sustentabilidade económica (Rocha, 2014; Ribeiro *et al*., 2022).

O Global Entrepreneurship Monitor é um instrumento de investigação internacional que avalia o empreendedorismo de diferentes países, fase do processo empreendedor, que começa com o propósito de desenvolver um negócio, assegurando também a sua manutenção quer no início como na fase que se considera estável (Duysters *et al*., 2019). Os autores, dizem que este instrumento classifica os empreendedores em três padrões: empreendedores novos, empreendedores em fase inicial e donos de empresas já estabelecidas. Ver figura a seguir:

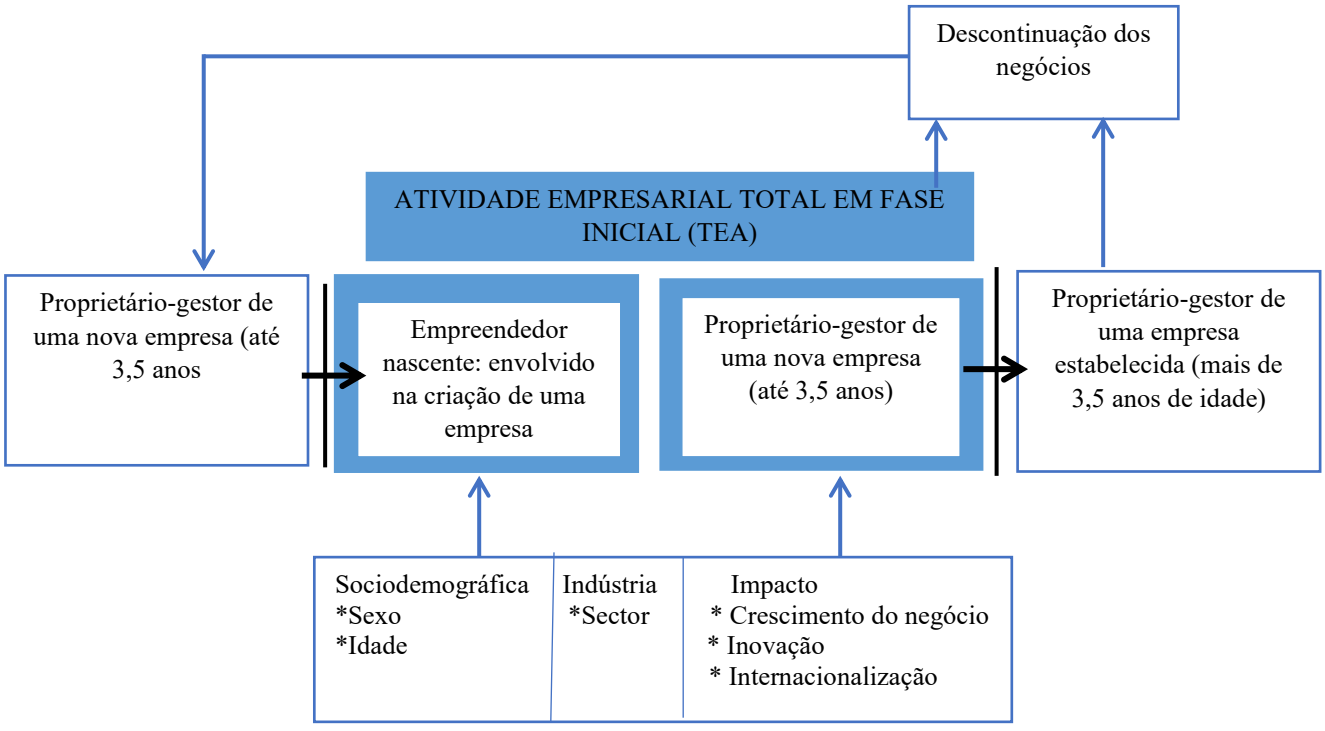


Figura 2.1 - O processo empreendedor

Fonte: Adaptado de GEM (2014).

A figura 2.1 mostra evidências que os fatores conhecimento e as atitudes, particularmente a capacidade de identificar oportunidades, influenciam na ação empreendedora (GEM, 2014). Diante dessa compreensão, o GEM recorre a técnicas estatísticas para determinar o nível de atividade empreendedora em cada país. Estuda ainda empreendedores em fase de arranque, indivíduos presentes no processo de criação e preparação de um negócio, que poderão ser donos, mas em falta ainda a formalização para gerar rendimento num curto espaço de tempo (Obraztsova & Chepurenko, 2010; GEM, 2014). A base fundamental da contextura conceitual do GEM é que a função do empreendedorismo no desenvolvimento de uma sociedade obedece três principais variáveis (Pereira,2022):

i. as perceções de cada indivíduo sobre o empreendedorismo;
ii. o empenho individual na ação empreendedora; e
iii. as expectativas de cada indivíduo no processo empreendedor.

Os empreendedores caracterizam-se pela capacidade de identificar e aproveitar oportunidades, assumindo uma postura proativa e inovadora. Demonstram ousadia e criatividade na transformação do conhecimento em produtos ou serviços, seja pela introdução de novas ideias, seja pela reconfiguração de soluções já existentes. A sua determinação permite converter projetos em prática, contribuindo para a produção de valor económico e social (Mendes, 2012). Os empreendedores distinguem-se pela criatividade, energia e perseverança, atributos que, articulados adequadamente, permitem-lhes transformar ideias incipientes em projetos concretos e bem-sucedidos no mercado (Carvalho & Costa, 2016). “Os empreendedores constituem agentes fundamentais na criação de emprego, na introdução de inovações e no estímulo ao crescimento económico regional, assumindo riscos inerentes ao dinamismo das economias em desenvolvimento” (Fiorentin, 2018).

O empreendedorismo consiste na aplicação da atitude empreendedora no contexto empresarial, abrangendo desde as microempresas até grandes negócios ou mesmo a materialização de uma simples ideia (Mangili, 2019). Empreendedorismo é a forma de criar empresas que geram rendimentos (Gartner, 2001). Desta forma, o empreendedorismo, é amplamente reconhecido um elemento crucial para o progresso económico e social dos países (Barros & Pereira, 2008; Silva & Penna, 2017). Pereira (1998) chama atenção ao dizer “o empreendedor é obviamente aquele que cria a sua própria empresa”. O empreendedor distingue-se pela iniciativa de criar negócios e identificar oportunidades onde outros veem problemas,

enquanto o empresário se centra na gestão dos recursos, na obtenção de lucros e na sustentabilidade do empreendimento, assegurando simultaneamente o êxito da empresa e os interesses dos envolvidos (Mangili, 2019). “O empreendedor é aquele que, impulsionado por uma ideia, procura continuamente iniciar um negócio lucrativo. O empreendedorismo transcende a mera geração de rendimento; possuir uma empresa não caracteriza automaticamente um indivíduo como empreendedor, distinguindo-o claramente do empresário” (Hisrich *et al*.,2013; Silva & Silva, 2025). Noutra perspetiva, o autor ainda argumenta que o empresário e o trabalhador com todos os rendimentos tornam-se mais independentes economicamente e confiantes para enfrentar os desafios da vida.

Uriarte *et al*. (2000) afirma que, “o empresário é o responsável pela administração de uma empresa, incumbido de traçar estratégias, estabelecer metas e delegar responsabilidades. Além disso, um empresário é alguém que promove a criação de uma nova atividade económica ou comercial”. Compreende-se ainda que os gestores podem também assumir o papel de empresários quando expandem as suas empresas para novos mercados ou quando desenvolvem novas linhas de produtos. Já o empreendedor caracteriza-se, sobretudo, pela necessidade de inovar, transformando ideias próprias em iniciativas concretas (Uriarte *et al*., 2000). Esta dimensão reflete traços de personalidade e de comportamento que nem sempre são facilmente identificáveis.

A relevância do empreendedorismo e do empreendedor para a promoção do desenvolvimento socioeconómico, mas também para o progresso geral da população requer a identificação das características dos empreendedores (Raposo *et al*., 2008).

2.3 - Características do empreendedor

O empreendedor representa a figura principal do empreendedorismo, constitui um dos principais fatores de desenvolvimento de um país (Ferreira *et al*., 2010), também caracterizado pelas iniciativas que os indivíduos apresentam, apontando os rendimentos económicos O empreendedor está direcionado para as necessidades do mercado, assume riscos na medida em que se confronta com situações de incerteza e procura compreender este fenómeno como oportunidades de novos negócios (Silva, 2019). Uma pessoa empreendedora deve possuir um conjunto de qualidades específicas, entre as quais se destacam a originalidade, a flexibilidade, a capacidade de negociação, a tolerância ao erro, a iniciativa, o otimismo, a autoconfiança, a

intuição e a visão estratégica orientada para oportunidades futuras (Fiorentin *et al.,* 2018). "Nenhum indivíduo nasce com predisposição genética especifica para o empreendedorismo" (Ferreira *et al*., 2010).

O empreendedor deve possuir um perfil específico, caracterizado por uma elevada capacidade criativa, pela aptidão para transformar ideias em práticas concretas e por um comportamento marcado pela adaptação a diferentes contextos (Lima, 2015). O perfil de um empreendedor de não é linear, ou seja, cada indivíduo é único com as suas qualidades e defeitos, e contribui ou não para o desenvolvimento geral de uma população. Certamente existem algumas contribuições a abordar sobre os perfis dos empreendedores, entretanto, esta investigação observa o perfil do empreendedor de sucesso.

Segundo António (2019) o empreendedor define-se, sobretudo, pelo seu comportamento e pelas suas atitudes, mais do que por traços de personalidade ou características inatas. Henrique e José (2005) acrescentam que os empreendedores se distinguem por uma motivação singular e por uma paixão intrínseca pelo que realizam, não se satisfazendo em permanecer anónimos na multidão, mas procurando reconhecimento, admiração e a possibilidade de deixar um legado. O fracasso não implica necessariamente derrota; representa, antes, uma oportunidade de aprendizagem e de renovação do empenho na identificação de novas oportunidades (Duarte & Esperança, 2012). Assim, o empreendedor caracteriza-se pela capacidade de criar, inovar, decidir e agir antecipadamente, procurando não somente a autorrealização, mas também a transformação do meio em que está inserido.

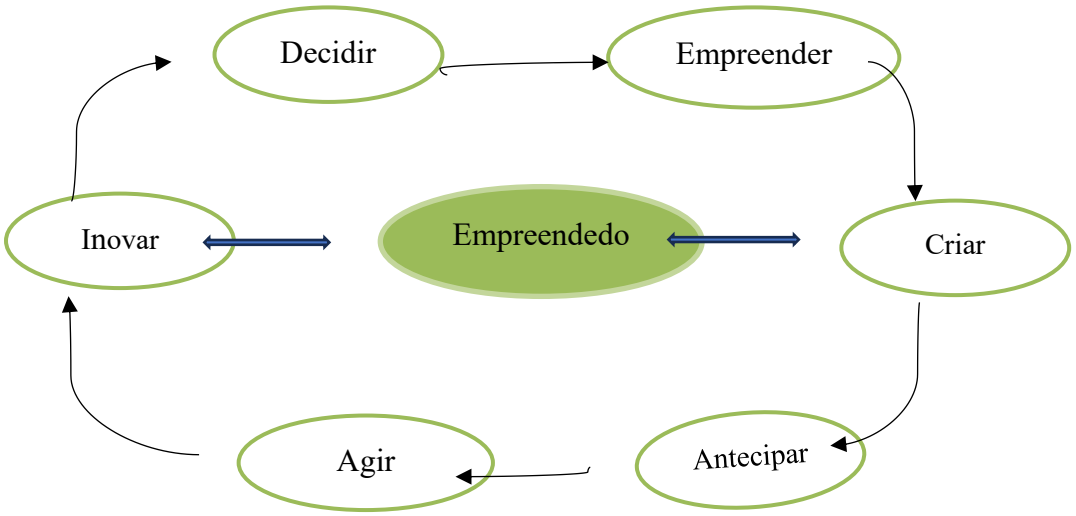


Figura 2.2 - Características do empreendedor

Fonte: Adaptado de Duarte e Esperança (2012).

Quanto a influência, a literatura apresenta várias discussões sobre o empreendedorismo. Para alguns, ele tem um efeito positivo no combate a pobreza (Teixeira *et al*., 2020), e com mais predominância nos países em via de desenvolvimento.

O empreendedor pode ser definido como aquele que identifica oportunidades e cria negócios para as transformar em valor, assumindo riscos de forma calculada. Independentemente da definição adotada, destacam-se, de forma recorrente, determinados aspetos essenciais associados ao perfil empreendedor (Henrique & José, 2005):

- A ação empreendedora de estabelecer um novo negócio, sustentada pela paixão, constitui um dos fatores motivacionais;
- Capacidade de utilização de forma criativa os recursos disponíveis, transforma o contexto social e económico;
- Assume riscos calculados, reconhecendo a possibilidade de insucesso com parte integrante do processo; e
- O empreendedor é um indivíduo capaz de formular uma visão estratégica, mas o seu papel não se limita a essa capacidade. Deve igualmente possuir aptidão para persuadir terceiros como sócios, colaboradores e investidores, demonstrando que a sua visão pode conduzir a resultados positivos e sustentáveis no futuro.

Um indivíduo empreendedor necessita de possuir características diferenciadoras, tais como: competências interpessoais, tolerância ao risco e proatividade, além de outras relevantes para oseu desenvolvimento (Bastos, 2012). O autor salienta que este conjunto de atributos pode variar conforme o contexto, sendo a identificação do perfil do empreendedor fundamental para que se aprendam comportamentos e atitudes adequadas à prática empreendedora.

Não se verifica a existência de um perfil único de empreendedor. Todavia, há características que tendem a manifestar-se de forma mais evidente entre os empreendedores, as quais resultam de múltiplos fatores, desde os traços de personalidade até ao contexto social em que se inserem (Casaroti *et al*., 2008; Martins, 2013, citados por Chissingui, 2015). O fato de nenhum empreendedor não ter características semelhantes a outro se deve, também, à influência de fatores ambientais, internos e externos que afetam o comportamento do empreendedor. Apesar de cada empreendedor ser único, pode-se dizer que empreendedores têm alguns traços em comum como: inteligência, independência, energia, poder de iniciar e liderar o negócio, preferência pela inovação, criatividade, desejo de sucesso, desejo de alcançar desempenho, originalidade, otimismo, autoconfiança, determinação, ambição, inclinação para riscos, perseverança, sociabilidade, senso de ação, habilidades de liderança, gestão e alta motivação (Silva, 2014).

2.4 - Motivações dos empreendedores

A ação de empreender teve origem no impulso do indivíduo em assegurar a sua própria sobrevivência, evoluindo posteriormente para se constituir como um meio de realização pessoal (Pombo, 2021). O interesse empreendedor é influenciado por fatores pessoais, sociais e económicos. Fator pessoal, como motivação, têm um impacto significativo no interesse individual ao se envolver em atividades empreendedoras (Choirunnisa *et al*., 2024). Além disso, o apoio social da família, amigos e mentores também desempenha uma função importante na formação e fortalecimento do interesse do empreendedor. A manifestação da motivação deve ser analisada caso a caso, de modo a compreender quais fatores exercem maior influência sobre cada indivíduo (Robbins, 2005; Bággio & Bággio, 2014). A motivação dos empreendedores é determinada por fatores de natureza pessoal, ambiental e sociológica (Moreira, 2018). Atualmente, a motivação dos indivíduos empreenderem manifesta-se no contexto da economia de mercado contemporânea. Embora este sistema, associado a valores em muitas regiões do mundo,

a autonomia e a independência individual assumem papel predominante, e continuam a coexistir com outros modelos mantendo relação social e económica (Vale *et al*., 2014).

Os empreendedores distinguem-se por possuírem motivações individuais e características singulares. São indivíduos com iniciativa para criar negócios, apaixonados pelo que fazem, capazes de utilizar os recursos à sua disposição de forma criativa e inovadora, transformando o ambiente em que se inserem. Além disso, aceitam assumir riscos calculados, conscientes de que o fracasso é sempre uma possibilidade (Dornelas, 2014). Embora o empreendedorismo seja, em parte, resultado de características genéticas, individual e do impacto do ambiente social, uma parte importante ainda pode ser melhorada, desenvolvida e articulada através da educação e da formação (Olasunkanmi *et al.,* 2016). E os fatores que conduzem um indivíduo ao empreendedorismo vão além da dicotomia entre oportunidade e necessidade, incluindo a insatisfação com o emprego atual, a valorização de competências técnicas, o desejo de inovação, a pressão económica e a motivação pessoal, seja pela independência financeira, seja pela vontade de gerar impacto positivo na sociedade (Vale *et al*., 2014).

Falcão (2008) citado por Bastos (2012), aponta quatro motivos os leva os indivíduos ao empreendedorismo:

- O empreendedorismo por necessidade - ocorre quando os indivíduos não dispõem de liberdade económica suficiente para se inserirem no mercado formal, vivendo em condições pré-capitalistas e sustentando-se por meio de atividades de subsistência ou práticas informais de sobrevivência;
- Empreendedorismo por vocação - manifesta-se quando existe liberdade de acesso às oportunidades do mercado, permitindo ao indivíduo empreender de forma autónoma e propositada;
- Empreendedorismo inercial - verifica-se em contextos onde o ambiente institucional é frágil, levando as empresas a depender fortemente das relações interpessoais dos seus dirigentes. É comum em negócios de carácter familiar, transmitidos de geração em geração, independentemente da capacidade ou formação empresarial dos herdeiros; e
- Empreendedorismo pelo conhecimento - assenta na criação, disseminação, aperfeiçoamento e aplicação do conhecimento como principal recurso estratégico para a atividade empreendedora, promovendo inovação e competitividade sustentada.

Alguns estudos evidenciam um efeito positivo da motivação baseada em oportunidade, enquanto no caso do empreendedorismo por necessidade não se registaram efeitos estatisticamente significativos (GEM, 2010). O empreendedorismo por oportunidade é considerado mais eficaz na promoção do desenvolvimento económico e social, na medida em que se associa diretamente à inovação no empreendedorismo. A motivação empreendedora pode, assim, ser entendida como a inclinação para enfrentar os riscos associados à atividade empreendedora, conjugada com a expectativa de recompensas proporcionadas pelo êxito alcançado (Ribas, s.d.).

Quadro 2.1 - Principais motivações empreendedoras

Categorias	Descrição	Autores
Necessidade de autorrealização	Atingir metas pessoais; exercer liderança, inspirar os outros; enfrentar desafios pessoais	(Carter et al., 2003; Rahman & Rahman, 2011; Miller et al., 2012)
Independência	Busca por liberdade; capacidade de gerir de forma autónoma o tempo e o trabalho	(Carter et al., 2003; Miller et al., 2012)
Situação de desemprego ou necessidade de segurança	A existência de poucos postos de trabalho remunerados; a situação de desemprego; insatisfação; melhoria nas condições de vida;	(Miller et al., 2012; Rahman & Rahman, 2011)
Criação e inovação	Aspiração do indivíduo de alcançar algo inovador; criação de novos produtos ou serviços; aprendizagem contínua; desenvolvimento pessoal.	(Carter et al., 2003; Miller et al., 2012)

Fonte: Adaptado de Pombo (2021).

Vale *et al*.(2014) concluíram que os indivíduos podem ser motivados a empreender por dois motivos distintos, que permitem categorizar os empreendedores em grupos mutuamente excludentes: empreendedorismo por necessidade e empreendedorismo por oportunidade.

2.5 - Tipos de empreendedorismo

Dada à importância atual do empreendedorismo para a sociedade, muitos estudiosos levantaram um debate se atividade empreendedora deveria ser incentivada, independentemente do tipo de empreendedorismo (Acs *et al*., 2016; Welter *et al.,* 2017, citados por Aparicio *et al*., 2019). Não se pode examinar o campo do empreendedorismo sem se considerar as suas tipologias, as quais são do interesse de todos os atores (Filion, 1999). Sarkar (2010) identifica diferentes modalidades de empreendedorismo, entre as quais se destacam o empreendedorismo por necessidade, familiar, comunitário, municipal, estatal, sénior e juvenil, entre outros. Contudo, Bággio e Bággio (2015) sintetizam essa diversidade, defendendo a existência de apenas dois tipos fundamentais: o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade. Nessa mesma perspetiva, Leite e Oliveira (2007 citados por Pombo, 2021) também distinguem dois perfis de empreendedores: o empreendedor por necessidade, que cria negócios na ausência de alternativas, e o empreendedor por oportunidade, que emerge da identificação de uma possibilidade de negócio lucrativo.

Block e Wagner (2010 citados por Figueiredo, 2014) distinguem o empreendedorismo por oportunidade do empreendedorismo por necessidade a partir da forma como o indivíduo inicia o seu negócio. Quando há planeamento prévio e a decisão de abandonar voluntariamente o emprego para criar uma empresa, trata-se de empreendedorismo por oportunidade. Já quando a saída do emprego ocorre de forma involuntária por despedimento ou encerramento da empresa, o indivíduo é impulsionado para o empreendedorismo por fatores externos, como o desemprego, configurando assim o empreendedorismo por necessidade. Embora Dornelas (2005) defende que não existe somente um tipo de empreendedor, sendo, por isso, difícil a sua classificação. Esta perspetiva evidencia que qualquer indivíduo pode tornar-se empreendedor. Nesse sentido, o autor identifica sete tipos de empreendedores:

1. Empreendedor nato – é o mais conhecido e frequentemente notável. As suas histórias destacam-se pela capacidade de, muitas vezes, iniciar sem recursos significativos e alcançar grandes conquistas. Caracterizam-se por serem visionários, otimistas e inovadores, antecipando tendências do seu tempo e comprometidos integralmente com a realização dos seus projetos;
2. Empreendedor que aprende ou inesperado – caracteriza-se por surgir de forma imprevista. Trata-se de indivíduos que, ao depararem-se com uma oportunidade, decidem alterar o rumo

da sua vida profissional para se dedicarem ao próprio negócio, mesmo sem terem inicialmente planeado ser empreendedores;

3. Empreendedor criador de novos negócios – distingue-se pela paixão não somente pela empresa criada, mas pelo próprio ato de empreender. Não se satisfaz em gerir somente um negócio, procurando constantemente novos desafios e a criação de diferentes iniciativas, com a ambição de construir grandes organizações;
4. Empreendedor corporativo – também denominado intraempreendedor, tem ganho relevância nos últimos anos, em virtude da necessidade de inovação e renovação das organizações. Apesar de assumirem riscos, também enfrentam limitações decorrentes da menor autonomia no contexto empresarial;
5. Empreendedor social – orienta-se pela missão de gerar impacto positivo na sociedade, dedicando-se a causas humanitárias e projetos coletivos. Diferencia-se dos demais pelo facto de se realizar através dos resultados alcançados em benefício da comunidade, e não pela obtenção de ganhos individuais;
6. Empreendedor herdeiro ou familiar – assume, desde cedo, a responsabilidade de dar continuidade ao legado empresarial da sua família. O seu principal desafio consiste em preservar e expandir o património herdado, garantindo a sustentabilidade das empresas familiares no tempo; e
7. Empreendedor por necessidade – surge da ausência de alternativas no mercado de trabalho, geralmente em situações de desemprego. Dedica-se, assim, a atividades de subsistência, muitas vezes informais, que proporcionam retorno económico limitado.

A literatura distingue dois tipos de empreendedorismo: por necessidade, caracterizado como forçado e resultante da falta de alternativas de emprego, visando evitar a pobreza; e por oportunidade, associado à exploração produtiva de oportunidades identificadas, criadas, dependentes de aspetos, percebido do potencial empreendedor (Figueiredo, 2014). No mesmo pensamento, Bandeira e Silva (2023) reforçam existir dois principais tipos de empreendedores: empreendedores de oportunidade e empreendedores de necessidade. Estes são diferentes, pois as circunstâncias que levam um indivíduo a cada um deles são completamente diferentes (Reynolds *et al*., 1999, citado por Udimal *et al.,* 2020), sendo o empreendedor de oportunidade um indivíduo que entra no empreendedorismo como resultado de oportunidades de negócios atraentes prevalecentes, enquanto os empreendedores de necessidade emergem como resultado da

ausência de oportunidades para os indivíduos tomarem os seus destinos nas suas próprias mãos, tornando-se empreendedores.

Segundo Degen (2008), em países de baixa renda, o crescimento económico tende a apresentar uma relação inversa com a atividade empreendedora por necessidade, enquanto nos países de alta renda verifica-se uma relação direta entre o crescimento económico e o empreendedorismo por oportunidade. "Nem todos os tipos de empreendedorismo contribuem de igual forma para o desenvolvimento económico" (Hilson *et al*., 2018, citados por Pereira, 2022). A partir de uma perspetiva das teorias económicas, deduz-se que a integração entre o empreendedorismo e elevados níveis de inovação conduz aos principais níveis de crescimento económico. Pois, o empreendedorismo é compreendido como um fenómeno de natureza pessoal, associado à criação de empresas, seja pela exploração de oportunidades identificadas no mercado, seja pela necessidade de subsistência (Baggio & Baggio, 2014). Observa-se ainda que os incentivos para o empreendedorismo, quer no contexto de necessidade, quer no de oportunidade, encontra-se associado às características socioeconómicas de cada sociedade (Gezer & Cardoso, 2015). Numa análise geral, compreende-se que o empreendedor deve identificar uma oportunidade de negócio, ainda que a motivação para empreender se baseia na necessidade. Deste modo, delimita-se a esta tese, dois tipos de empreendedorismo:

2.5.1 - Empreendedorismo por necessidade

O empreendedorismo nem sempre atua como propulsor do desenvolvimento em contextos de pobreza, uma vez que as atividades empreendedoras tendem a ser mais eficazes em países mais desenvolvidos. Nos países em via de desenvolvimento, o empreendedorismo frequentemente não gera resultados promissores, situação associada à supremacia do empreendedorismo por necessidade (Teixeira *et al*., 2020). A necessidade constitui uma situação instável, decorrente da ausência de determinados recursos ou oportunidades, que predispondo o indivíduo a comportamentos específicos (Bandeira & Silva, 2023). Este tipo de empreendedorismo, na maioria, é praticado pela população situada em zonas urbanas de baixos rendimentos, devido sobretudo às limitações de participação no mercado formal de trabalho e à instabilidade das oportunidades de emprego.

Ferreira *et al*. (2008) destacam que o empreendedorismo por necessidade tende a estar associado a períodos de retração da atividade económica, caracterizados pelo aumento do

desemprego e pela redução da oferta de trabalho. Esta situação leva os indivíduos a iniciar atividades económicas com o objetivo de garantir a própria sobrevivência. Embora este tipo de empreendedorismo não apresente uma relação significativa com o crescimento económico, desempenha um papel estimulante na criação de emprego e de autoemprego as populações (Rocha, 2014). O empreendedorismo por necessidade é a situação em que um indivíduo se torna empreendedor por falta de oportunidades (Udimal *et al*., 2020). O empreendedorismo por necessidade caracteriza-se pela iniciativa de estabelecer uma atividade empresarial devido à ausência de alternativas de rendimento, geralmente quando o indivíduo não consegue aceder ao mercado de trabalho ou pretende complementar a sua renda atual (Bandeira & Silva, 2023).

O empreendedor por necessidade designa o indivíduo que dá início a um negócio devido à ausência de alternativas, frequentemente em contexto de desemprego prolongado. Estes empreendimentos tendem a ser de pequena dimensão, e a iniciativa centra-se na sobrevivência, não caracterizando necessariamente inovação ou visão estratégica (Dornelas, 2014; Silva, 2014). Os empreendedores de necessidade emergem como resultado de a ausência de oportunidades para os indivíduos tomarem os seus destinos nas suas próprias mãos, tornando-se empreendedores (Udimal *et al*.,2020). Os empreendedores por necessidade iniciam um negócio com o objetivo de assegurar uma fonte de rendimento, uma vez que, na ausência de emprego ou na procura de complementação da renda, recorrem à atividade empreendedora como meio de subsistência (Silva & Silva, 2025).

Degen (2009) afirma que "Os empreendedores motivados por necessidade tendem a ter um impacto reduzido no crescimento económico de um país, uma vez que geralmente desenvolvem negócios com baixa inovação e limitada incorporação de novas tecnologias. A maioria dessas iniciativas corresponde a atividades empresariais comuns, que geram um mínimo de riqueza e oportunidades de emprego". Estes geralmente dispõem de pouca experiência e de conhecimento teórico limitado na área empresarial, o que pode gerar maiores dificuldades na gestão do negócio, mas não impede o seu início (Guimarães *et al*., 2022). Todavia, empreendedores que procuram se capacitar e orientar para o crescimento, elaboram um planeamento próprio e desenvolvem aptidões empreendedoras, apresentam uma maior probabilidade de êxito, mesmo em circunstâncias desfavoráveis (Bandeira & Silva, 2023). Esses empreendedores podem não ter competências específicas, mas são impulsionadas pela necessidade de sobrevivência. O empreendedorismo desta natureza, por vezes, é verificado em países em via de desenvolvimento

(Bandeira & Silva, 2023) por isso, é importante que se conheça a atividade empreendedora, assim como as suas reais características (Carvalho & Costa, 2015).

Para muitos, o empreendedorismo por necessidade e o autoemprego representam a única alternativa viável para garantir a subsistência (Degen, 2008). O empreendedorismo por necessidade compreende-se também como aquele que os indivíduos têm a obrigatoriedade de aprender a empreender para sobreviver e garantir rendimento para sustentabilidade das populações (Tchinguelessy, 2021). A intensidade da *atividade* empreendedora motivada por necessidade pode contribuir para a diminuição do desemprego ou para o aumento do emprego, dependendo da presença relativa de empreendedores por necessidade. Adicionalmente, uma elevada incidência de empreendedorismo por necessidade costuma indicar situações de estagnação ou crise económica, caracterizadas pela escassez de empregos, que obrigam os indivíduos a criar negócios para assegurar a própria sobrevivência (Barros & Pereira, 2008).

Entretanto, Nassif *et al*. (2009 citados por Guimarães *et al*., 2022), diz que o empreendedorismo por necessidade tende a retardar o desenvolvimento económico e social, promovendo o crescimento da atividade informal, uma vez que os empresários carecem de formação e preparação adequadas para se inserirem de forma estruturada no mercado. Os estudiosos de Xeshae *et al*. (2014), Gwijae *et al*. (2014) e Iwu e Opute (2019), solicitam mais atenção de pesquisa para melhorar a compreensão da atividade empreendedora de sobrevivência, porque este tipo acontece geralmente quando a falta de emprego formal, formação e capacitação do indivíduo e, também pelo momento adverso na economia de um país, gera um quadro de desemprego ainda maior (Tchinguelessy, 2021), onde o país de alto rendimento a sua atividade empreendedora é por oportunidade diretamente proporcional. Iwu e Opute (2019) sugerem no seu estudo que os empreendedores sobreviventes conseguem auxiliar no desenvolvimento socioeconómico de uma economia se lhes for dado apoio adequado pelo governo ou por meio de algumas iniciativas de crescimento público-privadas. Portanto, o grande desafio para os governos e instituições consiste em transformar o empreendedorismo por necessidade, motivado pela sobrevivência, em oportunidades produtivas e sustentáveis (Ricca, 2004).

2.5.2 - Empreendedorismo por oportunidade

É necessário entender que o empreendedorismo exige uma ação empreendedora, sabendo que, sem oportunidade, não há empreendedorismo. O empreendedorismo motivado pela oportunidade

tende a prevalecer em países em vias de desenvolvimento, em que se constata níveis mais elevados de bem-estar subjetivo (Aparício *et al*., 2019). O chamado empreendedorismo de oportunidade, igualmente designado empreendedorismo produtivo, emerge das lacunas existentes nos mercados e da necessidade de suprir tais falhas (Hilson *et al*., 2018, citado por Pereira, 2022). O espírito empresarial é entendido como um processo dinâmico de identificação e exploração de oportunidades económicas, desempenhando um papel de capital importância no fomento do crescimento económico sustentado e de qualidade (Bastos, 2012). Empreendedorismo impulsionado por oportunidade pode ser considerado o resultado líquido de escolhas individuais para prosseguir iniciativas empreendedoras baseadas no conhecimento (Reynolds *et al*., 2005, citado por Aparicio *et al*., 2019). "O empreendedorismo por oportunidade é considerado ação que consiste em reconhecer ou criar uma oportunidade, e a posterior fazer uma avaliação, seleção e análise desta oportunidade através de um produto ou serviço desenvolvido por uma empresa nova ou já existente no mercado" (Tchinguelessy, 2021), independentemente de qual seja a motivação para começar um negócio. Este tipo de empreendedorismo assenta na lógica do pensamento económico neoclássico, segundo o qual os empreendedores são indivíduos particularmente atentos à identificação de oportunidades (Guimarães *et al*., 2022).

Os empreendedores orientados pela oportunidade exercem um impacto mais significativo no crescimento económico de uma região, visto que, por estarem mais bem preparados, tendem a desenvolver iniciativas empresariais assentes em inovações e novas tecnologias. Muitos desses empreendimentos apresentam elevado potencial de expansão e de crescimento sustentado (Degen, 2008). Socialmente, lógicas de mercado fortes, tendem a aumentar o empreendedorismo de oportunidades (Smith & Lanivich, 2023), os indivíduos com rendimentos elevados, embora não estejam imunes a um ambiente institucional pouco saudável, são mais capazes de se envolverem em empreendedorismo de oportunidade.

O empreendedor pode ser definido como o indivíduo que, a partir de um diagnóstico da realidade, pode identificar uma falha existente e, com base nela, criar um negócio a partir da oportunidade que se verifica (Dornelas, 2008). O empreendedor de oportunidade é um indivíduo que entra no empreendedorismo como resultado de oportunidades de negócios atraentes prevalecentes (Udimal *et al*., 2020). O individuo com capacidade de identificar oportunidade de criar ou inovar um negócio pode ter diferentes opções de emprego, mas opta por iniciar um novo empreendimento, procura manter-se informado permanentemente e verifica onde deseja chegar

(Dornelas, 2008). O empreendedor por oportunidade não depende exclusivamente do negócio como meio de sustento, tem outras formas de obter rendimento, ainda que deixe o seu emprego fixo num órgão público ou privado, quando o empreendimento lhe gerar renda suficiente para estabilidade económica e social (Nassif *et al*., 2009), situação contrária do empreendedor por necessidade sem outra fonte de rendimento e precisa do empreendimento para sua sobrevivência. Normalmente esse tipo de empreendedorismo é mais verificado em países com economias mais desenvolvidas, onde as oportunidades de se estabelecer negócios são maiores (SEBRAE-SC, 2021, citado por Bandeira & Silva, 2023).

No empreendedorismo de oportunidade, o empreendedor identifica oportunidades no ambiente e as avalia com base nos seus méritos, ele aplica recursos no empreendimento (Udimal *et al*., 2020). Este tipo de empreendedor alinha-se de forma mais consistente com as definições do fenómeno do empreendedorismo, evidenciando uma maior probabilidade de sucesso, ao realizar investimentos apenas após uma avaliação criteriosa do mercado e quando se sente seguro na decisão (Dornelas, 2008).

De acordo com dados do Relatório Global de Empreendedorismo 2020-2021 (citado por Bandeira & Silva, 2023), a taxa de empreendedorismo por oportunidade atingiu 17,9% mundialmente em 2021. O destaque recaiu sobre o continente africano, com Uganda a registar a maior taxa, correspondente a 40,5%. Também se evidenciam países como o Peru (35,4%), a China (33,3%) e a Colômbia (32,1%), que apresentam valores consideravelmente elevados. Em contrapartida, entre os países com as menores taxas destaca-se a Suíça (2,6%), o Japão (2,9%) e o Luxemburgo (3,1%).

O empreendedorismo por oportunidade caracteriza-se pela capacidade do indivíduo em identificar possibilidades de criação ou inovação de negócios. Diferentemente do empreendedorismo por necessidade, este ocorre quando o indivíduo, mesmo dispondo de alternativas de emprego, opta por iniciar uma nova atividade empresarial. Neste processo, o empreendedor procura informar-se, delineia objetivos claros, avalia riscos através de um planeamento prévio e antecipa a rendibilidade potencial, bem como a geração de empregos e de riqueza futura (Alves, 2018). Ambos os tipos de empreendedorismo podem alcançar sucesso, desde que o empreendedor possua uma visão clara e estratégias de negócio eficazes. Contudo, o empreendedorismo por oportunidade apresenta, geralmente, maiores probabilidades de êxito, uma vez que o empreendedor dispõe de uma ideia bem estruturada e é capaz de desenvolver um

plano sólido para a sua implementação (Bandeira & Silva, 2023). Os países com maior rendimento *per capita* tendem a apresentar maior incidência de empreendedorismo por oportunidade, ao passo que os de menor rendimento *per capita* registam, em geral, uma maior incidência de empreendedorismo por necessidade (Acs, Desai & Hessels, 2008; Fontenele, 2010, citados por Rocha *et al*., 2021).

2.6 - Avaliação do empreendedorismo

Segundo Sarkar (2014), o empreendedorismo pode ser analisado à luz da perspetiva schumpeteriana, manifestando-se de diversas formas, tais como: a introdução de um novo produto, a adoção de métodos de produção inovadores, a exploração de novos mercados, a aquisição de novas fontes de matérias-primas ou, ainda, a criação de uma nova empresa. Assim, a introdução de elementos inovadores no contexto empreendedor conduz frequentemente à falta de negócios que não se adaptam à realidade, abrindo espaço para o surgimento de novas tendências. A definição de métricas adequadas para o empreendedorismo tem-se revelado um desafio, dado que a literatura apresenta diversas propostas. A criação de indicadores específicos revela-se essencial pelo papel que desempenham na monitorização do desempenho, na implementação de políticas públicas e no suporte às autoridades nacionais e regionais na formulação e execução de estratégias de promoção do empreendedorismo a nível territorial (Carvalho & Costa, 2015, citados por Alves, 2018).

A taxa de atividade empreendedora é considerada o principal indicador de avaliação e monitorização, uma vez que revela à percentagem de indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos que participam na criação e gestão de empreendimentos que geram rendimento, distinguindo-se entre negócios iniciais (com atividade até quatro meses) e negócios novos (com atividade até 42 meses) (GEM, 2022). Estes indivíduos são designados como empreendedores em fase inicial (early-stage entrepreneurs) (GEM, 2020).

Quadro 2.2 - Indicadores de empreendedorismo

Indicadores	Descrição
Empresas constituídas	Empresas criadas face ao tecido empresarial existente
Aumento do nível de emprego	Variação anual global e por setor de pessoas empregadas
Taxa de sobrevivência de empresas criadas	Empresas criadas no ano em que ainda existem no ano n+3.
Emprego gerados pelas empresas novas	Número de pessoas empregadas em novas empresas no ano (ano n), bem como nas empresas sobreviventes nos anos, (n+3, n+2, n+1) e, relativamente ao total de pessoas empregadas em todas as empresas ativas no ano (ano n).
Preferência pelo trabalho por conta própria	Comparação entre o número de indivíduos que preferem trabalhar por conta de outrem e os que optam por trabalhar por conta própria.
Iniciativa de negócio	Indivíduos com intenção de criar uma empresa, considerando a incidência de empresários, incluindo proprietários e trabalhadores por conta própria, relativamente à atividade empresarial existente.
Agilidade empresarial	Percentagem de entrada e saída de empresas, que permite avaliar a dinâmica empresarial e a renovação do tecido económico
Promoção do emprego	Taxa de criação de empresas, que permite avaliar o ritmo de surgimento de novas iniciativas empresariais.
Perfil demográfico empresarial	Saldo entre empresas “nascidas” (I) e “mortas” (II). Saldo demográfico = (I) – (II)

Fonte: Adaptado de Alves (2018).

Os principais indicadores do empreendedorismo dizem respeito à criação de empresas, à sua taxa de sobrevivência, ao número de empregos gerados e ao nível de autoemprego. No entanto, estes indicadores são limitados, sendo importante considerar também a continuidade, o crescimento e a variação do número de empresas nos diferentes setores de atividade (Alves, 2018).

Quadro 2.3 - Taxas de atividades empreendedoras

Taxa	Descrição
Taxa de empreendedorismo em estágio Inicial (TEA)	A proporção de pessoas na faixa etária 18 e 64 anos envolvidas em actividades empreendedoras
Taxa de empreendedorismo por necessidade	A proporção de empreendedores da taxa TEA, que estão envolvidos com empreendedorismo por não ter outra opção de trabalho
Taxa de empreendedorismo por oportunidade	A proporção de empreendedores da taxa TEA, que estão envolvidos com empreendedorismo por identificar uma oportunidade de negócio que desejou perseguir.

Fonte: GEM (2010) citado por Rocha (2014).

Para avaliar o nível de atividade empreendedora e as respetivas motivações (por oportunidade ou por necessidade), procede-se à recolha de dados por meio de entrevistas ou inquéritos, mediante a aplicação de questionários aos empreendedores selecionados (Rocha, 2014). O autor define, ainda, duas variáveis para o cálculo da Razão entre o Empreendedorismo por Oportunidade e o Empreendedorismo por Necessidade (RON), a qual é obtida a partir das taxas correspondentes de cada país, utilizando a seguinte fórmula:

$$RON = \frac{\text{Taxa de empreendedorismo por oportunidade}}{\text{Taxa de empreendedorismo por necessidade}}$$

Observa-se na fórmula que a variável RON expressa a incidência do empreendedorismo por oportunidade relativamente ao empreendedorismo por necessidade. Assim, quanto mais elevado for o valor da RON, maior será o peso do empreendedorismo por oportunidade face ao de necessidade no país em análise. Nesta investigação, a RON é considerada a variável independente, enquanto o desenvolvimento económico dos países é representado pela variável dependente. Ács e Varga (2005 citados por Pereira, 2022) afirmaram que, "que o empreendedorismo motivado por oportunidade contribui de forma positiva e significativa para o desenvolvimento económico, enquanto o empreendedorismo por necessidade demonstra um efeito praticamente insignificante".

Pereira (1998) identifica a criação de emprego, de trabalho e de riqueza como os vetores mais frequentemente associados à valorização do empreendedorismo por parte da população não empresária. Armando Guebuza, numa conferência em Lisboa (nov. 2005)[3] afirmou "contar com as futuras novas pequenas empresas para o crescimento da riqueza, emprego e estabilidade social do país, relevando". Este destacou, ainda, o papel do empreendedorismo na construção do futuro (Forjaz, s.d). O papel determinante do empreendedor e da criação de novas empresas no desenvolvimento económico e social de um país representa, igualmente, uma das razões que sustentam o aumento do interesse académico e científico neste campo de estudo (Comissão Europeia, 2006).

2.7 - Importância do empreendedorismo

As expressões empreendedorismo e empreendedor ganharam relevância no contexto social e económico, o que impulsionou a necessidade de aprofundar o estudo e a investigação nesta área (Pombo, 2021). Em momentos de retração económica e de escassez de empregos, o empreendedorismo pode assumir um papel social de mitigação dos efeitos negativos sobre a população e a economia (Rocha, 2014). Os economistas reconhecem o empreendedor como elemento central do desenvolvimento económico, incorporando nos seus modelos os sistemas de valores da sociedade e os comportamentos individuais dos seus membros (Baggio & Baggio, 2014). Nos últimos anos, o empreendedorismo consolidou-se como fator essencial para a geração de riqueza, criação de empregos e rendimentos, contribuindo para melhores condições de vida (Pombo, 2021).

O empreendedorismo desempenha, assim, um papel determinante no desenvolvimento global, através da criação de novos negócios, do aumento da produtividade e do rendimento, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Para tal, o apoio governamental na construção de ecossistemas favoráveis é fundamental (Mota *et al*., 2017). Importa salientar que este fenómeno pode assumir diferentes formas: ora baseado em oportunidades de mercado, criatividade e inovação; ora motivado pela necessidade de subsistência, quando existem alternativas de emprego. Finalmente, a relevância do empreendedorismo também é sublinhada por Gaspar e Pinho (2001), ao enfatizarem a importância da iniciativa empresarial e da criação de

[3] https:/ scielo.br/j/tinf/a/P3CJs6ms3HsTbQxsQKqKYps/?format=pdf&lang=pt/.

novas empresas como mecanismos de manutenção e melhoria dos níveis de desenvolvimento económico e social.

A Comissão Europeia (2006) identificou diversas razões que justificam a relevância do empreendedorismo, destacando-se o seu contributo para:

- a criação de emprego;
- o crescimento económico;
- a valorização e aproveitamento do potencial individual;
- a melhoria da competitividade; e
- a prossecução dos interesses da sociedade, nomeadamente através da proteção do ambiente e da oferta de serviços de educação, saúde e segurança social.

A opinião apresentada pela literatura da importância do empreendedorismo, em princípio, observa-se uma convergência no que diz respeito ao conceito de empreendedorismo e a sua utilidade para vida das populações. Evidenciam a habilidade dos indivíduos em colocar as suas ideias em prática, na criação ou inovação de qualquer atividade económica que gera rendimento para sustentabilidade das famílias, redução do desemprego e com base à pobreza e, consequentemente, na contribuição para o desenvolvimento socioeconómico das populações. Em seguida, é considerado um dos temas mais urgentes no contexto africano, pela criação de emprego às populações jovens em crescimento contínuo e, é torna-se importante impulsionar as capacidades empreendedoras destes jovens para auxiliar as pequenas empresas nos setores-chave a criarem empregos sustentáveis (Prather, 2015, citado por Alves, 2018). O desenvolvimento do espírito empreendedor e das capacidades deve ser um processo que dura a vida toda (Nafuklo & Muyia, 2009).

Portanto, Camoto (2022) reconhece a relevância do empreendedorismo ao se destacar nas empresas privadas, no apoio aos empreendedores na criação de empresas, abrir e desenvolver os seus negócios, apoio técnico e contribuição para o desenvolvimento económico e social do país. E empreendedores transformam o meio em que vivem e tornando-se assim elementos fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico (Dornelas, 2014).

2.8 - O empreendedorismo em África

Em África, vários governos africanos desenvolveram programas de desenvolvimento de competências empresariais para resolver o problema do desemprego da juventude e assegurar o

crescimento económico (Nafuklo & Muyia, 2009). O empreendedorismo nos países em via de desenvolvimento apresenta características distintas daquele que se verifica em países desenvolvidos. A compreensão destas diferenças revela-se fundamental para a promoção e consolidação do empreendedorismo nos contextos em desenvolvimento (Lingelbach *et al*., 2005, citado por Souza, 2011). As atividades económicas estão inseridas em aspetos culturais e sociais, criando estilos únicos de empreendedorismo, que muitas vezes são orientados para a comunidade e com diversos resultados de subsistência. Compreende-se que empreendedores africanos tendem a enfatizar a "sobrevivência económica", o "ganhar a vida" e o sustento das suas famílias como razões para entrar no mundo dos negócios. Eles nem sequer estão preocupados em maximizar os lucros. Apenas ganhar a vida (Edoho, 2016).

Segundo Weiss *et al*. (2022) o empreendedorismo no continente africano é o foco de uma corrente de procura em acelerado crescimento. Esse aumento de interesse reflecte duas motivações diferentes, mas igualmente importantes: de um lado, há um crescente reconhecimento de que o empreendedorismo tem força de impulsionar o desenvolvimento social e económico, criar empregos e contribuir de forma geral para o crescimento da produção económica das economias africanas e, por outro lado, os investigadores começam reconhecer que há muito que se aprender sobre empreendedorismo a partir de estudo dos contextos africanos (Mendes, 2012; Chissingui, 2015). O empreendedorismo pode tornar-se uma solução para o desemprego em África, mas todos os que seguem esse caminho devem estar totalmente preparados (Olasunkanmi *et al*., 2016), embora o empreendedorismo é subestimado em muitos países africanos nos últimos 30 anos (Marsden, 1990, citado por Edoho, 2016).

O continente africano apresenta uma das mais elevadas taxas de intenção empreendedora mundialmente; contudo, ainda não conseguiu converter este potencial latente em atividades empreendedoras efetivas, sustentáveis e orientadas para oportunidades concretas de mercado (Reid *et al*., 2015, citado por Pereira, 2022). Os autores acrescentam que o empreendedorismo por necessidade se traduz, essencialmente, em formas de autoemprego associadas a atividades de baixo valor acrescentado, como o pequeno comércio, geralmente desprovidas de ambições de expansão ou inovação. Nos países africanos menos desenvolvidos, este tipo de empreendedorismo revela-se predominante e está fortemente associado à economia informal. E os períodos de crescimento económico tendiam a se correlacionar diretamente com o aumento do número de novos empreendimentos iniciados formalizados (Baume, 2000).

Um estudo empírico apresentado por Gebremariam (2004) citado por Usman (2017), observa o papel das pequenas iniciativas empreendedoras no crescimento económico e na redução da pobreza. O autor, descobriu que existe uma forte relação inversa entre a incidência da pobreza e as pequenas empresas e o crescimento económico. Assim, o resultado empírico estabeleceu a ligação entre as pequenas empresas, o crescimento económico e a incidência da pobreza. O resultado do seu estudo confirmou a expectativa de uma relação positiva entre o empreendedorismo e a redução da pobreza. O estudo foi realizado num país desenvolvido e os resultados não podem ser utilizados para modelar as realidades dos países em via de desenvolvimento (Gebremariam, 2004, citado por Usman, 2017), mas estudo feito num país em via de desenvolvimento, o resultado sugeriu que existe uma relação positiva e notável entre o empreendedorismo e a redução da pobreza.

Abordar o desenvolvimento socioeconómico de África de uma forma empreendedora requer aprender lições bem-sucedidas dentro e fora de África. Exemplos específicos de utilização bem-sucedida do empreendedorismo para desenvolver micro e pequenas empresas em África e noutras partes do mundo (Nafuklo & Muyia, 2009). O perfil de muitos empreendedores que investem em países africanos caracteriza-se pela utilização da própria experiência de vida como base para transformar ideias em iniciativas concretas e funcionais. Estes empreendedores tendem a identificar necessidades não satisfeitas no mercado e a explorá-las criativamente, colocando a sua motivação ao serviço da geração de soluções e oportunidades de negócio. Frequentemente, optam por atuar em áreas nas quais já possuem conhecimento e recursos, o que lhes permite criar e ampliar a sua riqueza, enquanto geram valor social (Lima, 2015).

Com o crescimento económico que se verifica em várias regiões de África, o continente tem-se tornado um mercado cada vez mais atrativo para o investimento. Embora muitos países da África Subsariana, como Angola, Botsuana, Etiópia, Gana, Maláui, Namíbia, Nigéria, África do Sul, Uganda e Zâmbia, ainda enfrentem dificuldades estruturais que limitam o desenvolvimento de negócios, o continente é amplamente reconhecido como uma terra de oportunidades (Lima, 2015). O autor acrescenta que, alguns países, em particular a Nigéria, a África do Sul e Angola, destacam-se pela sua maior atratividade em termos de investimento (Lima, 2015). E dada a relevância do empreendedorismo em África, e particularmente em Angola, destaca-se o papel da juventude como esperança para o desenvolvimento e progresso num futuro próximo. A sua integração no domínio do empreendedorismo revela-se fundamental para a promoção de novas

ideias, a mitigação das dificuldades económicas, o combate ao desemprego e a superação de outros desafios que caracterizam o mundo contemporâneo (Dengue, 2016).

2.9 - Empreendedorismo em Angola

Neste ponto, faz-se uma breve apresentação quer histórica como geográfica sobre Angola na contextualização do processo de desdobramento do empreendedorismo, onde tem sido muito disseminado, em África, nos últimos anos, em Angola, que se intensificou no final da década de (1975 - 1991), período que a economia era de matriz marcadamente socialista, sendo planificada e dirigida a nível central pelo Estado (Camoto, 2022), que apresentava uma elevada desigualdade económica e social. Período a seguir, isto de 1992 a 2009, surgiu a segunda República de Angola, dando abertura para um envolvimento mais ativo do setor privado na economia que está mais centrada no mercado (Mendes, 2025). Embora a economia angolana ainda dependa, em grande medida, do petróleo, até à década de 1970, o país caracterizava-se por uma forte orientação agrícola. Destacavam-se, nesse período, as produções de café, cana-de-açúcar, milho, sisal, óleo de coco e amendoim, bem como a comercialização de produtos como algodão, tabaco e borracha. A produção de batata, arroz, cacau e banana também assumia relevância económica, enquanto os principais rebanhos eram constituídos por gado bovino, caprino e suíno (Camoto, 2022; Mendes, 2025).

Em 2002, cria-se o Lei 30/11de 13 de setembro, para catalisar às micro e pequenas empresas (MPMEs), considerando-as que desempenham a função de incentivo e na sustentação do crescimento económico para o desenvolvimento social do país. Posteriormente, isto a partir de 2003, o Fomento do Empresariado Privado Nacional, construiu como a iniciativa pioneira do Estado Angolano, destinada ao fomento do empreendedorismo, procurando apoiar as empresas angolanas e os investimentos nacionais (Vale, 2018). O empreendedorismo em Angola inscreve-se no cerne das preocupações governamentais, assumindo-se como um elemento vital para o crescimento da economia, nomeadamente através da criação e dinamização de empresas (Pombo, 2021).

A GEM - Global Entrepreneurship Monitor é uma pesquisa internacional liderada pela London Business School e o Babson College nos Estados Unidos da América, cujo objetivo consiste em avaliar o empreendedorismo no contexto global assenta na análise de indicadores de referências. O seu programa de pesquisa GEM tem se destacado na realização de vários estudos e

comparações das taxas de empreendedorismo e das economias entre diferentes países. Dados do GEM (2016) apontam que, "Angola, quando comparada com outros países africanos, apresenta uma taxa de empreendedores em estágio inicial de 35,2%, o que significa que existem entre 35 e 36 indivíduos envolvidos em startups ou na gestão de novos negócios por cada 100 adultos. Em 2016, a Taxa de Empreendedorismo em Estágio Inicial (TEA) aumentou 13,7% face ao valor registado em 2014)" Neste contexto, o empreendedorismo revelou-se um instrumento fundamental de inovação e de criação de emprego para as populações. À semelhança do que ocorre noutros países em vias de desenvolvimento, o empreendedorismo em Angola tem desempenhado um papel crucial na promoção do autoemprego e na criação de novas empresas, contribuindo, simultaneamente, para reduzir a dependência económica do país relativamente às exportações de petróleo e de outras matérias-primas

Quadro 2.4 - Taxa de Empreendedorismo em Angola

	Taxas de empreendedorismo ano 2010			
Pais	TEA	Oportunidade	Necessidade	Razão
Angola	31,90%	19,90%	11,40%	1,74%

Fonte: Relatório Global Entrepreneurship Monitor (2010) citado por Rocha (2014).

No quadro acima observa-se que, a partir do cálculo da razão do empreendedorismo em Angola, verificou-se que, embora o país apresente taxas de empreendedorismo relativamente elevadas, a proporção de iniciativas empreendedoras por oportunidade face às motivadas pela necessidade revela-se reduzida (Rocha (2014).

O empreendedorismo em Angola está a consolidar-se com aspetos significativos e de relevância para o desenvolvimento socioeconómico do pais, principalmente quando se trata em geração de emprego e, consequentemente em renda, inclusive, um dos impactos da atividade (Tchinguelessy, 2021). A promoção do empreendedorismo tem sido uma iniciativa amplamente adotada pela maioria dos países da região da África Austral. Em Angola, o rápido crescimento populacional — particularmente entre os jovens - aliado à reduzida oferta de novos empregos, tem exercido um impacto direto na emergência de uma nova tendência empreendedora. Diversos investigadores têm destacado a importância deste fenómeno como fator determinante para o desenvolvimento socioeconómico sustentável do país (Alves, 2018). O autor, ainda, assume ao

reforçar que, no contexto angolano, grande parte dos empreendedores envereda pelo negócio próprio por necessidade, face à ausência de alternativas de emprego. E é crucial que o empreendedor detenha conceitos básicos de alguns aspetos críticos para o sucesso da sua atividade:

- A sua preparação;
- Fundos próprios;
- A identificação do indivíduo com a atividade que pretende desenvolver;
- A multiplicação da atividade de um concorrente;
- A fé demasiada nas suas capacidades; e
- A crença na redução do tempo de trabalho.

O tipo de empreendedorismo observado em Angola não difere de vários em relação ao fenómeno, e aceita-se a existência dois tipos: o empreendedorismo por necessidade e por oportunidade (Alves, 2018), e os angolanos evidenciam fortes capacidades empreendedoras. Esse empreendedorismo evidenciado pelos promotores angolanos podem ser, eles mesmos, uma das capacidades conducentes a práticas de criação de negócios e, por conseguinte, de desenvolvimento em Angola (Manuel, 2014). Estimam-se um número reduzido de iniciativas empreendedoras com êxito em Angola, implicando ter relação com o ambiente de negócios, caracterizado por os custos de produção elevados e pela escassez de incentivos à atividade produtiva, agravados pela existência de uma competição imperfeita entre os produtos no mercado (Alves, 2018). "Os empreendedores angolanos apresentam uma mistura de razões para enveredarem à atividade empreendedora, mas é de realçar que a maior base é a necessidade para realização de uma menor franja, destes motivos pela oportunidade de aumento do rendimento" (Mendes, 2025). As empresas criam um segmento de grande relevância no tecido empresarial angolano, assumindo um papel fundamental na economia nacional, quer pelo contributo significativo para o PIB, quer pela capacidade de gerar múltiplos postos de trabalho (Mela, 2019).

Dados do GEM (2018) revelam que em 100 angolanos adultos, 40 são empreendedores, onde 77,9% representam atividade B2C, trabalham num mercado onde o cliente é um consumidor individual. Cerca de 57% dos empreendedores foram incentivados por oportunidades e 38,8% pelo negócio, enquanto 4,2% por uma conjunção de motivação subjacente à criação de negócio. As faixas etárias dos empreendedores em Angola situam-se entre os 25 e 35 anos e apresentam um nível académico maioritariamente médio e superior. Já, Rafael (2023) observa que o perfil

dos empreendedores em Angola é dividido em cinco faixas etárias, sendo que a maior predominância está na classe mais jovem que contempla a faixa etária dos 25 a 34 anos, seguido do perfil de 18-24 anos. O quadro 5, apresenta a evolução da atividade em função da faixa etária, sendo caracterizado um empreendedorismo realizado pela população mais jovem.

Quadro 2.5 **-** Taxa da atividade empreendedora *early-stage* por faixa etária (% da população adulta)

Faixa etária	2018 (%)	2020 (%)	2022 (%)
18 – 24	(39%)	(54,2%)	(56,4%)
25 – 34	(51%)	(55,4%)	(58,6%)
35 – 44	(40%)	(45,2%)	(47,6%)
45 – 54	(32%)	(41,3%)	(50,8%)
55 – 64	(28%)	(37,3%)	(42,3%)

Fonte: Adaptado GEM citado por (Rafael, 2023).

Se relacionada com o percentual de desemprego, percebe-se também maior concentração de desemprego para a população com faixa etária de 18 aos 24 anos, para explicar a predominância da idade em função do empreendedorismo. Segundo Pereira (2022), o desenvolvimento inclusivo requer que o empreendedorismo tenha abrangência a todos os grupos da população, independentemente do género, idade, nível de escolaridade, pertença étnica, rendimento ou condições físicas e mentais. O autor sublinha, contudo, que a atividade empreendedora em Angola tem registado uma queda significativa, estimando-se uma Taxa de Atividade Empreendedora (TEA) de 22%, valor que, apesar de expressivo, não se distancia substancialmente da média das economias baseadas em fatores de produção. Mas os dados apontados pelo GEM (2023) consideram que Angola hoje ocupa a primeira posição de país mais empreendedor do mundo, possuindo, cerca de 53,8%, de negócios em fase inicial, e tem se percebido a atenção para atividade, sendo que a pauta de fomento ação empreendedora, tem sido destaque de debates, considerado determinante do processo de crescimento da economia mediante o surgimento de novas empresas (Almeida, 2017).

Em Angola, as principais motivações dos empreendedores encontram-se associadas, por um lado, à necessidade de gerar emprego e, por outro, ao desejo de ascensão socioeconómica através

da concretização de ideias de negócio, estas últimas enquadradas pelo GEM como motivações de oportunidade (Pombo, 2021). No que respeita às aspirações empreendedoras, observavam-se expetativas modestas em termos de criação de emprego, dado que apenas 5% dos inquiridos previam gerar dez ou mais postos de trabalho num horizonte temporal de cinco anos (Pereira, 2022). Para muitos, a procura de oportunidades de inserção no mercado de trabalho e a dificuldade em encontrá-lo constituíram os fatores determinantes para a entrada no campo do empreendedorismo (Barros & Pereira, 2008).

No plano das atitudes e perceções, Pereira (2022) destaca que, apesar de uma tendência globalmente negativa em comparação com os valores registados no ano anterior, Angola apresentava indicadores positivos quanto ao estatuto social do empreendedor (73%), à atratividade do percurso empreendedor (67%), à perceção da proximidade de oportunidades de mercado (57%) e à autopercepção das competências e conhecimentos necessários ao lançamento de um negócio (56%). Neste contexto, Baggio e Baggio (2014) sublinham ao caracterizar o empreendedorismo como fundamental para o desenvolvimento sustentável de Angol, na medida em que promove a inovação e a competividade, atuando como catalisador das transformações estruturais da economia e incentivando as empresas a aumentar a sua produtividade. E um dos principais veículos da atividade empreendedora continua a ser a pequena empresa (Barros & Pereira, 2008).

2.10 - As micro o e pequenas empresas e a sua classificação

As micro e pequenas empresas são definidas em diversos países dentro dos seus diferentes propósitos e intenções. As definições dependem das políticas governamentais. O que foi identificado como MPMEs em muitos países industrializados pode diferir noutros países em desenvolvimento. As microempresas podem ser rotuladas como pequenas ou médias nos países em desenvolvimento. Isto porque a quantidade de capital investido e o número de pessoas empregadas na operação e implementação de MPMEs e o nível de tecnologia diferem entre países. Em alguns países, as MPMEs são rotuladas com base no número de empregados e outros no capital investido (Tadesse, 2010).

Segundo Agupusi (2015) existem diferentes características das pequenas empresas, tais como o empreendedorismo, a propriedade e a gestão, a situação laboral, a economia formal e informal e a dimensão da entidade. Para a autora, a falta de uma definição clara e homogénea de pequenas

empresas pode afectar os resultados da investigação e a compreensão da sua contribuição para o desenvolvimento socioeconómico. O conceito de pequena empresa é diversificado e depende do nível de desenvolvimento económico de cada país (2018). Empresas são organizações que produzem e comercializam bens e serviços com um ou mais indivíduos a trabalhar, geridas verticalmente, buscando o lucro dos seus proprietários (Forjaz, s.d). E o espírito empresarial é tido como o motor da criação de emprego e alavanca do crescimento económico. Facilita a conversão de ideias inovadoras em projectos empresariais concretos bem-sucedidas, permitindo que o potencial individual se manifeste na criação do próprio emprego (Agupusi, 2015). Hoje, mais do que nunca, é imperativo que estas empresas adoptem práticas de gestão de excelência, capazes de lhes permitir não apenas integrar-se plenamente na economia moderna, mas também acompanhar as suas constantes transformações e exigências competitivas (Mela, 2019).

Hewaliyan (2002) citado por Tadesse (2010) apresenta critérios mais ou menos aplicados pela maioria dos países, isoladamente ou em combinação:

- Investimento de capital em instalações e máquinas;
- Número de trabalhadores empregados; e
- Volume de produção ou volume de negócios.

Ainda o autor, as micro e pequenas empresas constituem um foco especial do governo, uma vez que constituem a maioria do total das empresas e do emprego nos setores não agrícolas. Em reconhecimento do importante papel que as MPE têm a desempenhar na criação de rendimentos e oportunidades de emprego e na redução da pobreza.

Em Angola, foi criada pelo Executivo Angolano à Lei 30/11, de 13 de Setembro, que consta do Diário da República I SÉRIE - N.º 176, operacionalizado pelo Instituto Nacional de Apoio Às Micro , Pequenas e Médias Empresas, órgão competente para o efeito, à luz do seu Estatuto Orgânico n.º 251/18, de 12 de Novembro, pertencente, atualmente ao Ministério da Indústria e Comércio (Mindcom) que, claramente, visa fomentar a criação e dinamização das MPMEs, pela aprovação de programas que diminuam práticas administrativas excessiva, e que clarifiquem regulamentos, facilitando o acesso aos mercados quer interno bem como externo proporcionando assim novas oportunidades de negócios, formalização de parcerias visando o aumento de produção para o país. Esta Lei institui as normas relativas aos procedimentos distinto que às micro e pequenas empresas devem merecer, bem como as condições de acesso aos reais incentivos e facilidades das empresas. Aí, define-se como empresa, todas as sociedades

(unipessoais ou coletivas) que, independentemente da sua forma jurídica, tenham por objetivo o exercício de uma atividade económica e, são classificadas como MPMEs as sociedades que tenham adotado um dos tipos previstos nas alíneas a) e b) do artigo 2.º da Lei das Sociedades Comerciais, bem como outros tipos de sociedades que se criarão por Lei (Mendes, 2025).

Em Angola, com base na Lei 30/11, as Micro, Pequenas e Médias Empresas, são classificadas de acordo os critérios de identificação adotados: (i) o número de trabalhadores que a empresa emprega ou prevê e (ii) a faturação bruta anual[4]:

a) Microempresa ou microempreendedor: aquela que emprega até 10 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual não superior em Kz ao equivalente a usd 250 mil;

b) Pequena empresa: aquela que emprega mais de 10 e até 100 trabalhadores e/ou tenha uma faturação bruta anual em Kz superior ao equivalente a usd 250 mil e igual ou inferior a usd 3 milhões; e

c) Média empresa: aquela que emprega mais de 100 e até 200 trabalhadores e/ou tenha uma faturação bruta anual em Kz superior ao equivalente a usd 3 milhões e igual ou inferior a usd 10 milhões.

Quadro 2.6 - Classificação das MPMEs

Classificação	Trabalhadores	Faturação Bruta Anual
Mícro empresa	≤ 10	≤ 250.000 USD
Pequena empresa	> 10 ≤ 100	> 250.000 ≤ 3.000.000 USD
Média empresa	> 100 ≤ 200	> 3.000.000 ≤ 10.000.000 USD

Fonte: Adaptado da Lei 30/11

Para o cálculo e atribuição da classificação e respetivo certificado de MPMEs, o INAPEM, apesar do montante da faturação bruta anual estar expresso em dólar norte-americano (USD), efetua-se a conversão/equivalência para moeda local, o Kuanza (AKZ).

[4] A Lei 30/11, visa também valorizar o processo de criação das empresas, à sua manutenção, incentivos fiscais e financiamento, e reconhece que as MPME´s têm sido os principais instrumentos de sustentação das economias modernas, incluindo as dos países mais desenvolvidos, entendeu-se, com esta, não apenas para se reduzir o desemprego, mas também por ajustar-se às necessidades das comunidades e, contribuir, significativamente para a redução da informalidade e da pobreza[4]: Disponível em: https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2011/lei-n-o-30-11-de-13-de-setembro.

O Governo de Angola, ao perceber a importância das empresas para o crescimento da economia no desenvolvimento sustentável, estabeleceu e publicou a Lei 30/11, exclusivamente para apoiar e incentivar às MPMEs, visando:

a) Conferir o estatuto de MPME através de trâmites especiais, caracterizados pela simplificação e celeridade, às empresas que necessitem comprovar tal estatuto perante entidades públicas e privadas, no âmbito dos programas de incentivo e apoio à atividade empresarial;

b) Assegurar que a afetação de fundos públicos destinados à promoção das MPME seja realizada com o máximo de transparência, eficiência e rigor;

c) Instituir uma base de dados fiável de MPMEs, acessível às entidades interessadas para efeitos de contratação pública, estabelecimento de parcerias e outras finalidades; e

d) Melhorar os sistemas de informação e estatística, de modo a apoiar a formulação de políticas públicas eficazes que contribuam para o combate à pobreza, a promoção do empreendedorismo e o desenvolvimento económico e social sustentável.

O papel estratégico que às micro, pequenas e médias empresas desempenham na economia angolana continua, atualmente, a ser relativamente inexpressivo. Por essa razão, torna-se imperativo conceber políticas públicas eficazes e eficientes que contribuam para a minimização dos riscos de negócio, o aumento da produtividade contribui, consequentemente, para a melhoria da competitividade no mercado (Silva, 2022). Considerando que as micro e pequenas empresas constituem um segmento de elevada relevância no tecido empresarial angolano, é fundamental que o Governo continue a desenvolver, de forma prioritária, programas de apoio aos empreendedores e políticas públicas efetivas (Mela, 2019). Para o autor, o sucesso das empresas depende intrinsecamente de uma gestão adequada, alicerçada na definição de estratégias e na análise criteriosa das oportunidades e desafios, de modo a alcançar os objetivos delineados.

A análise e compreensão do fenómeno empreendedor, bem como dos instrumentos de desenvolvimento regional à luz da avaliação do crescimento económico, constitui um elemento fundamental para a formulação de políticas de desenvolvimento de um país. O seu caráter informativo revela-se essencial, ao fornecer dados relevantes para a conceção de novas políticas públicas (Keller, 2019).

Em Angola, o papel estratégico das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) na economia nacional ainda se mostra pouco expressivo. Torna-se, por isso, necessário implementar políticas públicas eficazes e eficientes que contribuam para a redução dos riscos inerentes aos

negócios, o aumento da produtividade e a melhoria da competitividade no mercado (Silva, 2022). Considerando que as micro e pequenas empresas representam um segmento de elevada importância no tecido empresarial angolano, é imperativo que o Governo continue a promover o empreendedorismo e a adotar políticas públicas consistentes e sustentáveis que estimulem o seu desenvolvimento (Mela, 2019). De acordo com este autor, o sucesso empresarial está intrinsecamente relacionado com uma gestão adequada, que deve iniciar-se pela formulação de estratégias sólidas e pela análise cuidadosa das oportunidades e desafios, de modo a alcançar os objetivos previamente definidos. Deste modo, Alves (2018) apresenta dois pontos principais:

- A função do empreendedorismo no desenvolvimento económico; e
- A necessidade e os objetivos das políticas públicas no fomento do empreendedorismo.

Com vista a uma melhor compreensão do tema, torna-se pertinente analisar a essência da criação de políticas públicas voltadas a promoção e o fortalecimento da atividade empreendedora.

2.11 - Políticas públicas de fomento e dinamização do empreendedorismo das mícro, e pequenas empresas em Angola

As políticas públicas têm como principal finalidade proporcionar melhores condições de vida à população, objetivo que pode ser alcançado através do estímulo a uma maior atividade empreendedora, dado o seu impacto positivo no crescimento económico, na criação de emprego e na distribuição de rendimentos (Souza & Júnior, 2011). Na atualidade, é percetível o esforço do Governo, uma vez que a implementação de políticas orientadas para o fomento do empreendedorismo constitui uma prioridade, reconhecendo-se a relação intrínseca entre o empreendedorismo e o desenvolvimento socioeconómico (Pombo, 2021). Perante a conjuntura económica que afeta as populações a nível mundial, e em particular as africanas, os Governos, tanto no contexto continental como no caso específico de Angola, têm adotado medidas e programas destinados ao fomento e à promoção do espírito empreendedor (Dengue, 2016).

A estratégia adotada excluiu o setor privado e sufocou o empreendedorismo e a criatividade e até provocou prejuízo os esforços individuais (Bewayo, 2012, citado por Edoho, 2016). O autor ainda afirmou que o nível de empreendedorismo é baixo em África porque os governos dominavam todos os setores da economia através das atividades das empresas públicas. Além disto, uma localidade favorável ao surgimento e desenvolvimento de empresas de sucesso não depende apenas do empreendedor, mas também da intervenção do Estado (Fiorentin *et al*., 2018).

As faltas na equação das políticas públicas comprometem as atividades empresariais que devem ser promovidas para o bem-estar das populações.

Nem todos os empreendimentos individuais são de empreendedores e nem todas as MPMEs têm potencial para gerar crescimento ou criar empregos (Kuada, 2015, citado por Edoho 2016). A participação de todos os atores sociais é essencial para que as empresas possam emergir e prosperar, especialmente quando se têm em consideração as necessidades dos pequenos negócios e os diversos fatores que integram um ambiente favorável ao empreendedorismo (Fiorentin *et al*., 2018).

Os programas destinados ao desenvolvimento de competências empreendedoras em África devem ter como objetivo o desenvolvimento de comportamentos, competências e atributos empreendedores e a promoção de pequenas empresas e do empreendedorismo como estratégia de desenvolvimento socioeconómico (Nafukho & Muyia, 2009). As atividades empresariais promovem o crescimento e o desenvolvimento económico (Minniti, 2008, citado por Udimal *et al*., 2020), mas o empreendedorismo só pode desempenhar um papel significativo no crescimento económico e no desenvolvimento de um país quando são definidas políticas institucionais para favorecer as suas operações. As estratégias públicas incidem necessariamente no investimento privado e no investimento de empreendedorismo como fato decisivo para o desenvolvimento que podem estar associadas em investimento de pequenas empresas. Uma realidade que pode estar associada direta ou indiretamente nas estratégias para o fomento de emprego e, consequentemente, na redução do desemprego (Morena, 2023). Dadas estas diferenciações, os decisores políticos precisam de orientação para centrar as políticas públicas no empreendedorismo, com potencial para estimular o crescimento, criar empregos e mitigar a pobreza (Edoho, 2016).

Em Angola, as políticas de apoio ao empreendedorismo conheceram diferentes momentos de desenvolvimento, durante os quais foram criados diversos mecanismos e programas destinados a fomentar e incentivar a iniciativa privada, com o objetivo de impulsionar o empresariado nacional (Troco, 2018). O padrão de empreendedorismo de Angola, além de ser operado maioritariamente na informalidade, encontra-se diretamente relacionado a atividades do sector do comércio e dependente na maioria das importações (Alves, 2018). O exercício da governação assente em políticas públicas orientadas para o fomento do empreendedorismo decorre do reconhecimento do papel das empresas como motores do desenvolvimento socioeconómico dos

países. Nesse sentido, são direcionados esforços para a promoção e o aumento do número de empreendedores, com o objetivo de reduzir as elevadas taxas de desemprego e pobreza e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida das populações (Troco, 2018). A promoção de incentivos orientados para a criação e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas constituem um dos vetores essenciais para a redução da pobreza e para a melhoria do nível de bem-estar da população angolana (Silva, 2022). As políticas públicas, quando devidamente estruturadas e implementadas, podem exercer uma influência positiva sobre o tipo e o grau de desenvolvimento do empreendedorismo (Daniel & Valentim, 2022).

"Aos 20 de julho de 2018, o Executivo angolano Pelo Decreto Presidencial n.º 169/18, foi aprovado o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), considerado um programa executivo destinado a acelerar a diversificação da produção nacional e a geração de riqueza, centrando-se em atividades com elevado potencial de criação de valor, de exportação e de substituição de importações. O PRODESI incide, nomeadamente, sobre os seguintes setores: Alimentação e Agroindústria, Recursos Minerais, Petróleo e Gás Natural, Florestal, Têxteis, Vestuário e Calçado, Construção e Obras Públicas, Tecnologias de Informação e Comunicação, Saúde, Educação, Formação e Investigação Científica, Turismo e Lazer" (MEP, 2023).

Este programa procura aproveitar e reconhecer as experiências anteriores, enquanto visa corrigir os diversos constrangimentos que inviabilizaram o sucesso das iniciativas precedentes do Governo, como o *BUE,* o *Projovem* e o *Angola Investe*, particularmente no que respeita à definição clara das etapas, do calendário de execução, das responsabilidades e das metas. Assim, adota uma coordenação transversal interministerial, integrando várias iniciativas, subprogramas, projetos e atividades complementares pelo Decreto Presidencial n.º 169/18, aprovou o PRODESI[5], considerado um programa executivo para acelerar a diversificação da produção nacional e geração de riqueza, num conjunto de produções com maior potencial de geração de valor de exportação e substituição de importações, designadamente nos seguintes setores: Alimentação e Agro-indústria, Recursos Minerais, Petróleo e Gás Natural, Florestal, Têxteis, Vestuário e Calçado, Construção e Obras Públicas, Tecnologias de Informação e Telecomunicações, Saúde, Educação, Formação e Investigação Científica, Turismo e Lazer. "Este programa aproveita, reconhece e visa corrigir, os vários constrangimentos que

[5] Portal Oficial do Governo da República de Angola - PRODESI.

impossibilitaram o sucesso das iniciativas anteriores do Governo (BUE, Projovem, Angola Investe entre outros), em particular na definição clara das etapas, do calendário de execução e das responsabilidades e metas, adaptando agora uma coordenação transversal interministerial de várias iniciativas,"[6]. Trata-se de uma perspetiva integrada que possibilita a conclusão das tarefas, bem como a monitorização, a avaliação dos resultados e a respetiva correção.

Objetivos fundamentais do PRODESI[7]

1. Aumentar a produção e o volume de vendas das produções e fileiras prioritárias, acelerando o processo de diversificação económica e potenciando as vantagens comparativas nacionais;

2. Reduzir o dispêndio de recursos cambiais associados à importação de bens essenciais da cesta básica;

3. Aumentar e diversificar as fontes de receitas cambiais, reforçando a sustentabilidade das contas externas;

4. Ampliar as fontes de investimento externo, nomeadamente o volume de investimento direto estrangeiro aplicado nas produções e fileiras produtivas prioritárias; e

5. Melhorar o ambiente de negócios nacional, promovendo condições mais favoráveis à competitividade, ao investimento e ao crescimento empresarial.

2.12 - Caracterização de Angola

Angola situa-se na parte ocidental da África Austral, a sul do equador. A maioria do seu território encontra-se compreendida entre os paralelos 4º22' e 18º02' de latitude sul e os meridianos 11º41' e 24º05' de longitude leste de Greenwich. O país possui uma superfície terrestre de aproximadamente 1.246.700 km² e uma linha costeira com cerca de 1.650 km de extensão. As fronteiras terrestres totalizam cerca de 4.837 km de comprimento, enquanto o território se estende por aproximadamente 1.277 km no sentido norte-sul e 1.236 km no sentido oeste-este.

A divisão político-administrativa de Angola tem como fundamento a Lei n.º 14/24, de 5 de setembro, que estabelece que, a partir de 2025, o país passa a contar com 21 províncias e 326 municípios, conforme a Proposta de Lei da Nova Divisão Político-Administrativa (DPA) aprovada pela Assembleia Nacional. Esta reformulação administrativa implica a criação de três

[6] https://governo.gov.ao/programa/prodesi.

[7] https://governo.gov.ao/programa/prodesi.

novas províncias, resultantes da divisão das atuais províncias do Moxico, Cuando Cubango e Luanda, originando, respetivamente, as províncias do Moxico, Moxico-Leste, Cuando, Cubango e Icolo e Bengo. Luanda mantém-se como capital do país (INE, 2022)[8].

Fronteiras Territoriais - Angola é limitada, a norte, pela República do Congo Brazzavile e pela República Democrática do Congo; a leste, pela República da Zâmbia e pela República Democrática do Congo; a sul, pela República da Namíbia; e a oeste, pelo Oceano Atlântico.

A independência de Angola, até então sob domínio do regime colonial português, foi alcançada a 11 de Novembro de 1975, após um longo período de luta de Libertação Nacional. A guerra civil e as suas consequências devastadoras sobre a já frágil economia nacional precipitaram o declínio do modelo Marxista e conduziram o país a um sistema económico mais aberto e liberal, especialmente entre 1987 e 1992 (Pryor, 2005, citado por Pereira, 2020).

Durante a década de 1990, as motivações empreendedoras e a caracterização da base empreendedora nos países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), incluindo Angola, estavam fortemente associadas à procura de segurança para a mulher e os filhos, à contribuição para o bem-estar familiar e à valorização pessoal através da aprendizagem contínua (Pereira, 2020). Segundo o autor, no domínio dos valores e da cultura, os empresários angolanos acreditavam que a mudança de status social era acessível a todos. De modo geral, os resultados evidenciam uma ambivalência na lógica empreendedora, a qual oscila entre objetivos de sobrevivência, melhoria do bem-estar e ascensão social.

Entre 2002 e 2013, Angola registou uma evolução significativa no domínio do empreendedorismo, impulsionada pelo crescimento económico contínuo e por um ambiente de otimismo generalizado na sociedade. Nesse mesmo período, emergiu o denominado "empreendedorismo de Estado", desenvolvido por parte da elite política. O empreendedorismo angolano ganhou maior robustez a partir de 2002, coincidindo com a fase de reconstrução nacional. Este ciclo histórico, que se prolongou até 2014, foi marcado pelo desafio de combate à corrupção, em consonância com as exigências e orientações de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Pereira, 2022).

Ao se definir dinâmicas de incentivo ao empreendedorismo, Angola, em 2011, introduziu no sistema de ensino secundário, o ensino do empreendedorismo que visou dar um contributo significativo enquadrado na nova dinâmica angolana. Foi essencial promover o estímulo da

[8]

actividade empreendedora da população angolana pata o surgimento e crescimento de novos e inovadores negócios. Este impulso contribuiu não apenas para a diversificação da economia, reduzindo a dependência do país relactivamente ao sector petrolífero, mas também para manutenção de taxas elevadas de crescimentoeconomico, alinhando Aongola com as dinâmicas económicas globais (Mendes, 2012; Mela, 2019).



Figura 2.3 - Mapa da Nova Divisão Político Administrativa de Angola

Fonte:https://www.bing.com/search?q=mapa+da+nova+divis%C3%A3o+administrativa+de+Angola&FORM=QSRE

Clima: Embora Angola se localize numa região tropical, o seu clima apresenta características próprias que o diferenciam das condições típicas dessa zona geográfica. Essa diversidade climática resulta da confluência de três fatores principais:

- Corrente Fria de Benguela, que influencia a parte sul da costa atlântica;
- A Corrente Fria de Benguela, ao longo da parte sul da costa;
- O relevo do interior, que contribui para a variação térmica e pluviométrica entre o litoral e o planalto central; e
- A influência do Deserto do Namibe, a sudoeste, que acentua a aridez em determinadas regiões do país.

Em consequência desses fatores, o clima de Angola caracteriza-se por duas estações bem definidas: a Estação das Chuvas, marcada por temperaturas elevadas e maior humidade, com níveis de pluviosidade consideráveis entre outubro e abril; e a Estação Seca, localmente conhecida por Cacimbo, que se estende de maio a agosto, caracterizando-se por tempo seco e temperaturas mais baixas (INE, 2022).

Língua - A língua oficial de Angola é o português, falado por cerca de 71% da população, com maior predominância nas áreas urbanas. O país é, contudo, multilingue, possuindo diversos dialetos nacionais, entre os quais se destacam o umbundu (23%), o kikongo (8%) e o kimbundu (8%) (RGPH, 2014).

Regime Político: Angola adota um regime político de democracia parlamentar, com um sistema de governo presidencialista democracia parlamentar;

Regime governamental: Presidencialista.

Moeda: a moeda nacional é o Kwanza (AKz)

Rios: os principais rios do país são o Kwanza, Cunene, Cubango, Cassai, Cuango, Cuíto, Bengo e Dande, os quais desempenham um papel essencial no abastecimento de água, na produção de energia hidroelétrica e na irrigação agrícola.

Lagos: destacam-se os lagos Dilolo, Panguila e Muxima, de relevância ecológica e socioeconómica.

Elevações: ponto mais elevado de Angola é o Morro do Moco, com 2.620 metros de altitude, localizado na província do Huambo, no município de Ekunha.

População[9]: atualmente o país estima-se aproximadamente com cerca de 35.981.281 milhões de habitantes com um índice de crescimento populacional avaliado a uma taxa de 3,8% a 3,1% de 2010 a 2022, sendo Luanda a Província mais populosa com 8 247 688 habitantes representando

[9] Os dados da população de Angola, foram baseados no Censo Geral da População e Habitação de 2014. (Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 VOL. I; INE, 2020). Dados actualizaos do Censo de 2024, ainda não foram divulgados.

(27,3%) e o Bengo com 445 690 representando apenas (1,5%), onde residem menos habitantes (INE, 2022; Banco Mundial; 2022; The World Factbook; 2022). Na sequência, a densidade populacional das sete províncias que compõem a região centro e sul de Angola, conforme quadro abaixo:

Quadro 2.7 - Projeção anual da população total por províncias 2018 - 2019

Nº	Província	2018	2019
01	Cuanza Sul	2 109 999	2 172 184
02	Benguela	2 477 595	2 543 493
03	Huambo	2 309 829	2 389 231
04	Bié	1 654 744	1 709 139
05	Namibe	568 722	588 378
06	Huila	2 819 253	2 906 791
07	Cunene	1 121 748	1 157 491

Fonte: Adaptado de INE (2020), Projeção da População, 2014 -2050

Rocha (2010) procurou mostrar que existe diferença entre as regiões de Angola quanto ao seu desenvolvimento socioeconómico. Após caracterização das províncias da região centro e sul de Angola, pela delimitação geográfica, demografia e população, faz-se também a caracterização da população economicamente ativa e da economia.

A história económica e social de Angola foi marcada por contextos de violência exercida sobre as populações, tanto durante as conquistas territoriais do poder colonial como em alguns domínios pré-coloniais, que procuravam utilizar a população como força de trabalho de baixo custo. Essa realidade originou um constante clima de instabilidade social ao longo das diferentes épocas históricas, dificultando o desenvolvimento do mercado interno e o crescimento económico (Pacheco *et al*., 2018). A estrutura económica tradicional apresentava características de subsistência, ajustadas à organização social e política dos reinos tradicionais, muitos dos quais possuíam um modo de vida nómada. Do ponto de vista físico e geográfico, a economia angolana distingue-se por dois traços fundamentais: a abundância de recursos naturais e a diversidade de condições ambientais, de clima, solo e zonas ecológicas, potencialmente favoráveis ao aproveitamento económico (Rocha, 2010).

Ainda segundo Rocha (2010), a análise das desigualdades e assimetrias regionais em Angola considera a existência de cinco regiões previamente definidas:

1. Com as províncias de Luanda, Bengo e Icolo e Bengo;
2. Região Norte: com as províncias de Cabinda, Zaire, Uíge e Cuanza Norte;
3. Região Leste: com as províncias de Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Moxico-Leste, Cuando e Cubango;
4. Região Centro: com as províncias do Bié, Cuanza Sul, Huambo, Benguela e Namibe; e
5. Região Sul: com as províncias da Huíla e do Cunene.

A região centro de Angola concentra uma principais reservas agrárias e pesqueiras do país, destacando-se pela significativa densidade populacional, sendo a segunda região mais habitada depois de Luanda/Bengo, com cerca de 30% da população nacional em 2007. Esta região apresenta elevado potencial para o desenvolvimento de um setor agroindustrial robusto, capaz de satisfazer as necessidades do mercado interno e promover a exportação (Rocha, 2010). Além disso, é considerada uma zona interétnica por excelência, uma vez que coexistem no seu território, pelo menos, oito das principais etnias angolanas, refletindo uma diversidade sociocultural significativa que contribui para a riqueza humana e cultural do país.



Figura 2.4 - Mapa das províncias da região centro e sul de Angola

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No domínio agrícola e pecuário, não se observam diferenças provinciais significativas que permitam identificar fatores de especialização distintos. Em contrapartida, no setor mineiro, verificam-se algumas variações entre as províncias. O Governo tem demonstrado interesse em políticas públicas de desenvolvimento regional, centradas na diversificação económica, na criação de emprego e na melhoria da qualidade de vida das populações, através da reconstrução de infraestruturas e do incentivo ao investimento privado, sobretudo no setor da agricultura e setor da indústria transformadora (PDN, 2023). Contudo, persiste uma forte concentração de investimentos empresariais nas regiões mais desenvolvidas, especialmente nas grandes cidades, devido à maior capacidade de consumo, à disponibilidade de infraestruturas e à proximidade dos principais centros económicos. Esta dinâmica acentua as assimetrias regionais, tanto entre o litoral e o interior como no próprio espaço intrarregional (Rocha, 2010). O futuro do empreendedorismo na economia angolana enfrenta diversos desafios estruturais, entre os quais se destacam as infraestruturas e a educação. Ambos os fatores exercem impacto direto no aumento dos custos de realização de negócios no país, dificultando o surgimento e a consolidação de empreendedores mais qualificados (Mendes, 2025).

2.13 - Conceito de desenvolvimento socioeconómico

As cidades, atualmente, deparam-se com desafios difíceis para atender aos objetivos em matéria de desenvolvimento socioeconómico e qualidade de vida das populações. Antes de se imergir nos meandros de desenvolvimento socioeconómico convém se abordagem epistemológica da palavra "desenvolvimento" que, a partida, pode ser entendido como a transformação da capacidade individual ao longo da própria trajetória biográfica, sendo consequência natural da assimilação e adaptação de habilidades pré-existentes às novas necessidades sociais e económicas (Siedenberg, 2004). Trata-se de um conceito complexo e amplamente estudado, que envolve a articulação de dimensões económicas, sociais e culturais, visando a satisfação das necessidades humanas e a melhoria das condições de vida das comunidades locais (Moinheiro, 2011).

"O desenvolvimento deve ser entendido como um processo contínuo de mudanças e transformações, de natureza económica, política, humana e social" (Ribeiro *et al*., 2022). Assim, o desenvolvimento é concebido como um processo dinâmico associado ao bem-estar e ao progresso, sendo amplamente valorizado e desejado pelas diversas sociedades, dado o seu papel principal na promoção da qualidade de vida e do crescimento sustentável (Camoto, 2022).

O desenvolvimento regional pode ser impulsionado pela organização e mobilização da sociedade local (Oliveira, 2003). O desenvolvimento económico deve articular-se com o desenvolvimento social, uma vez que implica uma compreensão profunda da realidade e a promoção de mudanças estruturais que a transformem (Furtado, 1979, citado por Schlindwein *et al*., 2014). O desenvolvimento socioeconómico é frequentemente utilizado como sinónimo de crescimento e evolução, sendo entendido como um processo contínuo de mudanças com múltiplas dimensões e significados (Siedenberg, 2004). Este processo pode resultar tanto da implementação bem-sucedida de estratégias e políticas públicas, como também de fatores aleatórios e circunstanciais que favorecem determinadas regiões em períodos específicos (Siedenberg, 2003). Assim, o desenvolvimento socioeconómico constitui-se como uma das principais metas e linhas de ação dos governos (Troco, 2018).

A promoção do desenvolvimento socioeconómico representa um desafio constante para os governos, que procuram melhorar a qualidade de vida das pessoas, apesar das limitações de recursos disponíveis (Azevedo *et al*., 2022). Neste contexto, o empreendedor adota a sua responsabilidade no processo de desenvolvimento, uma vez que a sua atuação reflete os valores e comportamentos predominantes na sociedade (Baggio & Baggio, 2014). O empreendedorismo, ao gerar valor e impulsionar a inovação, contribui para a melhoria das condições de vida e constitui um elemento estratégico na promoção do desenvolvimento regional (Ribeiro *et al*., 2022). É, portanto, um importante instrumento de estímulo ao bem-estar social e ao crescimento económico, quer em países desenvolvidos como em países em via de desenvolvimento (Pombo, 2021). Deste modo, o empreendedorismo deve ser encarado como um fator determinante para o desenvolvimento socioeconómico, merecendo especial atenção das políticas públicas e das iniciativas que visem o fortalecimento das economias locais (Rocha *et al*., 2021).

O GEM procura comparar/diferenciar países com diferentes níveis e o seu impacto na dinâmica do empreendedorismo (Obraztsova & Chepurenko, 2010), enquanto divide todos os países partícipes nos grupos com diferentes tipos de desenvolvimento socioeconómico:

- Com economias orientadas por fatores onde constam: Angola, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Colômbia, Equador, Egito, Índia, Irão;
- Com economias orientadas para a eficiência, contam: Argentina, Brasil, Chile, Croácia, República Dominicana, Hungria, Jamaica, Letónia, Macedónia, México, Peru, Roménia, Rússia, Sérvia, África do Sul, Turquia e Uruguai; e

- Economias orientadas para a inovação, constam: Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, República da Coreia, Países Baixos, Noruega, Eslovénia, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

Segundo Neumann (2020) o efeito do empreendedorismo nos países desenvolvidos segue um padrão de onda típica, até agora, nenhum estudo analisou padrão temporal nos países em via de desenvolvimento. Em geral, a evidência empírica sobre o efeito nos países em desenvolvimento é contraditória. Alguns estudos encontraram um efeito positivo do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico (Stam *et al*., 2011; Feki & Mnif, 2016; Youssef *et al*., 2018; Dhahri & Onri, 2018), outros não encontraram nenhum efeito ou mesmo um efeito negativo (Anokhin & Wincent, 2012; Ferreira & Cols, 2017; Verheul & Van Stel, 2010). Contudo, estudos que compararam países em diferentes fases de desenvolvimento concluíram que a magnitude do efeito do empreendedorismo depende do nível de bem-estar nacional e é geralmente mais elevado nos países mais desenvolvidos (Van Stel *et al*., 2005; Carrée *et al*., 2007; Vallière & Peterson, 2009; Verheul & Van Stel, 2010; Hessels & Van Stel, 2011; Anokhin & Wincent, 2012; Crnogaj *et al*., 2015; Urbano & Aparício, 2016). O bem-estar da comunidade é o principal objetivo do desenvolvimento socioeconómico. O bem-estar da comunidade pode ser medido por vários indicadores, como níveis de pobreza e taxas de desemprego (Wulanda *et al*., 2024).

2.14 - Indicadores de desenvolvimento socioeconómico

Segundo Siedenberg (2003), um indicador constitui apenas uma medida parcial e substitutiva da realidade, não devendo ser interpretado como um fim em si. Trata-se, antes, de um instrumento analítico auxiliar, útil para sistematizar e representar realidades complexas. De forma semelhante, Mela (2019) destaca que os indicadores de desenvolvimento são variáveis representativas de aspetos específicos de determinados processos, aplicáveis apenas em contextos concretos. Os indicadores socioeconómicos têm como principal finalidade avaliar a situação e a evolução de uma comunidade em múltiplas dimensões. Conforme adverte Moldau (1998), a utilização de qualquer indicador deve ser precedida de uma análise crítica do seu significado e das suas limitações, sendo essencial considerar a sua fundamentação teórica e os componentes que o estruturam.

Nas pesquisas sobre desenvolvimento regional, a utilização de indicadores tem como objetivos medir determinadas conceções de desenvolvimento económico e social (Siedenberg,

2003). Os indicadores socioeconómicos no estudo do desenvolvimento regional são indiscutíveis devido a sua importância. Entre os principais desafios enfrentados pelos países em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos destaca-se a pobreza, problema amplamente partilhado e agravado pelas elevadas taxas de desemprego, reconhecido como o maior obstáculo ao aproveitamento ótimo dos recursos humanos (Hussain *et al*., 2014). Os indicadores de desenvolvimento socioeconómico são, medidas estatísticas representativas que, isoladas da realidade, apenas adquirem significado quando inseridas num contexto teórico e metodológico adequado. Esses indicadores permitem analisar o desempenho das populações com base em dados económicos e sociais, respondendo a questões relacionadas com a desigualdade e o bem-estar (Siedenberg, 2003).

O desenvolvimento do empreendedorismo surge, assim, como uma abordagem autossuficiente de fortalecimento económico e recuperação social, tanto para o setor privado como para o setor público, sendo o desenvolvimento entendido em termos de redução da pobreza, da desigualdade e do desemprego numa economia em crescimento (Olasunkanmi *et al*., 2016). O desemprego constitui um problema central, uma vez que reduz a produtividade e a renda das comunidades, gerando pobreza e outros problemas sociais (Wulanda *et al*., 2024). Com uma atitude empreendedora, os desempregados são incentivados a criar o seu próprio emprego e, consequentemente, oportunidades para outros (Wulanda *et al*., 2024).

Na realidade africana, e particularmente na África Subsariana, o desemprego e a pobreza continuam a constituir os principais desafios ao desenvolvimento (Iwu & Opute, 2019). Compreender, portanto, a influência do empreendedorismo sobre esses indicadores é essencial para a análise do desenvolvimento socioeconómico.

2.14.1 - Conceito de desemprego

De algum tempo a esta parte, têm-se verificado profundas transformações na sociedade em geral e, em particular, no mundo dos negócios, destacando-se o seu impacto na redução do desemprego, por meio da criação e expansão de empresas que geram novas oportunidades de trabalho e impulsionam o desenvolvimento económico (Fiorentin *et al*., 2018). O desemprego representa um dos desafios sociais a nível mundial, sendo também um dos mais complexos de resolver num contexto de profundas transformações (Almeida *et al*., 2013). Trata-se de um problema socioeconómico com o qual cada nação deve lidar de acordo com as suas capacidades e

especificidades (Adaeze, 2019). A sua dimensão na vida dos indivíduos é tal que se assume como um dos temas mais relevantes da atualidade (Bastos, 2012). É certo que, nos últimos anos, se tem registado uma ligeira redução das taxas de desemprego a nível mundial; contudo, estes permanecem em níveis consideravelmente elevados (Reinert, citado por Salomão, 2015). Atualmente, o desemprego representa um dos principais desafios enfrentados pelas sociedades mundiais (Almeida *et al*., 2013).

O desemprego é causado porque o número de força de trabalho ou de candidatos a emprego não é proporcional ao número de empregos existentes que podem absorvê-los (Wulanda *et al*., 2024). O desemprego constitui um fenómeno simultaneamente estrutural e desestruturante do ponto de vista social, verificando-se um número crescente de pessoas que enfrentam períodos mais ou menos prolongados nesta condição (Almeida *et al*., 2013). A criação do próprio emprego constitui uma alternativa viável face ao desemprego estrutura, implicando dos indivíduos a mobilização de múltiplas competências, bem como um elevado grau de criatividade e iniciativa (Bastos, 2012). Os indivíduos podem ser empurrados para o autoemprego pela falta de opções viáveis para ganhar a vida, ou podem ser levados ao autoemprego para procurar oportunidades empresariais (Edoho, 2016).

"O desemprego diz respeito a situação em que se encontra certo indivíduo em idade economicamente ativa, com capacidade e disponibilidade para trabalhar em detrimento de um rendimento ofercerido no mercado e que, no entanto, procura por um emprego, mas não o encontra" (Samuelson & Nordhaus, 2010). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o desempregado como o indivíduo economicamente ativo que se encontra sem ocupação, mas disponível e à procura de trabalho, incluindo aqueles que perderam o emprego ou que o deixaram voluntariamente (Banco Mundial, 2008, citado por Adaeze, 2019). Para ser considerado desempregado, o indivíduo deve cumprir dois requisitos fundamentais: não exercer nenhuma atividade económica e estar efetivamente à procura de trabalho (Samuelson & Nordhaus, 2010). A OIT projetou um ligeiro aumento do desemprego global para 208 milhões em 2023, cerca de 3 milhões a mais que em 2022, com uma taxa de crescimento do emprego de 1%, menos de metade da taxa registada neste período (Fute *et al*., 2024).

O empreendedorismo é de igual modo visto como uma estratégia eficaz para enfrentar o desemprego (Nobre, 2012, citado por Ramos *et al*., 2020). Emerge como resposta dos desempregados, resultante da interação entre fatores individuais e contextos sociais, sendo o

desenvolvimento de competências empreendedoras essencial para o progresso social e para a melhoria da empregabilidade (Lopez-Núñez *et al*., 2020).

A relação entre desemprego e empreendedorismo é influenciada por fatores micro e macroeconómicos, regionais e culturais (Almeida *et al*., 2013). Estudos apontam que variações no desemprego têm impacto positivo nas taxas subsequentes de empreendedorismo, isto é, níveis mais elevados de desemprego tendem a estimular novas iniciativas empresariais. Em contrapartida, o aumento da atividade empreendedora contribui para a redução posterior do desemprego, sendo este efeito mais significativo que o primeiro (Ramos *et al*., 2020). O desemprego, apesar de representar um problema grave, pode encontrar no empreendedorismo uma via promissora, sobretudo entre os jovens (Olasunkanmi *et al*., 2016). Em Moçambique, por exemplo, cerca de 71% dos empregos criados beneficiam jovens e 55% mulheres, das quais 47% são jovens mulheres, evidenciando o papel do empreendedorismo na inclusão social e na redução das assimetrias (Ramos *et al.*, 2020).

Algumas alternativas estratégicas, relacionadas com o papel determinante do emprego na promoção de um desenvolvimento inclusivo e socialmente equilibrado, são apresentadas por Rocha (2014):

(i) a redução do desemprego tem um impacto direto na diminuição da pobreza, ao gerar novas fontes de rendimento;

(ii) a redução do desemprego contribui para uma melhor distribuição de rendimento, ainda que assente em trabalho não qualificado;

(iii) A redução do desemprego favorece o reassentamento das populações deslocadas e, a médio prazo, impulsiona o valor acrescentado agrícola, essencial para a segurança alimentar, o aumento dos rendimentos rurais e o fortalecimento das ligações entre agricultura e indústria transformadora

(iv) A redução do desemprego, que afeta de forma mais acentuada as mulheres, constitui provavelmente um dos meios mais eficazes para diminuir as desigualdades de género; e

(v) A redução do desemprego só é viável e sustentável através de uma estratégia de reconstrução e crescimento económico assente nas micro e pequenas empresas (MPMEs), dado o seu papel central na criação de emprego, dinamização da economia local e promoção da inclusão social.

A relação entre desemprego e empreendedorismo assenta no facto de que indivíduos confrontados com o desemprego, e com baixas probabilidades de reintegração no mercado de trabalho formal, podem encontrar uma alternativa viável no autoemprego, permitindo-lhes gerar rendimentos, desenvolver competências e contribuir para o crescimento económico local (Agupusi, 2015). Deste modo, o empreendedorismo pode desempenhar um papel significativo na melhoria do bem-estar social, nomeadamente através da criação de novos postos de trabalho, contribuindo simultaneamente para a redução do desemprego e para o aumento do rendimento das comunidades (Wulanda *et al*., 2024).

Na África Subsaariana, o empreendedorismo tem sido promovido como uma política de desenvolvimento e de criação de emprego jovem, num contexto onde o desemprego permanece elevado. Essa realidade leva muitos jovens, especialmente os que não frequentam a escola, a enveredar por atividades autónomas no setor informal, face à incapacidade dos governos em gerar empregos regulares e estáveis no setor formal (Chigunta, 2017, citado por Pontes, 2022). Ainda assim, o impacto das políticas de promoção do autoemprego e do empreendedorismo na redução do desemprego e do subemprego revela-se um fenómeno complexo, condicionado por fatores estruturais e institucionais (Pontes, 2022).

2.14.2 - O desemprego em Angola

Temas relacionados com o desemprego constituem uma preocupação para as economias desenvolvidas e em via de desenvolvimento (PDN, 2023)**.** O desemprego é um fenómeno socioeconómico com amplas implicações para a sociedade (PDN, 2023). O desemprego é um problema social de Angola, por estar na origem da elevada taxa de criminalidade da juventude, prostituição, pobreza, dentre outros problemas sociais (Morena, 2023). O desemprego representa um considerável desperdício económico, refletido na perda de capacidade de crescimento tanto no presente como no futuro (CEIC, 2021). Ainda o autor, o desemprego é um dos principais fatores a ser combatido nas sociedades que pretendem melhorar na esfera económico e social.

Em condições económicas deficeis, com a taxa de desemprego muito elevada, os indivíduos acreditam que não têm nada a perder e resolvem aventurar-se em ideias empreendedoras, na criação das suas próprias empresas, identificando oportunidades no mercado, e geram riqueza económica (Lima, 2015). O empreendedorismo tornou-se uma das soluções importantes para lidar com a crescente taxa de desemprego (Wulanda *et al*., 2024), e a sua preparação desempenha

um papel crucial na redução das taxas de desemprego e na aceleração do crescimento económico de um país.

Fatores como a mentalidade empreendedora, a atitude empreendedora e o interesse empreendedor afetam a preparação empreendedora dos jovens (Choirunnisa *et al*., 2024). Uma taxa de desemprego alta é um dos principais desafios que a África enfrenta, embora tenha as suas economias que mais crescem a nível mundial (Adenle, 2017). Em Angola, o desemprego tem se verificado a aumentar cada vez mais no setor público e privado, colocando deste modo a força motora da sociedade fora do âmbito empresarial (Branco, 2021).

De acordo com dados do Relatório do INE (2020), a taxa de desemprego em Angola registou 39,8% em 2002, tendo diminuído para 30,6% em 2020. No segundo semestre de 2020, a população desempregada estimou-se em 4.737.747 pessoas, sendo que os indivíduos com mais de 15 anos registaram um aumento de 0,05%, equivalente a 2.290 pessoas em relação ao trimestre anterior. Comparativamente, no segundo semestre de 2019, o número de desempregados aumentou em 681.477 pessoas, representando 16,8%. Ainda segundo a mesma fonte, a taxa de desemprego estimada em 2020 foi de 32,7%, superior em 0,7 pontos percentuais relativamente ao trimestre anterior (32,0%) e 4,0 pontos percentuais acima do segundo trimestre homólogo de 2019 (29,0%), atingindo 31,8% no último trimestre do ano. Estes dados permitem deduzir a existência de uma relação entre a taxa de desemprego e o crescimento económico, tanto no curto como no médio prazo, para a economia angolana ao longo do período 2000-2020.

Quadro 2.8 - Previsão da taxa de desemprego

Previsão da Taxa de Desemprego				
Anos	Taxa crescimento PIB necessária	Taxa crescimento de produtividade	Volume de emprego	Taxa de desemprego
2020	-5,10	2	10749488	30,64
2021	0,4	2,95	10483231	31,72
2021	2,4	2,75	10447521	34,18

Fonte: Estudos sobre a produtividade e emprego citado por CEIC (2021).

Dados da "folha informativa" do INE sobre o desemprego do IV Trimestre de 2020, em Angola, apontado pelo CEIC (2021), apresenta-se:

Quadro 2.9 - Emprego e desemprego em Angola

Emprego e Desemprego em Angola (%)						
	IV Trimestre 2019		III Trimestre 2020		IV Trimestre 2020	
Indicadores	15-64 anos	15-24 anos	15-64 anos	15-24 anos	15-64 anos	15-24 anos
Taxa de atividade	88,4	81,5	90,4	84,6	90,5	84,7
Taxa de emprego	60,3	35,5	59,7	36,9	62,8	37,9
Taxa de desemprego	31,8	56,5	34	56,4	30,6	55,3

Fonte: INE, FIR – IV Trimestre de 2020 citado por CEIC (2021).

Estima-se que apenas com a criação de 1.500.000 novos postos de trabalho seria possível reduzir a taxa de desemprego em Angola para pouco menos de 20% em 2022. Para tal, seria necessário que a taxa média anual de crescimento do PIB atingisse 11,5%, acompanhada de uma taxa de produtividade de 2,75%. O Programa de Apoio ao Pequeno Empresário (PAPE) apresentou-se publicamente como uma esperança para a alteração do quadro de desemprego existente no país.

A literatura económica evidencia diversos casos de perda de empregos, dado que, para as empresas, manter a competitividade e assegurar a sobrevivência no mercado constitui um desafio determinante (CEIC, 2021).

De acordo com dados do The World Factbook (2022), a população angolana é estimada em 35.981.281 habitantes. As taxas de desemprego registaram 7,42% em 2019, 8,33% em 2020 e 8,53% em 2021. Já o relatório do INE (2020) indica que o desemprego afeta 3.675.819 indivíduos de um total de 14.735.487 pessoas em idade ativa, das quais apenas 9.073.321 se encontram empregadas. Nos últimos dois anos, a taxa de desemprego em Angola registou um aumento aproximado de 8,8%, atingindo 28,8% da população economicamente ativa. De acordo com o Inquérito às Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA), cerca de 42 em cada 100 pessoas empregadas trabalham por conta própria, enquanto 19 em cada 100 exercem funções no setor privado. Os setores da agricultura, pecuária, caça, florestas e pescas absorvem a maioria da mão de obra, representando aproximadamente 46% do total de empregados (INE, 2020).

Dados do BDA (2021 citado por Rafael, 2023), revelam que Angola possui uma taxa de desemprego avaliada em 28%, e por localidade de residência, a área urbana apresenta a maior percentagem, avaliada a 33,18%, sendo que a área rural possui apenas um desemprego estimado a 18, 99%, com relação ao género a população feminina possui a maior percentagem a população

masculina de 30% e 20%, respetivamente. E referente à faixa etária, a população com 15 a 24 anos é quem concentra o maior índice percentual de desemprego entre os grupos etários, com 44,48%. As faixas etárias dos 15 aos 24 anos e dos 24 aos 34 anos, 57% destes têm pelo menos algum ensino secundário, e representa 83% dos desempregados no país. Um ano depois, alta taxa de desemprego, estimada a 29,6% verificou-se, e diversas maneiras de produzir negócios e diferentes alternativas de fomento à criação de renda, fizeram parte da jornada de diversos angolanos, abrindo assim a margem para um empreendedorismo orientado por necessidade, diferindo daquele orientado por oportunidade fomentado pelas instituições públicas (INE, 2022).

O empreendedorismo constitui um domínio desafiante que promove a inovação, atenua as dificuldades económicas e contribui para a redução do desemprego (Dengue, 2016). O seu desenvolvimento tem efeitos positivos no crescimento económico, na criação e manutenção de empregos, bem como no crescimento sustentável, através do aumento da riqueza e da diminuição da pobreza (GEM, 2018). Contudo, o desemprego continua associado à pobreza, à violência e à vulnerabilidade social (PDN, 2023). Nesse sentido, o Executivo angolano prioriza a criação de novas empresas como estratégia para impulsionar a economia e combater a pobreza (Mendes, 2025).

2.14.3 - Conceito de pobreza

Um dos principais problemas sociais atualmente, especialmente nos países em desenvolvimento, é a pobreza. A maioria dos outros problemas socioeconómicos seriam quase completamente resolvidos, se o problema da pobreza fosse resolvido com sucesso (Adeyemi & Lanrewaju, 2014). Assim, compreender a pobreza é essencial no âmbito do conceito de desenvolvimento social. A literatura apresenta múltiplos fundamentos teóricos acerca da sua origem e persistência, os quais se revelam diversos e, por vezes, incertos. O conceito de pobreza assume múltiplas dimensões, sendo interpretado a partir de distintas abordagens que abrangem perspetivas de natureza social e económica (Gough & Doyal, 1986, citados por Fernandes, 2016), o entendimento da pobreza está intrinsecamente ligado à noção de necessidades básicas e de meios de subsistência, fundamentais à sobrevivência humana.

O conceito de necessidades básicas associa-se, por sua vez, às ideias de sobrevivência e autonomia: a primeira depende da satisfação alimentar, enquanto a segunda se relaciona com a manutenção da saúde, condição essencial para a capacidade de fazer escolhas e exercer controlo

sobre a própria vida. O conceito de pobreza está ligado à privação de necessidades básicas; ser pobre não significa apenas auferir rendimentos baixos, mas também não ter acesso a serviços essenciais que garantam o bem-estar e a qualidade de vida (Neto, 2024).

Mas a teoria dos atributos individuais reage à ideia de que os pobres na sociedade são os arquitetos das próprias condições. De acordo com esta teoria, a posição de um indivíduo no rendimento e na riqueza depende da motivação, aptidões e habilidades próprias (Adeyemi & Lanrewaju, 2014). Pobreza significa falta de rendimento ou escassez de bens; a falta de competência, confiança, impotência, etc.; tem também privação da moeda (Hussain *et al*., 2014). "Pobreza é o estado em que pessoas sofrem sérias restrições como pouco crescimento económico e desigualdades de recursos. A pobreza é uma condição na qual as necessidades dos indivíduos não são atendidas de maneira apropriada, como falta de acesso à renda, saúde, educação, segurança e infraestrutura básica" (Teixeira *et al*., 2020). Segundo Fernandes (2016), a pobreza é definida a partir de uma linha de referência, o limiar de pobreza que permite distinguir os pobres dos não pobres, bem como diferenciar a pobreza extrema, a pobreza relativa e a pobreza moderada. A determinação dessa linha pode ser efetuada com base no nível de consumo ou nos rendimentos do agregado familiar.

Nos países em vias de desenvolvimento, o cálculo da linha de pobreza com base nas despesas de consumo revela menor volatilidade do que aquele efetuado a partir da variável rendimento. Nesses contextos, os rendimentos das populações mais carenciadas provêm, em grande medida, do mercado informal, caracterizando-se pela sua instabilidade. Por esta razão, a definição da linha de pobreza pelo consumo toma como referência o valor da despesa mensal necessária para a aquisição de bens alimentares que garantam as necessidades calóricas mínimas de um adulto (Fernandes, 2016).

O Relatório Brundtland defende que a pobreza generalizada deixou de ser uma condição inevitável e o desenvolvimento de uma cidade deve priorizar a satisfação das necessidades básicas de toda a população, promovendo, simultaneamente, oportunidades de melhoria da qualidade de vida (João, 2018).

De acordo com Rodrigues *et al*. (2017) e João (2018), a pobreza pode ser definida com base em duas dimensões complementares de análise e interpretação:

• Pobreza absoluta – refere-se à sobrevivência física do indivíduo, manifestando-se quando este enfrenta dificuldades ou impossibilidades de satisfazer as suas necessidades vitais mínimas, como alimentação e habitação;

• Pobreza relativa – relaciona-se com as desigualdades presentes no contexto social no qual o indivíduo se insere, ocorrendo quando o atendimento das necessidades básicas é comprometido por fatores não estritamente ligados ao rendimento, como a falta de acesso a serviços de saneamento, educação adequada ou a existência de discriminação de género.

A pobreza pode resultar da baixa produtividade das famílias, frequentemente associada a restrições financeiras e à ausência de incentivos adequados ao empreendedorismo. Os negócios criados em contextos de pobreza tendem, por vezes, a revelar-se ineficientes e, por conseguinte, pouco sustentáveis (Hussain *et al*., 2014). A atuação empreendedora, contudo, pode constituir uma via de superação dessa condição, permitindo a satisfação das necessidades económicas básicas e contribuindo para a redução da pobreza, sobretudo quando envolve a criação de negócios por oportunidade que geram emprego para terceiros (Cumming *et al*., 2019, citados por Teixeira *et al*., 2020). Embora o desenvolvimento das pequenas empresas, por si só, não seja suficiente como estratégia de erradicação da pobreza, o setor pode desempenhar um papel significativo nesse processo, dado que o crescimento económico constitui uma condição necessária à sua redução (Degen, 2009).

O empreendedorismo, ao promover o aumento do rendimento e oferecer novas perspetivas de inclusão produtiva, configura-se como uma estratégia eficaz para o combate à pobreza e o estímulo ao desenvolvimento socioeconómico nos países em vias de desenvolvimento (Hussain *et al*., 2014). Nesse sentido, o empreendedorismo é apontado como uma das ferramentas mais promissoras para enfrentar o problema da pobreza em escala global (Teixeira *et al*., 2021). As micro e pequenas empresas (MPMEs) assumem um papel relevante nesse processo, ao contribuírem para o crescimento económico, a geração de empregos e o aumento dos rendimentos das populações (Hussain *et al*., 2014). Estudos recentes evidenciam uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o empreendedorismo e a redução da pobreza (Naminse *et al*., 2019), indicando que o fomento da atividade empreendedora pode constituir um instrumento eficaz de inclusão económica e melhoria da qualidade de vida.

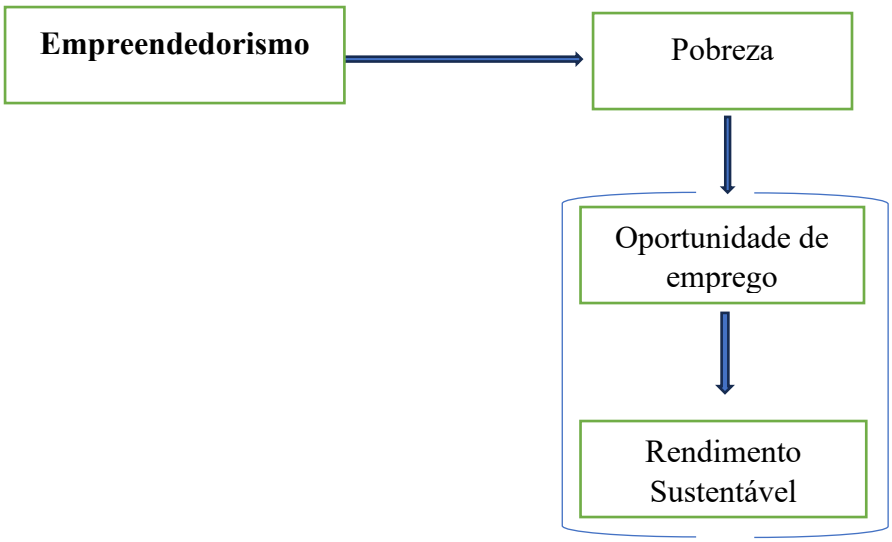


Figura 2.5 - Empreendedorismo e pobreza

Fonte: Adaptado de Usman (2017).

2.14.4 - A pobreza em Angola

Em África, o crescimento económico anual, ao longo dos anos 1990, não ultrapassou a média de 2,1 por cento. Após o fracasso do programa de ajustamento estrutural (PAE) no combate a pobreza em África, no início dos anos 2000, quando foi substituído pelas estratégias de redução da pobreza (ERP), que visou reverter os efeitos negativos de ajustamento estrutural sobre o bem-estar e as condições sociais (Lopes & Kararach, 2022).

Desde o início do século XXI, quase metade da população angolana terá ultrapassado o limiar da pobreza absoluta. A taxa de incidência da pobreza reduziu-se de 60% para 36%, sendo esta diminuição mais expressiva nas zonas rurais (MEP, 2018). Foram identificados quatro indicadores fundamentais (saúde, educação, qualidade de vida e emprego) como dimensões centrais da pobreza multidimensional. Em Angola, considera-se multidimensionalmente pobre o indivíduo que sofre privações em 30% ou mais das dezasseis dimensões ponderadas. As províncias da Huíla e do Huambo apresentam taxas de incidência superiores a 70%, enquanto o índice nacional de pobreza é estimado em 37%. Deste total, 56% da população pobre reside em áreas rurais e 44% em áreas urbanas, segundo o Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (INE, 2020).

Os dados do INE (2023) sobre o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) revelam uma forte articulação com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN, 2018 - 2022), cujo propósito central consiste em reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento humano e assegurar o bem-estar dos angolanos através da inclusão económica e social. O índice de profundidade da pobreza reflete o défice médio de consumo por pessoa abaixo desse limiar. A linha de pobreza é estimada de forma diferenciada consoante o espaço geográfico, sendo composta por dois componentes: a linha de pobreza alimentar e a linha de pobreza não alimentar (Neto, 2024). "A incidência da pobreza em Angola é de 41%, o que indica que 41 em cada 100 angolanos apresentam níveis de consumo inferiores à linha de pobreza" (INE, 2023).

Contudo, o crescimento económico registado permanece distante de traduzir-se em melhorias substanciais nas condições de vida da maioria da população, que, em grande parte, carece de qualificação profissional, enfrenta deslocações das suas zonas de origem e encontra dificuldades em aceder a um emprego estável que garanta uma vida digna (Oliveira, 2012). Estes modos de vida identificados em Angola não são absolutos, apresentando-se em constante transformação, acompanhando as dinâmicas sociais e económicas, implicando a possibilidade de reconstrução de novos modelos de sobrevivência e inserção social conforme as necessidades do contexto (Oliveira, 2012).

A pobreza em Angola apresenta igualmente uma expressão urbana e periurbana, que não deve ser negligenciada, constituindo uma das áreas prioritárias de intervenção no âmbito das políticas de desenvolvimento nacional (INE, 2020). O país apresentou, ainda, a sua Avaliação de Pobreza Multidimensional, devidamente adaptada às especificidades do contexto nacional, procurando captar as diversas dimensões que influenciam as condições de vida da população (MEP, 2018). De acordo com dados do Banco Nacional de Angola e do Banco Mundial (2020), a situação socioeconómica do país continua marcada por elevados níveis de pobreza, apesar dos avanços registados. Embora o ritmo de redução da pobreza seja considerado positivo, torna-se necessário reforçar e ampliar o conjunto de medidas que, direta ou indiretamente, possam contribuir para o seu efetivo combate e mitigação (MEP, 2018).

Neste contexto, os elevados índices de pobreza observados em Angola têm sustentado a perceção de que o empreendedorismo no país emerge predominantemente por necessidade de sobrevivência, refletindo um padrão característico de economias em desenvolvimento, onde a

criação de pequenos negócios constitui uma alternativa face à ausência de emprego formal (Pombo, 2021; Matos, 2023).

Quadro 2.10 - Pobreza multidimensional em Angola

	Incidência	Profundidade	Intensidade
Total	40.6	10.1	4.4
Idade			
Menos de 24 anos	29.7	5.0	1.7
25 - 34 anos	34.9	7.1	2.8
35 - 44 anos	42.8	10.6	4.7
45 - 54 anos	45.3	12.4	5.6
55 - 64 anos	40.9	11.2	5.0
65 ou mais anos	43.7	12.7	5.8
Escolaridade			
Nenhum nível	56.5	15.9	7.5
Ensino primário	54.9	13.9	6.1
Secundário – 1.º ciclo	17.0	8.5	3.5
Secundário – 2.º ciclo ou mais	17.3	3.4	1.3
Outro ou não declarado	41.3	7.7	2.7

Fonte: Relatório sobre a pobreza multidimensional em Angola, adaptado de INE (2020).

O quadro 2.10 mostra os índices de pobreza em Angola. Estes revelam-se mais elevados entre a população com 65 ou mais anos, com uma incidência de 43,7%, uma profundidade de 12,7% e uma intensidade de 5,8%. A unidade de análise considerada é o indivíduo, sendo que os resultados refletem a percentagem de pessoas pertencentes a agregados familiares identificados como multidimensionalmente pobres. Esta abordagem permite uma compreensão mais ampla da realidade, na medida em que os problemas detetados num agregado familiar tendem a afetar todos os seus membros, dada a interdependência das condições de vida partilhadas. Assim, não se assume que cada pessoa seja uma entidade isolada, mas antes um ser socialmente inserido, sujeito às influências do seu meio envolvente mais próximo, ou seja, das pessoas com quem convive diariamente. Em Angola, estima-se que cerca de uma em cada duas pessoas (54,0%) viva em pobreza multidimensional, sofrendo, em média, privações em aproximadamente metade das dezasseis dimensões avaliadas, que incluem saúde, educação, qualidade de vida e emprego (INE, 2020).

O empreendedorismo é amplamente reconhecido como uma fonte de desenvolvimento, promotora de mudanças estruturais e de crescimento económico, além de constituir uma alternativa viável de melhoria de vida para pessoas em situação de pobreza (Naudé, 2010; Cumming, Johan & Uzuegbunam, 2019, citados por Teixeira *et al*., 2020). Num estudo desenvolvido na África do Sul, Agupusi (2015) defendeu que o combate à pobreza deve assentar numa abordagem multifacetada, que inclua, entre outros elementos, o fomento do desenvolvimento empresarial. Embora o crescimento económico desempenhe um papel determinante tanto na redução da pobreza como no desenvolvimento económico, Bonito et al. (2017) sustentam que o empreendedorismo exerce impacto significativo sobre o desenvolvimento, mas tem efeito limitado ou nulo na diminuição direta da pobreza. Em contrapartida, um estudo realizado em Ibadan, no sudoeste da Nigéria, demonstrou que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribui de forma expressiva para a redução dos níveis de pobreza (Adeyemi & Lanrewaju, 2014).

No contexto angolano, o fomento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) assume grande relevância, por representar um instrumento de geração de emprego, redistribuição de riqueza e erradicação da fome e da pobreza, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da população (Mateus, 2016).

2.15 - Relação teórica entre empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico

O empreendedorismo, nas suas diversas manifestações, representa um dos instrumentos mais eficazes para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico (Mendes, 2012). Abordar o desenvolvimento socioeconómico de África de uma forma empreendedora requer aprender lições bem-sucedidas dentro e fora de África (Nafukho & Muyia, 2009), e pouco se sabe sobre os mecanismos por trás do impacto do empreendedorismo nos países em via de desenvolvimento (Neumann, 2020). É fundamental compreender que o desenvolvimento, embora envolva a geração de riqueza, tem como propósito essencial a sua distribuição equitativa e a melhoria da qualidade de vida de toda a população (Mendes, 2008, citado por Carvalho *et al*., 2015). O desenvolvimento socioenómico pode resultar não apenas da criação de novos empreendimentos, mas também da sustentabilidade dos já existentes. No entendimento de Shumpeter (1982), o empreendedorismo constitui a mola mestra desse desenvolvimento, razão pela qual se torna fundamental a realização de estudos aprofundados sobre este conceito, permitindo, assim, criação

de ambientes e condições favoráveis à formação de competências empreendedores (Souza & Júnior, 2011).

O empreendedorismo constitui uma fonte estável de rendimento, não apenas para o empresário e para os trabalhadores, mas também para os demais fatores de produção, desempenhando um papel relevante na orientação a longo prazo e no potencial de crescimento das atividades empresariais (Hussain *et al*., 2014). Para que o empreendedorismo exerça um impacto positivo no desenvolvimento, não é suficiente apenas o aumento do número de empresas; é essencial que as iniciativas criadas tenham efeitos efetivos e sustentáveis sobre o crescimento económico do país (Pereira, 2022).

Empreender assume particular relevância por contribuir para a realização de uma atividade económica focada no desenvolvimento integral do indivíduo e da comunidade em que se insere (Ferreira *et al*., 2008). A ação empreendedora promove o desenvolvimento social e económico ao introduzir inovações, satisfazer necessidades específicas e fortalecer a rede de interrelações empresariais (Carpintéro & Bacic, 2001). Neste contexto, o empreendedorismo tem sido reconhecido como um vetor fundamental para a geração de emprego e de rendimento, favorecendo uma distribuição mais equitativa da riqueza e conduzindo à melhoria dos níveis de vida da população (Olasunkanmi *et al*., 2016). Contudo, importa salientar que o empreendedorismo pode tanto impulsionar a criação de emprego e a redução da pobreza, como também agravar as desigualdades quando não são implementadas políticas públicas adequadas de apoio e inclusão (Naudé, 2010).

O desenvolvimento socioeconómico, emergiu não apenas como uma prioridade política e estratégia para o crescimento económico, mas também como um motor de criação de empregos e alívio da pobreza (Peprah & Adekoya, 2020). Embora o empreendedorismo influencie o processo de criação de riqueza nacional em qualquer país, a dinâmica do processo e o tipo de atividade empresarial escolhido pelo empreendedor determinam a magnitude do seu impacto (Pereira, 2022). O empreendedorismo constitui um elemento fundamental do desenvolvimento económico, não apenas pela sua contribuição para inovação, mas também pelo impacto que exerce na redução da pobreza e na inclusão social (Ac *et al*., 2018).

Embora existam divergências quanto aos seus efeitos, a criação de novos negócios tem sido amplamente considerada um fator positivo para o desenvolvimento socioeconómico em diferentes contextos nacionais (Rocha, 2014). No entanto, nem todas as atividades empresariais

possuem o potencial de contribuir significativamente para o crescimento económico, a geração de emprego e a redução da pobreza (Edoho, 2016). Por conseguinte, o incentivo ao empreendedorismo deve ser considerado uma prioridade estratégica, para promover a sua difusão entre as comunidades, servindo como fonte de criação de postos de trabalho e, consequentemente, como um instrumento eficaz de desenvolvimento socioeconómico (Blos & Ruppenthal, 2004).

A relação entre empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico é mediada pelo crescimento económico, resultante da atividade empreendedora, nomeadamente através da criação de emprego e da redução da pobreza. A criação de empresas constitui a face visível deste processo, refletindo o investimento privado, tanto nacional como estrangeiro (Pereira *et al*., 2021).

No contexto do desenvolvimento socioeconómico, acredita-se que o papel do empreendedorismo vai para além do mero aumento da produção e da renda per capita; envolve também a iniciação e implementação de mudanças significativas na estrutura das empresas e da própria sociedade (Hisrich e Peters, 2004). O crescimento e desenvolvimento exigem mudanças de baixa para alta produtividade, a criação e adoção de novos bens e serviços e novas habilidades. Essas mudanças são possibilitadas por empreendedores considerados arquitetos da criação de capacidades de gerar rendimento para as populações (Mitra *et al*., 2011). Os empreendedores são agentes de mudança económica e social, podendo ser motivados por fatores que ultrapassam a mera obtenção de lucros (Dees, 1998), incluindo a criação de novos bens e serviços que beneficiem a sociedade (Shane, 1996; Venkataraman, 2000). Entretanto, a iniciativa empresarial assenta em fundamentos que visam capacitar os indivíduos no domínio do empreendedorismo, incentivar o desenvolvimento económico e contribuir para a redução da pobreza (Degen, 2009). Este enfoque encontra-se alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que constitui um guia estratégico de ação adotado pelos 193 países subscritores, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável (Valentim *et al*., 2019).

O crescimento e o desenvolvimento requerem a transição de níveis baixos para elevados de produtividade, a criação e adoção de novos bens e serviços, bem como o desenvolvimento de novas competências. Essas transformações são viabilizadas pelos empreendedores, frequentemente vistos como os arquitetos da criação de capacidades que permitem gerar rendimento e melhorar as condições de vida das populações (Mitra *et al*., 2011).

Os empreendedores são, assim, agentes de mudança económica e social, movidos não apenas pela busca de lucro, mas também pela criação de valor social, através da introdução de novos bens e serviços que respondem às necessidades da sociedade (Dees, 1998; Shane, 1996; Venkataraman, 2000). Além disso, a iniciativa empresarial baseia-se em princípios que procuram capacitar os indivíduos para o empreendedorismo, incentivando-os a estimular o desenvolvimento económico e a contribuir para a redução da pobreza (Degen, 2009). Este propósito está em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, constituindo um guia estratégico de ação global para alcançar o desenvolvimento socioeconómico sustentável, subscrito por 193 países (Valentim *et al*., 2019). O campo do empreendedorismo também está se interessar cada vez mais pelo desenvolvimento sustentável (Raufflet *et al*., 2014). A contribuição das formas convencionais de empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável, através da geração de empregos, facilita igualmente a introdução de novos bens e serviços no mercado (Ahmed; McQuaid, 2005, citados por Boszczowski & Teixeira, 2012).

Na compreensão da relação entre empreendedorismo e desenvolvimento sustentável, os atores envolvidos geram novas contribuições que introduzem inovações dotadas de diferenciação e valor acrescentado em relação ao que já existia, podendo, assim, ser designados como empreendedores em desenvolvimento sustentável (Raufflet *et al*., 2014).

"O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com o propósito de fortalecer o crescimento económico e contribuir para a erradicação da pobreza, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em vias de desenvolvimento" (Carvalho *et al*., 2015). O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como uma forma de empreendedorismo que incorpora de modo explícito as dimensões sociais no processo de crescimento empresarial, visando não apenas o progresso económico, mas também a continuidade da vida humana no planeta (Parrish, 2008). Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável consiste em responder às necessidades atuais sem pôr em risco os recursos e as oportunidades das gerações vindouras de atenderem às suas próprias necessidades, centrando-se no desenvolvimento equilibrado e duradouro das sociedades (Brundtland, 1987, citado por Kassongo *et al*., 2024).

"O desenvolvimento sustentável consiste na utilização racional dos recursos naturais em benefício do bem-estar social, assegurando simultaneamente o crescimento económico necessário para satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer as das futuras" (Carvalho *et al*., 2015). Os valores associados a este conceito refletem a ética pessoal do

empreendedor, que procura estruturar a sua empresa em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável (Raufflet *et al*., 2014). Neste contexto, o empreendedorismo assume como objeto de estudo a promoção de benefícios sociais através da criação de empresas orientadas pelo propósito de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do meio em que se inserem (Parrish, 2008). Esta perspetiva, que associa o empreendedorismo ao desenvolvimento sustentável (Degen, 2008; Delgado *et al*., 2008, citados por Boszczowski & Teixeira, 2012), enfatiza o seu papel fundamental na resolução de problemas sociais e na promoção do desenvolvimento socioeconómico (Okado & Quinelli, 2016).

Na literatura geral existente, verificaram-se alguns estudos que trataram da relação entre empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico (Blos & Ruppenthal, 2004; Obraztsova & Chepurenko, 2010; Nafukho & Muyia, 2010; Rodrigues, 2012; Fiorentin *et al*., 2018; Naminse *et al*., 2019; Neumann, 2020; Rocha *et al*., 2021; Ribeiro *et al*., 2022; Zhakupov *et al*., 2022; Azevedo *et al*., 2022), embora não estudado em simultâneo ambos os indicadores de desenvolvimento socioeconómico que esta investigação procurou estudar. Pois, os estudos analisados no contexto africano relacionar, isoladamente, o empreendedorismo e indicadores de desenvolvimento socioeconómico como: empreendedorismo e índice de desenvolvimento humano (IDH); redução da taxa de desemprego na através do desenvolvimento do empreendedorismo; habilidades eficazes de empreendedorismo na redução do desemprego por meio da inovação em pequenas empresas; fatores que afetam a prontidão empresarial como esforço para reduzirem a taxa de desemprego; combater a taxa de desemprego juvenil através da integração do empreendedorismo; efeito do empreendedorismo na redução da pobreza; a relação entre empreendedorismo e redução da pobreza; e impacto do empreendedorismo de micro e pequenas empresas na redução da pobreza (Adeyemi & Lanrewaju, 2014; Ezeanokwasa & Nwachukwu, 2014; Usman, 2017; Adaeze, 2019; Gabriel, 2024; Choirunnisa *et al*., 2024; Fute, 2024).

Após a revisão da literatura, realizada com base na base de dados Scopus, cuja escolha se justifica por ser considerada uma das maiores e mais abrangentes bases de dados multidisciplinares, que reúne um vasto conjunto de trabalhos científicos e disponibiliza ferramentas avançadas para a pesquisa, seleção, visualização e análise dos resultados obtidos (Machado *et al*., 2016; Ávila & Neto, 2020), foi possível analisar estudos com caráter objetivo e qualificado, provenientes de artigos científicos, livros e outras fontes documentais de reconhecida

credibilidade. Entre as plataformas consultadas destacam-se a IGI Global, Academia.edu, ResearchGate, Google Scholar, bem como os Repositórios de Dissertações e Teses do ISCTE e de outras universidades, igualmente consideradas fontes de elevado rigor científico e consistência teórica, utilizadas para a complementaridade da investigação.

No total, foram analisados mais de 312 estudos, dos quais 78 permaneceram após a aplicação de critérios de exclusão de variáveis. Destes, 18 apresentaram relação direta com a literatura internacional e específica (referida no parágrafo anterior), abordando, contudo, apenas um indicador de desenvolvimento socioeconómico — desemprego ou pobreza. Os restantes estudos contribuíram de forma complementar, enriquecendo o enquadramento teórico da pesquisa.

Verificou-se ainda que os estudos analisados adotaram diferentes metodologias de investigação: pesquisa descritiva de natureza qualitativa, pesquisa explicativa e descritiva com abordagem qualitativa, pesquisa descritiva de natureza quantitativa, bem como pesquisa exploratória e descritiva (Ezequias, 2024). Esta última, conforme definido por Gil (2008), visa determinar a natureza e o grau das relações existentes entre os fenómenos estudados. Neste sentido, para orientar a presente investigação, optou-se por uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com abordagem mista (quantitativa e qualitativa), conforme as recomendações de Minayo (1994) e Nafukho & Muyia (2009).

O modelo conceitual da presente investigação assenta na premissa de que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas promove o autoemprego, cria oportunidades de trabalho, eleva o nível de rendimento e, consequentemente, contribui para a redução do desemprego e da pobreza (Usman, 2017). Reconhece-se, assim, a importância do desenvolvimento do indivíduo enquanto empreendedor, uma vez que o empreendedorismo se encontra intrinsecamente associado ao desenvolvimento socioeconómico das populações (Blos & Ruppenthal, 2004; Olasunkanmi *et al*., 2016; Peprah & Adekoya, 2020).

O modelo de análise da investigação é proposto na figura, derivado das hipóteses

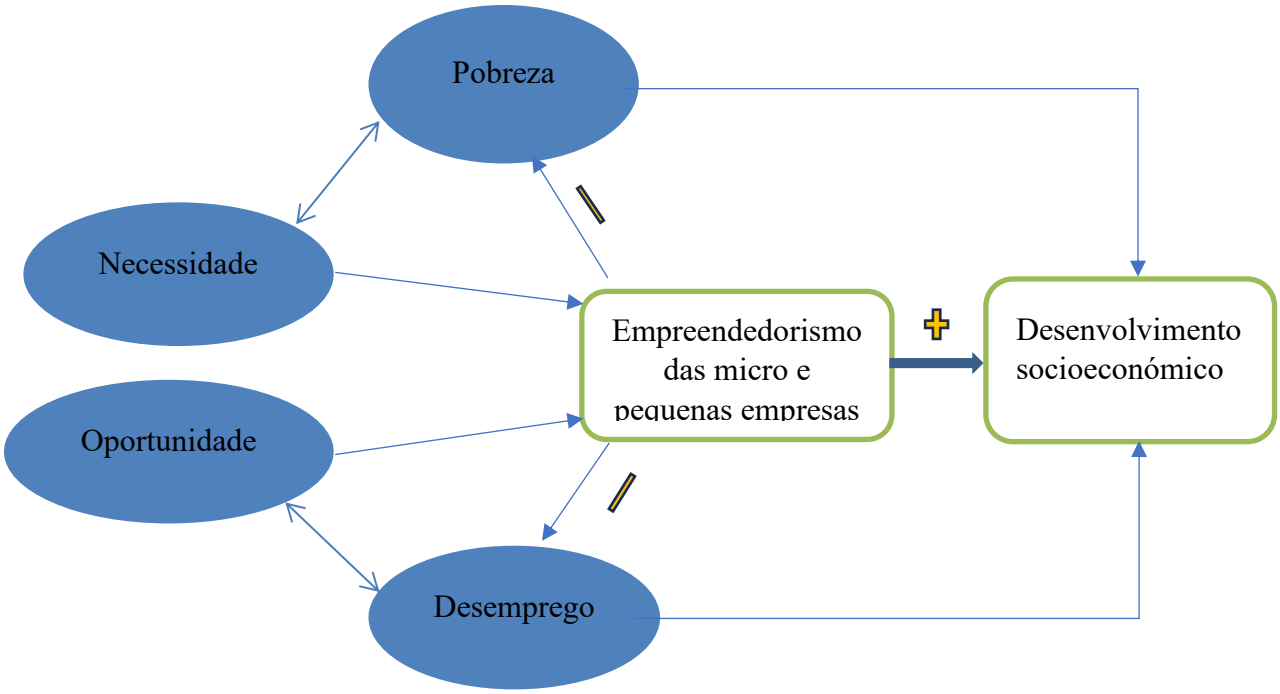


Figura 2.6 - Modelo conceitual da relação do empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico

Fonte: elaboração do autor (2023).

Dada a descrição do modelo conceitual sobre o efeito do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico, os antecedentes e consequentes, orientam a relação onde as necessidades e oportunidades que os indivíduos registam, os levam a empreenderem. Os indivíduos em situação de desemprego e de pobreza são desafiados pelos fenómenos a criarem o seu próprio negócio para o seu autossustento e de outrem, considerando que a ação do empreendedorismo tem um impacto direto na redução do desemprego e da pobreza, sob a perspetiva da criação de rendimento e melhoria do nível de vida das populações, a contribuir assim para o desenvolvimento socioeconómico (Rocha, 2008).

2.16 - Variáveis do estudo

"Uma variável pode ser entendida como uma classificação ou medida, uma quantidade que varia, ou ainda um conceito operacional que apresenta valores, representando um aspeto, propriedade ou fator discernível num objeto de estudo e passível de mensuração" (Marconi & Lakatos, 2003).

De forma complementar, Sampieri *et al*. (1991) definem a variável como um elemento que pode assumir valores diferentes, cuja variação é mensurável.

"As variáveis podem ser classificadas em: variável independente (X): é aquela que influencia, determina ou afeta outra variável, funcionando como fator determinante, condição ou causa de um determinado resultado, efeito ou consequência; variável dependente (Y): consiste nos valores ou fenómenos a serem explicados, pois são influenciados, determinados ou afetados pela variável independente; é o fator que aparece, desaparece ou varia à medida que a variável independente é manipulada pelo investigador" (Marconi & Lakatos, 2003).

As variáveis adquirem relevância na investigação científica quando podem ser relacionadas entre si, fazendo parte de uma hipótese ou teoria (Sampieri *et al*., 1991). Em pesquisa, a variável independente é considerada o antecedente, enquanto a variável dependente é o consequente; por essa razão, ambas são muitas vezes referidas como "construções hipotéticas (Marconi & Lakatos, 2003).

2.17 - Argumentos e hipóteses

A hipótese num trabalho científico constitui uma suposição formulada com o propósito de explicar fenómenos ainda não plenamente compreendidos, procurando demonstrar ou refutar determinadas relações entre variáveis que possam confirmar ou não o que se pretende investigar (Prodanov & Freitas, 2013). De acordo com a definição da TBR (2023), a hipótese corresponde a uma resposta provisória ao problema de investigação, desempenhando um papel essencial na medida em que sugere explicações possíveis para os factos observados, as quais poderão revelar-se verdadeiras ou falsas. Para Mendonça (2015), a hipótese traduz-se na proposição de uma solução plausível para o problema de pesquisa, expressa por meio de uma formulação verbal suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa. Os resultados obtidos através da investigação permitem, assim, confirmar ou rejeitar a hipótese formulada. Essa suposição tem natureza provisória, devendo ser testada empiricamente de modo a se verificar a sua validade (Sampieri *et al*., 1991; Prodanov & Freitas, 2013).

Importa salientar que a hipótese é sempre enunciada de forma afirmativa. Segundo Marconi e Lakatos (2003), as hipóteses consistem em proposições que estabelecem relações entre duas ou mais variáveis, devendo conduzir a implicações claras e mensuráveis que permitam verificar empiricamente a validade das relações propostas.

Após breve incursão na literatura, analisado o modelo conceitual, apresenta-se três *hipóteses*, que a partida, consideram-se estarem relacionadas com as variáveis identificadas. Segundo Teixeira *et al*. (2020), as pessoas que vivem em contextos de subsistência são, geralmente, caracterizadas por baixos níveis de escolaridade e acesso limitado a recursos. A criação de novas empresas pode enquadrar-se como uma atividade empreendedora de natureza compulsória, motivada pela falta de alternativas de emprego, o que leva muitos indivíduos a recorrerem ao autoemprego para garantir a própria sobrevivência (Rocha, 2014). Atualmente, o empreendedorismo assume um papel essencial na sociedade, sobretudo pela sua capacidade de gerar rendimento e promover o desenvolvimento socioeconómico de forma abrangente (Moura et al., 2020). Torna-se fundamental motivar as pessoas não apenas a empreender por necessidade, mas, principalmente, a transformar essa necessidade em oportunidade, criando condições para gerar rendimento e superar a pobreza (Degen, 2008).

Deve, portanto, ser dada ênfase ao empreendedorismo por oportunidade, associado ao desenvolvimento sustentável, assim como ao empreendedorismo por necessidade, ligado à inclusão social e à redução da pobreza, reconhecendo-se o seu potencial como instrumento de melhoria das condições de vida em comunidades vulneráveis e, consequentemente, como fator de combate à pobreza (Teixeira *et al*., 2021).

Segundo Degen (2008), os empreendedores motivados pela necessidade tendem a exercer pouco impacto sobre o crescimento económico de um país, uma vez que as suas iniciativas empresariais carecem geralmente de inovação e incorporação tecnológica. O autor acrescenta que esse tipo de empreendedorismo surge, em regra, em contextos de estagnação ou crise económica, nos quais a escassez de oportunidades de emprego leva muitas pessoas a empreender por mera sobrevivência. Os empreendedores de sobrevivência continuam a representar uma fonte inexplorada de desenvolvimento socioeconómico, dado o seu potencial para criar emprego e reduzir a pobreza (Iwu & Opute, 2019). O empreendedorismo, quando observado no contexto da pobreza, pode ser entendido como um mecanismo de inclusão social.

O empreendedorismo por necessidade está, assim, frequentemente associado a períodos de recessão económica, caracterizados pelo aumento do desemprego e pela redução da oferta de trabalho. Nessas circunstâncias, indivíduos economicamente vulneráveis são impulsionados a criar atividades económicas que lhes permitam garantir a própria subsistência (Rocha, 2014). Assim, diante da falta de alternativas de emprego, o empreendedorismo tem sido muitas vezes

encarado como uma estratégia de sobrevivência, embora com caráter precário e limitado no que se refere à sua capacidade de promover um desenvolvimento económico sustentável (Nassif *et al*., 2009).

Existe uma relação direta entre o pequeno empresário, o crescimento económico e a redução da pobreza (Hussain *et al*., 2014). O desenvolvimento do empreendedorismo constitui, assim, uma ferramenta essencial para a diminuição da pobreza e para o estímulo ao emprego, funcionando como um mecanismo de promoção da prosperidade económica, cujos resultados refletem-se na redução da pobreza e, consequentemente, no crescimento económico. Neste enquadramento, Agupusi (2015) salienta que o papel dos empreendedores por necessidade na redução da pobreza, através da criação de emprego, inclusive no setor informal, não pode ser desconsiderado. É plausível admitir que alguns desses empreendedores consigam evoluir de negócios de mera sobrevivência para microempresas formais, contribuindo de forma mais efetiva para o desenvolvimento económico. Todavia, em contextos onde grande parte da população possui baixos níveis de escolaridade e carece de competências profissionais formais, verifica-se uma elevada incidência de MPMEs informais, criadas sobretudo por necessidade, as quais representam uma estratégia alternativa de subsistência diante da escassez de oportunidades de emprego formal.

Como se pode verificar na literatura, apesar do empreendedorismo por necessidade também contribuir para o desemprego na promoção do autoemprego, está mais ligado à subsistência no combate à pobreza das populações (Rocha, 2014; Pereira *et al*., 2021).

H1: *O empreendedorismo por necessidade contribui na redução da pobreza para o desenvolvimento socioeconómico das populações.*

Atualmente, o mundo atravessa um período marcado pelo empreendedorismo no qual os empreendedores desempenham um papel central na criação de postos de trabalho, na inovação, na superação de constrangimentos e na atualização dos conceitos económicos (Dornelas, 2014). Os empreendedores motivados por oportunidade tendem a exercer um impacto mais significativo sobre o crescimento económico, uma vez que estão melhor preparados para desenvolver negócios baseados em inovação, muitos dos quais possuem potencial considerável de crescimento sustentado e geram maior número de empregos (Degen, 2008). As iniciativas empreendedoras por oportunidads desenvolvidas satisfazem a procura da população não só por bens e serviços a

identificados para oferecer, mas também por empregos criados, reduzindo assim os níveis de desemprego (Zhakupov *et al*., 2022). O empreendedorismo por oportunidade influencia de forma mais direta o crescimento económico de um país (Bona, 2019, citado por Guimarães *et al*., 2022).

O empreendedor de oportunidade é aquele que se dedica ao empreendedorismo em resposta a momentos e condições favoráveis de negócio, enquanto o empreendedor de necessidade surge da ausência de oportunidades no mercado, levando os indivíduos a assumirem o próprio destino e a tornarem-se empreendedores (Udimal *et al*., 2020). O efeito deste tipo de empreendedorismo sobre o desenvolvimento económico e o crescimento é sensível à incidência do desemprego, que constitui um fator de impacto negativo (Udimal *et al*., 2020). Como referem Acs & Varga (2005), o empreendedorismo de oportunidade demonstra capacidade significativa de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico.

Existe uma relação positiva moderada entre as duas variáveis, evidenciando que o empreendedorismo por oportunidade apresenta maior impacto benéfico no desenvolvimento socioeconómico dos países, embora o empreendedorismo por necessidade também seja relevante como alternativa para enfrentar o desemprego (Rocha, 2014). "O principal fator de influência do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico de uma região é a regulação do nível de emprego da população" (Zhakupov *et al*., 2022). Contudo, o empreendedorismo por oportunidade, sendo considerado também como produtivo, apesar de também contribuir para redução da pobreza, está mais relacionado de forma direta com o desemprego, na criação de postos de trabalho e geração de rendimento para as populações (Rocha, 2014).

H2: *O empreendedorismo por oportunidade tem impacto positivo na redução do desemprego das populações.*

As pequenas inicitivas empresariais abertas por indivíduos com mentalidade empreendedora, criam riqueza e números expressivos de empregos em economias específicas, exercem efeito fortemente no desenvolvimento socioeconómico (Mitra *et al*., 2011; Hussain *et al*., 2014). As mícro e pequenas empresas perceberam o seu papel no crescimento económico de qualquer país. São responsáveis pela redução da pobreza, pelo desenvolvimento das áreas rurais, pela geração de oportunidades de emprego e pelo empreendedorismo (Sandu & Gide, 2018). Empreendedores tornam-se importantes na redução da pobreza e possuem a capacidade de transformar os meios de subsistência em motores de desenvolvimento socioeconómico de países em vias de

desenvolvimento (Lundy *et al*., 2018, citados por Teixeira *et al*., 2020). A criação de empresas por indivíduos em situação de desemprego, mediante iniciativas de autoemprego, tem-se afirmado como uma via cada vez mais adotada par a inserção no mercado de trabalho (Bastos, 2012).

Os empreendedores de sobrevivência continuam a ser a fonte menos explorada para um melhor desenvolvimento socioeconómico porque têm o potencial de criar emprego e reduzir a pobreza (Iwu & Opute, 2019).

Estudos indicam que o empreendedorismo está positivamente associado à redução do desemprego, pois níveis mais elevados de atividade empreendedora estimulam a criar novos negócios e postos de trabalho (Almeida *et al*., 2013). Se o número de empreendedores de qualquer país aumentar, os indicadores de pobreza diminuem (Hussain *et al*., 2014). O empreendedorismo emerge como uma alavanca endógena do desenvolvimento socioeconómico, pois contribui para a redução da pobreza quando cria emprego através do início de novo empreendimento ou do desenvolvimento dos já existentes e aumenta a riqueza social, aumenta o rendimento que resulta nível de vida mais elevados das populações (Souza & Júnior, 2011). Neste contexto, os pequenos negócios assumem crescente importância, uma vez que o crescimento económico está intimamente relacionado com as variações nos níveis de emprego. Com isso, empreendedorismo revela-se ser uma via para a prosperidade económica, trazendo resultados como a criação de empregos e redução da pobreza (Lopez-Núñez *et al*., 2020; Teixeira *et al*., 2021).

O empreendedorismo, de forma geral, contribui para a riqueza social mediante a criação de novos mercados e empregos, o que, por sua vez, promove uma distribuição mais equitativa do rendimento e resulta em padrões de vida mais elevados para a população (Olasunkanmi *et al.,* 2016). Contudo, Rocha *et al*. (2021) afirmam haver unanimidade a nível internacional quanto ao impacto positivo do aumento do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico, sendo ainda escassos os estudos realizados em países em vias de desenvolvimento. Apesar disso, o empreendedorismo revela-se de capital importância para o desenvolvimento regional, com as empresas contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento socioeconómico, especialmente através da geração de emprego e renda nas regiões estudadas (Ribeiro *et al*., 2022).

As pequenas empresas são fatores importantes na esfera socioeconómica dos países, enquanto o empreendedorismo é definido como um elemento independente na economia de

mercado que influencia o bem-estar, no impacto positivo tanto no nível de vida das populações locais como nos indicadores económicos e sociais das regiões (Mazutis & Sweet, 2022, citado por Zhakupov *et al*., 2022). Assim, o empreendedorismo apresenta uma das respostas mais eficazes aos problemas persistentes do desemprego, da pobreza, gerando assim o desenvolvimento socioeconómico das populações (Usman, 2017).

H3: *O empreendedorismo das mícro e pequenas empresas influencia positivamente no Desenvolvimento Socioeconómico das populações da região centro e sul de Angola.*

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo apresenta-se a metodologia utilizada no desenvolvimento da investigação. Inicialmente, abordam-se os principais conceitos relativos à metodologia; em seguida, descrevem-se as fases desenvolvidas para atingir os objetivos propostos. Os procedimentos adotados ao longo do projeto constituem a metodologia, a qual deve explicitar as técnicas aplicadas na recolha e análise de dados, incluindo questionários, testes, técnicas de agrupamento, elaboração de tabelas e figuras, descrição e codificação (Kauark *et al*., 2010; Zassala, 2012).

A metodologia corresponde ao conjunto de métodos e técnicas que orientam o desenvolvimento de uma investigação científica, constituindo o plano delineado pelo investigador com o propósito de obter respostas consistentes e fundamentas para as questões de investigações ou para as hipóteses estabelecidas (Fortin, 2009). Todas as etapas inerentes à elaboração de um trabalho científico, incluindo a seleção dos procedimentos de recolha de dados, a identificação dos métodos, técnicas, materiais e instrumentos de investigação, a definição da amostra ou do universo de estudo, bem como a categorização e análise dos dados obtidos (Oliveira, 2011, citado por Mendonça, 2015).

A definição da metodologia depende da problemática em estudo e da análise de pesquisas previamente realizadas, sendo a partir desta articulação que se ajusta a opção metodológica (Canastra *et al*., 2015). Dessa forma, esta fase é determinada pela problemática da investigação, em estreita consonância com a revisão da literatura.

As fases definidas para a investigação são apresentadas a seguir:

3.1 - Posicionamento epistemológico

Segundo Saunders *et al. (*2019) a "definição de um referencial epistemológico adequado à área de Gestão e Negócios exigiu uma revisão dos principais posicionamentos epistemológicos que orientam a produção de conhecimento científico. Neste domínio, a investigação pode ser enquadrada em cinco paradigmas centrais, cada um oferecendo uma forma distinta de interpretar a realidade: o positivismo, o realismo crítico, o interpretativismo, o pós-modernismo e o pragmatismo". A clarificação destes paradigmas é fundamental para sustentar as opções metodológicas e garantir a coerência científica do estudo.

O positivismo basea-se na observação empírica da realidade social, com o propósito de formular generalizações de carácter científico que proporcionem um conhecimento claro e rigoroso (Bryman, 2012; Saunders *et al*., 2019).

A investigação assumiu a postura epistemológica positivista no âmbito da pesquisa mista. Os projetos de investigação com abordagem mista estão geralmente associado ao positivismo, particularmente quando utilizado com técnicas de recolha de dados definidos antecipadamente e bem organizados (Saunders *et al*., 2019).

3.2 - Natureza e tipo de estudo

Quanto à natureza, importa salientar que, a pesquisa configura-se como um estudo de caso. Este método constitui uma abordagem privilegiada para analisar fenómenos sociais, sobretudo aqueles que apresentam singularidade e, simultaneamente, complexidade em termos de compreensão global (Canastra *et al*., 2015; Saunders *et al.,* 2019; Martelli *et al*., 2020).

O estudo de caso básico envolve a análise detalhada e intensiva de um único caso, permitindo à investigação focar-se na complexidade e especificidade do objeto em apreço (Stake, 1995, citado por Bryman, 2012). Conforme Yin (2001), o estudo de caso representa apenas uma das diversas abordagens possíveis para a investigação em ciências sociais. O carácter único do caso e a ausência de estudos empíricos semelhantes tornam este método particularmente útil para uma aproximação exploratória ao objeto de estudo

Na presente investigação, optou-se por um estudo de caso exploratório, que constitui a principal tendência em diversos tipos de estudos. Este enfoque permite esclarecer os motivos que fundamentaram decisões, como estas foram executadas e quais os resultados alcançados (Yin, 200, citado por Brito *et al*., 2016). Desta forma, é possível estabelecer uma maior proximidade com o universo do objeto de estudo, fornecendo informações e orientações essenciais para a formulação das hipóteses da investigação.

3.3 - Período temporal de análise do estudo

O horizonte temporal refere-se à duração do período em que os dados são recolhidos e analizados, sendo geralmente classificados em estudo transversal e estudo longitudinal (Saunders *et al*., 2019).

O período longitudinal reside na capacidade de analisar a mudança e o desenvolvimento ao longo do tempo, permitindo um maior controlo sobre algumas das variáveis em estudo (Saunders *et al*., 2019).

No entanto, o período em análise abrange o intervalo temporal compreendido entre 2018 e 2022, correspondendo ao quinquénio definido pelo Governo angolano no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional, visando promover o desenvolvimento socioeconómico do país e fomentar o empreendedorismo como instrumento de melhoria da qualidade de vida das populações (MEP, 2018). Neste relatório, foram apresentadas perspetivas relativas a esse período, incluindo medidas e ações de política económica consideradas essenciais, coerentes e suficientes para alterar positivamente as expectativas dos agentes económicos. A credibilidade e a confiança depositadas no novo Executivo contribuíram para o alcance da estabilidade macroeconómica, favorecendo a criação de um ambiente propício ao crescimento económico, à geração de emprego e à redução da pobreza, elementos fundamentais para a mitigação dos problemas sociais mais prementes em Angola (MEP, 2018).

3.4 - Tipo de pesquisa quanto ao objetivo

A pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar uma compreensão inicial e mais aprofundada do fenómeno em estudo, permitindo investigar o estado atual do conhecimento e das informações disponíveis sobre o tema (Mendonça, 2015). A caracterização de um estudo como exploratório ocorre, geralmente, quando existe ainda um conhecimento limitado sobre a temática a abordar. Por meio desse tipo de pesquisa, busca-se compreender o fenómeno com maior profundidade, de modo a torná-lo mais claro e a orientar adequadamente o desenvolvimento da investigação (Raupp & Beuren, 2006). Além disso, a pesquisa exploratória permite controlar os efeitos de possíveis perceções enviesadas do pesquisador, possibilitando que a realidade seja apreendida tal como ela é, e não conforme a visão subjetiva do investigador (Martelli *et al*., 2020). Na presente investigação, essa abordagem possibilitou explorar e compreender de forma mais ampla as atividades empreendedoras desenvolvidas e o seu efeito no desenvolvimento socioeconómico das populações locais.

Por sua vez, a pesquisa descritiva com finalidade de descrever as características de uma determinada população ou estabelecer relações entre variáveis (Prodanov & Freitas, 2013). Este tipo de investigação envolve o uso de técnicas padronizadas de recolha de dados, como o

questionário, e assume, em geral, a forma de levantamento. De acordo com Canastra *et al*. (2015), pesquisa descritiva é amplamente utilizada na abordagem quantitativa, sendo apropriada para narrar e caracterizar a realidade estudada. Nas ciências sociais, esse tipo de pesquisa permite observar, registar, analisar e interpretar fenómenos sem que o investigador intervenha ou os manipule (Mendonça, 2015). Assim, possibilita compreender as diversas situações e relações manifestadas na vida social, económica e em outros aspetos do comportamento humano, tanto a nível individual como coletivo.

Dessa forma, a pesquisa exploratória permitiu identificar e compreender os fenómenos existentes, enquanto a pesquisa descritiva viabilizou a formulação e o confronto de hipóteses, a análise dos dados e a validação das variáveis. Em conjunto, ambas possibilitaram explorar e descrever as ações, características e comportamentos dos empreendedores e demais intervenientes no processo de desenvolvimento socioeconómico da região centro e sul de Angola.

3.5 - Métodos de procedimento da investigação

O processo de investigação deve assentar numa abordagem positiva, iniciando-se com a revisão da literatura para a formulação da hipótese geral da pesquisa. A partir dessa etapa, torna-se necessário operacionalizar a hipótese e selecionar os métodos de investigação adequados à sua validação (Hill & Hill, 2005).A aplicação desses métodos possibilita a recolha de um conjunto de dados que, após análise, permitem obter resultados e formular conclusões.

De acordo com os mesmos autores, tais resultados servem para confirmar ou rejeitar as hipóteses inicialmente propostas, constituindo a base para a interpretação e consolidação das conclusões da investigação.

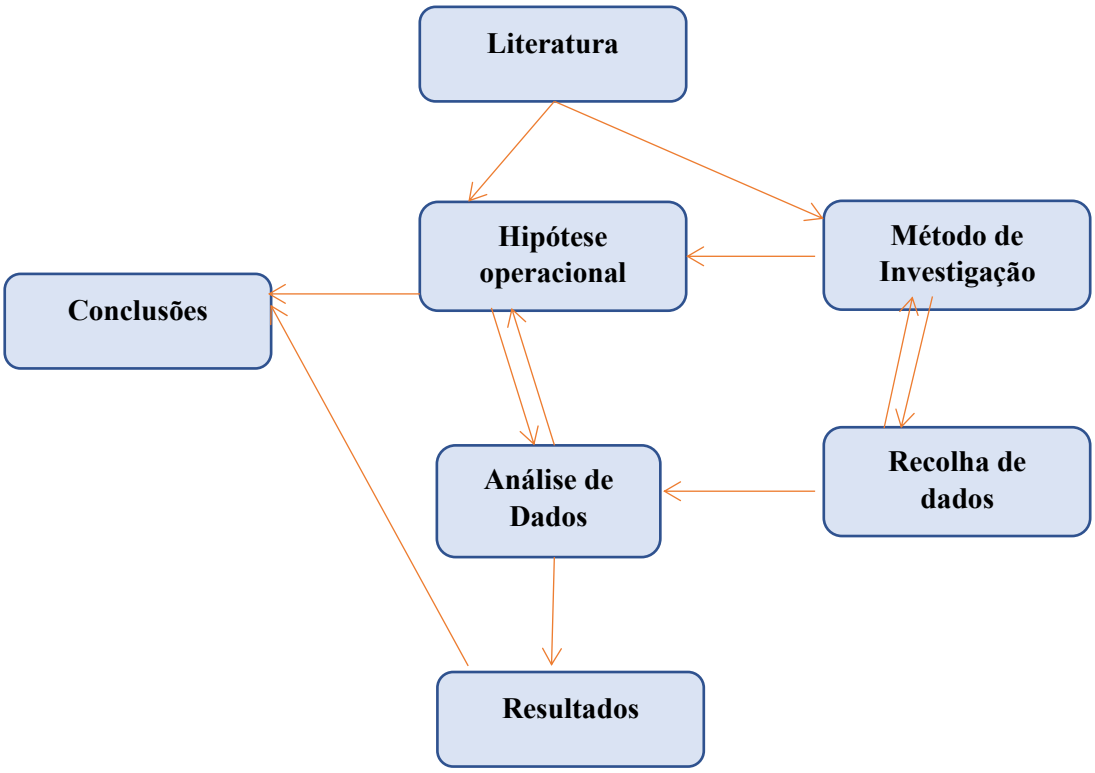


Figura 3.1 - Processo de investigação

Fonte: Adaptado de Hill e Hill (2005).

Segundo Prodanov e Freitas (2013), o método corresponde à forma de abordagem utilizada no nível de abstração dos fenómenos, constituindo o conjunto de processos ou operações mentais aplicados no desenvolvimento da pesquisa. Em termos gerais, o método representa o caminho ou a forma sistemática de condução da investigação. Recorreram-se a métodos de nível teórico e a métodos de nível empírico, complementares entre si, para garantir uma compreensão abrangente do fenómeno analisado:

- No método de nível teórico.

Os métodos teóricos e específicos mais adotados nas ciências sociais: pesquisa bibliográfica, método histórico, método estatístico e analítico-sintético e método indutivo-dedutivo (Prodanov & Freitas, 2013): A pesquisa bibliográfica, também denominada pesquisa de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia oficialmente publicada relacionada ao tema em estudo, incluindo livros, artigos científicos, dissertações, teses, relatórios, boletins, jornais, revistas e outras fontes pertinentes (Marconi & Lakatos, 2003; Prodanov & Freitas, 2013; Martelli *et al*., 2020). Essa

etapa envolve várias fases: a escolha do tema, o levantamento bibliográfico, a formulação do problema, a elaboração de um plano provisório, a identificação das fontes relevantes e a construção lógica do objeto de estudo (Martelli *et al*., 2020). Na presente investigação, a pesquisa bibliográfica permitiu reunir e analisar um vasto conjunto de informações atualizadas sobre empreendedorismo (por necessidade e por oportunidade) e desenvolvimento socioeconómico (com foco no desemprego e na pobreza), bem como sobre outros aspetos relacionados ao tema;

O método histórico tem como finalidade investigar acontecimentos, processos e instituições do passado, de modo a compreender a sua influência na realidade atual (Marconi & Lakatos, 2003). Trata-se de uma ferramenta de análise epistemológica que possibilita recuperar as características e a lógica interna dos modelos dominantes na produção científica sobre o tema em estudo, permitindo situar a investigação no contexto histórico e conceptual em que se insere;

O método estatístico dedica-se ao estudo de processos quantitativos, fornecendo representações simplificadas dos fenómenos e identificando possíveis relações entre variáveis (Marconi & Lakatos, 2003). Este método contribui para reduzir e organizar os fenómenos económicos e sociais de forma mensurável, sendo caracterizado pelo seu elevado grau de precisão, o que o torna particularmente útil em investigações de natureza quantitativa (Gil, 2008, citado por Prodanov & Freitas, 2013). Este método foi aplicado na descrição quantitativa dos indivíduos inquiridos, tratados como um conjunto organizado;

O método analítico-sintético visa identificar e compreender as relações existentes entre os fenómenos estudados e outros fatores correlatos, permitindo uma análise detalhada e, simultaneamente, uma síntese integradora dos resultados (Sales & Guimarães, 2014). Esse método contribuiu para uma compreensão mais clara e coerente da temática investigada;

Por fim, utilizou-se o método dedutivo-indutivo que assenta em processos de raciocínio lógico e combinam a indução e a dedução. A abordagem científica que privilegia a estrutura, a generalização e a formulação de hipótese testáveis, o método dedutivo tende a alinhar-se com a filosofia de investigação positivista enquanto a abordagem indutiva do raciocínio tende a centrar-se no contexto em que os fenómenos ocorrem, procurando compreender o seu significado e as relaçoes que deles emergem (Saunders *et al*., 2019).

- No método de nível empírico

Neste nível, recorreu-se à pesquisa documental, baseada na análise de materiais que, embora já existentes, ainda não haviam sido examinados sob a perspetiva da presente investigação, podendo ser reorganizados e alinhados aos seus objetivos. A utilização desse tipo de pesquisa destaca-se pela capacidade de reunir e reinterpretar informações dispersas, conferindo-lhes nova relevância enquanto fontes de consulta e apoio à análise. Além disso, aplicou-se o inquérito por questionário, uma técnica amplamente utilizada nas ciências sociais (Dias, 1994). Essa técnica permitiu recolher informações diretas junto aos participantes da investigação (inquiridos), através de um conjunto de perguntas claras, objetivas, abertas e fechadas, concebidas para obter dados suficientes à compreensão do fenómeno estudado.

No que se refere aos procedimentos, utilizou-se igualmente a pesquisa de campo. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa de campo consiste na observação direta de acontecimentos que ocorrem de forma espontânea, implicando a recolha sistemática de dados e o registo de variáveis potencialmente relevantes para a análise científica.

Nesta investigação, o trabalho de campo foi realizado junto a empreendedores formalizados, atuantes em distintos setores de atividade económica, localizados nas províncias de Benguela, Huíla e Huambo. Esta abordagem permitiu compreender as dinâmicas da região.

3.6 - Método de abordagem

Os métodos de abordagem oferecem aos investigadores diretrizes gerais que visam estabelecer uma distinção entre o conhecimento científico e o senso comum (Prodanov & Freitas, 2013). A escolha da abordagem mista depende diretamente da natureza e do objetivo do estudo a ser desenvolvido. Quando há concordância na utilização conjunta das abordagens quantitativa e qualitativa, forma-se uma perspetiva mista, entendida como uma dimensão contínua que combina características de ambas (Machado, 2003). Embora cada abordagem possua a sua importância individual, por vezes revelam-se insuficientes para captar, isoladamente, a complexidade da realidade observada. A complementaridade entre as duas abordagens revela-se necessária e recomendável, sendo aplicada de acordo com o planeamento metodológico da investigação. Adotou-se uma abordagem de natureza mista, caracterizada pela integração de dados quantitativos e dados qualitativos, que, longe de se oporem, se complementam na interpretação dos resultados e na compreensão mais abrangente do fenómeno em análise (Augusto, 2014).

De um lado, o método de abordagem quantitativa fundamenta-se na análise estatística, a qual estabelece a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados na realidade (Machado, 2003; Afonso & Nunes, 2019). A investigação quantitativa opera em níveis concretos de análise e tem como objetivo evidenciar indicadores e tendências relevantes (Serapioni, 2000, citado por Machado, 2003). Esta abordagem permite a mensuração e verificação objetiva dos dados obtidos junto aos participantes, proporcionando resultados suscetíveis de generalização e comparação. Por outro lado, o método de abordagem qualitativa concentra-se na análise de conteúdo, entendida como um conjunto de técnicas sistemáticas de tratamento e interpretação das informações (Bardin, 1977). Essa abordagem visa compreender a complexidade dos fenómenos sociais e os significados atribuídos pelos indivíduos às suas experiências e interações com o meio (Sousa & Santos, 2020).

A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados constituem elementos centrais no processo de investigação qualitativa (Bardin, 1977; Santos, 2012; Prodanov & Freitas, 2013; Afonso & Nunes, 2019). A escolha das abordagens analíticas pode ocorrer por diversas razões, conceituais, pragmáticas ou contextuais, muitas vezes relacionadas à familiaridade ou adequação da abordagem ao objeto de estudo (Braun & Clarke, 2021, citados por Alonso *et al*., 2021).

Contudo, a adoção de um método de pesquisa misto possibilita a identificação de convergências e divergências entre os dados (quantitativos e qualitativos), proporcionando a obtenção de resultados que se completam mutuamente e se integram (Bardin, 1977; Bryman, 2012; Santos *et al*., 2017; Saunders *et al*., 2019). A integração dessas abordagens constitui um dos principais benefícios para a investigação, pois permite aprofundar a compreensão sobre a prática do empreendedorismo nas micro e pequenas empresas e sobre o papel das políticas públicas no contexto social das populações. Essa combinação metodológica viabilizou a quantificação dos dados e, simultaneamente, a análise de conteúdos obtidos por meio dos instrumentos de recolha de dados aplicados aos participantes (empreendedores e gestores de instituições públicas) pertencentes à amostra determinada. Esta estratégia metodológica segue as sugestões de estudos anteriores, como os de Minayo (1994) e Nafukho & Muyia (2009), que abordam o empreendedorismo e o desenvolvimento socioeconómico no continente africano, reforçando a pertinência da integração entre métodos para uma análise mais abrangente e consistente.

3.7 - Caracterização da população

A população é o conjunto de indivíduos que possuem características semelhantes definidas para um determinado estudo (Gil, 2008). Também pode ser designada por universo de elementos ou indivíduos que partilham determinadas características comuns (Canastra *et al*., 2015; Afonso & Nunes, 2019). No contexto da investigação, a população foi constituída pelo conjunto de micro e pequenas empresas formalmente registadas e em funcionamento, bem como pelas entidades do Estado responsáveis pela promoção do empreendedorismo em Angola.

Dados apresentados pelo Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM)[10], a população total considerada está estimada e validada em 5.170 empresas, inseridas no setor formal da economia e delimitadas territorialmente em três províncias da região centro e sul de Angola, a saber: Benguela (2.646 empresas), Huíla (1.393 empresas) e Huambo (1.107 empresas). Adicionalmente, foram incluídos 24 gestores de instituições públicas das três províncias referidas, representando os órgãos estatais responsáveis pela execução e acompanhamento das políticas públicas de fomento ao empreendedorismo.

3.7.1 - A amostra

Em projetos de investigação que envolvem populações com um elevado número de indivíduos, é recomendável a aplicação de fórmulas estatísticas para o cálculo da dimensão da amostra (Canastra *et al.,* 2015). Após definição do problema de investigação, é indispensável determinar a amostra, isto é, identificar os participantes que podem responder de forma mais adequada aos objetivos do estudo (Koller *et al*., 2014). Nas pesquisas sociais, as populações tendem a abranger um número demasiado grande de elementos, tornando inviável a sua consideração integral. É habitual recorrer a uma amostra, entendida como uma fração reduzida representativa dos elementos que constituem a população (Prodanov & Freitas, 2013).

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a amostra corresponde a um subconjunto do universo. No presente estudo, adotou-se a amostragem casual estratificada, caracterizada pela seleção de uma amostra representativa de cada subgrupo da população (Hill & Hill, 1998; Prodanov & Freitas, 2013; Afonso & Nunes, 2019). A delimitação dos estratos foi baseada em características específicas, nomeadamente sexo, faixa etária e localização geográfica. De cada estrato foi

[10] Entrevista com chefe de Departamento para Estudo e Estatístca do INAPEM, realizada em Luanda, 12 de Março de 2023.

extraida uma amostra casual simples, configurando uma amostra probabilística (Hill & Hill, 1998; Prodanov & Freitas, 2013). Quanto a aspetos socioeconómicos, foram observados critérios de classificação detalhados de acordo com as orientações de Koller *et al*. (2014).

Assim, participaram 304 indivíduos nesta investigação, sendo 280 empreendedores e 24 gestores provenientes de instituições públicas e privadas ligadas ao fomento do empreendedorismo, nomeadamente: GPDEI, INAPEM, CLESE, GUÉ, ADRA, FAS, INEFOP e representantes do meio académico. A escolha desses participantes mostrou-se exequível devido à facilidade de contacto direto e indireto, à localização acessível e à disponibilidade dos inquiridos, fatores que contribuíram para a simplicidade da organização do trabalho de campo e para a redução dos custos operacionais (Pocinho, 2009).

3.7.2 - Determinação da dimensão da amostra

Segundo Uakarn *et al*. (2021) é difícil para os investigadores acederem a uma grande população. Eles precisam de reduzir o tamanho da população para um tamanho de amostra correto, adequado e apropriado para recolher dados de campos de investigação, processando o número de referência analisado da amostra chamada estatística de volta aos parâmetros chamados população. A amostra é derivada por meio de amostragem probabilística, de acordo com as condições preliminares em estatística utilizada para análise de dados (Uakarn *et al*., 2021), na determinação do dimensão da amostra por fórmula de cálculo. O tamanho da amostra para a investigação foi calculado com recurso à fórmula estatística de Taro Yamane (1973), aplicada nos estudos de Adaeze (2019) e Gabriel (2024) e a variância da população da variável dicotómica igual a 0,1, adaptado de Siraj *et al*. (2022) e (Nnabuike & Saidu, 2024).

$$S = \frac{N}{1 + N\,(e)^{2}}$$

Onde:

S = N

Eu = N(e)2 (Taro Yamane Fórmula de 's)

N = população contabilizada

e = nível de erro conforme estimado (0,1)

S = tamanho da amostra a ser determinado

1 = Constante

Os inquiridos (participantes) foram organizados em dois grupos: empreendedores e gestores de instituições públicas de cada Província estudada. Assim, ao se substituir obteve-se:

Empreendedores:

Benguela $S = \frac{2646}{1+ (2654)\ (0,1)^{2}} = 96$

Huíla $S = \frac{1393}{1+ (1393)\ (0,1)^{2}} = 93$

Huambo $S = \frac{1107}{1+ (1107)\ (0,1)^{2}} = 91$

Gestores públicos:

a) $\frac{24}{3} = 8$

b) $\frac{24}{3} = 8$

c) $\frac{24}{3} = 8$

Quadro 3.1 - Distribuição da população e da amostra

Nº	Província	População	Alocação da Amostra	Percentagem
01	Benguela	2654	104	34,2
02	Huíla	1401	101	33,2
03	Huambo	1115	99	32,5
	Total	5170	304	100

Fonte: Adapatado de Adaeze (2019).

O quadro 3.1 apresenta a distribuição da amostra entre as províncias da região centro e sul. A proporção da população alvo determinou a amostra alocada para cada província, sendo que a província de Benguela com o maior número populacional foi alocada para 104 questionários que representa 34,2% da amostra, seguida pela província da Huíla com a população alocada para 101 questionários que representa 33,2% da amostra e, por fim, a província do Huambo alocada para 99 questionários que representa 32,5% da amostra.

Quadro 3.2 - Resumo dos resultados

Nº	Grupo	População	Amostra	Percentagem
01	Empreendedores	5146	280	92,1
02	Gestores públicos	24	24	7,9
	Total	5170	304	100

Fonte: Elaboração do autor com base em Adaeze (2019).

O quadro 3.2 apresenta o resumo dos resultados da determinação da amostra, tendo em conta a população estimada. Entretanto, a população foi de 5170 indivíduos estimados: Dos quais, 5146 empreendedores e o tamanho da amostra foi de 280 correspondente a 92,1%, e 24 gestores de instituições públicas, correspondente a 7,9%.

3.8 - Instrumentos/técnicas de recolha de dados

Os instrumentos de recolha de dados constituem um momento determinante na investigação, uma vez que a validade científica do estudo depende da forma como estes são organizados e aplicados (Canastra *et al*., 2015). O questionário consiste num conjunto estruturado de perguntas destinadas a serem respondidas, por escrito, pelos participantes (Prodanov & Freitas, 2013; Sousa & Santos, 2020). A linguagem utilizada deve ser clara, direta e de fácil compreensão, garantindo que o inquirido compreenda corretamente o que está a ser perguntado. Além disso, é fundamental explicar como e quando os questionários serão distribuídos (Kauark *et al.*, 2010). Tal como outras técnicas de recolha de dados, os questionários apresentam diversas vantagens, incluindo: economia de tempo e custos de deslocamento; capacidade de obter um grande volume de informações; alcance de mais pessoas simultaneamente; cobertura de áreas geográficas mais amplas; redução de pessoal necessário, tanto em treino como em trabalho de campo; possibilidade de respostas mais rápidas; e flexibilidade quanto ao momento e horário de resposta (Marconi & Lakatos, 2003).

Os dados foram coletados por intermédio do inquérito por questionário (Saunders *et al*., 2019). Este instrumento deve ainda descrever os tipos e formatos das perguntas, bem como apresentar as taxas de resposta obtidas e possibilitar a análise da comparabilidade das amostras (Bryman, 2012).

Para a investigação, foram aplicados, no mesmo período, dois questionários estruturados concebidos para recolher dados relevantes. Ambos foram construídos com base na escala de Likert de cinco pontos: concordo totalmente (SA), concordo (UM), indeciso (UND), discordo (E) e discordo totalmente (DP). Frequentemente utilizada em estudos anteriores (Ezeanokwasa & Nwachukwu, 2014; Naminse *et al.,* 2018; Adaeze, 2019), mas adaptada à presente investigação. O primeiro questionário, dirigido aos empreendedores de diferentes setores de atividade económica, incluiu um total de 35 perguntas, das quais 33 eram de resposta fechada (94,29%) e 2 de resposta aberta (5,71%). As questões abordaram, por um lado, o perfil sociodemográfico dos inquiridos e, por outro, aspetos relacionados diretamente com os objetivos da investigação. O instrumento foi elaborado a partir da adaptação de estudos prévios (Zinga, 2007; Ezeanokwasa & Nwachukwu, 2014; Usman, 2017; Alves, 2018; Adaeze, 2019; Pombo, 2021; Pontes, 2022). O segundo questionário foi dirigido a gestores de instituições públicas e integrou 25 perguntas, das quais 23 eram de resposta fechada (92%) e 2 de resposta aberta (8%). Este instrumento baseou-se e foi igualmente adaptado a partir dos estudos de Ezeanokwasa & Nwachukwu (2014) e Adaeze (2019), de forma a recolher dados sobre a perceção institucional da temática em análise na região.

Os dois questionários foram distribuídos em formato físico, com referência oficial aos participantes, no período que corresponde os meses de novembro de 2024 e janeiro de 2025. Ver anexos I, II e IV

Esta técnica permitiu avaliar se os inquiridos compreenderam efetivamente os itens do questionário. Além disso, contribuiu para a redução do número de não resposta, frequentemente associado às investigações desta natureza (Adaeze, 2019). No total, foram distribuídas 304 cópias de questionários, das quais 297 foram devidamente preenchidas e devolvidas, correspondendo a uma taxa de resposta de 97,69%, considerada bastante elevada (Baruch, 1999; Baruch & Holtom, 2008). As restantes 7 cópias (2,31%) não foram devolvidas pelos empreendedores e gestores.

3.8.1 - Estrutura dos questionários

Os questionários foram estruturados em dois: questionário dirigido aos empreendedores e questionário dirigido aos gestores das instituições que incentivam o empreendedorismo nas Províncias), e cada um deles codificado com sete secções, para além da introdução:

I - Questionário dirigido aos empreendedores das províncias

A - Informações pessoais/características sociodemográficas;

B - Informações sobre a empresa;

C - Informações sobre o empreendedorismo;

D - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego das populações das províncias;

E - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza das Províncias;

F- Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola; e

H- Sobre políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas gostaria que fossem mais definidas e aplicadas para facilitar a criação e/ou fortalecimento das empresas na localidade.

II- Questionário dirigido aos gestores das instituições que incentivam o empreendedorismo nas Províncias.

A - Informações pessoais dos gestores/características sociodemográficas

B - Dados institucionais;

C - Informações sobre o empreendedorismo;

D - Informações sobre o empreendedorismo empresarial na redução de desemprego das populações das províncias;

E - Informações sobre o empreendedorismo empresarial no combate à pobreza das províncias;

F- Informações sobre políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas; e

H- Sobre políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas gostaria que fossem mais definidas e aplicadas para facilitar a criação e/ou fortalecimento das empresas na localidade.

3.8.2 - Validade do instrumento

No caso de uma variável ser construída a partir de um conjunto de componentes há uma hierarquia. A variável é formada por várias componentes. Normalmente, cada uma das componentes tem, por sua vez, vários aspetos e sobre cada aspeto são feitas uma ou várias perguntas (Hill & Hill, 1998). O instrumento aplicado para recolha de dados foi validado tanto de

estrutura quanto de conteúdo de forma crítica, analítica e lógica pelo orientador da Tese, Professor Doutor, Renato Pereira, bem como o contributo de mais dois especialistas (Professor Doutor, João Milando e Professor Doutor, Cláudio Félix Canguende Valentim). Este processo foi alcançado por via de distribuição digital do instrumento a eles, considerados investigadores científicos e bastantes conhecedores da matéria e da elaboração de questionários. Com a exceção do orientador, os outros especialistas pertenceram às outras instituições terciárias que serviram para criticar e comentar sobre o instrumento. Os comentários, correções e sugestões registados foram devidamente incorporados no rascunho, o qual foi cuidadosamente revisto e ajustado, resultando na versão final do questionário.

3.8.3 - Confiabilidade do instrumento

A confiabilidade do instrumento foi verificada depois da recolha dos questionários aos participantes da amostra, mas antes foram distribuídas 30 cópias deste questionário a um grupo de 30 empreendedores, fora e dentro da área do estudo (província do Cuanza Sul, Bié e Benguela) para se responder e testar a clareza, coerência e alinhamento aos objetivos e, ao mesmo tempo, serviu como pré-teste para se avaliar a participação e reação dos inquiridos.

Das cópias inicialmente distribuídas, obteve-se de volta de 24 questionários respondidos, o que permitiu identificar três questões ambíguas que exigiram os devidos ajustes. Decorridos 17 dias, procedeu-se a uma nova distribuição dos mesmos questionários a 15 empreendedores das mesmas províncias, tendo sido devolvidos apenas 11 questionários, já com respostas mais objetivas. Na sequência, os questionários foram distribuídos e recolhidos junto de todos os participantes da investigação. Os dados recolhidos foram tratados e analisados com recurso ao software SPSS, aplicando-se o coeficiente de consistência interna alfa de Cronbach, calculado com base em itens padronizados (escala, exclusão de itens e correlações).

O *alfa de Cronbach* é geralmente utilizado para avaliar o nível de consistência interna e fiabilidade de um conjunto de variáveis, construtos ou escalas, apresentando valores que variam entre 0 (ausência de consistência) e 1 (consistência total) (Marôco & Garcia-Marques, 2006). O alfa de Cronbach constitui um indicador da fiabilidade do questionário, dado que avalia em que medida cada item reflete a mesma dimensão (Gaspar & Shimoya, 2017).

Segundo Freitas e Rodrigues (2005, citados por Gaspar e Shimoya, 2017), a classificação da fiabilidade do coeficiente alfa de Cronbach é definida com base nos seguintes limites:

a) $\alpha \leq 0{,}30$ - Muito baixa
b) $0{,}30 < \alpha \leq 0{,}60$ - Baixa
c) $0{,}60 < \alpha \leq 0{,}75$ - Moderada
d) $0{,}75 < \alpha \leq 0{,}90$ - Alta
e) $\alpha > 0{,}90$ - Muito alta

Hair *et al*. (2010) e Marôco (2011) referem que valores de alfa de Crombach igual ou superiores 0,70 são consideráveis aceitáveis. Admite-se a possibilidade de valores mais baixos (cerca de 0,60) em escalas exploratórias, sendo que coeficientes superiores a 0,80 indicam uma boa consistência interna dos instrumentos de medição (George & Mallery (2003).

Em termos práticos, um alfa de Cronbach de 0,80 indica que 80% dos dados são confiáveis. Adicionalmente, é possível que a métrica apresente valores negativos, o que neste caso sinaliza uma eventual ausência de correlação entre as variáveis. A consistência dos resultados de uma escala depende da padronização dos itens que a compõem (Rodríguez-Rodríguez et al., 2020).

As características analisadas foram avaliadas através da escala de Likert de 5 pontos, aplicada às diferentes questões de cada variável. Com o teste do alfa de Cronbach, verificaram-se as características a apresentarem valores superiores ao limite mínimo de 0,80, refletindo uma alta taxa de consistência interna (George & Mallery, 2003) para todos os itens do modelo. Não se procedeu a qualquer alteração nas variáveis, sendo todos os dados considerados confiáveis, e os instrumentos utilizados demonstraram pertinência e relevância adequadas para a medição e elaboração da investigação. Os resultados da análise mostram, sequencialmente, as 24 questões dos itens C, D, E, F e H do questionário aplicado aos empreendedores, e 19 questões dos itens C, D, E, F e H do questionário aplicado aos gestores das instituições públicas. Por província, os coeficientes de consistência interna foram os seguintes: Benguela (0,836-0,947); Huíla (0,909-0,953); Huambo (0,906 - 0,948), com coeficientes médios de 0,883 (88,3%) e 0,949 (94,9%), respectivamente. Estes resultados indicam uma consistência interna elevada, conforme os critérios estabelecidos por George e Mallery (2003), que consideram valores superiores a 0,80 como indicativos de boa fiabilidade.

Deste modo, o coeficiente *alfa de Cronbach* foi o instrumento aplicado na determinação do grau de confiabilidade dos questionários, destinado a medir a capacidade de empreendedorismo

das micro e pequenos e empresas no desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola (Maroco & Garcia-Marques, 2006). Ver anexo III

3.9 - Método de análise de dados

A análise de dados constitui uma etapa que integra diversos elementos (Bryman, 2012). Num nível mais evidente, envolve a aplicação de técnicas estatísticas aos dados recolhidos, sendo necessário que esses dados brutos sejam previamente organizados e geridos. Em projetos de investigação, torna-se fundamental definir o método de análise de dados (Sarmento *et al*., 2024), que dependendo dos objetivos da investigação, pode ter a finalidade de gerir, medir e quantificar os dados (quantitativo) ou compreender os processos de construção social da realidade significada pelos atores em estudo (qualitativo) (Canastra *et al*., 2015).

As análises, tradicionalmente utilizadas em estudos semelhantes do género, pode descrevê-las (Koller *et al*., 2014; Sarmento *et al*., 2024), procura explicar brevemente a técnica de análise. Ainda segundo os autores, quando se tratar de análises quantitativas, essa secção deve apresentar as hipóteses e os resultados esperados, além de uma breve explicação sobre como as variáveis são tratadas. Já em pesquisas qualitativas, não se testa possíveis relações entre variáveis. O procedimento matemático-estatístico, aplicou-se esta abordagem por desempenhar uma função relevante na investigação em ciências sociais, pois contribui para organizar e analisar os dados empíricos obtidos, permitindo estabelecer generalizações adequadas a partir desses dados (Marconi & Lakatos, 2002).

Independentemente das avaliações de empreendedorismo e bem-estar utilizadas, os estudos analisados testam a sua relação, aplicando um conjunto de métodos muito heterogéneo (Neumann, 2020). Com a disponibilidade de cada vez mais dados transversais, cobrindo séries de tempo diferentes, os investigadores começaram a aplicar novas abordagens (Ezeanokwasa & Nwachukwu, 2014; Adaeze, 2019; Gabriel, 2024) e, também pela sugestão apresentada no estudo de Gezer e Cardoso (2015) que será interessante analisar os dados do estudo quantitativamente por meio de estatísticas resumidas simples de percentagens. O formato de Escala *Likert* permitiu com facilidade determinar até que ponto os inquiridos concordaram ou discordaram das opiniões sobre as questões que cercam o desemprego e pobreza do empreendedorismo das micro e pequenas empresas, como a solução percebida enquanto validação das hipóteses formuladas.

Dada a natureza da investigação, de abordagem mista, optou-se por não se recorrer à aplicação de testes estatístico inferencial, como o *Qui-quadrado*, conforme inicialmente previsto. Mas foi adoptada uma estratégia de validação das hipóteses com base na triangulação metodológica entre os dados quantitativos, dados qualitativos e teorias, de modo a reforçar a credibilidade e a consistência dos resultados obtidos (CresweU, 2007; Creswell & Clark, 2018). Deste modo, por meio de uma análise estruturada com suporte do MAXQDA, complementada pela interpretação de indicadores oficiais, foi possível alcançar uma leitura mais robusta e contextualizada das relações entre o empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico das populações das províncias de Benguela, Huíla e Huambo. Estas afirmações encontram igualmente respaldo teórico-metodológico em estudos de Gibbs (2018) e Fonseca (2021), cujas contribuições sustentam a abordagem adotada na investigação, a partir dos estudos de Angelino (2013), Santos (2022) e Andrade (2022).

Na literatura, as questões éticas são abordadas em discussões sobre códigos de conduta profissional para o pesquisador, bem como em comentários acerca de dilemas éticos e as suas possíveis soluções (Punch, 1998, citado por Creswell, 2007). Durante o processo de investigação, ao organizar a recolha de dados, torna-se essencial respeitar os participantes e as localidades de pesquisa, garantindo a condução ética do estudo. Dada a natureza da investigação, não se identificou a necessidade de procedimentos de aprovação ética, uma vez que a investigação respeitou completamente as regras de citação e direitos dos autores, que são, obviamente, os responsáveis pela exatidão e originalidade dos textos completos. Após conclusão da tese, realizou-se a verificação de plágios e similaridade geral, recorrendo ao *software turnitin*, tendo resultado 14% valor aceitável, segundo regulamento da instituição.

O risco previsto havia sido da fraca participação ou indisponibilidade dos empreendedores e gestores em preencherem aos questionários por via *on line* (link). Hipótese esta que se confirmou pela reduzida reação dos participantes, tendo se obtido apenas 27 questionários, correspondente a 9% da amostra prevista no período de 45 dias. Fazendo face a esta situação, aplicou-se uma estratégia de mitigação da incerteza na distribuição física dos questionários, o que permitiu uma recolha de dados bem-sucedida.

CAPÍTULO 4 - TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Antes da análise dos dados, foi necessário recorrer a procedimentos manuais e ao uso de ferramentas informáticas (computador) com o objetivo de organizar e sistematizar as informações obtidas durante a pesquisa de campo. Com o advento da informática, tornou-se natural a utilização de recursos tecnológicos para auxiliar na elaboração de índices e cálculos estatísticos, assim como na construção de quadros, tabelas, nuvens de palavras e figuras.

Nesta fase da investigação, de caráter analítico e descritivo, procedeu-se à análise e interpretação dos dados tabulados, organizados de forma sistemática. A análise foi realizada de forma a responder aos objetivos da investigação, permitindo comparar e confrontar dados e evidências, com o intuito de validar ou rejeitar as hipóteses formuladas (Prodanov & Freitas, 2013). A interpretação dos dados baseou-se nas evidências verificadas, em conformidade com a metodologia aplicada, estabelecendo relações com o referencial teórico e complementando-as com o posicionamento do autor. A investigação foi conduzida em duas etapas principais: a pesquisa quantitativa, seguida da pesquisa qualitativa, utilizada para confrontar e complementar os dados obtidos (Fonseca, 2021).

4.1 - Análise quantitativa dos dados

O primeiro momento refere-se à pesquisa quantitativa, na qual os dados obtidos foram tabulados no Excel avançado, seguindo os procedimentos de análise de dados propostos por Bardin (2004). Esta técnica, que valoriza o rigor metodológico, é desenvolvida de forma sistemática e compreende três fases principais (Sousa & Santos, 2020): a) Pré-análise; b) Exploração do material, categorização ou codificação; c) Tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Seguidamente, foi utilizado o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), fornecendo fundamentos teóricos suficientes para tornar capaz a tomada de decisões sobre as opções mais apropriadas nas análises que se desejam, permitindo modificar dados para os fins específicos de uma investigação (Field, 2009; Afonso & Nunes, 2019). O SPSS, tem caraterísticas de estatísticas disponíveis e determinantes de dados, os quais são normalmente utilizados por vários investigadores para a realização de análises quantitativas (Coakes & Bradburn, 2005; Bassetto, 2021). Após recolha dos questionários aos participantes, fez-se a tabulação no excel, seguidamente o tratamento dos dados pelo SPSS na versão de tabelas

resumidas. A fase da análise dos dados foi desenvolvida num modo de interpretação, orientado pelas diretrizes estabelecidas nas hipóteses formuladas e pela relação que estas mantêm com o sistema teórico proposto (Bardin, 1977; Pádua, 2004, citado por Sousa & Santos, 2020).

Quadro 4.1 - Técnicas de análise

Quantitativa	Técnica de análise	Métodos estatísticos: frequência e percentagem
Qualitativa	Técnica de análise	Análise de conteúdo: construção de teoria e análise da opiniões

Fonte**:** Elaboração do autor com base Roesch (1999) citado por Prodanov e Freitas (2013).

4.1.1 - Análise quantitativa dos dados dos empreendedores da província de Benguela

As tabelas seguintes apresentam a caracterização sociodemográficas dos empreendedores inquiridos, com objetivo de contextualizar o perfil dos participantes da investigação. Esta caracterização inclui variáveis como idade, género, grau académico, função que desempenha na empresa, tempo na condição de desempregado, permitindo uma compreensão mais aprofundada das condições sociais e económicas em que se desenvolveram as suas iniciativas. Deste modo, a estatística descritiva mostra as tabelas simples por frequência e percentagens das caraterísticas sociodemográficas dos participantes que responderam aos questionários

Tabela 4.1 - Idade dos empreendedores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	18 - 24 anos	1	1,0	1,0	1,0
	25 - 34 anos	17	17,7	17,7	18,8
	35 - 44 anos	48	50,0	50,0	68,8
	45 - 54 anos	23	24,0	24,0	92,7
	55 - 64 anos	7	7,3	7,3	100,0
	Total	96	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.1 apresenta a distribuição etária dos 96 empreendedores que compuseram a amostra e responderam integralmente ao questionário. Verifica-se que 1% dos inquiridos se

encontrava na faixa etária dos 18 aos 24 anos, 17,7% entre os 25 e os 34 anos, 50% entre os 35 e os 44 anos, 24% entre os 45 e os 54 anos, e 7,3% na faixa dos 55 aos 64 anos. Constata-se, assim, uma predominância da população jovem-adulta, dado que metade dos participantes se situa na faixa etária dos 35 aos 44 anos, evidenciando uma forte presença de indivíduos em idade economicamente ativa no universo empreendedor analisado na Província de Benguela.

Tabela 4.2 - Sexo dos empreendedores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Feminino	29	30,2	30,2	30,2
	Masculino	67	69,8	69,8	100,0
	Total	96	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.2 apresenta a distribuição por sexo dos empreendedores inquiridos na província de Benguela. Observa-se que 30,2% dos participantes são do sexo feminino e 69,8% do sexo masculino. Estes resultados indicam que a população empreendedora é predominantemente masculina, evidenciando um desequilíbrio de género no universo analisado, o que pode refletir barreiras estruturais e culturais ao acesso e à participação feminina no empreendedorismo.

Tabela 4.3 - Grau académico dos empreendedores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	I Ciclo	2	2,1	2,1	2,1
	II Ciclo	24	25,0	25,0	27,1
	Ensino superior (Licenciatura)	60	62,5	62,5	89,6
	Mestrado	10	10,4	10,4	100,0
	Total	96	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Para aferir o grau académico das populações empreendedoras, a tabela 4.3 evidencia que 2,1% possuíam o I ciclo, 25% o II ciclo, 62,5% o ensino superior ou licenciatura e 10,4% o mestrado. Observa-se, assim, que uma proporção considerável dos empreendedores possui formação superior, o que sugere que a população empreendedora da Província de Benguela detém capacidade de literacia suficiente para identificar, analisar e interpretar fenómenos económicos e sociais, facilitando a gestão e desenvolvimento das suas iniciativas empresariais.

Tabela 4.4 - Situação laboral antes de ser empreendedor

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Setor privado	64	66,7	66,7	66,7
	Setor público	26	27,1	27,1	93,8
	Desempregado	6	6,3	6,3	100,0
	Total	96	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.4 apresenta a situação laboral dos empreendedores antes de iniciarem as suas atividades empresariais. Observa-se que 66,7% dos participantes estiveram empregados no sector privado, 27,1% no sector público e 6,3% encontravam-se na condição de desempregados. Adicionalmente, verifica-se que 6,7% dos empreendedores estavam empregados no sector privado por conta de outrem. Estes dados sugerem que a maioria dos empreendedores provinha do sector privado, o que pode ter influenciado a experiência prévia e as competências adquiridas antes de iniciarem o seu próprio negócio.

Tabela 4.5 - Anos na condição de desempregado

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0-5 anos	22	22,9	59,5	59,5
	6-10 anos	3	3,1	8,1	67,6
	11-15 anos	4	4,2	10,8	78,4
	Mais de 16 anos	8	8,3	21,6	100,0
	Total	37	38,5	100,0	
Omisso	Sistema	59	61,5		
	Total	96	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.5 apresenta o tempo que os empreendedores permaneceram desempregados antes de iniciarem efetivamente as suas atividades empresariais. Observa-se que 59,9% estiveram desempregados entre 0 e 5 anos, 8,1% entre 6 e 10 anos, 10,8% entre 11 e 15 anos e 21,6% por mais de 16 anos. Constata-se, portanto, que a maioria da população empreendedora iniciou o seu negócio após um período relativamente curto de desemprego (0 e 5 anos), o que sugere que a condição de desemprego recente pode ter sido um fator motivador para a tomada de iniciativa empreendedora.

Tabela 4.6 - Função que desempenha na empresa

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Proprietário/gerente	70	72,9	73,7	73,7
	Trabalhador de operação	12	12,5	12,6	86,3
	Pessoal administrativo	6	6,3	6,3	92,6
	Pessoal de limpeza	3	3,1	3,2	95,8
	Pessoal de segurança	1	1,0	1,1	96,8
	Outras tarefas	3	3,1	3,2	100,0
	Total	95	99,0	100,0	
Omisso	Sistema	1	1,0		
	Total	96	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.6 apresenta as posições ocupadas pelos participantes durante o período da investigação. Observa-se que 73,7% dos inquiridos eram proprietários e gestores das respetivas empresas, 12,6% atuavam como trabalhadores operacionais, 6,3% exerciam funções administrativas, 3,2% desempenhavam funções de segurança e 3,2% estavam envolvidos em outras tarefas. Estes resultados indicam, de forma expressiva, que a maioria dos empreendimentos foi gerida diretamente pelos seus promotores, evidenciando um elevado grau de envolvimento pessoal na administração e operação das empresas.

Tabela 4.7 - Tempo de atividade empresarial

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	De 1 ano a 3 anos	20	20,8	20,8	20,8
	De 4 anos a 6 anos	24	25,0	25,0	45,8
	De 7 anos a 9 anos	12	12,5	12,5	58,3
	Mais de 10 anos	40	41,7	41,7	100,0
	Total	96	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.7 apresenta o período de existência ou atividade das empresas analisadas. Observa-se que 20,8% das empresas estavam em operação há 1 a 3 anos, 25% entre 4 e 6 anos, 12,5% entre 7 e 9 anos e 41,7% possuíam mais de 10 anos de atividade. Deste modo, verifica-se que a maior proporção de empresas tem mais de 10 anos de operação, sugerindo uma experiência acumulada significativa, conferindo-lhes maior capacidade de adaptação e consistência no mercado.

Tabela 4.8 - Forma jurídica das empresas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sociedade unipessoal	40	41,7	41,7	41,7
	Sociedade colectiva	47	49,0	49,0	90,6
	Cooperativa	9	9,4	9,4	100,0
	Total	96	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.8 apresenta a forma jurídica adotada pelas empresas analisadas, do ponto de vista da legalização. Observa-se que 41,7% foram constituídas como sociedades unipessoais, 49% como sociedades coletivas e 9,4% como cooperativas. Verifica-se, assim, que a maioria dos empreendedores optou pela sociedade coletiva, evidenciando que os seus negócios envolveram a participação de mais de um sócio, o que pode favorecer a partilha de responsabilidades, recursos e competências na gestão das empresas.

Tabela 4.9 - Setor de atividade económica das empresas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Setor da agricultura	10	10,4	10,4	10,4
	Setor da Pecuária	7	7,3	7,3	17,7
	Setor da Pesca	3	3,1	3,1	20,8
	Setor do Comércio	24	25,0	25,0	45,8
	Setor de Prestação de Serviço	25	26,0	26,0	71,9
	Setor da Indústria	11	11,5	11,5	83,3
	Setor da Hotelaria e/ou Restauração	10	10,4	10,4	93,8
	Setor da Construção Civil	4	4,2	4,2	97,9
	Setor dos Serviços de Saúde	2	2,1	2,1	100,0
	Total	96	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Relativamente ao setor de actividade económica, a tabela 4.9 apresenta a distribuição dos empreendedores segundo os setores em que estão inseridos. Observa-se que 10,4% atuam na agricultura, 7,3% na pecuária, 3,1% na pesca, 25% no comércio, 26% na prestação de serviços, 11,5% na indústria, 10,4% na hotelaria e/ou restauração, 4,2% na construção civil e 2,1% em outros setores. Deste modo, constata-se que os empreendedores da Província de Benguela exercem maioritariamente as suas actividades no setor da prestação de serviços, seguido pelos setores do comércio e da indústria, indicando uma predominância de atividades voltadas para o mercado local e serviços diretos à população.

Tabela 4.10 - Classificação das empresas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Microempresa	54	56,3	56,8	56,8
	Pequena Empresa	36	37,5	37,9	94,7
	Não Sei	5	5,2	5,3	100,0
	Total	95	99,0	100,0	
Omisso	Sistema	1	1,0		
	Total	96	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.10 apresenta a classificação das empresas segundo os critérios estabelecidos pela Lei 30/11 de 13 de setembro. Observa-se que 56,8% das empresas foram classificadas como microempresas, 37,9% como pequenas empresas, enquanto 5,3% dos inquiridos não sabiam a sua classificação. Deste modo, verifica-se que a maioria das empresas na província de Benguela é constituída por microempresas, evidenciando um perfil empresarial predominantemente de menor dimensão, possivelmente com estruturas mais simples e limitados recursos para expansão.

Questões de pesquisa:

As tabelas seguintes sintetizam os resultados obtidos em resposta à questão de pesquisa formulada nesta investigação aos empreendedores da província de Benguela. Estes dados permitem uma análise mais detalhadas das perceções, experiências e práticas dos participantes, contribuindo para a compreensão do efeito do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico, bem como do papel das políticas públicas de apoio as micro e pequenas empresas na província de Benguela.

Pergunta de pesquisa 1: *Como se caracteriza e qual é o grau do empreendedorismo das micro e pequenas empresas para incidência no desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola?*

A questão de pesquisa 1 foi respondida pelas tabelas nº11 e 19, 33 e 41 e, 48 e 56 com os itens C1, C2, C3, C4 do questionário-1 e C1, C2, C3, C4 do Questionário-2

Tabela 4.11 - Avaliação do empreendedorismo da população da província de Benguela

Nº	Itens do Questionário	Respostas						
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Omisso Sistema	Total
C1.	A ideia de empreender surgiu porque percebeu haver uma oportunidade de criar e desenvolver a sua própria empresa.	56 (58,9)	35 (36,8)	2 (2,1)	2 (2,1)	0	1	96 (100)
C2.	A ideia de empreender surgiu da necessidade sentida para sobreviver.	33 (34,7)	36 (37,9)	4 (4,2)	17 (17,9)	5 (5,3)	1	96 (100)
C3.	Teve alguma formação ou capacitação de empreendedorismo (criação ou gestão) que lhe permitiu estabelecer ou desenvolver a sua empresa.	39 (40,6)	33 (34,4)	4 (4,2)	17 (17,7)	3 (3,1)	0	96 (100)
C4.	Considerou-se mais proativo (a) diante dos desafios para mundo do empreendedorismo.	18 (18,8)	46 (47,9)	2 (2,1)	10 10,4)	20 (20,8)	0	96 (100)
	Total	161	132	22	54	13	2	384
	Percentagem total	44,73	36,36	3,5	12,56	2,8	0	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.11 apresenta as perceções dos empreendedores relativamente ao fenómeno do empreendedorismo na província da Benguela. Dos 96 empreendedores inquiridos, que receberam e responderam com sucesso aos questionários, observou-se que, em média, 44,73% concordaram totalmente com todos os itens avaliados, 36,36% concordaram, 3,5% discordaram totalmente, 12,56% discordaram e 2,8% optaram pela posição de "indecisos". Analisando cada item: C1: 95,7% concordaram que a ideia de empreender surgiu da perceção de uma oportunidade para criar e desenvolver a sua própria empresa, em contraste com 4,25% que discordaram; C2: 72,6% concordaram que a motivação para empreender decorreu da necessidade de sobrevivência, enquanto 22,1% discordaram; C3: 75% confirmaram ter beneficiado de formação e capacitação em empreendedorismo, comparativamente a 21,9% que discordaram; C4: 66,7% consideraram-se mais proativos perante os desafios do mundo do empreendedorismo, face a 12,5% que discordaram. Os resultados permitem caracterizar o empreendedorismo na província como sendo predominantemente por oportunidade (95,7%), embora o empreendedorismo por necessidade

tenha também uma relevância significativa (72,6%). Ademais, 75% dos inquiridos indicaram ter beneficiado de ações formativas e de capacitação em empreendedorismo, o que lhes permitiu criar, gerir e desenvolver os seus negócios. 66,7% consideraram-se mais proativos diante dos desafios do empreendedorismo.

Em termos gerais, 81,09% dos inquiridos avaliaram que praticaram empreendedorismo empresarial num nível alto ou bom na província da Benguela.

Pergunta de pesquisa 2: *Qual é o efeito do empreendedorismo das micro e pequenas empresas nos indicadores de desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola?*

A questão de pesquisa 2 foi respondida pelas tabelas 12,13 e 20, 21; 34,35 e 42,43; e 49,50 e 57,58 com os itens D1, D2, D3, D4 e D5 do 1 questionário e E1, E2, E3, E4 e E5 do 2 questionário.

Tabela 4.12 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população da província de Benguela

Nº	Itens do Questionário	Respostas

	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Total
D1.Verificou um número elevado de desemprego das populações na sua localidade.	50 (52,1)	40 (41,7)	0	2 (2,1)	4 (4,2)	96 (100)
D2. A criação da sua empresa proporcionou o seu próprio emprego.	32 (33,3)	42 (43,8)	6 (6,3)	16 (16,7)	0	96 (100)
D3. A criação da sua empresa proporcionou empregos para a população na sua localidade.	56 (58,3)	36 (37,5)	2 (2,1)	1 (1)	1 (1)	96 (100)
D4. O empreendedorismo praticado contribuiu para redução do desemprego das populações na sua localidade.	48 (50)	42 (43,8)	3 (3,1)	2 (2,1)	1 (1)	96 (100)
D5. O empreendedorismo praticado foi um fator suficiente e contribuiu para redução do desemprego da população na sua localidade.	32 (33,3)	44 (45,8)	5 (5,2)	14 (14,6)	1 (1)	96 (100)
Total	218	204	16	35	7	480
Percentagem total	45,4	42,52	2,6	7,3	1,44	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.12 apresenta os resultados sobre o efeito do empreendedorismo na redução do desemprego na província da Benguela. Dos 96 empreendedores inquiridos, que receberam e responderam com sucesso aos questionários, observou-se que, em média, 45,4% concordaram totalmente com todos os itens avaliados, 42,52% concordaram parcialmente, 2,6% discordaram totalmente, 7,3% discordaram e 1,44% optaram pela posição de "indecisos". Quanto aos itens específicos: 93,8% dos inquiridos concordaram que o índice de desemprego na população era elevado; 77,1% indicaram que a criação das suas próprias empresas gerou emprego para si; 95,8% afirmaram que a criação das suas empresas proporcionou empregos para outras pessoas; 79,1% concordaram que o empreendedorismo praticado foi um fator suficiente para contribuir para a redução do desemprego nas comunidades.

Em termos gerais, aproximadamente 87,92% dos inquiridos consideraram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas teve um efeito positivo na redução do desemprego na província da Benguela.

Tabela 4.13 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da província de Benguela

Nº	Itens do Questionário	Respostas

	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Total
E1. Verificou um número elevado de pobreza na sua localidade.	42 (43,8)	7 (7,3)	1 (1)	39 (40,6)	7 (7,3)	96 (100)
E2. A criação da sua empresa contribuiu para o combate à pobreza na sua localidade.	27 (28,1)	10 (10,4)	1 (1)	49 (51)	9 (9,4)	96 (100)
E3. O empreendedorismo foi uma fonte suficiente geradora de renda para o combate à pobreza na sua localidade.	24 (25,3)	12 (12,5)	1 (1,1)	53 (55,8)	5 (5,3)	96 (100)
E4. A criação da sua empresa contribuiu para o combate à pobreza na sua localidade.	9 (9,4)	43 (44,72)	11 (11,5)	26 (7,1)	7 (7,3)	96 (100)
E5. O empreendedorismo praticado foi um fator suficiente e contribuiu para sobrevivência e soluções de manutenção da vida social da população na sua localidade.	12 (12,5)	25 (26)	12 (12,5)	40 (41,7)	7 (7,3)	96 (100)
Total	114	97	26	207	36	480
Percentagem total	23,82	20,18	5,42	43,24	7,32	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.13 apresenta as perceções dos empreendedores sobre o efeito do empreendedorismo no combate à pobreza na província da Benguela. Dos 96 empreendedores inquiridos, que receberam e responderam com sucesso aos questionários, observou-se que, em média, 23,82% concordaram totalmente com todos os itens, 20,18% concordaram parcialmente, 5,42% discordaram totalmente, 43,24% discordaram e 7,32% optaram pela posição de "indecisos". Quanto aos itens específicos: 51,1% concordaram que o índice de pobreza da população era elevado; 52% não concordaram que a criação da empresa contribuiu significativamente para o combate à pobreza; 56,6% discordaram que o empreendedorismo foi uma fonte suficiente de geração de renda para reduzir a pobreza; 54,12% ainda reconheceram que a criação das suas empresas teve algum efeito no combate à pobreza; 54,2% não consideraram que o empreendedorismo praticado foi suficiente para garantir a sobrevivência ou soluções de manutenção da vida social da população.

Em linhas gerais, cerca de 48,66% dos inquiridos avaliaram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas teve um efeito negativo no combate à pobreza na Província da Benguela, refletindo um impacto limitado das atividades empreendedoras na melhoria das condições socioeconómicas locais.

Pergunta de pesquisa 3: *Que políticas públicas foram definidas e aplicadas para promover e dinamizar o empreendedorismo das micro e pequenas empresas na Região Centro e Sul de Angola?*

A questão de pesquisa 3 foi respondida pelas tabelas 14 e 22; 36 e 44; e 51 e 59, com os itens F1, F2, F3 e F4 do 1 questionário e F1, F2 e F3 do 2 Questionário.

Tabela 4.14 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola

Itens do Questionário	Respostas

Nº	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Omisso Sistema	Total
F1. Existiu políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola.	18 (18,5)	12 (12,6)	3 (3,2)	52 (54,7)	10 (11)	1	96 (100)
F2. As políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo que existem e aplicadas em Angola.							
F2.1. Incentivos fiscais.	18 (18,9)	16 (16,8)	8 (8,4)	29 (30,5)	24 (25,3)	1	96 (100)
F2.2. Proteção ao investimento.	12 (12,6)	25 (25,3)	10 (10,5)	13 (13,7)	36 (37,9)	1	96 (100)
F2.3. Política de fomento ao empreendedorismo.	18 (18,8)	10 (10.4)	2 (2,1)	46 (47,9)	20 (20,8)	0	96 (100)
F2.4. Formação e capacitação empresarial.	24 (25)	12 (12,5)	2 (2,1)	31 (32,3)	27 (28,1)	0	96 (100)
F2.5. Apoio ao financiamento.	16 (16,7)	14 (14,6)	8 (8,3)	35 (36.4)	23 (24)	0	96 (100)
F2.6.Influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico.	15 (15,6)	6 (6.3)	6 (6,3)	46 (47,9)	23 (24)	0	96 (100)
F2.7. Melhoria nas políticas públicas.	7 (7,3)	15 (15,5)	11 (11,5)	28 (29,2)	35 (36,5)	0	96 (100)
F3. Essas políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo contribuíram para a criação, o fortalecimento e o desenvolvimento da sua empresa, visando à redução do desemprego na sua localidade.	12 (12,5)		2 (2,1)	60 (62,5)	6 (6,3)	0	96 (100)
F4. As políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo contribuíram para o combate à pobreza na sua localidade.	10 (10,4)		4 (4,2)	51 (53,1)	14 (46,6)	0	96 (100)
Total	150	143	56	391	218	2	960
Percentagem total	15,63	14,82	5,87	40,82	22,85	0	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.14 evidencia às políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo. Das opiniões dos 96 empreendedores inquiridos que receberam os questionários, 93 responderam com sucesso, em média, cerca de 15,63% concordaram totalmente da existência e aplicação das políticas públicas definidas, 14,82% concordaram, 5,87% discordaram totalmente, 40,82% discordaram e 22,85% responderam na opção "indeciso". Sendo apontadas com 37,9% a proteção ao investimento pese embora com igual percentagem (37,5) de empreendedores que responderam na opção "indeciso" e 37,5% de formação e capacitação empresarial contra os 32,3% que

responderam na opção de indeciso, como únicas políticas públicas aplicadas. Estas políticas foram insuficientes para auxiliar na criação, fortalecimento e desenvolvimento das empresas no combate à pobreza. Em linhas gerais, cerca de 46, 69% discordaram e avaliaram negativamente a existência e aplicação das políticas públicas de incentivo às micro e pequenas empresas na Província de Benguela.

4.1.2 - Análise quantitativa dos dados dos gestores da província de Benguela

A caracterização sociodemográfica dos gestores públicos da província de Benguela tem como objetivo contextualizar o perfil dos participantes envolvidos na pesquisa. Dados apresentados nas tabelas seguintes permitem uma leitura detalhada de variáveis como a idade, género, instituição onde trabalha e função que ocupa na instituição, oferecendo subsídios relevantes para compreensão do papel destes gestores na promoção das políticas públicas de apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento socioeconómico local.

Tabela 4.15 - Idades dos gestores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	18 - 24 anos	1	12,5	12,5	12,5
	25 - 34 anos	1	12,5	12,5	25,0
	35 - 44 anos	3	37,5	37,5	62,5
	45 - 54 anos	3	37,5	37,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.15, mostra a idade dos 8 gestores das instituições públicas que promovem o empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola, e que receberam e responderam com sucesso aos questionários. Observa-se que de todos que participaram desta investigação, 12,5% foram da idade de 18 a 24 anos, 12,5% com idades de 25 a 34 anos, 37,5% com idade de 35 a 44 anos e 12.5% com idade de 45 a 54 anos. Entretanto, os gestores figuram num quadro etário correspondente com as idades de 35 a 54 anos, representados por 37,5% cada subgrupo. Assegura-se que, supostamente, são profissionais com maturidade que passaram informações mais responsáveis para desenvolvimento da investigação.

Tabela 4.16 - Sexo dos gestores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Feminino	2	25,0	25,0	25,0
	Masculino	6	75,0	75,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.16 apresenta a distribuição por sexo dos 8 gestores das instituições públicas que receberam e responderam com sucesso aos questionários. Observa-se que 25% dos inquiridos eram do sexo feminino e 75% eram do masculino. Estes dados evidenciam que o número de gestores do sexo masculino continua a ser visivelmente superior, refletindo um desequilíbrio de sexo nas posições de gestão nas instituições públicas da província de Benguela.

Tabela 4.17 - Instituição pública que trabalha

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	GPDEI	1	12,5	12,5	12,5
	INAPEM	1	12,5	12,5	25,0
	CLESE	1	12,5	12,5	37,5
	GUE	1	12,5	12,5	50,0
	ADRA	1	12,5	12,5	62,5
	FAS	1	12,5	12,5	75,0

	INEFOP	1	12,5	12,5	87,5
	Investigador	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.17 apresenta as instituições dos gestores analisados, indicando a instituição onde cada gestor está alocado. Observa-se que cada instituição foi representada por 12,5% dos gestores, nomeadamente: GPDEI, INAPEM, CLESE, GUE, ADRA, FAS, INEFOP e um investigador de instituição de ensino superior. Este quadro demonstra uma distribuição equitativa dos gestores entre as instituições analisadas, permitindo uma visão abrangente sobre o envolvimento institucional no fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas.

Tabela 4.18 - Função que ocupa na instituição

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Director	1	12,5	12,5	12,5
	Chefe de Dpto	3	37,5	37,5	50,0
	Chefe de Secção	3	37,5	37,5	87,5
	Administrativo	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Relativamente às funções exercidas pelos gestores nas instituições analisadas, a tabela 4.18 evidencia que 12,5% desempenhavam o cargo de Diretor, 37,5% eram Chefes de Departamento, 37,5% Chefes de Secção e 8% desempenhavam funções administrativas. Verifica-se, assim, uma predominância de gestores de nível intermédio (Chefes de Departamento e de Secção), que, em conjunto, representam 75% do total. Este quadro sugere que, apesar da maior representatividade dos cargos intermédios, as informações recolhidas demonstraram consistência e fiabilidade, refletindo o conhecimento técnico e a experiência prática destes gestores na condução das suas atividades institucionais.

Tabela 4.19 - Informações sobre o empreendedorismo da população

Nº	Itens do Questionário	Concordo totalmente	Concordo	Discordo Totalmente	Discordo	Indeciso	Total
C1.	A ideia de os indivíduos empreenderem surgiu porque perceberam haver uma oportunidade de criar e desenvolver a sua própria empresa.	4 (50)	3 (37,5)	0	1 (12,5)	0	8 (100)
C2.	A ideia de os indivíduos empreenderem surgiu da necessidade de criar a sua própria empresa como forma de sobrevivência.	1 (12,5)	0	5 (62,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
C3.	Os empreendedores procuravam formação ou capacitação que lhes permitisse criar e desenvolver as suas actividades empresariais.	2 (25)	4 (50)	0	0	2 (25)	8 (100)
C4.	Considerou elevado o grau de empreendedorismo praticado pela população.	2 (25)	4 (50)	1 (12,5)	1 (12,5)	0	8 (100)
Total		9	11	6	3	3	32
Percentagem total		28,12	34,37	18,75	9,37	9,37	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.19 demonstra, em média, que dos 8 gestores que receberam e responderam os questionários com sucesso, 28,12% concordaram totalmente com todos os itens, 34,37% concordaram, 18,75% discordaram totalmente, 9,37% discordaram e 9,37% responderam na opção “indeciso”. Na análise de cada item, C1, 87,5% concordaram que a ideia de os indivíduos empreenderem surgiu por eles perceberem haver havia uma oportunidade de criar e desenvolver a sua própria empresa, C2, 12% discordaram que a ideia de os indivíduos empreenderem surgiu por necessidade de criar a sua própria empresa como forma de sobrevivência, no item C3, 75% concordaram que os empreendedores procuraram tendo sido formados e capacitados em matéria de empreendedorismo para criar e desenvolver as suas actividades empresariais no item C4, 75% concordaram que houve um grau de elevado de empreendedorismo praticado pela população. Na sequência das questões, 87% dos gestores caracterizaram o empreendedorismo por oportunidade se comparado com os 12,5% do empreendedorismo por necessidade praticado pela população, que 75% procuraram e beneficiaram de ações formativas e capacitação sobre empreendedorismo para criação e gestão das suas empresas, que lhes permitisse criar e desenvolver as suas empresas e 75% consideraram elevado o grau de empreendedorismo praticado pela população

Em síntese, cerca de 62,49% dos gestores das instituições públicas inquiridas concordaram que se verificou a prática de empreendedorismo empresarial, revelando uma perceção global de que o nível de empreendedorismo na província de Benguela pode ser considerado regular.

Tabela 4.20 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população da província de Benguela

Nº	Itens do Questionário	Respostas					
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Total
D1.	O índice de desemprego foi elevado na sua localidade	2 (25)	5 (62,5)	0	0	1 (12,5)	8 (100)
D2.	A criação de empresas proporcionou empregos para a população na sua localidade	0	8 (100)	0	0	0	8 (100)
D3.	O grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuiu para a redução do desemprego da população na sua localidade.	1 (12,5)	6 (75)	0	0	1 (12,5)	8 (100)
Total		3	19	0	0	2	24
Percentagem total		12,5	79,16	0	0	8,33	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.20 apresenta os resultados obtidos juntos dos 8 gestores que receberam, responderam os questionários com sucesso. Em média, cerca de 12,5% dos inquiridos concordaram totalmente com todos os itens, 79,16% concordaram e 8% responderam na opção "indeciso". Quanto aos itens, 87,5% concordaram que o índice de desemprego foi elevado em relação, 100% concordaram que a criação das suas empresas proporcionou empregos para a população e 87,5% concordaram que o grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuiu para a redução do desemprego da população na sua localidade. De forma global, cerca de 91,66% dos gestores concordaram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas teve um efeito positivo na redução do desemprego na Província de Benguela.

Tabela 4.21 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da província de Benguela

Nº	Itens do Questionário	Respostas					
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Total

E1. O índice de pobreza foi elevado na sua localidade.	0	6 (75)	0	2 (25)	0	8 (100)
E2. O grau de empreendedorismo praticado pelas micro e pequenas empresas foi suficiente para combater a pobreza da população na sua localidade.	3 (37,5)	5 (62,5)	0	0	0	8 (100)
E3. O grau de empreendedorismo praticado pelas micro e pequenas empresas foi um fator suficiente para contribuiu para a sobrevivência e manutenção da vida social da população.	0	3 (37,5)	0	3 (37,5)	2 (25)	8 (100)
Total	3	14	0	5	2	24
Percentagem total	12,5	58,33	0	20,83	8,33	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.21 apresenta os resultados obtidos junto dos 8 gestores que receberam e responderam com sucesso aos questionários. Em média, cerca de 12,5% inquiridos concordaram totalmente com todos os itens, 58,33% concordaram, 20,83% discordaram e 8,33% optaram pelo indicador "indeciso". Quanto aos itens, 75% concordaram que o índice de pobreza foi elevado, 100% concordaram que o grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas foi suficiente para combater a pobreza da população e 37,5% concordaram que o grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas foi um fator suficiente para contribuir para a sobrevivência e manutenção da vida social da população que de igual percentagem discordaram.

De forma geral, cerca de 70,83% dos gestores concordaram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas exerceu um efeito positivo no combate à pobreza da da população da província da Benguela.

Tabela 4.22 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas					
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Total
F1.	Havia políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola.	5 (62,5)	3 (37,5)	0	0	0	8 (100)
F2.	As políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo que havia e aplicadas em Angola.						
F2.1.	Incentivos fiscais	3 (37,5)	1 (12,5)	0	2 (25)	2 (25)	8 (100)
F2.2.	Proteção ao investimento	1 (12,5)	2 (25)	0	1 (12,5)	4 (50)	8 (100)
F2.3.	Política de fomento ao empreendedorismo	6 (75)	2 (25)	0	0	0	8 (100)
F2.4.	Formação e capacitação empresarial	5 (62,5)	3 (37,5)	0	0	0	8 (100)
F2.5.	Apoio ao financiamento	5 (62,5)	2 (25)	0	0	1 (12,5)	8 (100)
F2.6.	Influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico	3 (37,5)	2 (25)	1 (12,5)	2 (25)	0	8 (100)
F2.7.	Melhoria nas políticas públicas	4 (50)	1 (12,5)	0	0	3 (37,5)	8 (100)
F3.	Como gestor, as políticas públicas definidas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuíram para a criação, o fortalecimento e desenvolvimento das empresas para redução do desemprego e para o combate à pobreza da população.	1 (12,5)	5 (62,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	0	8 (100)
Total		33	21	2	6	10	72
Percentagem total		45,83	29,16	2,77	8,33	13,88	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Relativamente às políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, a tabela 4.22, apresenta os resultados obtidos dos 8 gestores que receberam, responderam e devolveram aos questionários integralmente. Em média, cerca de 45,83% dos inquiridos concordaram totalmente com a existência e aplicação das políticas apresentadas; 29,16% concordaram; 2,77% discordaram totalmente; 8,33% discordaram e 13,88% optaram pelo indicador "indecisos". Quanto às políticas aplicadas, 50% concordaram com a existência da política de incentivo fiscal, 37,5% concordaram com a proteção ao investimentos, apesar de 50% terem optado pelo

indicador “indeciso”, enquanto que 100% concordaram com a política de fomento ao empreendedorismo, 100% concordaram com a política de formação e capacitação empresarial, 87,5% concordaram com o apoio ao financiamento, 62,5% concordaram com a influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico, 72,5% concordaram com a melhoria nas políticas públicas e 75% dos gestores concordaram que as políticas públicas definidas para o fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuíram para criação, fortalecimento e desenvolvimento das empresas com impacto direto na redução do desemprego e no combate à pobreza.

Globalmente, cerca de 74,99% dos gestores concordaram e avaliaram positivamente às políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas na província de Benguela.

4.1.3 - Análise quantitativa dos dados dos empreendedores da província da Huíla

Com o intuito de contextualizar o perfil dos participantes, procedeu-se ao tratamento e análise dos dados sociodemográficos dos empreendedores da província da Huíla. Esta caraterização visa fornecer uma compreensão inicial sobre as principais variáveis pessoais e sociais como idade, género, grau académico, situação laboral antes de ser empreendedor, anos na condição de desempregado, tempo de actividade empresarial, função que desempenha na empresa, entre outras consideradas relevantes, permitindo, assim, uma análise mais informada dos resultados obtidos nas fases subsequentes da investigação. Os dados recolhidos foram sistematizados e apresentados em tabelas a seguir:

Tabela 4.23 - Idade dos empreendedores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	3	3,2	3,2	3,2
	18 - 24 anos	21	22,6	22,6	25,8
	25 - 34 anos	42	45,2	45,2	71,0
	35 - 44 anos	24	25,8	25,8	96,8
	45 - 54 anos	2	2,2	2,2	98,9
	55 - 64 anos	1	1,1	1,1	100,0
	Total	93	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.23 apresenta os dados relativos à idade dos 93 empreendedores que compuseram a amostra, dos quais 90 responderam integralmente ao questionário. Constatou-se que 22,6% se encontravam no intervalo dos 18 aos 24 anos, 45,2% entre os 25 e os 34 anos, 25,8% entre os 35 e os 44 anos, 2,2% entre os 45 e os 54 anos e 1,1% entre os 55 e os 64 anos. Adicionalmente, 3,2% devolveram o questionário, mas não responderam ao mesmo.

Os resultados revelam que a população empreendedora da Província da Huíla é predominantemente jovem, com destaque para o grupo etário dos 25 aos 34 anos, que representa 45,2% do universo inquirido.

Tabela 4.24 - sexo dos empreendedores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	3	3,2	3,2	3,2
	Feminino	35	37,6	37,6	40,9
	Masculino	55	59,1	59,1	100,0
	Total	93	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Em relação ao sexo dos empreendedores, a tabela 4.24 apresenta que 37,6% dos inquiridos eram mulheres, 59,1% eram homens e 3,2% devolveram o questionário sem o responder. Constata-se, assim, que o sexo masculino se encontra sobrerrepresentado na população que enveredou por iniciativas empreendedoras, em comparação com o sexo feminino.

Tabela 4.25 **-** Grau académico dos empreendedores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	3	3,2	3,2	3,2
	IºCiclo	2	2,2	2,2	5,4
	IIºCiclo	14	15,1	15,1	20,4
	Ensino superior (Licenciatura)	71	76,3	76,3	96,8
	Mestrado	3	3,2	3,2	100,0
	Total	93	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Quanto ao grau académico, a tabela 4.25 mostra que 2,2% dos inquiridos concluíram o I ciclo, 15,1% o II ciclo, 76,3% o ensino superior ou licenciatura, 3,2% o mestrado e 3,2% devolveram o questionário sem o responder. Constata-se, assim, um número expressivamente elevado de empreendedores com formação superior, o que pressupõe a capacidade de identificar, analisar e compreender os fenómenos económicos e sociais da sua localidade.

Tabela 4.26 - Situação laboral antes de ser empreendedor

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	3	3,2	3,2	3,2
	Setor privado	51	54,8	54,8	58,1
	Setor público	20	21,5	21,5	79,6
	Desempregado	19	20,4	20,4	100,0
	Total	93	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Na tabela 4.26, apresentam-se as respostas relativas à situação laboral dos empreendedores antes de iniciarem a sua atividade empresarial. Verifica-se que 54,8% estavam empregados no sector privado, 21,5% no sector público, 20,4% encontravam-se em situação de desemprego e 3,2% devolveram o questionário sem o responder. Constata-se, assim, que o sector privado foi o principal empregador dos indivíduos antes de enveredarem pelas suas iniciativas empresariais na província da Huíla.

Tabela 4.27 - Anos na condição de desempregado

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	3	3,2	6,1	6,1
	0-5 anos	21	22,6	42,9	49,0
	6-10 anos	6	6,5	12,2	61,2
	11-15 anos	1	1,1	2,0	63,3
	Mais de 16 anos	18	19,4	36,7	100,0
	Total	49	52,7	100,0	
Omisso	Sistema	44	47,3		
	Total	93	100,0		

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Na tabela 4.27, observa-se o tempo que os empreendedores permaneceram desempregados antes de iniciarem efetivamente as suas atividades. Dos inquiridos, 42,9% indicaram ter estado desempregados entre 0 a 5 anos, 12,2% entre 6 a 10 anos, 2% entre 11 a 15 anos. 36,7% afirmaram estar desempregados há mais de 16 anos, e 6,1% devolveram os questionários sem respostas válidas. Verifica-se, portanto, que a maior parte dos empreendedores esteve na condição de desemprego por um período relativamente curto (0 a 5 anos), o que parece ter funcionado como fator motivador para a decisão de empreender, refletindo uma relação entre a experiência de desemprego inicial e o impulso para iniciar atividades empresariais.

Tabela 4.28 - Função que desempenha na empresa

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	3	3,2	3,3	3,3
	Proprietário	84	90,3	92,3	95,6
	Trabalhador	3	3,2	3,3	98,9
	Pessoal de limpeza	1	1,1	1,1	100,0
	Total	91	97,8	100,0	
Omisso	Sistema	2	2,2		
	Total	93	100,0		

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Na tabela 4.28, apresenta-se as funções ocupadas pelos participantes durante o período da investigação. Dos 93 inquiridos que receberam os questionários, 90 responderam com sucesso. Desses, 92,3% eram proprietários das suas próprias empresas, 3,3% eram trabalhadores operacionais, 1,1% desempenhavam funções administrativas, e 3,3% devolveram os questionários sem respostas válidas.

Constata-se, assim, que a grande maioria dos inquiridos eram empreendedores proprietários das suas empresas, o que evidencia uma participação ativa e direta na gestão e operação dos seus negócios.

Tabela 4.29 - Tempo de atividade empresarial

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	3	3,2	3,3	3,3
	De 1 ano a 3 anos	45	48,4	48,9	52,2
	De 4 anos a 6 anos	31	33,3	33,7	85,9
	De 7 anos a 9 anos	6	6,5	6,5	92,4
	Mais de 10 anos	7	7,5	7,6	100,0
	Total	92	98,9	100,0	
Omisso	Sistema	1	1,1		
	Total	93	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Quanto ao período de existência ou atividade das empresas, na tabela 4.29, observa-se que, 48,9% tiveram de 1 a 3 anos, 33,7% tiveram de 4 a 6 anos, 6,5% tiveram de 7 a 9 anos, 7,6% tiveram mais de 10 anos e 3,3% devolveram, mas não responderam aos questionários. Contudo, as empresas de 1 a 3 anos de atividade representaram-se com cerca de 48,9%, indicador ~~este~~ que espelha que as micro e pequenas empresas têm pouco tempo de atividade e experiência para se manter consistente no mercado.

Tabela 4.30 - Forma jurídica das empresas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	3	3,2	3,3	3,3
	Sociedade unipessoal	58	62,4	63,0	66,3
	Sociedade colectiva	27	29,0	29,3	95,7
	Cooperativa	4	4,3	4,3	100,0
	Total	92	98,9	100,0	
Omisso	Sistema	1	1,1		
	Total	93	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Relativamente à forma jurídica das empresas, a tabela 4.30 evidencia que, da amostra, 63% das empresas foram constituídas como sociedades unipessoais, 29,3% como sociedades coletivas, 4,3% como cooperativas, e 3,5% devolveram os questionários sem respostas válidas.Observa-se, portanto, que a maioria das micro e pequenas empresas na amostra foram formalizadas como sociedades unipessoais, refletindo a tendência de cada indivíduo da população local criar e estruturar o seu próprio negócio de forma autónoma e personalizada.

Tabela 4.31- Setor de atividade económica das empresas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	3	3,2	3,2	3,2
	Setor da agricultura	26	28,0	28,0	31,2
	Setor da Pecuária	5	5,4	5,4	36,6
	Setor da Pesca	3	3,2	3,2	39,8
	Setor do Comércio	18	19,4	19,4	59,1
	Setor de Prestação de Serviço	27	29,0	29,0	88,2
	Setor da Hotelaria e/ou Restauração	3	3,2	3,2	91,4
	Sector dos Serviços de Saúde	8	8,6	8,6	100,0
	Total	93	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Relativamente ao setor de atividade económica, a tabela 4.31 evidencia que, da amostra, 28% dos empreendedores atuavam no sector da agricultura, 5,4% na pecuária, 3,2% na pesca, 19,4% no comércio, 29% na prestação de serviços, 3,2% na hotelaria e/ou restauração, 8,6% nos

serviços de saúde, e 3,2% devolveram os questionários sem respostas válidas. Observa-se, portanto, que os empreendedores das micro e pequenas empresas concentraram maioritariamente suas atividades no setor de prestação de serviços, seguidos pelos sectores da agricultura e do comércio.

Tabela 4.32 - Classificação das empresas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	3	3,2	3,2	3,2
	Microempresa	42	45,2	45,2	48,4
	Pequena Empresa	38	40,9	40,9	89,2
	Não Sei	10	10,8	10,8	100,0
	Total	93	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Relativamente à classificação das empresas, segundo o critério estabelecido pela Lei 30/11 de 13 de Setembro, a tabela 4.32 evidencia que 45,2% das empresas foram classificadas como micro, 40,9% como pequenas, 10,8% dos inquiridos não sabiam a sua classificação, e 3,2% devolveram os questionários sem respostas válidas. Deste modo, observa-se que a maioria das empresas na província da Huíla enquadra-se na classificação de microempresas, evidenciando um panorama predominante de pequenas iniciativas empresariais no tecido económico local.

Tabela 4.33 - Avaliação do empreendedorismo da população na província da Huíla

Nº	Itens do Questionário	Respostas							
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Omisso Sistema	Total
C1.	A ideia de empreender surgiu porque percebeu que havia uma oportunidade de criar e desenvolver a sua própria empresa.	29 (31,2)	48 (51,6)	1 (1,1)	3 (3,2)	9 (9,7)	3 (3,2)	0	93 (100)
C2.	A ideia de empreender surgiu da necessidade para sobrevivência.	18 (19,4)	46 (49,5)	4 (4,3)	13 (14)	9 (9,6)	3 (3,2)	0	93 (100)
C3.	Teve alguma formação ou capacitação de empreendedorismo (criação ou gestão), que permitiu estabelecer ou desenvolver a sua empresa.	13 (14,1)	48 (52,2)	2 (2,2)	16 (17,4)	10 (10,8)	3 (3,3)	1	93 (100)
C4.	Se considerou mais proativo (a) diante dos desafios para mundo do empreendedorismo.	18 (19,4)	49 (52,6)	4 (4,3)	14 (15,1)	3 (3,2)	5 (5,4)	0	93 (100)
Total		78	191	11	46	31	14	1	372
Percentagem total		21,02	51,47	2,97	12,42	8,32	3,77	0	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Na tabela 4.33 apresentam-se as respostas dos 93 empreendedores inquiridos, dos quais 90 responderam com sucesso aos questionários. Em média, 21,02% concordaram totalmente com todos os itens, 51,47% concordaram, 2,97% discordaram totalmente, 12,42% discordaram, 8,32% devolveram o questionário sem o responder e 3,77% não o devolveram. Na análise por item, observa-se que: No C1, 82,8% concordaram que a decisão de empreender surgiu da perceção de oportunidades para criar e desenvolver a sua própria empresa, contra 10,8% que discordaram; No C2, 68,9% concordaram que a motivação para empreender resultou da necessidade de sobrevivência, enquanto 18,3% discordaram; No C3, 66,3% afirmaram ter recebido formação e capacitação em empreendedorismo, em contraste com 19,6% que discordaram; No C4, 72% concordaram que se mostraram mais proativos perante os desafios do mundo empresarial, face a 19,4% que discordaram. De forma geral, destaca-se que 82,8% dos inquiridos se identificam com o empreendedorismo por oportunidade, comparativamente aos 68,9% ligados ao empreendedorismo por necessidade. Além disso, 66,3% indicaram ter beneficiado de ações

formativas e de capacitação em empreendedorismo, o que lhes permitiu criar, gerir e desenvolver os seus negócios, e 72% revelaram maior proatividade face aos desafios.

Assim, em linhas gerais, cerca de 72,49% dos inquiridos avaliaram o empreendedorismo empresarial como sendo praticado num nível elevado na província da Huíla.

Tabela 4.34 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população da província da Huíla

Nº	Itens do Questionário	Respostas							
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Omisso Sistema	Total
D1.	Verificou um número elevado de desemprego em sua localidade.	48 (52,7)	30 (33)	1 (1,1)	5 (5,5)	4 (4,4)	3 (3,3)	2	93 (100)
D2.	A criação da sua empresa proporcionou o seu próprio emprego.	21 (22,6)	37 (39,8)	2 (2,2)	18 (19,4)	12 (12,9)	3 (3,2)	0	93 (100)
D3.	A criação da sua empresa proporcionou empregos para a população na sua localidade.	23 (24,7)	46 (49,5)	1 (1,1)	14 (15,1)	6 (6,5)	3 (3,2)	0	93 (100)
D4.	O empreendedorismo praticado contribuiu para redução do desemprego na sua localidade.	18 (19,4)	47 (50,5)	4 (4,3)	12 (12,9)	9 (9,7)	3 (3,2)	0	93 (100)
D5.	O empreendedorismo praticado foi um factor suficiente e contribuiu para redução do desemprego da população na sua localidade.	10 (10,8)	40 (43)	6 (6,5)	29 (31,2)	5 (5,4)	3 (3,2)	0	93 (100)
Total		120	200	14	78	36	15	2	465
Percentagem total		26,04	43,16	3,04	16,82	7,72	3,22	0	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Na tabela 4.34, dos 93 empreendedores inquiridos, 90 responderam com sucesso aos questionários. Em média, 26,04% concordaram totalmente com todos os itens, 43,16% concordaram, 3,04% discordaram totalmente, 16,82% discordaram, 7,72% optaram pela resposta "indeciso" e 3,22% devolveram o questionário sem o responder. Na análise por item, verifica-se que: 85,7% concordaram que o índice de desemprego da população era elevado; 62,4% concordaram que a criação das suas empresas lhes proporcionou o próprio emprego; 74,2%

concordaram que a criação das suas empresas gerou emprego para a população; 69,9% concordaram que o empreendedorismo contribuiu para a redução do desemprego; 53,8% consideraram que o empreendedorismo foi um fator suficiente para reduzir o desemprego.

Em termos gerais, cerca de 69,2% dos inquiridos avaliaram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas teve um efeito positivo na redução do desemprego na província da Huíla.

Tabela 4.35 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da população da província da Huíla

Nº	Itens do Questionário	Respostas							
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Omisso Sistema	Total
E1.	Verificou um número elevado de pobreza em sua localidade.	17 (18,3)	48 (51,6)	2 (2.,2)	10 (10,7)	13 (14)	3 (3,2)	0	93 (100)
E2.	A criação da sua empresa contribuiu para o combate à pobreza da população na sua localidade.	14 (15,1)	33 (37,3)	2 (2,2)	27 (29)	14 (15,1)	3 (3,2)	0	93 (100)
E3.	O empreendedorismo foi uma fonte suficiente geradora de renda no combate à pobreza em sua localidade.	8 (8,6)	44 (47,3)	4 (4,3)	22 (23,7)	12 (12,9)	3 (3,2)	0	93 (100)
E4.	O empreendedorismo praticado foi suficiente para combater à pobreza da população na sua localidade.	3 (3,2)	24 (25,8)	13 (14)	38 (40,9)	12 (12,9)	3 (3,2)	0	93 (100)
E5.	O empreendedorismo foi um factor suficiente e contribuiu para sobrevivência e manutenção da vida social da população na sua localidade	3 (3,2)	34 (36,6)	6 (6,5)	31 (33,3)	16 (17,29)	3 (3,2)	0	93 (100)
.									
Total		45	183	27	128	67	15	0	465
Percentagem total		9,68	39,34	5,84	27,52	14,42	3,2	0	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Na tabela 4.35, dos 93 empreendedores inquiridos, 90 responderam com sucesso aos questionários. Em média, 9,68% concordaram totalmente com todos os itens, 39,34% concordaram, 5,84% discordaram totalmente, 27,52% discordaram, 14,42% optaram pela resposta “indeciso” e 3,2% devolveram o questionário sem o responder. Na análise por item,

verifica-se que: 69,9% dos inquiridos concordaram que o índice de pobreza da população era elevado; 52,4% concordaram que a criação das suas empresas contribuiu para o combate à pobreza; 55,9% concordaram que o empreendedorismo foi uma fonte geradora de rendimento no combate à pobreza; 54,9% discordaram que o empreendedorismo praticado tenha sido suficiente para o combate à pobreza; 39,8% concordaram que o empreendedorismo funcionou como factor de sobrevivência e manutenção da vida social, percentagem igual à dos que discordaram (39,8%).

Em síntese, cerca de 49,02% dos inquiridos consideraram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas teve um efeito positivo no combate à pobreza na província da Huíla.

Tabela 4.36 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas							
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Omisso Sistema	Total
F1.	Havia políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola.	7 (7,5)	44 (47,3)	9 (9,7)	15 (16,1)	15 (16,2	3 (3,2)	0	93 (100)
F2.	As políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo que havia e foram aplicadas em Angola.								
	F2.1. Incentivos fiscais.	11 (11,8)	21 (22,6)	6 (6,5)	17 (18,3)	35 (37,6)	3 (3,2)	0	93 (100)
	F2.2. Proteção ao investimento.	1 (1,1)	6 (6,5)	11 (11,8)	17 (18,3)	55 (59,1)	3 (3,2)	3	93 (100)
	F2.3. Política de fomento ao empreendedorismo.	6 (6,5)	32 (44,1)	3 (3,2)	6 (6,5)	43 (46,5)	3 (3,2)	0	93 (100)
	F2.4. Formação e capacitação empresarial.	6 (6,5)	22 (23,7)	4 (4,3)	19 (20,4)	39 (41,9)	3 (3,2)	0	93 (100)
	F2.5. Apoio ao financiamento.	10 (11)	30 (33)	2 (2,2)	14 (15,4)	32 (35,2)	3 (3,2)	2	93 (100)
	F2.6. Influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico	11 (11,8)	24 (25,8)	4 (4,3)	10 (10,8)	41 (44,1)	3 (3,2)	0	93 (100)
	F2.7. Melhoria nas políticas públicas.	4 (4,3)	9 (9,7)	7 (7,5)	22 (23,7)	46 (51,6)	3 (3,2)	0	93 (100)
F3.	Essas políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo contribuíram para a criação, o fortalecimento e o desenvolvimento da sua empresa, visando à redução do desemprego na sua localidade.	5 (5,4)	49 (52,7)	7 (7,5)	18 (19,4)	11 (11,8)	3 (3,2)	0	93 (100)
F4.	As políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo contribuíram para o combate à pobreza na sua localidade.	2 (2,2)	41 (44,1)	5 (5,4)	28 (30,1)	14 (15)	3 (3,2)	0	93 (100)
Total		63	278	58	166	333	30	2	930
Percentagem total		6,81	30,95	6,24	17,9	35,8	3,5	0	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

No que respeita às políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, a tabela 4.36 apresenta as opiniões dos 93 empreendedores inquiridos, dos quais 90 responderam com sucesso

aos questionários. Em média, 6,81% concordaram totalmente com a existência e aplicação das políticas definidas, 30,95% concordaram, 6,24% discordaram totalmente, 17,9% discordaram, 35,8% optaram pela resposta "indeciso" e 3,5% devolveram o questionário sem o responder. Relativamente às políticas aplicadas, que contribuíram para a criação, fortalecimento e desenvolvimento das empresas na redução do desemprego e no combate à pobreza, verificou-se que: 34,4% concordaram com os incentivos fiscais, embora 37,6% tenham optado pela resposta "indeciso"; 50,6% concordaram com as políticas de fomento ao empreendedorismo; 44% concordaram com a formação e capacitação empresarial; 44% concordaram com o apoio ao financiamento, embora 35,2% tenham discordado; 44,8% concordaram com a influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico, contrastando com 44,1% que se mostraram indecisos.

Em termos gerais, cerca de 37,76% dos empreendedores avaliaram positivamente as políticas públicas de incentivo às micro e pequenas empresas na província da Huíla, ainda que se observe uma diferença reduzida face aos 35,8% que permaneceram indecisos.

4.1.4 - Análise quantitativa dos dados dos gestores da província da Huíla

No caso da Província da Huíla, a caracterização sociodemográfica abrange também 8 gestores públicos que participaram da pesquisa. As tabelas que se apresentam a seguir descrevem aspectos como a faixa etária, género, instituição pública onde trabalham e função que ocupa na instituição. Esta descrição permite contextualizar o papel dos gestores na definição e implementação de estratégias de apoio às micro e pequenas empresa, bem como na promoção do desenvolvimento socioeconómico da Província.

Tabela 4.37 - Idade dos gestores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	1	12,5	12,5	12,5
	18 - 24 anos	1	12,5	12,5	25,0
	25 - 34 anos	1	12,5	12,5	37,5
	35 - 44 anos	5	62,5	62,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 37 apresenta a distribuição etária dos 7 gestores das instituições públicas que promovem o empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola, os quais responderam com sucesso aos questionários, num universo de 8 gestores inquiridos. Verifica-se que 12,5% tinham idades entre 18 e 24 anos, 12,5% entre 25 e 34 anos, 62,5% entre 35 e 44 anos, e 12,5% devolveram o questionário sem o responder. Constata-se, assim, que os gestores se concentram maioritariamente no grupo etário dos 35 aos 44 anos (62,5%), o que evidencia uma faixa de idade considerada profissionalmente madura. Esta característica sugere que os participantes possuem experiência suficiente para fornecer informações mais consistentes e responsáveis, contribuindo de forma relevante para o desenvolvimento da investigação.

Tabela 4.38 - Sexo dos gestores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	1	12,5	12,5	12,5
	Feminino	1	12,5	12,5	25,0
	Masculino	6	75,0	75,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.38 apresenta a distribuição dos gestores das instituições públicas por sexo. Dos 8 gestores inquiridos, que receberam e responderam aos questionários, 12,5% eram do sexo feminino e 75% do sexo masculino, enquanto 12,5% devolveram sem terem respondido ao questionário. Constata-se, assim, que o número de gestores do género masculino é visivelmente superior, representando três quartos do total, o que evidencia um claro desequilíbrio de sexo na província da Huíla.

Tabela 4.39 - Instituição pública onde trabalha

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	1	12,5	12,5	12,5
	INAPEM	1	12,5	12,5	25,0
	CLESE	1	12,5	12,5	37,5
	GUE	1	12,5	12,5	50,0
	ADRA	1	12,5	12,5	62,5
	FAS	1	12,5	12,5	75,0
	INEFOP	1	12,5	12,5	87,5
	Investigador	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Quanto às instituições de trabalho, a tabela 39, evidencia a pertença de cada gestor das instituições onde está alocado, numa correspondência de 12.5% para instituição, nomeadamente: GPDEI, INAPEM, CLESE, GUE, ADRA, FAZ, INEFOP e Investigador de instituição de ensino superior.

Tabela 4.40 - Função que ocupa na instituição

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	1	12,5	12,5	12,5
	Director	1	12,5	12,5	25,0
	Chefe de Secção	6	75,0	75,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Relativamente às funções exercidas pelos gestores nas instituições analisadas, a tabela 4.40 apresenta que 12,5% desempenhavam o cargo de Director, 75% ocupavam funções de Chefes de Secção e 12,5% devolveram o questionário sem respostas válidas. Observa-se, assim, uma predominância de cargos de nível intermédio, evidenciando que a maioria dos gestores inquiridos atua diretamente na gestão operacional das instituições. Este facto poderá indicar que as

informações recolhidas refletem, sobretudo, uma visão prática e próxima da execução, ainda que eventualmente limitada em termos de formulação de políticas estratégicas de maior alcance.

Tabela 4.41 - Avaliação do empreendedorismo da população

Nº	Itens do Questionário	Respostas						
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Total
C1.	A ideia de os indivíduos empreenderem surgiu porque perceberam que havia uma oportunidade de criar e desenvolver a sua própria empresa.	0	7 (87,5)	0	0	0	1 (12,5)	8 (100)
C2.	A ideia de os indivíduos empreenderem surgiu da necessidade sentida de criar a sua própria empresa como forma de sobrevivência.	3 (37,5)	4 (50)	0	0	0	1 (12,5)	8 (100)
C3.	Os empreendedores procuravam formação ou capacitação que lhes permitisse criar ou desenvolver as suas atividades empresariais.	1 (12,5)	3 (37,5)	0	3 (37,5)		1 (12,5)	8 (100)
C4.	Considerou elevado o grau de empreendedorismo praticado pela população.	2 (25)	2 (25)	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
Total		6	16	1	4	1	4	32
Percentagem total		18,75	50	3,12	12,5	4,16	12,5	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.41 apresenta, em média, as respostas dos 8 gestores inquiridos, dos quais 7 devolveram os questionários respondidos com sucesso. Verificou-se que 18,75% concordaram totalmente com todos os itens, 50% concordaram, 3,12% discordaram totalmente, 12,5% discordaram, 4,16% optaram pela resposta “indeciso” e 12,5% devolveram o questionário sem qualquer resposta. Na análise por item, observa-se que: no C1, 87,5% concordaram que a decisão de empreender surgiu da perceção de oportunidades para criar e desenvolver a própria empresa; no C2, 87,5% concordaram que a motivação para empreender resultou da necessidade de sobrevivência; no C3, 50% concordaram que os empreendedores receberam formação e capacitação em matéria de empreendedorismo para criar e desenvolver as suas atividades empresariais, enquanto 37,5% discordaram e 12,5% não responderam; no C4, 50% concordaram que houve um grau elevado de empreendedorismo praticado pelas populações, 25% discordaram

e 12,5% não responderam. De forma geral, 87,5% dos gestores caracterizaram o empreendedorismo como empreendedorismo por oportunidade e, de igual modo, 87,5% como empreendedorismo por necessidade. Além disso, 50% confirmaram que os empreendedores beneficiaram de ações formativas e de capacitação que lhes permitiram criar e gerir os seus negócios, e 50% consideraram que o grau de empreendedorismo praticado pela população foi elevado.

Em termos globais, cerca de 68,17% dos gestores das instituições públicas concordaram que se praticou empreendedorismo empresarial a um nível regular na província da Huíla.

Tabela 4.42 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população da província da Huíla

Nº	Itens do Questionário	Respostas						
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Total
D1.	O índice de desemprego foi elevado em sua localidade	3 (37,5)	4 (50)	0	0		1 (12,5)	8 (100)
D2.	A criação de empresas proporcionou empregos para a população na sua localidade	0	6 (75)	0	1 (12,5)	0	1 (12,5)	8 (100)
D3.	O grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuiu para a redução do desemprego na população na sua localidade.	2 (25)	5 (62,5)	0	0	0	1 (12,5)	8 (100)
	Total	5	15	0	1	0	3	24
	Percentagem total	20,83	62,5	0	4,16	0	12,5	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.42 apresenta as respostas de 8 gestores a quem foram distribuídos os questionários, dos quais 7 devolveram com sucesso. Em média, 26,83% dos inquiridos concordaram totalmente com todos os itens, 62,5% concordaram; 4,16% discordaram e 12,5% devolveram, mas não responderam. Na análise por item, verifica-se que: 85,7% concordaram que o índice de desemprego das populações foi elevado; 75% concordaram que a criação das

empresas proporcionou aos empreendedores o próprio emprego; 87,5% concordaram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuiu para a redução do desemprego.

De forma global, 83,33% dos gestores foram de opinião que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas teve um efeito positivo na redução do desemprego da população na província da Huíla.

Tabela 4.43 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da população da província da Huíla.

Nº	Itens do Questionário	Respostas						
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Total
E1.	O índice de pobreza foi elevado na sua localidade.	0	4 (50)	0	3 (37,5)	0	1 (12,5)	8 (100)
E2.	O grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas foi suficiente para combater a pobreza na população na sua localidade.	1 (12,5)	1 (12,5)	2 (25)	3 (37,5)	0	1 (12,5)	8 (100)
E3.	O grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas foi um factor suficiente e contribuiu para a sobrevivência e manutenção da vida social da população.	0	2 (25)	0	4 (50)	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
	Total	1	7	2	10	1	3	24
	Percentagem total	4,16	29,16	8,33	41,66	4,16	12,5	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.43 refere-se igualmente a 8 gestores, dos quais 7 responderam e devolveram os questionários com sucesso. Em média, 4,16% concordaram totalmente com todos os itens; 29,16% concordaram; 8,33% discordaram totalmente, 41,66% discordaram; 4,16% responderam como "indecisos" e 12,5% devolveram sem responder. Na análise por item, observou-se que: 50% concordaram que o índice de pobreza das populações era elevado; 62,5% discordaram que o grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas fosse suficiente para combater a pobreza; 50% discordaram que o empreendedorismo praticado tivesse sido um fator determinante para a sobrevivência e manutenção da vida social das populações.

Em síntese, cerca de 49,99% dos gestores consideraram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas teve um efeito negativo no combate à pobreza na província da Huíla.

Tabela 4.44 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas						
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Total
F1.	Havia políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola.	1 (12,5)	4 (50)	0	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
F2.	As políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo que havia e aplicadas em Angola.							
	F2.1. Incentivos fiscais.	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	3 (37,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
	F2.2. Proteção ao investimento.	4 (50)	0	0	0	3 (37,5)	1 (12,5)	8 (100)
	F2.3. Política de fomento ao empreendedorismo.	1 (12,5)	6 (75)	0	0	0	1 (12,5)	8 (100)
	F2.4. Formação e capacitação empresarial.	4 (50)	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	0	1 (12,5)	8 (100)
	F2.5. Apoio ao financiamento.	1 (12,5)	3 (37,5)	1 (12,5)	2 (25)	0	1 (12,5)	8 (100)
	F2.6.Influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico.	1 (12,5)	2 (25)	2 (25)	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
	F2.7. Melhoria nas políticas públicas.	0	3 (37,5)	2 (25)	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
F3.	Como gestor, as políticas públicas definidas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas, contribuíram para criação, fortalecimento e desenvolvimento das empresas para redução do desemprego e combate à pobreza.	2 (25)	2 (25)	2 (25)	0	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
Total		15	22	9	9	8	9	72
Percentagem total		20,83	30,55	12,5	12,5	11,11	12,5	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.44 apresenta os resultados dos 8 gestores a quem foram distribuídos os questionários, dos quais 7 responderam e devolveram com sucesso. Em termos médios, 20,83% dos gestores concordaram totalmente com a existência e aplicação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, 30,55% concordaram; 12,5% discordaram totalmente; 12,5%

discordaram; 11,11% manifestaram-se indecisos e 12,5% devolveram sem responder. No que respeita às políticas específicas: 62,5% reconheceram a existência de políticas de incentivo às micro e pequenas empresas; 50% concordaram com a proteção ao investimento, embora 37,5% tenham respondido como indecisos; 87,5% concordaram com a política de fomento ao empreendedorismo; 62,5% confirmaram a relevância da formação e capacitação empresarial; 50% concordaram com o apoio ao financiamento, contrastando com 37,5% que discordaram; Relativamente à influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico, os gestores dividiram-se: 37,5% concordaram e 37,5% discordaram.

De forma geral, 50% dos gestores reconheceram que as políticas públicas de fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuíram para a criação, fortalecimento e desenvolvimento dos negócios, favorecendo a redução do desemprego e o combate à pobreza. Assim, em média, cerca de 51,38% dos gestores avaliaram positivamente as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo na província da Huíla, embora persista uma percentagem significativa de indecisos e discordantes, o que evidencia fragilidades na implementação ou perceção dessas políticas.

4.1.5 - Análise quantitativa dos dados dos empreendedores da província do Huambo

A semelhança das províncias anteriores analisadas, foi também realizada a caracterização sociodemográfica dos empreendedores da província do Huambo, como o propósito de delinear o perfil social e económico dos participantes locais. Esta análise permite compreender o contexto de vida e de atuação dos empreendedores, contribuindo para uma interpretação mais contextualizada dos dados quantitativos. Esta informação recolhida abrange variáveis como sendo apresentadas por meio de tabelas para facilitar a leitura e comparação com as demais províncias estudadas.

Tabela 4.45 - Idade dos empreendedores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	2	2,2	2,2	2,2
	18 - 24 anos	18	19,8	20,0	22,2

	25 - 34 anos	43	47,3	47,8	70,0
	35 - 44 anos	11	12,1	12,2	82,2
	45 - 54 anos	8	8,8	8,9	91,1
	55 - 64 anos	8	8,8	8,9	100,0
	Total	90	98,9	100,0	
Omisso	Sistema	1	1,1		
	Total	91	100,0		

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.45 apresenta os dados referentes a idade dos 91 empreendedores que participaram da amostra e 89 responderam com sucesso aos questionários. 20% estavam no intervalo de 18 a 24 anos, 47,8% no intervalo de 25 a 34 anos, 12,2% no intervalo de 35 a 44 anos, 8,9% no intervalo de 45 a 54 anos, 8,9% no intervalo de 55 a 64 anos e 2,2% devolveram, mas não responderam aos questionários. Observa-se que a população empreendedora da província do Huambo é maioritariamente jovem, destacando-se a faixa etária dos 25 a 34 anos, concentra 47,8% dos inquiridos.

Tabela 4.46 - Sexo dos empreendedores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	2	2,2	2,4	2,4
	Feminino	33	36,3	38,8	41,2
	Masculino	50	54,9	58,8	100,0
	Total	85	93,4	100,0	
Omisso	Sistema	6	6,6		
	Total	91	100,0		

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

No que respeita ao sexo dos empreendedores, a tabela 4.46 evidencia que 38,8% dos inquiridos eram mulheres, 58,8% eram homens e 2,4% devolveram os questionários sem respostas válidas. Conclui-se, portanto, que a população empreendedora da **p**rovíncia do Huambo é maioritariamente masculina, o que revela um desequilíbrio de género no acesso e na participação de iniciativas empreendedoras. Este cenário pode estar associado a barreiras estruturais frequentemente enfrentadas pelas mulheres, tais como limitações no acesso ao

financiamento, menor disponibilidade de redes de apoio, desigual distribuição das responsabilidades familiares e persistência de normas socioculturais que condicionam a sua plena participação na atividade empresarial.

Tabela 4.47 - Grau académico dos empreendedores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	2	2,2	2,3	2,3
	IIºCiclo	22	24,2	25,0	27,3
	Ensino superior (Licenciatura)	59	64,8	67,0	94,3
	Mestrado	4	4,4	4,5	98,9
	Doutoramento	1	1,1	1,1	100,0
	Total	88	96,7	100,0	
Omisso	Sistema	3	3,3		
Total		91	100,0		

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Quanto ao grau académico das populações empreendedoras, na tabela 4.47, observa-se que, 25% teve o II ciclo, 67% teve o ensino superior ou licenciatura, 4,5% teve o mestrado, 1,1% teve o doutoramento e 2,3% devolveram, mas não responderam aos questionários. Observa-se um número considerável de empreendedores com o ensino superior ou licenciatura correspondente a 67%. Deste modo, compreende-se que os empreendedores da província do Huambo tiveram literacia para identificação, análise e interpretação dos fenómenos económicos e sociais.

Tabela 4.48 - Situação laboral antes de empreendedor

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa

Válido	0	2	2,2	2,2	2,2
	Sector privado	55	60,4	60,4	62,6
	Sector público	13	14,3	14,3	76,9
	Desempregado	21	23,1	23,1	100,0
	Total	91	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.48 apresenta os resultados relativos à situação laboral dos empreendedores antes de iniciarem a sua atividade empresarial. Dos 91 empreendedores inquiridos, 89 responderam com sucesso aos questionários. Verifica-se que 60,4% estavam empregados no setor privado, 14,3% no sector público, 23,1% encontravam-se em situação de desemprego e 2,2% devolveram os questionários sem respostas válidas. Conclui-se, portanto, que o setor privado foi o principal empregador da população que, posteriormente, enveredou por iniciativas empreendedoras na **p**rovíncia do Huambo.

Tabela 4.49 - Anos na condição de desempregado

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	36	39,6	39,6	39,6
	0-5 anos	18	19,8	19,8	59,3
	6-10 anos	22	24,2	24,2	83,5
	11-15 anos	3	3,3	3,3	86,8
	Mais de 16 anos	12	13,2	13,2	100,0
	Total	91	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.49 apresenta o tempo de permanência em situação de desemprego antes do início da atividade empreendedora. Verifica-se que 19,8% dos inquiridos estiveram desempregados entre 0 e 5 anos, 24,2% entre 6 e 10 anos, 3,3% entre 11 e 15 anos, e 13,2% durante um período superior a 16 anos. Adicionalmente, 39% devolveram os questionários sem respostas válidas. Constata-se, portanto, que a maior proporção dos empreendedores da província do Huambo esteve desempregada entre 6 e 10 anos, o que evidencia um tempo relativamente prolongado de exclusão do mercado de trabalho antes de recorrerem ao empreendedorismo como alternativa de inserção socioeconómica.

Tabela 4.50 - Função que desempenha na empresa

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	2	2,2	2,3	2,3
	Proprietário	48	52,7	54,5	56,8
	Trabalhador	16	17,6	18,2	75,0
	Pessoal administrativo	13	14,3	14,8	89,8
	Pessoal de segurança	2	2,2	2,3	92,0
	Outras tarefas	7	7,7	8,0	100,0
	Total	88	96,7	100,0	
Omisso	Sistema	3	3,3		
	Total	91	100,0		

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.50 apresenta as funções anteriormente desempenhadas pelos empreendedores nas empresas. Dos 93 inquiridos, 90 responderam com sucesso aos questionários. Dentre estes, 54,5% eram proprietários das suas próprias empresas, 18,2% exerciam funções como trabalhadores operacionais, 14,8% desempenhavam cargos administrativos, 2,3% atuavam na área de segurança, 8% estavam distribuídos em outras funções, e 2,3% devolveram os questionários sem respostas válidas. Verifica-se, assim, uma predominância expressiva de empreendedores que já exerciam a função de proprietários, representando mais de metade da amostra (54,5%), o que sugere forte inclinação para a iniciativa empresarial autónoma na província do Huambo.

Tabela 4.51 - Tempo de atividade empresarial

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	2	2,2	2,4	2,4
	De 1 ano a 3 anos	39	42,9	45,9	48,2

	De 4 anos a 6 anos	33	36,3	38,8	87,1
	De 7 anos a 9 anos	3	3,3	3,5	90,6
	Mais de 10 anos	8	8,8	9,4	100,0
	Total	85	93,4	100,0	
Omisso	Sistema	6	6,6		
	Total	91	100,0		

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.51 apresenta o período de existência ou de atividade das empresas dos empreendedores inquiridos. Constatou-se que 45,9% das empresas tinham entre 1 a 3 anos de funcionamento, 38,8% entre 4 a 6 anos, 3,5% entre 7 a 9 anos, 9,4% mais de 10 anos, e 2,4% devolveram os questionários sem respostas válidas. Nota-se, portanto, uma predominância de empresas relativamente recentes, com até 3 anos de atividade (45,9%). Este dado sugere que muitas das iniciativas empresariais ainda se encontravam em fase inicial, o que pode implicar menor experiência acumulada e, consequentemente, maiores desafios para garantir a sua sustentabilidade e permanência no mercado.

Tabela 4.52 - Forma jurídica das empresas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	2	2,2	2,3	2,3
	Sociedade unipessoal	52	57,1	60,5	62,8
	Sociedade colectiva	19	20,9	22,1	84,9
	Cooperativa	13	14,3	15,1	100,0
	Total	86	94,5	100,0	
Omisso	Sistema	5	5,5		
	Total	91	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No que se refere à forma jurídica das empresas, a tabela 4.52 evidencia que 60,5% estavam registadas como sociedades unipessoais, 22,1% como sociedades coletivas, 15,1% como cooperativas, enquanto 2,3% dos inquiridos declararam não saber a classificação jurídica das suas empresas e outros 2,3% devolveram os questionários sem respostas válidas. Verifica-se, assim, uma predominância expressiva do regime de sociedade unipessoal (60,5%), revelando que, na

Província do Huambo, a maioria dos empreendedores opta por estruturas jurídicas mais simplificadas e de titularidade individual, possivelmente devido à maior facilidade de constituição e formalização, bem como ao menor grau de complexidade administrativa associado a este modelo.

Tabela 4.53 - Setor de atividade económica das empresas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	2	2,2	2,3	2,3
	Setor da agricultura	25	27,5	28,4	30,7
	Setor da Pecuária	4	4,4	4,5	35,2
	Setor da Pesca	3	3,3	3,4	38,6
	Setor do Comércio	25	27,5	28,4	67,0
	Setor de Prestação de Serviço	17	18,7	19,3	86,4
	Setor da Indústria	3	3,3	3,4	89,8
	Setor da Hotelaria e/ou Restauração	3	3,3	3,4	93,2
	Setor da Construção Civil	1	1,1	1,1	94,3
	Setor dos Serviços de Saúde	5	5,5	5,7	100,0
	Total	88	96,7	100,0	
Omisso	Sistema	3	3,3		
	Total	91	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Relativamente ao setor de atividade, a tabela 4.53 apresenta que 28,4% dos empreendedores estavam inseridos no sector da agricultura, 4,5% na pecuária, 3,4% na pesca, 28,4% no comércio, 19,3% na prestação de serviços, 3,4% na indústria, 3,4% na hotelaria e/ou restauração, 1,1% na construção civil, 5,7% nos serviços de saúde, enquanto 2,3% devolveram os questionários sem respostas válidas. Constata-se, portanto, que a atividade empreendedora na **p**rovíncia do Huambo concentrou-se maioritariamente nos sectores da agricultura e do comércio (ambos com 28,4%), seguidos pela prestação de serviços (19,3%). Este resultado sugere uma forte orientação para áreas tradicionais e de subsistência, mas também evidencia a relevância crescente da prestação de serviços como espaço de dinamização económica e geração de rendimentos.

Tabela 4.54 - Classificação das empresas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	2	2,2	2,3	2,3
	Microempresa	41	45,1	47,7	50,0
	Pequena Empresa	36	39,6	41,9	91,9
	Não Sei	7	7,7	8,1	100,0
	Total	86	94,5	100,0	
Omisso	Sistema	5	5,5		
	Total	91	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.54 apresenta a classificação das empresas segundo o critério estabelecido pela Lei n.º 30/11, de 13 de setembro. Verifica-se que 47,7% foram classificadas como microempresas, 41,9% como pequenas empresas, 8,1% dos inquiridos declararam não conhecer a sua classificação e 2,3% devolveram os questionários sem respostas válidas. Constata-se, assim, que a maioria das empresas da **p**rovíncia do Huambo enquadra-se na categoria de microempresas (47,7%), revelando a predominância de iniciativas empresariais de pequena escala, frequentemente associadas a recursos limitados, reduzida capacidade de investimento e forte dependência do mercado local.

Tabela 4.55 - Avaliação do empreendedorismo da população da província da Huambo

Nº	Itens do Questionário	Respostas							
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Omisso Sistema	Total
C1.	A ideia de empreender surgiu porque percebeu haver uma oportunidade de criar e desenvolver a sua própria empresa.	33 (37,1)	48 (53,9)	3 (3,4)	0	3 (3,4)	2 (2,2)	2	91 (100)
C2.	A ideia de empreender surgiu da necessidade para sobrevivência.	29 (33,3)	39 (44,8)	7 (8)	0	10 (11,5)	2 (2,2)	2	91 (100)
C3.	Teve alguma formação ou capacitação sobre empreendedorismo (criação ou gestão) que permitiu estabelecer ou desenvolver a sua empresa	20 (22,5)	40 (44,9)	4 (4,5)	13 (14,7)	10 (11,4)	2 (2,2)	2	91 (100)
C4.	Se considerou mais proactivo (a) diante dos desafios para mundo do empreendedorismo.	12 (13,5)	43 (48,3)	5 (5,6)	15 (16,8)	12 (13,6)	2 (2,2)	2	91 (100)
Total		94	170	19	28	35	8	10	364
Percentagem total		26,6	47,97	5,37	7,87	9,97	2,2	0	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.55 apresenta as perceções dos empreendedores relativamente ao fenómeno do empreendedorismo na província do Huambo. Dos 91 empreendedores inquiridos, 89 responderam com sucesso aos questionários. Em média, 26,6% concordaram totalmente com os itens avaliados; 47,97% concordaram, 5,37% discordaram totalmente, 7,87% discordaram, 9,97% optaram pela posição de "indecisos" e 2,2% devolveram os questionários sem respostas válidas. No detalhe por item: C1: 90% concordaram que a ideia de empreender surgiu da perceção de oportunidades para criar e desenvolver a sua própria empresa, face a 3,4% que discordaram; C2: 78,2% concordaram que a motivação para empreender decorreu da necessidade de sobrevivência, enquanto 8% discordaram; C3: 67,4% confirmaram ter beneficiado de formação e capacitação em matéria de empreendedorismo, em contraste com 19,2% que discordaram;C4: 61,8% consideraram-se mais proativos perante os desafios do mundo do empreendedorismo, comparativamente a 22,4% que discordaram. Os resultados permitem caracterizar o empreendedorismo na província como sendo simultaneamente por oportunidade (90%) e por

necessidade (78,2%), embora com uma prevalência da primeira dimensão. Além disso, o facto de 67,4% dos empreendedores reconhecerem ter recebido formação/capacitação evidencia a relevância das ações educativas no processo de criação e gestão empresarial.

De forma global, cerca de 74,57% dos inquiridos avaliaram que o empreendedorismo empresarial foi praticado a um nível elevado na **p**rovíncia do Huambo, o que demonstra dinamismo, capacidade de resposta aos desafios e potencial contributo para o desenvolvimento socioeconómico local.

Tabela 4.56 **-**Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população da província da Huambo

Nº	Itens do Questionário	Respostas							
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Omisso Sistema	Total
D1.	Verificou um número elevado de desemprego da população na sua localidade.	22 (25)	41 (46,6)	4 (4,5)	6 (6,8)	13 (14,8)	2 (2,3)	3	91 (100)
D2.	A criação de sua empresa proporcionou seu próprio emprego.	16 (18,2)	39 (44,3)	3 (3,4)	16 (18,2)	12 (13,6)	2 (2,3)	3	91 (100)
D3.	A criação da sua empresa proporcionou empregos para a população na sua localidade.	12 (15,7)	43 (48,3)	5 (5,6)	15 (16,9)	12 (13,5)	2 (2,2)	2	91 (100)
D4.	O empreendedorismo contribuiu para redução do desemprego da população na sua localidade.	13 (14,6)	40 (44,9)	8 (9)	14 (15,7)	12 (13,5)	2 (2,3)	2	91 (100)
D5.	O empreendedorismo foi um factor suficiente e contribuiu para redução do desemprego da população na sua localidade.	8 (9)	39 (43,8)	8 (9)	18 (20,2)	14 (15,7)	2 (2,2)	2	91 (100)
	Total	71	202	28	69	63	10	12	455
	Percentagem total	16,08	45,58	6,3	15,56	14,22	2,26	0	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.56 apresenta as perceções dos empreendedores relativamente à relação entre o empreendedorismo e o desemprego na **p**rovíncia do Huambo. Dos 91 empreendedores inquiridos,

89 responderam com sucesso aos questionários. Em média, 16,08% dos inquiridos concordaram totalmente com os itens avaliados, 45,58% concordaram, 6,3% discordaram totalmente, 15,56% discordaram, 14,22% optaram pela posição de "indecisos" e 2,2% devolveram os questionários sem respostas válidas. No detalhe por item: 71,6% concordaram que o desemprego da população apresentava níveis elevados; 62,5% concordaram que a criação das suas empresas proporcionou-lhes o próprio emprego; 64% concordaram que a criação das suas empresas proporcionou empregos para a população; 59,5% concordaram que o empreendedorismo praticado contribuiu para a redução do desemprego; 52,8% concordaram que o empreendedorismo praticado constituiu um fator suficiente para ajudar na redução do desemprego. Em síntese, cerca de 61,66% dos inquiridos avaliaram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas teve um efeito positivo na redução do desemprego na **p**rovíncia do Huambo. Este resultado sugere que as iniciativas empreendedoras desempenham um papel relevante não apenas na criação de autoemprego, mas também na geração de novas oportunidades de trabalho, contribuindo para a mitigação de um dos principais desafios socioeconómicos da província.

Tabela 4.57 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da população da província da Huambo

Nº	Itens do Questionário	Respostas							
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Omisso Sistema	Total
E1.	Verificou um número elevado de pobreza na sua localidade.	22 (24,7)	41 (46,1)	3 (3,4)	6 (6,7)	15 (16,9)	2 (2,2)	2	91 (100)
E2.	A criação da sua empresa contribuiu para o combate à pobreza da população em sua localidade.	7 (7,8)	39 (43,3)	3 (3,3)	23 (25,6)	16 (17,6)	2 (2,2)	1	91 (100)
E3.	O empreendedorismo foi uma fonte suficiente geradora de renda para o combate à pobreza na sua localidade.	6 (6,7)	51 (56,7)	6 (6,7)	10 (11,1)	15 (16,6)	2 (2,2)	1	91 (100)
E4.	O empreendedorismo foi suficiente para combater a pobreza da população em sua localidade.	1 (1,1)	23 (25,6)	7 (7,8)	35 (38,9)	21 (23,3)	2 (2,2)	1	91 (100)
E5.	O empreendedorismo foi um factor suficiente e contribuiu para sobrevivência e manutenção da vida social da população na sua localidade.	2 (2,2)	36 (40,4)	7 (7,9)	27 (30,4)	15 (16,9)	2 (2,2)	2	91 (100)
Total		38	191	26	101	82	10	7	455
Percentagem total		8,5	42,64	5,82	22,54	18,3	2,2	0	100

Font**e:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.57 apresenta as perceções dos empreendedores relativamente ao impacto do empreendedorismo no combate à pobreza na Província do Huambo. Dos 91 empreendedores inquiridos, 89 responderam com sucesso aos questionários. Em média, 8,5% concordaram totalmente com os itens avaliados, 42,64% concordaram, 5,82% discordaram totalmente, 22,54% discordaram, 18,3% optaram pela posição de "indecisos" e 2,2% devolveram os questionários sem respostas válidas. No detalhe por item: 70,8% concordaram que a população apresentava um nível elevado de pobreza; 51,1% concordaram que a criação das suas empresas contribuiu para o combate à pobreza; 63,4% discordaram que o empreendedorismo constituiu uma fonte suficiente de geração de renda para combater a pobreza; 46,79% discordaram que o empreendedorismo praticado foi suficiente para o combate à pobreza; 42,6% concordaram que o empreendedorismo praticado funcionou como um fator de apoio à sobrevivência e à manutenção da vida social das populações. Em síntese, cerca de 51,14% dos inquiridos avaliaram que o empreendedorismo das

micro e pequenas empresas teve um efeito positivo no combate à pobreza na província do Huambo.

Contudo, os elevados índices de discordância, em alguns *itens*, sugerem que, embora o empreendedorismo possa desempenhar um papel relevante na melhoria das condições de vida, não se revela, por si só, suficiente para erradicar a pobreza estrutural da região.

Tabela 4.58 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas							
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Omisso Sistema	Total
F1.	Havia políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola.	4 (4,4)	38 (42,2)	5 (5,6)	21 (23,3)	20 (22,2)	2 (2,2)	1	91 (100)
F2.	As políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo que havia e foram aplicadas em Angola.								
	F2.1. Incentivos fiscais.	9 (10,3)	14 (16,1)	3 (3,4)	19 (21,9)	40 (46)	2 (2,2)	4	91 (100)
	F2.2. Proteção ao investimento.	9 (10,2)	8 (9,1)	5 (5,7)	17 (19,3)	47 (53,4)	2 (2,2)	3	91 (100)
	F2.3. Política de fomento ao empreendedorismo.	12 (13,5)	25 (28,1)	8 (9)	3 (3,6)	39 (43,8)	2 (2,2)	2	91 (100)
	F2.4. Formação e capacitação empresarial.	16 (18,6)	25 (29,1)	2 (2,3)	7 (8,2)	34 (39,5)	2 2,2)	5	91 (100)
	F2.5. Apoio ao financiamento.	15 (16,9)	26 (29,2)	3 (3,4)	10 (11,2)	33 (37,1)	2 (2,2)	2	91 (100)
	F2.6.Influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico	11 (12,2)	27 (30)	3 (3,3)	5 (5,6)	4 (46,7)	2 (2,2)	1	91 (100)
	F2.7. Melhoria nas políticas públicas.	15 (16,7)	14 (15,6)	8 (8,9)	13 (14,4)	38 (42,2)	2 (2,2)	1	91 (100)
F3.	Essas políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo contribuíram para a criação, o fortalecimento e o desenvolvimento da sua empresa, visando à redução do desemprego nasua localidade.	2 (2,2)	50 (55,6)	3 (3,3)	15 (16,7)	18 (20)	2 (2,2)	1	91 (100)
F4.	As políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo contribuíram para o combate à pobreza na sua localidade.	4 (4,4)	40 (44,5)	6 (6,7)	21 (23,3)	17 (18,3)	2 (2,2)	1	91 (100)
	Total	97	267	46	131	326	20	21	910
	Percentagem total	10,94	29,95	5,16	14,76	36,96	2,2	0	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.58 apresenta as perceções dos empreendedores relativamente às políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo na **p**rovíncia do Huambo. Dos 91 empreendedores inquiridos, 89 responderam com sucesso aos questionários. Em termos médios, 10,94% concordaram totalmente com a existência e aplicação de políticas definidas; 29,95% concordaram; 5,16%

discordaram totalmente; 14,76% discordaram, 36,96% optaram pela posição de "indecisos" e 2,2% devolveram os questionários sem respostas válidas. De forma agregada, 40,89% reconheceram a existência de políticas públicas de incentivo às micro e pequenas empresas. Contudo, uma proporção significativa (36,96%) posicionou-se como indecisa, o que revela dúvidas quanto à efetividade ou visibilidade dessas políticas no terreno. No detalhe por dimensão: 26,4% destacaram a existência de incentivos fiscais, em contraste com 25,3% que discordaram e 46% que permaneceram indecisos; 41,6% reconheceram a política de fomento ao empreendedorismo, embora 43,8% tenham respondido como indecisos; 47,7% concordaram com a existência de iniciativas de formação e capacitação empresarial, ainda que 39,5% se tenham mostrado indecisos; 47,9% admitiram a existência de apoio ao financiamento, comparados a 37,1% que se mantiveram indecisos; 42,2% concordaram que o empreendedorismo exerce influência no desenvolvimento económico, mas igual proporção (42,2%) mostrou-se indecisa; 32,3% consideraram que houve melhorias nas políticas públicas, enquanto 42,2% permaneceram indecisos. Em síntese, cerca de 40,89% dos empreendedores avaliaram de forma positiva as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas.

Contudo, o elevado nível de indecisão sugere que muitos empreendedores não têm clareza ou acesso direto às medidas governamentais, o que limita a perceção da eficácia dessas políticas e pode comprometer a sua aplicabilidade prática.

4.1.6 - Análise quantitativa dos dados dos gestores da província do Huambo

A caracterização sociodemográfica dos 8 gestores públicos inquiridos na província do Huambo, visa descrever o perfil dos participantes envolvidos nesta pesquisa. As tabelas seguintes apresentam informações sobre variáveis como a faixa etária, género, instituição pública onde trabalham e função que ocupam na instituição. Estes dados contribuem para compreender de que forma os gestores locais se posicionam no contexto da formulação e execução de políticas públicas orientadas para o estímulo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento socioeconómico da província.

Tabela 4.59 - Idade dos gestores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	1	12,5	12,5	12,5
	18 - 24 anos	1	12,5	12,5	25,0
	25 - 34 anos	1	12,5	12,5	37,5
	35 - 44 anos	5	62,5	62,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.59 apresenta a distribuição da faixa etária dos gestores das instituições públicas que promovem o empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola. Do total de 8 gestores inquiridos, 7 responderam com sucesso aos questionários. Os resultados mostram que 12,5% se encontravam na faixa etária dos 18 a 24 anos, 12,5% na faixa dos 25 a 34 anos, 62,5% no grupo dos 35 a 44 anos, e 12,5% devolveram o questionário sem resposta válida. Verifica-se, portanto, uma predominância de gestores com idades compreendidas entre 35 e 44 anos (62,5%), grupo que pode ser associado a um nível de maior maturidade profissional, sugerindo que se tratava de indivíduos já inseridos em fases da carreira caracterizadas por maior responsabilidade e capacidade técnica para fornecer informações credíveis e relevantes no âmbito da promoção do empreendedorismo.

Tabela 4.60 – Sexo dos gestores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	1	12,5	12,5	12,5
	Feminino	1	12,5	12,5	25,0
	Masculino	6	75,0	75,0	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.60 apresenta a distribuição por sexo dos gestores das instituições públicas que receberam os questionários. Dos 8 gestores inquiridos, 7 responderam com sucesso. Observa-se que 12,5% eram do sexo feminino; 75% do sexo masculino, e 12,5% devolveram os

questionários sem respostas válidas. Verifica-se, portanto, uma predominância significativa do género masculino (75%), evidenciando um desequilíbrio de sexo entre os gestores das instituições públicas na província do Huambo, o que pode refletir padrões estruturais na composição das equipas de liderança destas organizações.

Tabela 4.61 - Instituição pública em que trabalha

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	1	12,5	12,5	12,5
	INAPEM	1	12,5	12,5	25,0
	CLESE	1	12,5	12,5	37,5
	GUE	1	12,5	12,5	50,0
	ADRA	1	12,5	12,5	62,5
	FAS	1	12,5	12,5	75,0
	INEFOP	1	12,5	12,5	87,5
	Investigador	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

Em relação às instituições de trabalho, a tabela 61 apresenta a pertença de cada gestor das instituições onde está alocado, numa correspondência de 12.5% para instituição, nomeadamente: INAPEM, CLESE, GUE, ADRA, FAS, INEFOP e investigador de instituição de ensino superior. Estas instituições foram as mais credíveis do ponto de vista legal para promover o empreendedorismo em Angola.

Tabela 4.62 **-** Função que ocupa na instituição

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	0	1	12,5	12,5	12,5
	Diretor	2	25,0	25,0	37,5
	Chefe de Dpto	4	50,0	50,0	87,5
	Administrativo	1	12,5	12,5	100,0
	Total	8	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.62 apresenta a distribuição dos gestores segundo a função que ocupam nas instituições. Observa-se que 25% eram Diretores; 50% Chefes de Departamento, 12,5% desempenhavam funções administrativas e 12,5% devolveram os questionários sem respostas válidas. Verifica-se, portanto, uma predominância de gestores de nível intermédio (Chefes de Departamento), correspondendo a 50% do total que participou do estudo. Esta composição sugere que a maior parte das respostas foi fornecida por gestores com responsabilidades operacionais e de coordenação, alinhadas com os objetivos do estudo, garantindo informações relevantes sobre a gestão do empreendedorismo nas instituições.

Tabela 4.63 - Informações sobre o empreendedorismo da população

Nº	Itens do Questionário	Respostas						
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Total
C1.	A ideia de os indivíduos empreenderem surgiu porque perceberam que havia uma oportunidade de criar e desenvolver as suas próprias empresas.	0	7 (87,5)	0	0	0	1 (12,5)	8 (100)
C2.	A ideia de os indivíduos empreenderem surgiu da necessidade de criar as suas próprias empresas como forma de sobrevivência.	0	1 (12,5)	2 (25)	4 (50)	0	1 (12,5)	8 (100)
C3.	Os empreendedores procuravam formação ou capacitação que lhes permitisse criar ou desenvolver as suas atividades empresariais.	1 (12,5)	3 (37,5)	0	3 (37,5)		1 (12,5)	8 (100)
C4.	Considerou elevado o grau de empreendedorismo praticado pela população.	3 (37,5)	2 (25)	0	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
Total		4	13	2	8	1	4	32
Percentagem total		12,5	40,62	6,25	25	3,12	12,5	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.63 apresenta, em média, as respostas dos 7 gestores que devolveram com sucesso os questionários, dos 8 distribuídos. Observa-se que 12,5% concordaram totalmente com todos os itens, 40,62% concordaram, 6,25% discordaram totalmente, 25% discordaram, 3,12% optaram pela posição de "indecisos" e 12,5% devolveram os questionários sem respostas válidas. No

detalhe por item: C1: 87,5% concordaram que a ideia dos empreendedores surgiu da perceção de oportunidades para criar e desenvolver a sua própria empresa; C2: 75% discordaram que a motivação para empreender decorreu da necessidade de sobrevivência; C3: 50% concordaram que os empreendedores procuraram e foram formados em matéria de empreendedorismo para criar e desenvolver suas atividades empresariais, enquanto 37% discordaram; C4: 62,5% concordaram que houve um elevado grau de empreendedorismo praticado pelas populações. De forma geral, 87% dos gestores caracterizaram o empreendedorismo como motivado por oportunidade, comparativamente com 12,5% que o identificaram como empreendedorismo por necessidade. Além disso, 50% confirmaram que os empreendedores beneficiaram de ações formativas, e 62,5% consideraram elevado o grau de empreendedorismo praticado.

Em linhas gerais, cerca de 53,12% dos gestores avaliaram que se praticou empreendedorismo empresarial, indicando um nível regular de empreendedorismo praticado pela população na província do Huambo.

Tabela 4.64 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego da população da província do Huambo

Nº	Itens do Questionário	Respostas						
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Total
D1.	O índice de desemprego foi elevado em sua localidade	3 (37,5)	0	4 (50)	0	0	1 (12,5)	8 (100)
D2.	A criação de empresas proporcionou empregos para a população na sua localidade	0	6 (75)	0	1 (12,5)	0	1 (12,5)	8 (100)
D3.	O grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuiu para a redução do desemprego na população na sua localidade.	1 (12,5)	1 (12,5)	0	5 (62,5)	0	1 (12,5)	8 (100)
Total		4	7	4	6	0	3	24
Percentagem total		16,66	29,16	16,66	21,33	0	12,5	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.64 apresenta, em média, as respostas dos 7 gestores que devolveram com sucesso os questionários, dos 8 distribuídos. Observa-se que 16,66% concordaram totalmente com todos

os itens, 29,16% concordaram, 16,66% discordaram totalmente, 21,33% discordaram e 12,5% devolveram os questionários sem respostas válidas. No detalhe por item: Índice de desemprego (C1): 50% dos gestores discordaram que o índice de desemprego das populações fosse elevado, enquanto 37,5% concordaram; Criação de empregos (C2): 75% concordaram que a criação das empresas pelos empreendedores proporcionou emprego à população; Contribuição do empreendedorismo para redução do desemprego (C3): 62,5% discordaram que o grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas tenha sido suficiente para reduzir o desemprego.

Em linhas gerais, cerca de 45,82% dos gestores consideraram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas teve um efeito positivo na redução do desemprego, apesar de 37,99% terem expressado discordância, revelando uma percepção mista, mas ainda favorável, relativamente ao impacto do empreendedorismo na província do Huambo.

Tabela 4.65 - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza da da província do Huambo

Nº	Itens do Questionário	Respostas						
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Total
E1.	O índice de pobreza foi elevado em sua localidade.	0	4 (50)	0	3 (37,5)	0	1 (12,5)	8 (100)
E2.	O grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas foi suficiente para combater a pobreza na população na sua localidade.	2 (25)	1 (12,5)	1 (12,5)	3 (37,5)	0	1 (12,5)	8 (100)
E3.	O grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas foi um fator suficiente e contribuiu para a sobrevivência e manutenção da vida social da população.	2 (25)	0	2 (25)	2 (25)	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
Total		4	5	3	8	1	3	24
Percentagem total		16,66	20,83	12,5	33,33	4,16	12,5	100

Fonte**:** Elaborado pelo autor (2025).

A tabela 4.65 apresenta as respostas de 7 gestores que devolveram com sucesso os questionários de entre 8 distribuídos. Em média, 16,66% concordaram totalmente com todos os *itens*, 20,83% concordaram; 12,5% discordaram totalmente; 33,33% discordaram, 4,16% optaram pela posição "indecisos" e 12,5% devolveram os questionários sem respostas válidas. No detalhe por item: Índice de pobreza (C1): 50% concordaram que o índice de pobreza das populações era elevado, em contraste com 37,5% que discordaram; Suficiência do empreendedorismo para combater a pobreza (C2): 50% discordaram que o grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas fosse suficiente para combater a pobreza, enquanto 37,5% concordaram; contribuição do empreendedorismo para manutenção da vida social (C3): 50% discordaram que o empreendedorismo praticado fosse um fator suficiente para a sobrevivência e manutenção da vida social da população.

Em linhas gerais, cerca de 45,83% dos gestores discordaram que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas teve um efeito positivo no combate à pobreza, enquanto 37% concordaram, evidenciando uma avaliação mista e indicando que, na percepção dos gestores, os impactos do empreendedorismo sobre a pobreza na **p**rovíncia do Huambo são limitados ou insuficientes.

Tabela 4.66 - Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas						
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	(0) Válido	Total
F1.	Havia políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola.	5 (62,5)	2 (25)	0	0	0	1 (12,5)	8 (100)
F2.	As políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo que havia e foram aplicadas em Angola.							
	F2.1. Incentivos fiscais.	3 (37,5)	0	2 (25)	0	2 (25)	1 (12,5)	8 (100)
	F2.2. Proteção ao investimento.	1 (12,5)	2 (25)	0	0	4 (50)	1 (12,5)	8 (100)
	F2.3. Política de fomento ao empreendedorismo.	6 (75)	1 (12,5)	0	0	0	1 (12,5)	8 (100)
	F2.4. Formação e capacitação empresarial.	5 (62,5)	2 (25)	0	0	0	1 (12,5)	8 (100)
	F2.5. Apoio ao financiamento.	5 (62,5)	1 (12,5)	0	0	1 (12,5)	1 (12,5)	8 (100)
	F2.6. Influência do empreendedorismo no Desenvolvimento económico.	3 (37,5)	2 (25)	2 (25)	0	0	1 (12,5)	8 (100)
	F2.7. Melhoria nas políticas públicas.	3 (37,5)	1 (12,5)	0	0	3 (37,5)	1 (12,5)	8 (100)
F3.	Como gestor, as políticas públicas definidas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas, contribuíram para criação, fortalecimento e desenvolvimento das empresas para redução do desemprego e combate à pobreza.	1 (12,5)	4 (50)	1 (12,5)	1 (12,5)	0	1 (12,5)	8 (100)
Total		32	15	5	1	10	9	72
Percentagem total		44,44	20,83	6,94	1,56	13,88	12,5	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Relativamente às políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, a tabela 4.66 apresenta as respostas de 7 gestores que devolveram com sucesso os questionários, dos 8 distribuídos. Em média, 44,44% concordaram totalmente com a existência e aplicação das políticas definidas, 20,83% concordaram; 6,94% discordaram totalmente; 1,56% discordaram, 13,88% optaram pela posição "indecisos" e 12,5% devolveram os questionários sem respostas válidas. No detalhe das políticas aplicadas: Política de incentivo fiscal: 37,5% concordaram;

Proteção ao investimento: 37,5% concordaram, embora 50% tenham respondido “indecisos”; Fomento ao empreendedorismo: 87,5% concordaram; Formação e capacitação empresarial: 87,5% concordaram; Apoio ao financiamento: 75% concordaram; Influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico: 62,5% concordaram e 25% discordaram; Melhoria nas políticas públicas: 50% concordaram e 37,5% responderam “indecisos”; Contribuição geral das políticas públicas para criação, fortalecimento e desenvolvimento das empresas e redução do desemprego e pobreza: 72% concordaram.

Em síntese, cerca de 65,27% dos gestores avaliaram positivamente as políticas públicas de fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas na **p**rovíncia do Huambo, refletindo uma perceção geral favorável quanto à eficácia das medidas implementadas.

4.2 - Análise comparativa dos dados quantitativos das províncias de Benguela, Huíla e Huambo

Na perspetiva de uma leitura integrada do efeito do empreendedorismo das micro e pequenas empresas no desenvolvimento socioeconómico das populações das províncias da região Centro e Sul de Angola, procedeu-se ao cálculo da média aritmética dos resultados obtido nas provinciais de Benguela, Huambo e Huíla (Hair *et al.,* 2010; Marôco, 2011), que constitui uma técnica válida e amplamente utilizada para integrar dados vindos de múltiplos subgrupos, desde que haja homogeneidade na recolha e definição das variáveis. Esta abordagem permitiu sintetizar os dados quantitativos num quadro representativo regionalmente, em alinhamento com a prática metodológica adoptada em estudo de natureza regional (George & Mallery, 2003; Creswell & Clark, 2018).

As tabelas a seguir apresentam a distribuição comparativa dos dados recolhidos nas províncias estudadas, representando tanto a frequência absoluta (n) com a percentagem (%) correspondente a cada categoria analisada. Esta comparação permite a visualização das proporções e a distribuição dos dados de forma clara e integrada, facilitando assim a interpretação dos modelos na região centro e sul de Angola.

		Huíla							
Variável	Categoria	n	%	n	%	n	%	n	%
	Válido	0	0	3	3,2	2	2,2	1,66	1,8
Idade	18 - 24 anos	1	1	21	22,6	18	20	13,33	14,53
	25 - 34 anos	17	17,7	42	45,2	43	47,8	34	36,9
	35 - 44 anos	48	50	24	25,8	11	12,2	27,66	29,33
	45 - 54 anos	23	24	2	2,2	8	8,9	11	11,7
	55 - 64 anos	7	7,3	1	1,1	8	8,9	5,33	5,76
	Válido	0	0	3	3,2	2	2,4	1,66	1,86
Género	Feminino	29	30,2	35	37,6	33	38,8	32,33	35,53
	Masculino	67	69,8	55	59,1	50	58,8	57,33	62,56
	Válido	0		3	3,2	2	2,3	1,66	1,83
Grau académico	I Ciclo	2	2,1	2	2,2	0	0	1,33	1,433
	II Ciclo	24	25	14	15,1	22	25	20	21,7
	Ensino superior (Licenciatura)	60	62,5	71	76,3	59	67	63,33	68,6
	Mestrado	10	10,4	3	3,2	4	4,5	5,66	6,03
	Doutoramento	0	0	0	0	1	1,1	0,33	0,36
	Válido	0	0	3	3,2	2	2,2	1,66	1,8
Situação laboral antes	Sector privado	64	66,7	51	54,8	55	60,4	56,66	60,63
de ser empreendedor	Sector público	26	27,1	20	21,5	13	14,3	19,66	20,96
	Desempregado	6	6,3	19	20,4	21	23,1	15,33	16,6

Tabela 4.67 - Resumo do perfil sociodemográfico dos empreendedores da região centro e sul de Angola

Fonte**:** Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

Na análise do perfil sociodemográfico médio dos inquiridos das províncias de Benguela, Huíla e Huambo, a tabela 67 demostra que a maioria se encontra com idades compreendidas entre 25 aos 34 anos (36,9%). Este dado indica que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas na região é predominantemente praticado por indivíduos jovens, situados numa fase de elevada capacidade produtiva, propensão à inovação e maior adaptabilidade às mudanças do mercado (Hisrich et al., 2020). Esta característica se alinha com a narrativa dos estudos que associam o dinamismo empreendedor a idade mais jovem, sobretudo em contextos de países em desenvolvimento (GEM, 2023). Quanto ao género, observa-se uma supremacia masculina (62,56%), o que pode refletir tanto a maior participação de homens em atividades empreendedoras formais na região, quanto possíveis barreiras estruturais e socioculturais à

participação feminina no empreendedorismo destas populações. Todavia, apesar da percentagem masculina ser ligeiramente superior, a presença de mulheres não é tão reduzida e pode indicar um possível crescimento da participação feminina no futuro, caso as políticas públicas de incentivo à igualdade de género sejam implementadas com mais intensidade. No que concerne ao grau académico, observa-se que 68,6% dos inquiridos possuem formação ao nível do ensino superior. Este resultado indica que a maior parte dos empreendedores apresenta competências académicas que, potencialmente, lhes conferem maior capacidade de planificação estratégica, gestão de recursos e inserção em redes de conhecimento (Amorim, 2021). Este indicador contrasta com realidades de outros países em desenvolvimento, onde o empreendedorismo é frequentemente impulsionado pelo baixo nível de escolaridade e necessidade de sobrevivência (GEM, 2023). Relativamente à situação laboral dos empreendedores antes de praticarem atividades empreendedoras, 60,63% dos inquiridos declararam-se economicamente ativos, o que demonstra que a maioria dos empreendedores não atua exclusivamente em regime informal ou de subsistência.

Esta condição pode favorecer a formalização das atividades, a estabilidade dos rendimentos e, consequentemente, contribuir de forma mais significativa para os indicadores de desenvolvimento socioeconómico da região.

Tabela 4.68 - Resumo do perfil das empresas dos empreendedores sobre da região centro e sul de Angola

Fonte**:** Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

Perfil da Empresa		Benguela		Huíla		Huambo		Média	
Variável	Categoria	n	%	n	%	n	%	n	%
	Válido	0	0	3	3,3	2	2,3	1,66	1,86
Forma jurídica da empresa	Sociedade unipessoal	40	41,7	58	63	52	60,5	50	55,06
	Sociedade colectiva	47	49	27	29,3	19	22,1	31	33,46
	Cooperativa	9	9,4	4	4,3	13	15,1	8,66	9,6
	Válido	0	0	3	0	2	2,3	1,66	0,76
Setor de atividade económica das empresas	Setor da agricultura	10	10,4	26	3,2	25	28,4	20,33	14
	Setor da Pecuária	7	7,3	5	28	4	4,5	5,33	13,26
	Setor da Pesca	3	3,1	3	5,4	3	3,4	3	3,96
	Setor do Comércio	24	25	18	3,2	25	28,4	22,33	18,86
	Setor de Prestação de Serviço	25	26	27	19,4	17	19,3	23	21,56
	Setor da Indústria	11	11,5	0	0	3	3,4	4,66	4,96
	Setor da Hotelaria e/ou Restauração	10	10,4	3	3,2	3	3,4	5,33	5,66
	Setor da Construção Civil	4	4,2	0	0	1	1,1	1,66	1,76
	Setor dos Serviços de Saúde	2	2,1	8	8,6	5	5,7	5	5,46
	Válido	0	0	3	3,2	2	2,3	1,66	1,83
Classificação das empresas	Microempresa	54	56,8	42	45,2	41	47,7	45,66	49,90
	Pequena empresa	36	37,9	38	40,9	36	41,9	36,66	40,23
	Não Sei	5	5,3	10	10,8	7	8,1	7,33	8,06

Quanto ao perfil das empresas da região, a tabela 4.68 apresenta, inicialmente a forma jurídica mais comum na sociedade unipessoal. Os empreendedores preferem esta opção de estruturas com maior autonomia de decisão, que implica menor complexidade administrativa e, frequentemente, menor exigência de capital inicial, aspetos alinhados com a realidade de pequenos empreendedores (Comissão Europeia, 2020). No que concerne ao setor de actividade económica, as empresas estão inseridas maioritariamente no setor de atividade de prestação de serviços (21,56%), seguida pelo sector do comércio (18,86%) e pelo sector da pecuária (13,26%). Esta distribuição aponta para um empreendedorismo diversificado, mas fortemente orientado para setores de resposta direta à procura local, o que é comum em economias imergentes (GEM, 2023).

Em relação à classificação de empresas com base na Lei 30/11, a maioria enquadra-se na classificação de microempresas (49,9%). Este dado é coerente com o perfil de países com economias em desenvolvimento, onde as MPMEs representam a base do tecido empresarial e

desempenham papel fundamental na geração de emprego e renda (Organização Internacional do Trabalho, 2022).

Tabela 4.69 - Resumo da avaliação dos empreendedores sobre o empreendedorismo das populações da região centro e sul de Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas				
		Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso
C1.	A ideia de empreender surgiu porque percebeu haver uma oportunidade de criar e desenvolver sua própria empresa.	39,33 (42,4)	43,66 (47,43)	2 (2,2)	1,66 (3,93)	4 (4,36)
C2.	A ideia de empreender surgiu da necessidade de sobrevivência.	26,66 (29,13)	40,33 (44,06)	5 (5,5)	10 (10,63)	8 (8,8)
C3.	Teve alguma formação ou capacitação sobre empreendedorismo que permitiu criar e desenvolver sua empresa.	24 (25,73)	40,33 (43,83)	3,33 (3,63)	15,33 (16,6)	7,66 (8,43)
C4.	**C**onsiderou-se mais proativo (a) diante dos desafios para o mundo do empreendedorismo	16 (17,23)	46 (49,6)	3,66 (4)	13 (14,1)	11,66 (1,53)
Média		26,49	42,58	3,49	9,99	7,83
Média da percentagem		28,62	46,23	3,83	11,31	5,78

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

A tabela 4.69 apresenta os resultados sobre a avaliação do empreendedorismo praticado e tipologia predominante nas populações da região estudada. Os resultados revelam que 74,85% dos inquiridos concordam que o empreendedorismo é efetivamente praticado pelas populações das províncias de Benguela, Huíla e Huambo, ao passo que 15,14% discordam e 5,78% mantêm-se indecisos. A elevada percentagem de concordância sugere que o empreendedorismo constitui um elemento reconhecido e presente no contexto socioeconómico local, funcionando como um dos mecanismos de geração de rendimento e dinamização económica (Hisrich et al., 2020). No que se refere à motivação para empreender, observa-se que o empreendedorismo por oportunidade apresenta uma taxa média de 89,83%, superando de forma expressiva o empreendedorismo por necessidade 73,19%.Este resultado indica que a maioria dos empreendedores identifica e aproveita mercado e potencial de inovação, em vez de se limitar a

iniciar negócios como estratégia de sobrevivência (Pereira et al., 2021; GEM, 2023). O empreendedorismo por oportunidade sem considerado predominante na região é um indicador positivo para o desenvolvimento socioeconómico, uma vez que este tipo de iniciativa tende a gerar negócios mais sustentáveis, maior valor agregado e maior capacidade de crescimento.

Contudo, a percentagem ainda significativa de empreendedores por necessidade evidencia que persistem desafios estruturais, como desemprego e vulnerabilidade económica, que continuam a impulsionar a criação de negócios como alternativa ao trabalho assalariado formal (Brush *et al*., 2019).

Tabela 4.70 - Resumo da avaliação dos empreendedores sobre o efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego das populações da região centro e sul de Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas				
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso
D1.	Verificou um número elevado de desemprego das populações na sua localidade.	40 (43,26)	37 (40,43)	1,66 (1,86)	4,33 (4,8)	7 (7,8)
D2.	A criação de sua empresa proporcionou seu próprio emprego.	23 (24,7)	39,33 (42,63)	3,66 (3,96)	16,66 (18,1)	8 (8,83)
D3.	A criação de sua empresa proporcionou empregos para a população na sua localidade.	30,33 (32,9)	41,66 (45,1)	2,66 (2,93)	10 (11)	6,33 (7)
D4.	O empreendedorismo praticado contribuiu para redução do desemprego das populações na sua localidade.	26,33 (28)	43 (46,4)	5 (5,46)	9,33 (10,23)	7,33 (8,06)
D5.	O empreendedorismo praticado foi um factor suficiente e contribuiu para redução do desemprego da população na sua localidade.	16,66 (17,7)	41 (44,2)	6,33 (6,9)	20,33 (22)	6,66 (7,36)
	Média	27,26	40,39	3,86	12,10	7,06
	Média da percentagem	29,31	43,75	4,22	13,22	7,81

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

A tabela 4.70 apresenta respostas apresentadas pelos inquiridos sobre a perceção do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego das populações. Os resultados revelam que 73,06% dos inquiridos concordam que o empreendedorismo empresarial contribui para a redução do desemprego nas províncias analisadas. Esta perceção está alinhada com a literatura, que aponta as micro e pequenas empresas como geradoras de uma parcela significativa

dos postos de trabalho, especialmente em economias emergentes, onde representam até 70% do emprego total (Organizaçã Internacional do trabalho, 2022). Por outro lado, 17,44% dos inquiridos discordam dessa afirmação, o que pode refletir a visão de que muitos empreendimentos locais, embora gerem ocupação, não necessariamente criam empregos formais ou sustentáveis no longo prazo (Comissão Europeia, 2020). Já 7,81% dos inquiridos mantiveram-se indecisos, possivelmente devido à dificuldade de identificar um impacto direto e imediato entre o empreendedorismo e a redução do desemprego, ou ainda pela ausência de dados quantitativos claros que sustentem essa relação na sua realidade local.

Estes resultados sugerem que, embora exista uma perceção amplamente positiva sobre o papel do empreendedorismo na mitigação do desemprego, ainda há espaço para políticas públicas que reforcem a formalização dos negócios, a criação de empregos estáveis e a integração dos empreendedores em cadeias de valor mais amplas.

Tabela 4.71 - Resumo da avaliação dos empreendedores sobre o efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza das populações da região centro e sul de Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas

	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso
E1. Verificou um número elevado de pobreza na sua localidade.	16,66 (17,7)	41 (44,2)	6,33 (6,9)	20,33 (22)	6,66 (7,36)
E2. A criação da sua empresa contribuiu para o combate à pobreza da população na sua localidade.	16 (17)	27,33 (30,33)	2 (2,16)	33 (26,5)	13 (10,06)
E3. O empreendedorismo foi uma fonte suficiente geradora de renda para o combate à pobreza em sua localidade.	6 (6,7)	51 (56,7)	6 (6,7)	10 (11,1)	15 (16,6)
E4. O empreendedorismo foi suficiente para combater à pobreza da população na sua localidade.	4,33 (4,56)	30 (32,04)	10,33 (11,1)	33 (28,96)	13,33 (14,5)
E5. O empreendedorismo foi um factor suficiente e contribuiu para sobrevivência e manutenção da vida social da população na sua localidade.	5,66 (5,96)	31,66 (34,33)	8,33 (8,96)	32,66 (35,13)	12,66 (13,83)
Média	9,73	36,19	6,59	25,79	20,21
Média da percentagem	10,38	39,52	7,16	24,73	18,85

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

A tabela 4.71 apresenta a perceção dos inqueridos sobre do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza das populações. A análise dos dados revela que 49,9% dos inquiridos concordam que o empreendedorismo empresarial contribui para o combate à pobreza nas províncias de Benguela, Huíla e Huambo. Esta perceção, embora positiva, apresenta um valor consideravelmente inferior ao observado em relação ao efeito do empreendedorismo na redução do desemprego, o que pode indicar que, para parte significativa da população, a atividade empreendedora ainda não se traduz, de forma direta e sustentável, em melhoria das condições socioeconómicas (Organização Internacional do trabalho, 2022). Por outro lado, 31,89% discordam dessa relação, sugerindo que reconhecem limitações no potencial do empreendedorismo local para reduzir os níveis de pobreza, possivelmente devido à elevada informalidade, baixa capacidade de geração de rendimentos consistentes e restrito acesso a mercados mais amplos (Comissão Europeia, 2020). Já os 18,85% optaram pela posição de

indecisos, o que pode refletir incerteza ou falta de evidências concretas para associar diretamente a atividade empreendedora a uma efetiva redução da pobreza (Amorim, 2021).

Contudo, estes resultados apontam para a necessidade de políticas públicas e programas de apoio que não apenas incentivem a criação de negócios, mas que assegurem a sua viabilidade económica, ampliem o acesso a crédito, promovam a capacitação e facilitem a inserção das micro e pequenas empresas em cadeias de valor capazes de gerar impacto socioeconómico de longo prazo na região.

Tabela 4.72 - Resumo da avaliação dos empreendedores sobre as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola

Itens do Questionário	Respostas				
Nº	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso
F1. Existiu políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e	9,66 (10,13)	31,33 (34,03)	5,66 (6,16)	29,33 (31,36)	15 (16,13)

pequenas empresas em Angola.					
F2.1. Incentivos fiscais.	12,66 (13,66)	17 (18,5)	5,66 (6,1)	21,66 (23,56)	33 (36,3)
F2.2. Proteção ao investimento.	7,33 (11,5)	13 (13,63)	8,66 (9,33)	15,66 (17,1)	46 (50,13)
F2.3. Política de fomento ao empreendedorismo.	12 (12,93)	22,33 (27,53)	4,33 (4,76)	18,33 (19,33)	34 (37,03)
F2.4. Formação e capacitação empresarial.	15,33 (16,7)	19,66 (21,76)	2,66 (2,9)	19 (20,3)	33,33 (36,5)
F2.5. Apoio ao financiamento.	13,66 (14,86)	23,33 (25,6)	4,33 (4,63)	19,66 (21)	29,33 (32,1)
F2.6.Influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico.	12,33 (13,2)	19 (20,7)	4,33 (4,63)	20,33 (21,43)	22,66 (38,26)
F2.7. Melhoria nas políticas públicas.	8,66 (9,43)	12,66 (13,6)	8,66 (9,3)	21 (22,43)	39,66 (43,43)
F3. Essas políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo contribuíram para a criação, o fortalecimento e o desenvolvimento da sua empresa, visando à redução do desemprego em sua localidade.	6,33 (12,5)	33 (36,1)	4 (4,3)	31 (32,86)	11,66 (12,7)
F4. As políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo contribuíram para o combate à pobreza na sua localidade.	5,33 (5,66)	27 (29,53)	5 (5,43)	26,66 (35,5)	15 (26,63)
Total	10,33	19,84	5,33	22,93	27,96
Percentagem total	13,1	21,9	5,75	24,49	32,92

Fonte**:** Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

Ao se analisar a perceção dos empreendedores sobre as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo em Angola, a tabela 4.72 apresenta os resultados que apontam apenas 35% dos inquiridos concordam que existem políticas públicas eficazes de incentivo ao empreendedorismo em Angola. Esta percentagem relativamente baixa sugere que para a maioria das populações empreendedora, as iniciativas do governo ainda não se traduzem, de forma percetível, em ações concretas e abrangentes capazes de dinamizar o setor das micro e pequenas empresas (MEP, 2023). Sendo o apoio ao financiamento 40,46%, a formação e capacitação empresarial 38,46% e a política de fomento ao empreendedorismo 34,69%, as políticas mais

citadas como aplicadas em Angola, mas com pouca abragência nas micro e pequenas empresas. No outro ângulo, 30,24% dos empreendedores discordam, indicando a perceção de ineficácia das políticas públicas atualmente implementadas. Este resultado está relacionado com as dificuldades de acesso a financiamentos, excesso de burocracia, carência de programas de capacitação e limitada divulgação das medidas existentes (Comissão Europeia, 2020). Um dado igualmente relevante é que 32,92% dos inquiridos optaram pela posição de "indeciso". Esta proporção significativa pode refletir desconhecimento sobre as políticas vigentes ou falta de clareza na sua aplicação, o que evidencia um problema de comunicação institucional e de monitorização do impacto das medidas (Amorim, 2021).

Deste modo, embora haja iniciativas governamentais declaradas, os resultados sugerem que a sua efetividade, visibilidade e alcance permanecem limitados, sendo necessário reforçar mecanismos de implementação, acompanhamento e avaliação que aproximem as políticas públicas das reais necessidades dos empreendedores nesta região.

4.3 - Análise comparativa dos dados quantitativos dos gestores das províncias de Benguela, Huíla e Huambo

Tabela 4.73 - Resumo do perfil sociodemográfico dos gestores da região centro e sul de Angola

Perfil Sociodemográfico		Benguela		Huíla		Huambo		Média	
Variável	Categoria	n	%	n	%	N	%	N	%
	Válido	0	0	1	12,5	1	12,5	0.66	8,33
Idade	18 - 24 anos	1	12,5	1	12,5	1	12,5	1	12,5

	25 - 34 anos	1	12,5	1	1	1	12,5	1	12,5
	35 - 44 anos	3	37,5	5	62,5	5	62,5	4,33	54,16
	45 - 54 anos	3	37,5	0	0	0	0	1	12,5
	Válido	0	0	1	12,5	1	12,5	1,66	1,86
Sexo	Masculino	6	75	6	75	6	75	6	75
	Feminino	2	25	1	12,5	1	12,5	1,33	16,66
	Válido	0	0	1	12,5	1	12,5	1,66	1,83
Função que ocupa	Diretor	1	12,5	1	12,5	2	25	1,33	1,66
	Chefe de departamento	3	37,5	0	0	4	50	2,33	29,16
	Chefe de Seção	3	37,5	6	75	0	0	3	37,5
	Administrativo	1	12,5	0	0	1	12,5	0,66	8,33

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

A tabela 4.73 apresenta o perfil sociodemográfico dos gestores participantes da investigação, que evidencia a média de idade, predominante entre 35 - 44 anos (54,16%), maioria do sexo masculino (75%) e forte presença em cargos de chefia intermédia (chefe de secção, 37,5%). Este enquadramento tem implicações diretas para a dinamização do empreendedorismo e a implementação de políticas. Esta idade se relaciona de forma não linear com comportamentos empreendedores: a experiência acumulada tende a aumentar o capital humano e relacional, favorecendo decisões mais informadas e maior resiliência, embora perfis mais jovens possam apresentar maior propensão ao risco. Em conjunto, isso sugere que a faixa de 35 a 44 anos reúne maturidade e capacidade operacional particularmente úteis para iniciativas empreendedoras e para a gestão de programas públicos de apoio. A assimetria de género que se observa, sendo 75% masculino reforça desafios de inclusão nos ecossistemas empreendedores. A sub-representação feminina pode limitar a variedade de perspetivas e a eficácia das políticas de fomento, sobretudo ao nível local. No último momento, dos cargos que os inquiridos representam, a concentração de chefias é intermédia de 37,5%, relevante, porque gestores de nível intermédio são frequentemente "tradutores" da estratégia e das políticas públicas no terreno, articulando prioridades, alocando recursos e removendo barreiras operacionais. Deste modo, o peso destas chefias no seu universo amostral é um ativo para a execução de iniciativas empreendedoras, mas também um alerta para investir em competências de implementação e coordenação interinstitucional.

Estes elementos reforçam a importância de compreender como o perfil dos gestores condiciona a eficácia das políticas de incentivo ao empreendedorismo e, consequentemente, a sua contribuição para a redução do desemprego e da pobreza na região centro e sul de Angola.

Tabela 4.74 - Resumo da avaliação dos gestores sobre o empreendedorismo das populações da região centro e sul de Angola

Nº	Itens do Questionário	Concordo totalmente	Concordo	Discordo Totalmente	Discordo	Indeciso
C1.	A ideia de os indivíduos empreenderem surgiu porque perceberam que havia uma oportunidade de criar e desenvolver a sua própria empresa.	1,33 (16,66)	5,66 (70,83)	0	0,33 (0,33)	0
C2.	A ideia de os indivíduos empreenderem surgiu da necessidade de se criar a sua própria empresa como forma de sobrevivência.	1,33 (20,83)	1,66 (25)	2,33 (37,5)	1,66 (4,16)	0,33 (8,33)
C3.	Os empreendedores procuravam formação ou capacitação que lhes permitisse criar e desenvolver suas actividades empresariais.	1,33 (16,66)	3,33 (41,66)	0	1 (25)	1 (16,66)
C4.	Considerou elevado o grau de empreendedorismo praticado pela população.	2,33 (29,16)	2,66 (33,33)	0,66 (8,33)	1 (12,5)	0,66 (8,33)
	Média	1,58	3,3	0,74	0,99	4,49
	Média de percentagem	20,82	42,70	11,45	10,49	8,33

Fonte**:** Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

Quanto à avaliação dos gestores acerca do empreendedorismo praticado pelas populações nesta região de Angola, a tabela 4.74 apresenta uma perceção maioritariamente favorável. Do total de inquiridos, 63,52% concordam que as populações têm desenvolvido iniciativas empreendedoras relevantes, o que revela um reconhecimento do dinamismo local e do potencial de geração de oportunidades. 21,94% discordaram, evidenciando que ainda existe uma parcela significativa que não identifica o empreendedorismo como fator expressivo no contexto regional. Além disso, 8,33% mostraram-se indecisos, o que pode refletir falta de clareza quanto aos impactos concretos do empreendedorismo na vida socioeconómica das populações locais.

Estes resultados sugerem que, embora exista uma perceção positiva predominante, permanecem desafios relacionados à consolidação de políticas públicas e à necessidade de maior

sensibilização e formação que reforcem o papel do empreendedorismo na redução ao desemprego e combate à pobreza.

Tabela 4.75 - Resumo da avaliação dos gestores sobre o efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego das populações da região centro e sul de Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas				
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso
D1.	O índice de desemprego foi elevado em sua localidade	2,66 (33,33)	3 (37,5)	1,33 (16,66)	0	0,33 (4,16)
D2.	A criação de empresas proporcionou empregos para a população em sua localidade	0	29,66 (83,33)	0	4,5 (8,33)	0
D3.	O grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuiu para a redução do desemprego da população na sua localidade.	1,33 (16,66)	4 (50)	0	1,66 (20,83)	0,33 (4,16)
	Total	1,33	12,22	0,44	2,05	0,22
	Percentagem total	16,66	56,94	5,55	9,72	2,77

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

A tabela 4.75 apresenta os resultados da avaliação dos gestores relativamente ao efeito do empreendedorismo na redução do desemprego das populações que evidencia uma perceção amplamente positiva. Uma expressiva maioria correspondente a 73,7% considera que as iniciativas empreendedoras contribuem efetivamente para a criação de empregos e, consequentemente, para a diminuição dos níveis de desemprego. Noutro lado, 15,27% dos gestores discordaram, refletindo a existência de dúvidas quanto à capacidade real do empreendedorismo de absorver individuos ou de gerar empregos sustentáveis. E apenas 2,78% manifestaram-se indecisos, o que demonstra um consenso relativamente elevado no reconhecimento do empreendedorismo como fator de dinamização económica.

Estes resultados sugerem que os gestores percebem o empreendedorismo não apenas como estratégia de sobrevivência, mas também como mecanismo estruturante para o desenvolvimento socioeconómico e a redução das vulnerabilidades de emprego na região.

Tabela 4.76 - Resumo da avaliação dos gestores sobre o efeito do empreendedorismo empresarial

no combate à pobreza da região centro e sul de Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas				
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso
E1.	O índice de pobreza foi elevado em sua localidade.	0	4,66 (75)	0	2,66 (25)	0
E2.	O grau de empreendedorismo praticado pelas micro e pequenas empresas foi suficiente para combater a pobreza da população na sua localidade.	1,66 (25)	2,33 (29,16)	1 (12,5)	2 (25)	0
E3.	O grau de empreendedorismo praticado pelas micro e pequenas empresas foi um fator suficiente que contribuiu para a sobrevivência e manutenção da vida social da população.	0,66 (8,33)	1,66 (20,83)	0,66 (8,33)	3 (37,5)	1,33 (16,66)
Total		0,77	2,88	0,55	2,55	0,44
Percentagem total		11,11	41,66	6,94	29,16	5,55

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

Relativamente ao efeito do empreendedorismo no combate à pobreza, a tabela 4.76 apresenta a perceção dos gestores e revela uma tendência de avaliação positiva, ainda que menos consensual do que no caso do desemprego apresentado na tabela anterior. Concretamente, 52,71% concordam que o empreendedorismo contribui para a redução da pobreza, enquanto 36,1% discordaram e 5,55% mostraram-se indecisos. Estes resultados apontam para uma divisão de perceções: por um lado, reconhece-se o potencial do empreendedorismo como motor de inclusão social e geração de rendimentos; por outro, subsistem dúvidas sobre a sua eficácia direta no combate à pobreza. Desde modo, a literatura contemporânea reforça esse paradoxo, sendo Hisrich *et al*., (2020) um dos que considera o empreendedorismo como um fator impulsionador da melhoria das condições de vida, sobretudo quando apoiado por políticas públicas consistentes. Mas Brush *et al*. (2019) sublinha que os ecossistemas empreendedores tendem a reproduzir desigualdades já existentes, limitando os benefícios a grupos específicos, quando não existe uma abordagem inclusiva. Amorim (2021) argumenta que o empreendedorismo, em contextos de elevada vulnerabilidade, só gera impacto sustentável na redução da pobreza, quando articulado com mecanismos de acesso a financiamento e formação. Assim, os resultados obtidos junto dos gestores sugerem que, embora haja reconhecimento do papel positivo do empreendedorismo, ainda existe ceticismo quanto à sua capacidade de reduzir a pobreza de forma estrutural.

Esta interpretação corrobora a ideia de que o empreendedorismo, por si só, não é suficiente para erradicar desigualdades socioeconómicas, necessitando de integração em estratégias de desenvolvimento mais amplas e sustentáveis.

Tabela 4.77 - Resumo da avaliação dos gestores sobre as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola

Nº	Itens do Questionário	Respostas				
		Concordo Totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso
F1. Havia políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola.		3,66 (45,83)	3 (37,5)	0	0,33 (4,16)	0,33 (4,16)
F2. As políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo que havia e foram aplicadas em Angola.						
	F2.1. Incentivos fiscais.	2,33 (29,16)	0,66 (8,33)	1 (12,5)	1,66 (20,83)	1,66 (20,83)

F2.2. Proteção ao investimento.	2 (25)	1,33 (16,66)	0	0,33 (4,16)	3,66 (45,83)
F2.3. Política de fomento ao empreendedorismo.	4,33 (54,16)	3 (37,5)	0	0	0
F2.4. Formação e capacitação empresarial.	4,66 (58,33)	2 (25)	0,33 (4,16)	0	0
F2.5. Apoio ao financiamento.	3,66 (45,83)	2 (25)	0,33 (4,16)	0,66 (8,33)	0,66 (8,33)
F2.6. Influência do empreendedorismo no Desenvolvimento económico.	2,33 (29,16)	2 (25)	1,66 (20,83)	1 (12,5)	0,33 (4,16)
F2.7. Melhoria nas políticas públicas.	3,33 (29,16)	1,66 (20,83)	1,33 (8,33)	0,66 (4,16)	1,33 (29,16)
F3. Como gestor, as políticas públicas definidas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas, contribuíram para criação, fortalecimento e desenvolvimento das empresas para redução do desemprego e combate à pobreza.	1,33 (16,66)	3,66 (45,83)	1,33 (16,66)	0,66 (8,33)	0,33 (4,16)
Total	3,07	2,14	0,66	0,59	0,92
Percentagem total	37,07	26,85	7,40	7,40	12,96

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Adaeze (2019).

Por fim, a tabela 4.77 apresenta a avaliação sobre as políticas públicas aplicadas em Angola no domínio do empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico. Os resultados revelam uma perceção maioritariamente positiva por parte dos gestores. Destes, 63,92% concordam que tais políticas têm impacto relevante, enquanto 14,8% discordaram e 12,96% optaram pela indecisão. Estes números indicam um grau de confiança relativamente elevado nas medidas governamentais, embora permaneça uma margem significativa de dúvidas, o que sugere a necessidade de maior eficácia na implementação e monitorização das políticas. Segundo Amorim (2021), as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo só se revelam efetivas, quando associadas a condições institucionais de transparência, acesso simplificado ao financiamento e mecanismos de acompanhamento. Nessa mesma linha, Brush *et al*. (2019) argumentam que ecossistemas empreendedores dependem não apenas da iniciativa individual, mas também da qualidade das políticas e da sua capacidade de reduzir barreiras estruturais. Hisrich *et al*. (2020) destacam que a ação do governo desempenha um papel determinante na criação de um ambiente propício para a inovação e o crescimento sustentável das micro e pequenas empresas. Assim, a perceção dos gestores revela uma confiança relativa nas políticas públicas angolanas, mas

também aponta para a necessidade de consolidação de instrumentos que garantam maior impacto prático na redução do desemprego e da pobreza.

Os resultados sugerem ainda que a eficácia das políticas não depende apenas da sua formulação, mas sobretudo da sua implementação contextualizada, adaptada às especificidades regionais e sustentada por mecanismos de acompanhamento contínuo.

4.4 - Análise qualitativa dos dados

O segundo momento, trata da análise qualitativa onde foi utilizado o software Maxqda que opera através da marcação de segmentos codificados, e consistem em partes específicas do texto às quais são atribuídos rótulos e cores diferentes, na facilitando a sua visualização e interpretação no contexto da investigação (Kuckartz & Rädiker, 2019, citados por Alonso *et al*., 2021). As análises e interpretações dos resultados foram realizadas com base nas dimensões previamente definidas, recorrendo à este software, sendo uma ferramenta de apoio à análise qualitativa de dados. O Maxqda é um programa informático de análise qualitativa (QDA) que contribui para minimizar dificuldades analíticas e otimizar os resultados da investigação, permitindo que o investigador se concentre no seu core business, ou seja, nos aspetos centrais da análise interpretativa (Alonso *et al.*, 2021).

Para análise das respostas às questões abertas que constam nos questionários, foi definido um sistema com duas dimensões diferentes: (i) as acões do governo e (ii) indicadores de desenvolvimento socioeconómico, permitindo a simplificação das informações obtidas durante o levantamento dos dados no período anteriormente apresentado. A seguir, o processo de codificação e a subsequente revisão para assegurar o alinhamento conceptual dos dados, deu-se início à fase de análise e interpretação dos dados, etapa esta fundamental para a compreensão do efeito do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico da região estudada. Permitiu também uma exploração mais aprofundada dos conteúdos, de modo a facilitar a identificação de padrões, relações e significados relevantes no contexto da investigação. Utilizou-se as ferramentas de apoio à análise qualitativa como estratégia de rigor científico para trazer mais clareza e sistematização, como as nuvens de palavras, a matriz de códigos, frequências de códigos (com modelos de comparativos de dois casos e tabelas) e os *clusters*, com objetivo de facilitar a visualização imediata dos termos mais recorrentes, a quantificação das ocorrências e a análise das interligações temáticas Para além de enriquecer a interpretação qualitativa, estas

ferramentas criam uma ponte entre o tratamento quantitativo e o suporte qualitativo, reforçando, assim, o rigor científico e a transparência metodológica para a triangulação das informações recolhidas nas três províncias da região centro e sul de Angola. Esta abordagem tem um suporte teórico e deve aliar a interpretação reflexiva à estratégias de sistematização gráfica e estatística (Miles *et al*., 2014; Gibbs, 2018), de forma a tornar os resultados mais consistentes e comunicáveis.

4.4.1 - Nuvens de palavras

Nuvens de palavras é a representação gráfico-visual que apresenta as frequências das palavras (Vilela, 2020). Estas palavras são representadas por diversas fontes de vários tamanhos e diversas cores, a mostrarem efetivamente o que foi mais usada pelos participantes da investigação. Elas foram criadas pelo software (MAXQDA) instalado no computador que permitiu a liberdade do investigador, definido a frequência mínima de 5 (cinco) das 26 (vinte e seis) palavras codificadas para o uso das imagens geradas. Apresenta-se ao longo da tese as nuvens de palavras geradas a partir dos documentos recolhidos aos participantes das províncias estudadas e, mais adiante, as nuvens geradas da região no geral.

4.4.2 - Matriz de códigos

No contexto do MAXQDA, a matriz de código (Code Matrix browser) é uma ferramenta analítica que possibilita a visualização tabular da aplicação de categorias de análise (códigos) nos diferentes documentos ou casos evidenciando a frequência e distribuição das ocorrências. Esta ferramenta facilita a comparação, identificação de padrões e a integração entre análises quantitativas e qualitativas (Silve & Lewins, 2014; Kucksrtz & Radiker, 2019). Permitiu visualizar, em formato de tabela, a frequência e a distribuição dos códigos aplicados aos documentos analisado. Na investigação foram categorizados e validados dois documentos (empreendedores e gestores públicos) para cada província estudada. Ver anexo IV.

4.4.3 - Frequência de códigos

A categorização consiste nun processo de organização e classificação dos elementos que compõem um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo critérios previamente definidos (Bardin, 2016). Os códigos podem ser agrupados em categorias, que

representam conceitos mais amplos. Deste modo, a frequência de códigos refere-se ao número de vezes que determinado código ocorre no corpo de dados (Miles *et al*., (2014), que a contagem de frequências de códigos ajuda a identificar padrões recorrentes e a dar peso relativo às categorias analíticas.

4.4.4 - *Cluster*

Com o intuito de proporcionar uma compreensão mais aprofundada e contextualizada dos dados, as técnicas de análise qualitativa com suporte visual foram inicialmente aplicadas de forma separada para cada uma das províncias de Benguela, Huíla e Huambo. O ***Cluster***, sendo uma das ferramentas importantes desta análise, foi utilizada para associar ao contexto do desenvolvimento regional. Segundo Metz (2006), um *cluster* corresponde a um agrupamento constituído por um número variável de elementos que apresentam catacteristicas semelhantes, definidos com base num critério de similaridade. Os *clusters* de códigos facilitam a visualização de conexões, permitem o desenvolvimento de temas mais abrangentes, o que, no contexto do empreendedorismo, revela-se útil para compreender padrões de associação entre fenómenos sociais (Saldaña, 2021). Nesta investigação, a sua utilização possibilitou a formação de *clusters* de grupos e de códigos, nos quais foram agrupadas subcategorias próximas.

4.5 - Análise e interpretação dos dados qualitativos da província de Benguela

Com o propósito de identificar os termos mais recorrentes nas opiniões dos empreendedores analisados, foi realizada a construção de nuvens de palavras, recurso visual que permite representar a frequência dos conceitos mais citados pelos participantes. Esta técnica exploratória facilitou uma primeira aproximação aos dados, destacando cinco (5) frequências de palavras-chave.



Figura 4.1 - Nuvens de palavras da província de Benguela

Fonte: Adaptado de Alonso *et al.* (2021), Susin & Tartarotti (2023) e Ezequias (2024).

A figura 4.1 apresnta a análise da nuvem de palavras geradas a partir dos empreendedores pelos documentos analisados, revelando uma forte presença dos termos: empreendedorismo, desenvolvimento, desemprego, combate e sustentável. Esta frequência está alinhada ao objetivo principal da investigação, que consiste em medir o efeito do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico das populações. A coocorrência frequente dos termos "empreendedorismo" e "combate ao desemprego" sugere a perceção por parte dos inquiridos, do empreendedorismo como uma ferramenta de inclusão produtiva, com potencial para dinamizar a economia e criar oportunidades de emprego para a população. Posteriormente, a associação entre "desenvolvimento" e "sustentável" indica uma preocupação com estratégias de longo prazo, baseadas em políticas públicas eficazes que favoreçam a consolidação das micro e pequenas empresas como motores do desenvolvimento local. Esses resultados sustentam o objetivo específico de conhecer as políticas públicas que foram aplicadas para promover e dinamizar o empreendedorismo das mícro e pequenas empresas na província de Benguela. Revela os termos mais sobressaídos nas opiniões dos inquiridos, refletem tanto as expetativas quanto às demandas sociais em volta de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

A evidência qualitativa reforça a compreensão de que a intervenção do governo com políticas públicas, ao promover um ecossistema institucional e económico propício ao empreendedorismo, pode exercer um papel mais decisivo na redução das desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento sustentável. Ademais, sustenta-se a hipótese de que o empreendedorismo praticado por micro e pequenas empresas, especialmente em contextos de vulnerabilidade, tem sido percebido como uma estratégia viável para o avanço do desenvolvimento socioeconómico na província de Benguela.

Após a visualização preliminar dos termos mais recorrentes por meio da nuvem de palavras, procedeu-se à construção da matriz (lista) de frequência de códigos (Miles *et al.*, 2014), que organizou sistematicamente as categorias temáticas, tendo identificadas e categorizadas duas dimensões: (i) as ações do governo de apoio ao empreendedorismo e (ii) indicadores de desenvolvimento socioeconómico num total de 44 códigos, cujos resultados encontram-se na figura 9. Essa matriz permitiu uma análise comparativa entre os grupos (empreendedores e gestores) analisados, evidenciando a frequência e a relevância dos temas emergentes na narrativa recolhidas.

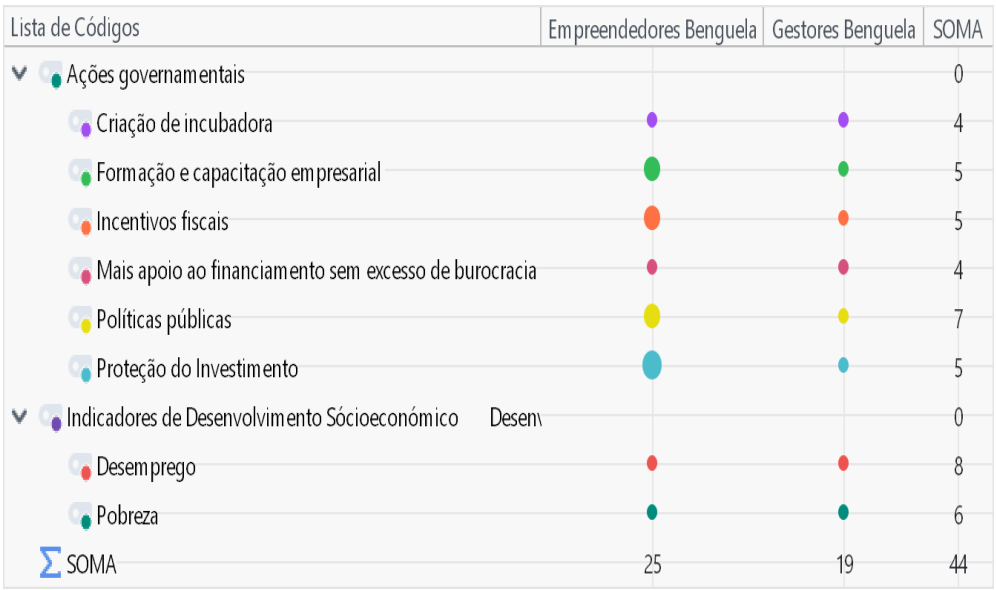


Figura 4.2 - Matriz de códigos da província de Benguela

Fonte: Elaboração do autor (2025).

A figura 4.2 trata da matriz da lista de código referente à província de Benguela, evidencia aos empreendedores 25 ocorrências e 19 ocorrências aos gestores públicos. Esta matriz permitiu organizar e visualizar os códigos que foram aplicados aos documentos (ou grupos) na dimensão (i) as ações do governo: a criação de incubadora, formação e capacitação empresaria, incentivos fiscais, mais apoio ao financiamento, políticas públicas e proteção ao investimento e na dimensão (ii) indicadores de desenvolvimento socioeconómico: o desemprego e a pobreza. Ainda permitiu distinguir as ênfases específicas de cada grupo, verificando-se uma convergência significativa em torno da importância da criação de incubadoras, mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia, desemprego e pobreza, elementos centrais nas estratégias de estímulo ao empreendedorismo. No entanto, surgem também divergências relevantes: a "proteção do investimento" foi enfatizada exclusivamente pelos empreendedores, refletindo preocupações práticas com segurança jurídica e estabilidade institucional, enquanto os gestores demonstraram maior atenção à formulação e aplicação de políticas públicas, muitas vezes descoladas das necessidades operacionais do tecido empresarial local. Estas opiniões reforçam a necessidade de um diálogo mais eficaz entre os níveis institucionais e prático, especialmente no contexto do combate ao desemprego e à pobreza.

A figura 10 a seguir, apresenta o modelo comparativos de frequência de códigos, estruturados com base na técnica de análise com dois casos (empreendedores e gestores públicos), a partir dos dados recolhidos na província de Benguela. Esses modelos refletem as perceções relativas às ações do governo e indicadores de desenvolvimento socioeconómico, organizados em duas dimensões, totalizando 44 códigos identificados e categorizados. Esta figura permite uma análise sistemática das convergências e divergências entre ambos os grupos, contribuindo para a compreensão do papel do empreendedorismo no contexto da **p**rovíncia.

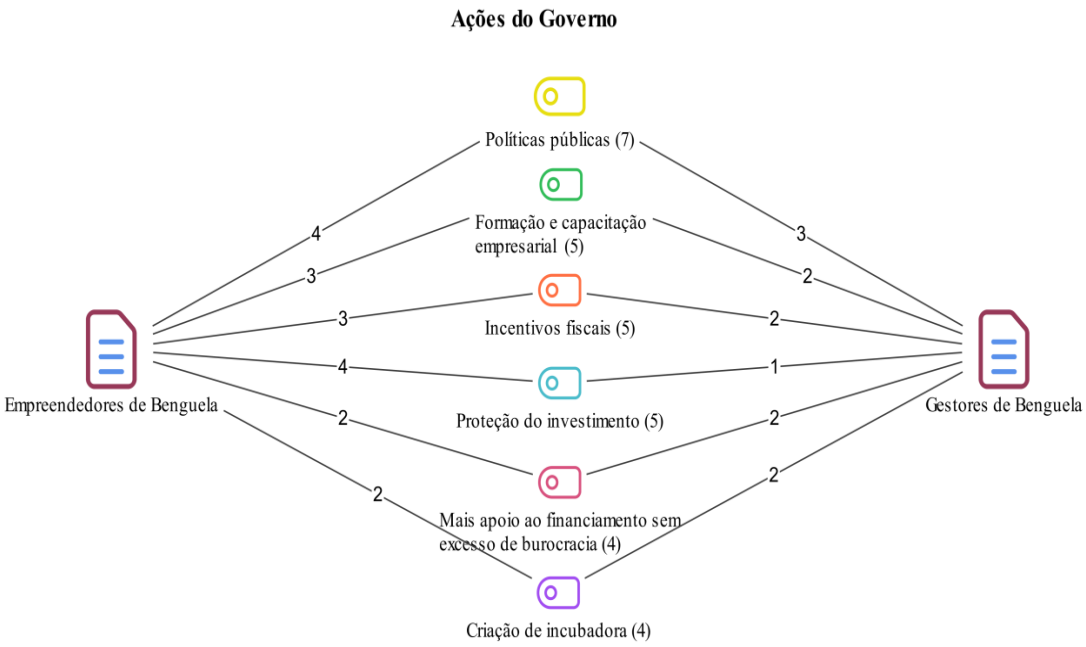


Figura 4.3 - Modelo com frequência de código da Província de Benguela

Fonte: Elaboração do autor (2025).

A figura 4.3 apresnta a frequência de códigos obtidos a partir da codificação temática dos dados recolhidos aos dois grupos (empreendedores e gestores públicos). Na dimensão (i) as ações do governo de apoio ao empreendedorismo foram contabilizados 30 códigos: “políticas públicas” com 7 ocorrências, “formação e capacitação empresarial” com 5 ocorrências, “incentivos fiscais” com 5 ocorrências, “proteção do investimento” com 5 ocorrências, “mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia” com 4 ocorrências e “criação de incubadoras” com 5 ocorrências. Esta análise evidencia os domínios mais enfatizados pelos participantes, uma convergência parcial percebida de cada grupo em algumas ações, ao mesmo tempo revela diferenças nas prioridades e ênfases atribuídas a determinadas medidas, onde o forte reconhecimento das políticas públicas por ambos os grupos (empreendedores: 4 ocorrências; e gestores públicos: 3 ocorrências) revela que as intervenções do governo têm visibilidade e presença nas opiniões dos participantes. Os empreendedores demonstram maior sensibilidade a fatores estruturais como "proteção do investimento" com 4 ocorrências dos empreendedores e 1 ocorrência dos gestores públicos, o que sugere preocupações com segurança jurídica, confiança institucional e

estabilidade para os negócios, dimensões muitas vezes subestimadas nas abordagens técnicas dos órgãos públicos.

A formação e capacitação empresarial, a criação de incubadoras e o apoio ao financiamento foram relativamente equilibradas entre os dois grupos, o que indica que há uma perceção partilhada da importância dessas ações como alicerces para o fortalecimento do ecossistema empreendedor. Isso demonstra alinhamento entre a oferta das instituições e a expectativa dos empreendedores, ao menos nos aspectos mais tangíveis do apoio. Entretanto, o código "incentivos fiscais" apresenta ligeiro predomínio entre os empreendedores (3 ocorrências *vs* 2 ocorrências), no reforço a visão de que, para além da formação e capacitação empresarial, o alívio fiscal constitui um vetor importante de motivação e sobrevivência das MPMEs, sobretudo num contexto de carga tributária elevada. E a diferença mais acentuada encontra-se no código "proteção do investimento" (4 ocorrências *vs* 1 ocorrência), a sinalizar que os gestores públicos não estiveram suficientemente atentos às preocupações dos empreendedores quanto à segurança dos seus capitais, à previsibilidade dos regulamentos e à confiança nas instituições públicas. Este desalinhamento compromete o potencial de expansão e formalização das iniciativas empreendedoras.

Contudo, a análise do modelo confirma que a promoção do empreendedorismo das MPMEs na Província de Benguela, requer não apenas a formulação de políticas públicas, mas um processo de auscultação ativo, co-construção e avaliação participativa que aproxime os gestores públicos das realidades vividas pelos empreendedores para que o desenvolvimento socioeconómico sustentável da **p**rovíncia dependa, efetivamente da sinergia entre ações do governo e práticas empreendedoras, especialmente no que diz respeito à simplificação e melhoria do ambiente de negócios, à proteção do investimento e ao incentivo contínuo à inovação e à formalização.

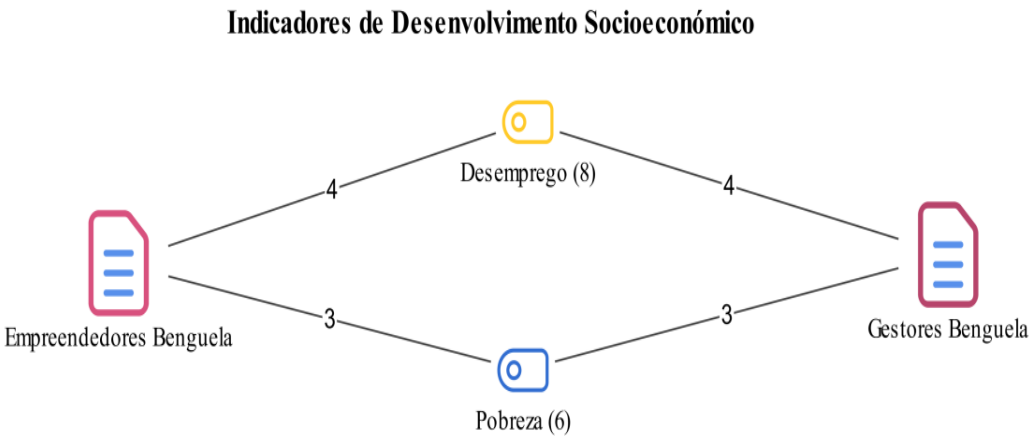


Figura 4.4 - Modelo com frequência de código dos indicadores de desenvolvimento socioeconómico

Fonte: Elaboração do autor (2025).

A figura 4.4 apresenta a frequência de códigos associados à dimensão (ii) relativa aos indicadores de desenvolvimento socioeconómico com um total de 14 códigos. Entre estes, o desemprego que se destaca com 8 ocorrências e a pobreza 6 ocorrências. Estes resultados sugerem que, embora ambos os fenómenos estejam presentes na perceção dos participantes, o desemprego assume maior relevância, refletindo-se num número superior de referências. Assim, confirma-se que a questão do acesso ao emprego permanece como preocupação central, enquanto a pobreza surge associada com consequência estrutural, ainda que com menor incidência nas opiniões analisadas da província de Benguela. Estes dados sugerem que o potencial transformador das MPMEs depende fortemente da eficácia das políticas públicas, que devem ser adaptadas ao contexto local, focadas nos resultados sociais e orientadas para a sustentabilidade económica.

Para melhor clarificação e compreensão na análise do modelo de frequência dos códigos da figura acima, foi construída a tabela de frequência de código.

Tabela 4.78 - Frequência de código da Província de Benguela

Designação	Frequência	Percentagem
Ações do Governo-Políticas Públicas		
Políticas públicas	7	15,91
Formação e capacitação empresarial	5	11,36
Incentivos fiscais	5	11,36
Proteção do investimento	5	11,36
Mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia	4	9,09

Criação de incubadora	4	9,09
Indicadores de Desenvolvimento Socioeconómico		
Desemprego	8	18,18
Pobreza	6	13,64
TOTAL	44	100,00

Fonte: Eaboração do autor (2025).

Na sequência, a tabela 4.78 apresenta as frequências absolutas e relativas dos códigos identificados nas duas dimensões analíticas: (i) ações do governo percebidas e (ii) indicadores de desenvolvimento socioeconómico. Esta tabela permitiu observar a intensidade com que os temas emergiram nas perspetivas tanto dos empreendedores quanto dos gestores públicos da **p**rovíncia de Benguela. A identificação desses códigos mais intensos contribui para análise interpretativa dos resultados, fornecendo subsídios para avaliar o impacto das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo no contexto local. Assim, os resultados indicam que o "desemprego" foi o código mais frequente (f = 8; 18,18%), evidenciando uma preocupação transversal com a falta de oportunidades de trabalho e o papel potencial do empreendedorismo como estratégia de inserção produtiva. Em segundo lugar, o código "políticas públicas" (f = 7; 15,91%) reflete o reconhecimento da importância do Estado na criação de condições estruturais e normativas para apoiar o setor empresarial emergente. Os códigos "pobreza" (f = 6; 13,64%) e "formação e capacitação empresarial", "incentivos fiscais" e "proteção ao investimento" (cada um com f = 5; 11,36%) também se destacam na análise.

Estes dados demonstram que os participantes atribuem relevância tanto à dimensão social do empreendedorismo na redução da vulnerabilidade económica como à necessidade de fortalecer a qualificação técnica, o ambiente fiscal e a segurança jurídica para os empreendedores. Os códigos "mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia" e "criação de incubadoras" (ambos com f = 4). O facto de estes códigos se destacarem como menos referidos não diminui a sua relevância, uma vez que traduzem necessidades estratégicas frequentemente apontados. E a baixa frequência destes códigos pode indicar que tais aspecto ainda não são amplamente valorizados pelos participantes, mas, simultaneamente, sugere potenciais áreas de intervenção das políticas, particularmente no que se refere ao financiamento desburocratizado e à criação de estruturas de apoio como incubadoras de empresas.

4.6 - Análise e interpretação qualitativa dos dados da província da Huíla

Com objetivo de explorar os dados textuais de forma preliminar, foi criada nuvem de palavras, que destaca visualmente os termos mais recorrentes nas opiniões analisadas. Esta técnica facilitou a identificação de palavras-chave relacionadas ao empreendedorismo e ao desenvolvimento socioeconómico, servindo como base para posterior codificação temática e construção da matriz de códigos.



Figura 4.5 - Nuvens de palavras da Província da Huíla

Fonte: Adaptado de Alonso *et al*. (2021), Susin & Tartarotti (2023) e Ezequias (2024).

A figura 4.5 apresenta a análise da nuvem de palavras compostas por termos como "empreendedorismo", "ocorrência", "desenvolvimento", "pobreza" e "sustentável". Permite identificar os principais eixos apresentados que emergem dos dados empíricos recolhidos a partir de empreendedores e gestores públicos na província da Huíla. A elevada ocorrência da palavra empreendedorismo revela o centro desta temática enquanto estratégia mobilizadora de ações económicas e sociais. A presença recorrente dos termos desenvolvimento e sustentável evidencia a preocupação com modelos económicos inclusivos e de longo prazo, em conformidade com os princípios de crescimento equitativo e justiça social. Já a palavra pobreza destaca-se como um dos principais desafios que justificam a necessidade de políticas públicas eficazes voltadas para a dinamização das micro e pequenas empresas. Assim, a interpretação da nuvem de palavras

oferece um contributo relevante para a compreensão do papel do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconómico local e na formulação de estratégias públicas que visem reduzir a problemática e promover sustentabilidade na província da Huíla.

Com base nesta figura, destacaram-se os termos mais recorrentes nas opiniões dos empreendedores e gestores públicos, elaboradando a matriz de lista de códigos (Miles *et al*., 2014), na distinção das dimensões temáticas mais significativas para cada grupo, totalizando 36 ocorrências, e permitiu identificar padrões e contrastes relevantes para a análise. Ver na figura 4.6



Figura 4.6 - Matriz de códigos da província da Huíla

Fonte: Elaboração do autor (2025).

A figura 4.6 apresenta a matriz da lista de código referente à província da Huíla, consequente das opiniões dos empreendedores e gestores públicos, distribuída em 21 ocorrências aos empreendedores e 15 aos gestores, perfazendo um total de 36 códigos. Essa distribuição evidencia um número menor de codificação e comparação com a província anteriormente analisada (Benguela), o que pode refletir uma participação institucional mais fraca ou menor densidade de ações do governo percebidas nesta localidade.

A análise mostra que os temas mais recorrentes entre os empreendedores são desemprego (5), apoio ao financiamento (4) e incentivos fiscais (3), indicando uma preocupação centrada nas

dificuldades estruturais e nas necessidades práticas para iniciar ou manter negócios. Por sua vez, os gestores públicos referem-se com maior frequência à pobreza (3), formação empresarial (2) e criação de incubadoras (2), sugerindo um foco mais orientado para ações sociais e estruturais, ainda que com pouca expressão numérica. O baixo número de referências cruzadas, como na proteção do investimento (1;1) e políticas públicas (3;1), revela uma lacuna na comunicação e convergência entre os dois grupos, que possivelmente indicam fragilidade na implementação e avaliação das políticas públicas na Huíla. A diferença entre a perceção da pobreza (2 nos empreendedores e 3 nos gestores) reforça a visão de que, embora reconhecido como um problema, não há consenso quanto às causas ou soluções. A fraca presença de códigos associados à formação e capacitação empresarial (1;2) levanta preocupações quanto à efetividade das políticas de qualificação dos empreendedores, elemento essencial para promover um ambiente de empreendedorismo sustentável. A frequência reduzida em todas as categorias evidencia que, na província da Huíla, tanto as ações como a perceção sobre o efeito do empreendedorismo ainda são limitadas, o que justifica a posição periférica da província nestes resultados

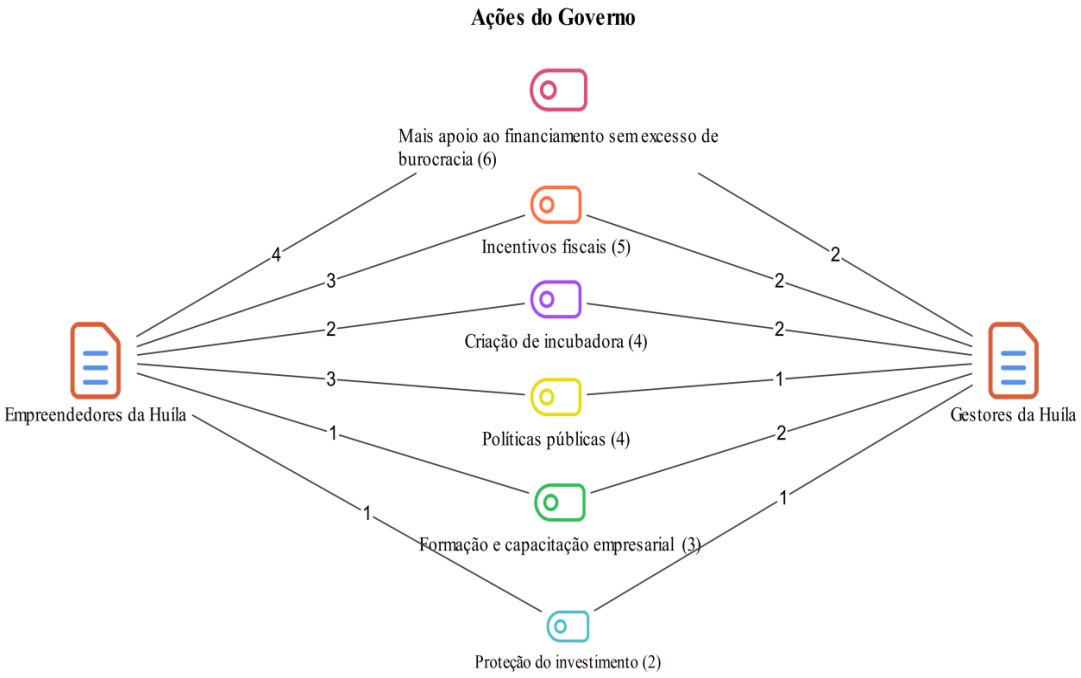


Figura 4.7 - Modelo com frequência de código das ações do governo da província da Huíla

Fonte: Elaboração do autor (2025).

A figura 4.7 apresenta a análise da dimensão (i) as ações do governo com 24 códigos: “mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia” com 6 ocorrências, “incentivo fiscais” com 5 ocorrências, “criação de incubadora” com 4 ocorrências, “políticas públicas” com 4 ocorrências, “formação e capacitação empresaria” com 3 ocorrências e “proteção do investimento” com 2 ocorrências. Revela-se perceções diferentes, embora complementares, sobre as ações do governo destinadas a promover o empreendedorismo das micro e pequenas empresas (MPMEs), que empreendedores manifestam maior frequência no código relacionado ao acesso direto a recursos e oportunidades, destacando “mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia” com 4 ocorrências e “incentivos fiscais” com 3 ocorrências. Isso expressa uma preocupação prática com barreiras operacionais e a dificuldade de sustentabilidade dos negócios em ambientes de baixa liquidez e elevada informalidade. O destaque dado às “políticas públicas” com 3 ocorrências também sugere uma consciência crítica sobre o papel do Estado como agente facilitador ou obstáculo ao crescimento empresarial.

Por sua vez, os gestores públicos atribuíram maior frequência aos temas “formação e capacitação empresarial” com 2 ocorrências e “criação de incubadoras” com 2 ocorrências, o que revela uma visão mais estratégica e institucional, centrada na criação de estruturas de apoio ao desenvolvimento empresarial, mas que nem sempre com efeito prático percebido pelos empreendedores. A menor referência às “políticas públicas” com 1 ocorrência e ao “financiamento” com 2 ocorrências por parte deste grupo indica uma subvalorização das dificuldades enfrentadas na base do sistema económico, especialmente no acesso ao crédito e à desburocratização. O código “proteção do investimento”, com apenas 1 ocorrência por grupo,

evidencia que, embora reconhecida, ainda não ocupa lugar central na agenda de nenhum dos grupos, o que pode representar um desafio futuro à estabilidade e segurança jurídica para o ambiente de negócios.

Esses resultados estão diretamente alinhados com o objetivo principal da tese, ao demonstrar que, apesar da existência de ações governamentais destinadas ao estímulo do empreendedorismo, persistem limitações na sua eficácia prática e perceção por parte dos beneficiários. O efeito das MPMEs no desenvolvimento socioeconómico da **p**rovíncia da Huíla é, portanto, condicionado pela qualidade, consistência e acessibilidade das políticas públicas implementadas, evidenciando, ainda, que a promoção do empreendedorismo não depende apenas da existência formal de políticas públicas, mas sobretudo da sua implementação eficaz, contextualizada. A diferença de percepções entre empreendedores e gestores públicos sugere a importância de mecanismos de avaliação participativa das políticas públicas, capazes de aproximar as intenções institucionais das necessidades reais do tecido empresarial da **p**rovíncia da Huíla.

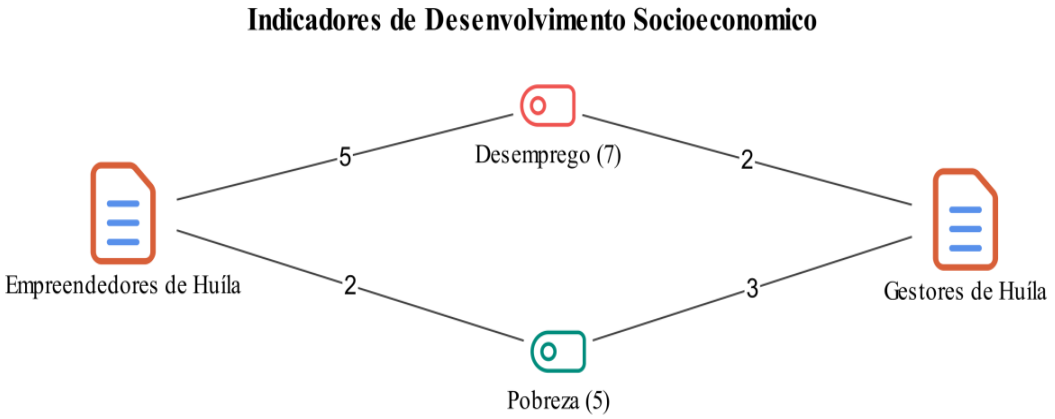


Figura 4.8 - Modelo com frequência de código dos indicadores de desenvolvimento socioeconómico da província da Huíla

Fonte: Elaboração do autor (2025).

A figura 4.8 apresenta a frequência de códigos na dimensão (ii) indicadores de desenvolvimento socioeconómico com um total de 12 códigos: "desemprego" com 7 ocorrências e "pobreza" com 5 ocorrências, nas opiniões dos empreendedores e gestores públicos da **p**rovíncia da Huíla. A sua análise revela perceções diferentes, embora complementares, entre empreendedores e gestores públicos relativamente aos principais entraves ao desenvolvimento socioeconómico. O "desemprego" foi mencionado com 5 ocorrências pelos empreendedores e apenas 2 ocorrências pelos gestores públicos, enquanto a "pobreza" teve 2 ocorrências dos

empreendedores e 3 ocorrências dos gestores. A ênfase maior dos empreendedores sobre o desemprego (5 ocorrências) é interpretada como reflexo da sua proximidade com a realidade do mercado informal e do acesso limitado ao emprego formal.

Os participantes, apontam que o desemprego representa não apenas um problema social, mas também um motor que impulsiona a criação de pequenos negócios como alternativa de sobrevivência e geração de rendimento. Para os empreendedores, o fomento ao empreendedorismo aparece como estratégia direta para absorver mão-de-obra desocupada e mitigar os impactos do desemprego. Por outro lado, os gestores públicos destacaram mais a pobreza (3 ocorrências) do que os empreendedores (2 ocorrências). Isto indica uma preocupação institucional mais ampla com os efeitos estruturais da pobreza, que incluem não apenas a privação de rendimento, mas também acesso limitado a outros indicadores (educação, saúde, habitação e outros serviços públicos básicos). Ao reconhecerem a pobreza como um indicador central, os gestores demonstram consciência da necessidade de políticas públicas mais integradas para combater a exclusão social. Esta diferenciação é relevante para o objetivo principal da investigação, pois reforça que o efeito do empreendedorismo das MPME's deve ser medido não apenas em termos de geração de postos de trabalho, mas também quanto à sua contribuição para a melhoria das condições de vida da população da **p**rovíncia da Huíla.

No geral, os participantes reconhecem que o empreendedorismo tem papel central na transformação social e económica, embora enfatizem aspetos distintos. Esse alinhamento parcial, mas significativo, reforça a importância de políticas públicas participativas e contextualizadas, que integrem o conhecimento prático dos empreendedores locais e a visão estratégica dos decisores públicos.

Com base nos modelos dos dois casos (empreendedores e gestores públicos), precede-se à apresentação da tabela 4.79, que sintetiza as frequências absolutas e relativas dos códigos identificados em ambos os grupos quanto às ações do governo e aos indicadores de desenvolvimento socioeconómicos.

Tabela 4.79 - Frequência de código da província da Huíla

Designação	Frequência	Percentagem
Ações do Governo-Políticas Públicas		
Mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia	6	16,67
Incentivos fiscais	5	13,89
Criação de incubadora	4	11,11

Políticas públicas	4	11,11
Formação e capacitação empresarial	3	8,33
Proteção do investimento	2	5,56
Indicadores de Desenvolvimento Socioeconómico		
Desemprego	7	19,44
Pobreza	5	13,89
TOTAL	36	100,00

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Na sequência, a análise da tabela 79 sintetiza as frequências absolutas e relativas aos códigos identificados nas duas dimensões centrais do estudo: as ações do governo de apoio ao empreendedorismo e os indicadores de desenvolvimento socioeconómico. Esta sistematização permite uma leitura mais precisa das prioridades percebidas pelos participantes dos dois grupos no que concerne aos entraves e oportunidades para o desenvolvimento local.

Os dados demonstram que o "desemprego" foi o código mais recorrente (f = 7; 19,44%), evidenciando uma forte preocupação social com a escassez de emprego, sobretudo como reflexo direto da fragilidade do tecido empresarial local. Em segundo lugar, surge a referência a "mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia" (f = 6; 16,67%), apontando o acesso ao crédito como um mecanismo essencial para viabilizar iniciativas empreendedoras, especialmente em contextos marcados por restrições financeiras. A seguir, os códigos "incentivos fiscais" (f = 5; 13,89%) e "pobreza" (f = 5; 13,89%) indicam, respetivamente, a necessidade de alívio tributário como estímulo à formalização das micro e pequenas empresas, e a dimensão social do empreendedorismo como resposta direta à vulnerabilidade económica da população. Outros elementos de suporte institucional também foram mencionados, nomeadamente a "criação de incubadoras" e as "políticas públicas específicas" (ambos com f = 4; 11,11%), seguidos pela "formação e capacitação empresarial" (f = 3; 8,33%) e pela "proteção ao investimento" (f = 2; 5,56%).

A presença destes códigos em ambos os grupos de participantes demonstra uma preocupação comum com os principais obstáculos ao desenvolvimento socioeconómico local, refletindo uma visão compartilhada entre empreendedores e gestores públicos quanto às necessidades prioritárias para a dinamização do setor empresarial. Esta convergência sugere que, apesar das diferenças de papel e função institucional, existe um alinhamento na perceção sobre as áreas críticas que exigem intervenção pública eficaz e coordenada na **p**rovíncia da Huíla.

as áreas críticas que exigem intervenção pública eficaz e coordenada na Província da Huíla.

4.7 - Análise e interpretação qualitativa dos dados da p**r**ovíncia **do Huambo**



Figura 4.9 - Nuvens de palavras da província do Huambo

Fonte: Adaptado de Alonso *et al.* (2021), Susin & Tartarotti (2023) e Ezequias (2024).

A figura 4.9 apresenta a nuvem de palavras geradas a partir da análise dos dados qualitativos, evidencia a recorrência de termos fundamentais para a compreensão dos fenómenos investigados, nomeadamente a "pobreza", o "desenvolvimento", o "empreendedorismo", o "sustentável" e o "desemprego". A frequência elevada dessas palavras reflete a informação percebida entre os participantes, que o empreendedorismo, promovido por micro e pequenas empresas constitui uma via estratégica para enfrentar os desafios socioeconómicos predominantes na província do Huambo. Os termos "pobreza" e "desemprego" destacam-se como expressões dos problemas

estruturais que afetam essa localidade, enquanto “desenvolvimento” e “sustentável” apontam para a necessidade de soluções integradas, duradouras e alinhadas com os princípios de equidade social e crescimento económico responsável. A presença simultânea destes conceitos na nuvem de palavras sustenta a hipótese de que políticas públicas eficazes de incentivo ao empreendedorismo local podem contribuir significativamente para a geração de emprego e redução da pobreza, na promoção de um desenvolvimento sustentável.

Após a construção da nuvem de palavras que proporcionaram uma visualização preliminar dos termos mais recorrentes nas opiniões dos participantes, apresenta-se a tabela da matriz de códigos (Miles *et al*., 2014), concebida com base no modelo de dois casos (empreendedores e gestores públicos), totalizando também 36 códigos.



Lista de Códigos	Empreendedores Huambo	Gestores Huambo	SOMA
Ações governamentais			0
Criação de incubadora			5
Formação e capacitação empresarial			5
Incentivos fiscais			6
Mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia			4
Políticas públicas			4
Proteção do Investimento			2
Indicadores de Desenvolvimento Sócioeconómico			0
Desemprego			6
Pobreza			4
SOMA	19	17	36

Figura 4.10 - Matriz de códigos da província do Huambo

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A figura 4.10 apresenta a matriz de distribuição de um relativo equilíbrio temático entre os grupos, com destaque para os códigos como: criação de incubadoras (5), formação empresarial (5) incentivos fiscais (6) e desemprego (6), elementos centrais tanto para a formulação de políticas públicas quanto para a experiência prática no setor empresarial.

A presença igualitária de incentivos fiscais (3; 3) reflete um ponto de convergência importante entre os dois grupos, sugerindo que o ambiente regulatório e fiscal é amplamente percebido como determinante para o crescimento das MPMEs. Da mesma forma, a formação e capacitação empresarial (3;2) e a criação de incubadoras (3;2) emergem como eixos prioritários para ambos os grupos, embora com ligeira ênfase nas opiniões dos empreendedores. Por outro lado, o código "políticas públicas", com 3 ocorrências entre empreendedores e apenas 1 entre gestores, revela uma perceção assimétrica: enquanto os empreendedores demonstram expectativa e avaliação crítica sobre as ações do Estado, os gestores mostram menor protagonismo ou talvez reserva em relatar ações específicas. Esta diferença sugere desalinhamento entre intenção do governo e execução local. O código "desemprego" é significativamente mais referido pelos gestores (4) do que pelos empreendedores (2), indicando que o combate ao desemprego aparece com maior destaque nas opiniões que, possivelmente, em razão de diretrizes institucionais.

Contudo, a sua baixa incidência nas opiniões dos empreendedores pode refletir dificuldades práticas na geração de empregos da população da província. A matriz permitiu concluir que, embora exista um nível razoável de convergência entre empreendedores e gestores no Huambo, continuam lacunas críticas em termos de perceção, prioridade e avaliação de impacto das políticas públicas. O facto de os gestores abordarem mais o desemprego e os empreendedores valorizarem mais a criação de incubadoras e incentivos fiscais indica que os objetivos do desenvolvimento socioeconómico ainda não estão totalmente alinhados entre o governo e empreendedores. Essa análise reforça a necessidade de uma maior articulação entre os dois grupos, de forma a garantir que as políticas públicas sejam efetivamente transformadas em oportunidades concretas de geração de emprego e combate à pobreza, que são os eixos principais desta investigação.

Após a definição da lista de códigos com base nas palavras-chave mais recorrentes, foram estruturados modelos analíticos com dois casos (empreendedores e gestores públicos), os quais permitiram observar, de melhor forma comparativa, as frequências desses códigos atribuídos a cada grupo. Essa abordagem possibilitou uma análise mais aprofundada das perceções acerca das ações do governo e dos fatores relacionados ao empreendedorismo e ao desenvolvimento socioeconómico da população da província do Huambo. Ver figuras 4.11 e 4.12 a seguir:

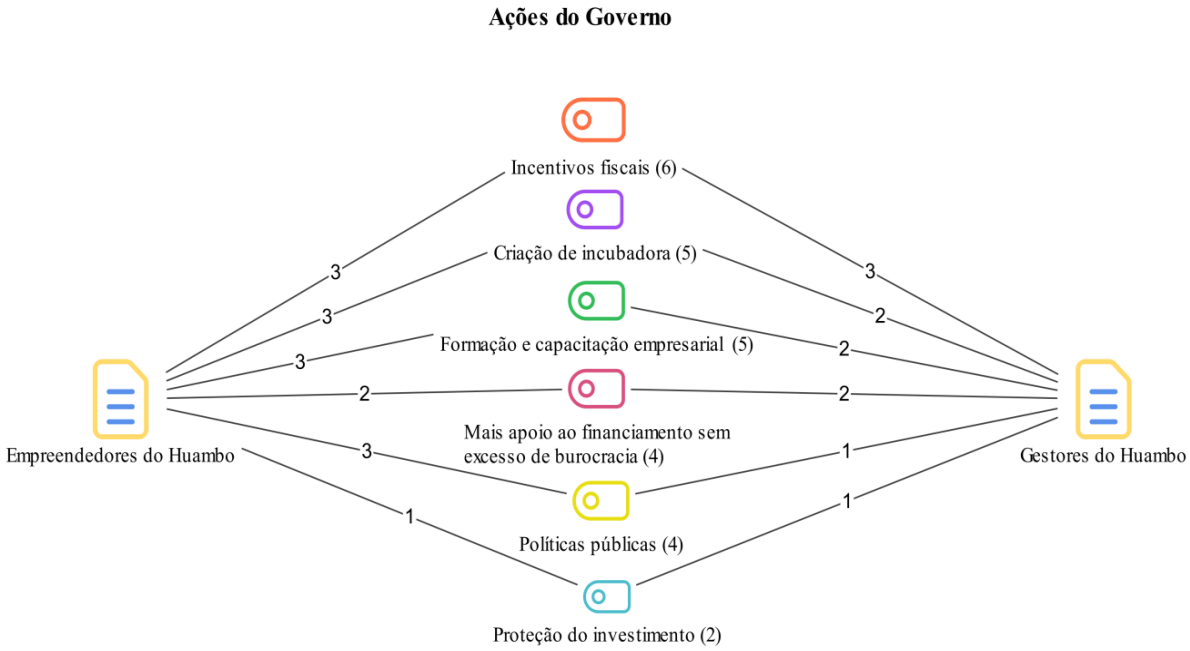


Figura 4.11 - Modelo com frequência de código das ações do governo da província do Huambo

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Quanto a análise da figura 18, apresenta-se o modelo comparativo entre os dois casos de empreendedores e gestores públicos da província do Huambo. Os modelos permitiram identificar como os dois lados perceberam as ações do governo no estímulo ao empreendedorismo de micro e pequenas empresas (MPME`s) no Desenvolvimento socioeconómico. Foram identificadas e categorizadas duas dimensões principais: (i) as ações do governo de apoio ao empreendedorismo e (ii) os indicadores de desenvolvimento socioeconómico, sendo um total 36 códigos, dos quais 26 códigos na dimensão (i) as ações do governo: “incentivos fiscais” 6 ocorrências, “criação de incubadoras” 5 ocorrências, “formação e capacitação empresarial” 5 ocorrências, “mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia” 4 ocorrências, “políticas públicas”4 ocorrências e “proteção do investimento”2 ocorrências.

No âmbito da análise das perceções relativas às ações do governo de apoio ao empreendedorismo na província de Huambo em alinhamento com o objetivo principal da investigação, medir o efeito do empreendedorismo das micro e pequenas empresas no desenvolvimento socioeconómico da população, os dados revelam uma convergência significativa entre os dois grupos em relação a determinadas ações prioritárias. O código "incentivos fiscais" foi mencionado por ambos os grupos com frequência igual (3 entre

empreendedores e 3 entre gestores públicos), refletindo uma preocupação comum com a criação de condições fiscais mais favoráveis ao ambiente de negócios. Também se observaram frequências próximas nos códigos "criação de incubadoras" (3 e 2), "formação e capacitação empresarial" (3 e 2), e "mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia" (2 e 2), evidenciando que tanto empreendedores como gestores públicos identificam necessidades estruturais semelhantes para a promoção do empreendedorismo. Por outro lado, o código "políticas públicas" registou maior incidência entre os empreendedores (3) em comparação com os gestores públicos (1), o que pode indicar uma expectativa mais acentuada do setor privado quanto à atuação do Estado no fortalecimento institucional do setor. O código "proteção do investimento" apresentou frequência igual (1 em cada grupo), sugerindo que esta ação, embora reconhecida, não se destaca como prioridade central na opinião de nenhum dos grupos, apesar da sua importância estratégica para a segurança jurídica e atração de capital.

Estes dados revelam não só pontos de consenso, mas também nuances diferentes entre empreendedores e gestores públicos, as quais fornecem subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas com as reais necessidades do ecossistema empreendedor no Huambo. A análise permitiu, portanto, aprofundar a compreensão sobre o papel do Estado no estímulo ao empreendedorismo como vetor de desenvolvimento socioeconómico sustentável.

A figura 4.12 apresenta o modelo com frequência de códigos dos indicadores de desenvolvimento socioeconómico.

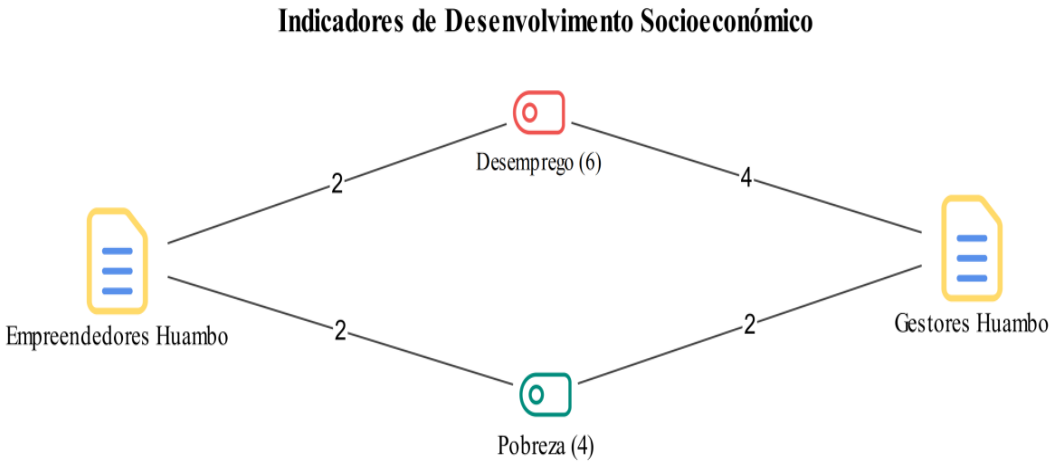


Figura 4.12 - Modelo com frequência de código dos indicadores de desenvolvimento socioeconómico da província do Huambo

Fonte: Elaboração do autor (2025).

A figura 4.12 também apresenta frequência de códigos na dimensão (ii) indicadores de desenvolvimento socioeconómico, totalizando 10 códigos: "desemprego" 6 ocorrências e "pobreza" 4 ocorrências, nas opiniões dos empreendedores e gestores públicos da província do Huambo. Na análise, o desemprego foi mais referido pelos gestores públicos com 4 ocorrências do que pelos empreendedores com 2 ocorrências. Esta ênfase dos gestores reflete uma preocupação institucional com o impacto do desemprego na estabilidade social, na coesão da população e na necessidade de criar mecanismos formais de inserção laboral. Para os gestores, a dinamização das micro e pequenas empresas (MPMEs) é uma estratégia pública para mitigar o desemprego e combater a informalidade no mercado de emprego. Por outro lado, os empreendedores mencionaram igualmente a pobreza com 2 ocorrências em alinhamento com os gestores públicos (também 2 ocorrências), a indicar consciência mútua quanto à gravidade das condições de vida da população local. Essa convergência sugere que, independentemente da posição institucional ou prática, a pobreza é reconhecida como uma barreira central ao desenvolvimento sustentável. No entanto, a menor ocorrência (2) ao desemprego por parte dos empreendedores pode estar associada à sua visão mais prática e microeconómica, centrada nas

dificuldades diárias de criar e manter os negócios, onde o foco recai mais na sobrevivência económica imediata do que na análise de indicadores macroeconómicos.

Esses resultados evidenciam um alinhamento parcial, mas relevante, com o objetivo principal da investigação, pois confirmam que o empreendedorismo é percebido por ambos os grupos como tendo potencial para impactar positivamente no desemprego e na pobreza, mesmo que com diferentes graus de prioridade. Assim, tanto os empreendedores quanto os gestores públicos reconhecem que o empreendedorismo das MPMEs desempenha um papel relevante na transformação das condições socioeconómicas local. As perceções divergentes em termos de ênfase (mais preocupação dos gestores com o desemprego) apenas reforçam a importância de políticas públicas articuladas, que combinem incentivos à criação de emprego com programas integrados de redução da pobreza, numa compreensão mais contextualizada e fundamentada sobre como o empreendedorismo pode ser motor do desenvolvimento sustentável, desde que sustentado por políticas públicas eficazes, adaptadas às realidades da província.

E, para nutrir a análise dos modelos anteriores com os dois casos, precedeu-se à apresentação da tabela 80, que sintetiza as frequências absolutas e relativas dos códigos identificados em ambos os grupos quanto às ações governamentais e aos indicadores de desenvolvimento socioeconómicos das populações.

Tabela 4.80 - Frequência de código da província da Huambo

Designação	Frequência	Percentagem
Ações do Governo-Políticas Públicas		
Incentivos fiscais	6	16,67
Criação de incubadora	5	13,89
Formação e capacitação empresarial	5	13,89
Mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia	4	11,11
Políticas públicas	4	11,11
Proteção do investimento	2	5,56
Indicadores de Desenvolvimento Socioeconómico		
Desemprego	6	16,67
Pobreza	4	11,11
TOTAL	36	100,00

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Na sequência da análise, a tabela 4.80 apresenta os resultados das frequências absolutas e relativas dos principais códigos emergentes nas duas dimensões da investigação: ações do governo de apoio ao empreendedorismo e indicadores de desenvolvimento socioeconómico. Esta sistematização permitiu observar os tópicos mais destacados pelos participantes (empreendedores e gestores públicos) revelando as preocupações comuns com os entraves que condicionam o desenvolvimento socioeconómico local.

Os resultados mostram uma incidência idêntica dos códigos "incentivos fiscais" e "desemprego", ambos com frequência absoluta de (f = 6; 16,67%), o que evidencia, por um lado, a relevância da política fiscal como instrumento de estímulo ao setor empresarial e, por outro, a centralidade da questão do desemprego enquanto indicador crítico de vulnerabilidade socioeconómica. Esta convergência revela que tanto os formuladores de políticas quanto os empreendedores percebem a necessidade de criar mecanismos que reduzam a carga tributária e, simultaneamente, fomentem a geração de postos de trabalho. Os códigos "criação de incubadora" e "formação e capacitação empresarial" (ambos com f =5; 13,89%) indicam que existe também uma ênfase significativa na necessidade de estruturas de suporte técnico e institucional, fundamentais para a sustentação de novos negócios. Estes fatores são considerados complementares ao financiamento e ajudam a garantir a sobrevivência e escalabilidade das micro e pequenas empresas, sobretudo nos primeiros ciclos do negócio. O código "mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia" (f = 4; 11,11%) reforça a perceção de que o acesso facilitado ao crédito continua a ser uma condição indispensável para o empreendedorismo, sobretudo num contexto onde o capital é escasso e o ambiente bancário é percebido como pouco acessível. A presença dos códigos "políticas públicas", "pobreza" (ambos com f = 4; 11,11%) e "proteção do investimento" (f = 2; 5,56%) evidencia, ainda que com menor frequência, a preocupação com o quadro institucional mais amplo, a vulnerabilidade económica da população e a segurança jurídica necessária para a estabilidade do investimento privado.

A recorrência destes códigos entre empreendedores e gestores públicos reflete uma convergência percebida acerca das principais limitações ao desenvolvimento local e dos caminhos possíveis para superá-las. Essa leitura integrada revela que há consenso quanto às prioridades estratégicas: incentivo fiscal, apoio financeiro acessível, capacitação empresarial, infraestrutura de incubadora e políticas públicas coordenadas são vistos como elementos

essenciais para promover um empreendedorismo, com efeitos concretos na redução do desemprego e da pobreza na província do Huambo.

4.8 - Análise e interpretação qualitativa dos dados da região centro e sul de Angola

Com o objetivo de realizar uma exploração preliminar dos dados textuais, foram criadas nuvens de palavras para os dois grupos (empreendedores e gestores públicos), correspondentes às províncias estudadas na região. A construção dessas representações visuais foi realizada com o apoio do software Maxqda que, permitiu identificar graficamente os cinco termos mais recorrentes nas opiniões inquiridos. Esta técnica facilitou a deteção das palavras-chave relacionadas ao empreendedorismo, às políticas públicas e aos indicadores de desenvolvimento socioeconómico (desemprego e pobreza), fornecendo subsídios relevantes para a estruturação da matriz de códigos e para o aprofundamento da análise qualitativa.



Figura 4.13 - Nuvens de palavras da região cento e sul de Angola

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Na figura 4.13, observa-se as nuvens de palavras geradas a partir da análise qualitativa dos dados recolhidos aos empreendedores e gestores da região, evidenciando cinco palavras-chave: desenvolvimento, sustentável, pobreza, desemprego e empreendedorismo. A frequência

destacada desses termos permitiu inferir o centro do empreendedorismo percebido pelos inquiridos enquanto instrumento de transformação económica e social da região centro e sul de Angola. A recorrência dos termos "desenvolvimento" e "sustentável" revela uma preocupação clara com a criação de estratégias que não apenas estimulem o crescimento económico, mas também garantem equidade, durabilidade e responsabilidade social nos processos de transformação. Já os conceitos de "pobreza" e "desemprego" reflectem os principais obstáculos enfrentados pelas populações desta região, apontando para a urgência de medidas estruturantes.

No contexto da região estudada, o empreendedorismo emerge como eixo articulador entre os desafios socioeconómicos e as possíveis soluções, sendo percebido como uma via promissora para dinamizar a economia, gerar oportunidades de emprego e reduzir a pobreza. Essas informações reforçam o objectivo da pesquisa ao evidenciar que o fortalecimento das micro e pequenas empresas, associado a políticas públicas adequadas, têm um impacto significativo na promoção do desenvolvimento socioeconómico sustentável da região centro e sul de Angola.

As nuvens de palavras forneceram uma visão geral das expressões mais frequentes nas três províncias estudadas. Em seguida, a matriz de lista de códigos (Miles *et al*., 2014), que permitiu detalhar e comparar os principais eixos temáticos entre as províncias da região centro e sul de Angola. Ver anexo V

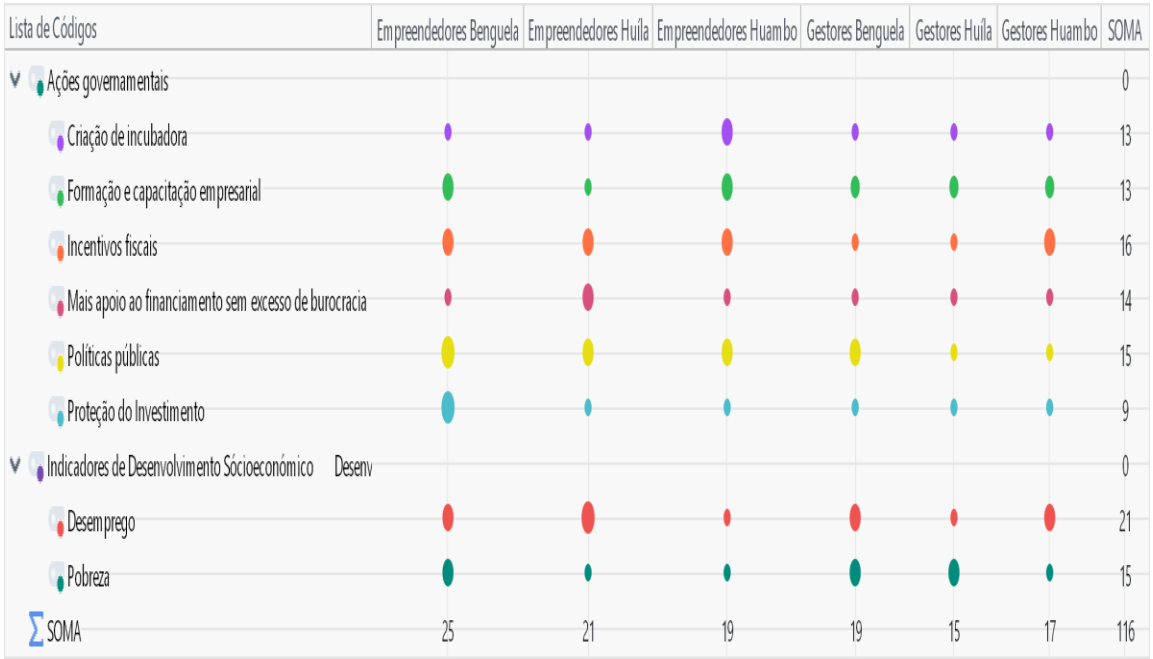


Figura 4.14 - Matriz de códigos da região centro e sul de Angola

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A figura 4.14 da matriz da lista de código aplicada à região estudada, revela uma estrutura robusta de codificação que comporta as três províncias com um total de 116 códigos atribuídos aos dois grupos: empreendedores (65) e gestores públicos (51). Essa distribuição demonstra uma riqueza analítica significativa, refletindo múltiplas dimensões do empreendedorismo enquanto fator de promoção do desenvolvimento socioeconómico. A categoria mais frequente nos dois grupos foi o "desemprego" com 21 ocorrências (11 dos empreendedores e 10 dos gestores). Essa forte presença transversal e comparativa aponta para a centralidade do tema como eixo estratégico da incidência das políticas públicas, tanto na opinião das instituições como na experiência prática dos empreendedores. A "pobreza" (7;8) também surge com peso semelhante, reforçando o vínculo direto entre a realidade socioeconómica e os desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas na região. E a dimensão (i), os dados também apontam convergência temática em categorias como formação e capacitação empresarial (7;6), criação de incubadoras (7;6) e mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia (8;6), a revelar e tanto empreendedores como gestores reconhecem a importância dessas dimensões para fomentar o ambiente empreendedor. Esta coincidência de opiniões sugere uma base sólida para políticas públicas integradas. Noutra categoria, "políticas públicas", é mais salientada entre os empreendedores (10 ocorrências) do que os gestores (5), revelando uma expetativa forte por parte dos beneficiários, muitas vezes não acompanhada por ações sistematizadas do poder público. A "proteção do investimento" apresenta baixa frequência geral com 9 ocorrências, especialmente entre os gestores (apenas 3 ocorrências), o que pode indicar uma fragilidade institucional percebida quanto à segurança jurídica e económica, um fator crítico para atrair e manter investimentos no setor formal das MPMEs. Também pode se ver sua representação em percentagem. Para mais detalhe e melhor compreensão, ver anexo VII.

A figura apresenta o resumo estatístico das categorias, representados em frequência absoluta e relativa para uma melhor compreensão dos dados gerais. Assim, com base na análise qualitativa dos dados recolhidos de cada província (Benguela, Huíla e Huambo), que comportam a região, foi construída uma matriz de códigos que sintetiza as principais categorias emergentes a partir das opiniões dos participantes. Esta matriz serviu de base para a organização da tabela de frequência dos códigos, permitindo identificar a incidência relativa e absoluta de cada código nas províncias analisadas. A categorização resultou da articulação entre as ações do governo e os

indicadores de desenvolvimento socioeconómico, com destaque para temas como incentivos fiscais, políticas públicas, mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia e desemprego e pobreza. A sistematização dos códigos possibilita uma leitura comparativa entre os grupos e contextos das provinciais, contribuindo para a compreensão aprofundada do efeito do empreendedorismo no desenvolvimento da região, totalizando 1l6 códigos, correspondente a 100%.

Tabela 4.81 - Frequência de código da região centro e sul de Angola

Designação	Frequência	Percentagem
Ações do Governo-Políticas Públicas		
Incentivos fiscais	16	13,79
Políticas públicas	15	12,93
Mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia	14	12,07
Formação e capacitação empresarial	13	11,21
Criação de incubadora	13	11,21
Proteção do investimento	9	7,76
Indicadores de Desenvolvimento Socioeconómico		
Desemprego	21	18,10
Pobreza	15	12,93
TOTAL	116	100,00

Fonte: Elaboração do autor (2025).

De uma forma geral, a tabela 4.81 apresenta a análise dos dados codificados que revelou um conjunto de códigos com elevada frequência de ocorrências entre os empreendedores e gestores públicos das províncias que comportam a região centro e sul de Angola, refletindo os principais desafios e prioridades percebidas sobre as políticas públicas que nutrem as MPMEs para o desenvolvimento socioeconómico das populações. A tabela de frequências (absoluta e relativa) demonstra que os códigos mais recorrentes para a dimensão (i) foram: "incentivos fiscais" (f = 16 ocorrências; 13,79%), "políticas públicas" (f = 15; 12,93%) e “mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia” (f=14; 12,07%). E na dimensão (ii), o "desemprego" (f = 21 ocorrências; 18,10%) se comparado com “pobreza” (f=15;12,93%). Outros temas também se destacaram, como "criação de incubadoras" (f = 13; 11,21%), "formação e capacitação empresarial" (f = 13; 11,21%) e, em menor escala, "proteção do investimento" (f = 9; 7,76%).

Estes resultados evidenciam uma preocupação comum entre os empreendedores e gestores quanto aos entraves estruturais ao crescimento e consolidação do empreendedorismo nas micro e pequenas empresas (MPMEs), especialmente no que se refere à falta de mais incentivos fiscais, mais acesso facilitado ao financiamento, ausência de políticas públicas eficazes e limitações na formação empresarial. A predominância destes códigos sugere que os os inquiridos perceberam a intervenção do Estado como fator determinante para a dinamização do empreendedorismo O destaque atribuído ao código mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia reflete uma crítica recorrente ao ambiente de negócios em contextos ede paíse em desenvolvimentos, como Angola, onde os entraves burocráticos e a limitada disponibilidade de crédito constituem obstáculos significativos ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas (Zulu & Botha, 2021). Quanto aos códigos criação de incubadoras e formação e capacitação empresarial revelam uma perceção clara da importância da infraestrutura de apoio e do capital humano qualificado para a sustentabilidade das iniciativas empreendedoras na região. E o código proteção do investimento traduz uma preocupação com a previsibilidade institucional e com a salvaguarda dos recursos aplicados.

Na dimensão (ii), os indicadores de desenvolvimento socioeconómico, com destaque do desemprego relativamente à pobreza a demonstrar que os atores sociais valorizam, em primeiro lugar, a capacidade do empreendedorismo em gerar postos de trabalho. Este resultado alinha-se com os estudos de desenvolvimento socioeconómico que identificam a criação de emprego como o impacto mais imediato da atividade empreendedora, enquanto a redução da pobreza, embora relevante, se apresenta como um efeito de médio e longo prazo (GEM, 2021; Bardi, 2016; Santos, 2021; GEM, 2021). Assim, os dados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, com foco na desburocratização, formação empresarial e apoio institucional às MPMEs, como estratégias prioritárias para a redução do desemprego e combate à pobreza da região centro e sul de Angola.

4.8.1 - Análise de *clusters*

Para aprofundar ainda mais a análise qualitativa, procedeu-se à geração de (2) dois modelos de *clusters:* o primeiro *modelo de cluster* refere-se aos grupos baseado na codificação de seis documentos, utilizando oito códigos distribuídos em duas dimensões analíticas principais: (i) ações do governo (incentivos fiscais, políticas públicas, mais apoio ao financiamento sem

excesso de burocracia, criação de incubadora, formação e capacitação empresarial e proteção do investimento) e os indicadores de desenvolvimento socioeconómico (desemprego e pobreza), nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla, que representam a região. O resultado visual apresentado na primeira figura sob a forma de grupos, revelou três clusters diferentes.

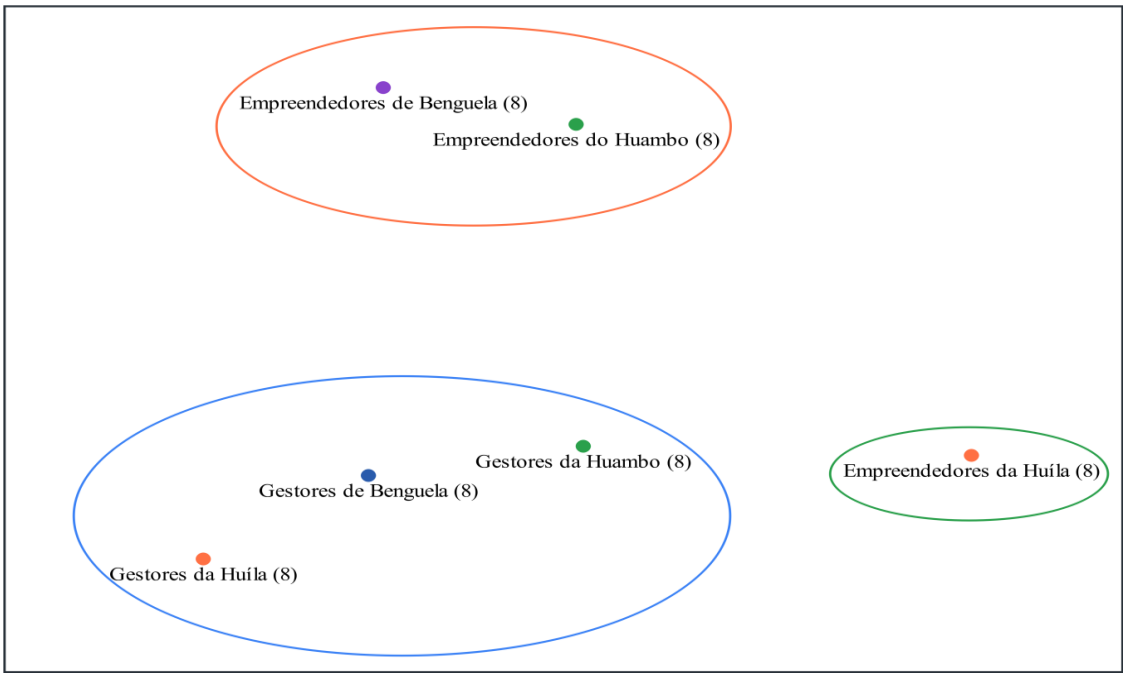


Figura 4.15 - *Clusters* de grupos da região centro e sul de Angola

Fonte: Adaptado de Ezequias (2024).

A figura 4.15 evidencia três *clusters* (grupos) diferentes. O primeiro grupo integra os empreendedores de Benguela e os empreendedores do Huambo, cuja proximidade sugere perceções semelhantes no que se refere aos códigos (ver figura). Esta semelhança está relacionada a realidades socioeconómicas locais com níveis comparáveis de acesso institucional, bem como à implementação das políticas relativamente homogéneas em ambas as províncias (MEP, 2018), em alinhamento com os objetivos de promoção do empreendedorismo previstos nos programas nacionais enquadro no PDN-2018-2022.

O segundo grupo é formado pelos gestores das três províncias analisadas (Huíla, Benguela e Huambo), refletindo um elevado grau de homogeneidade das instituições. Esta configuração é

coerente com o fato de os gestores partilharem diretrizes políticas e administrativas centralizadas, o que tende a uniformizar a narrativa quanto à aplicação, objetivos e impacto das políticas públicas. A análise de padrões (opiniões) semelhantes entre os grupos institucionais pode indicar alinhamento organizacional (Gibbs, 2018; Flick, 2018), mas também limitações na capacidade de adaptação territorial das políticas. E, o terceiro grupo é constituído unicamente pelos empreendedores da província da Huíla, cuja posição mais afastada dos dois grupos anteriores, revela perceções significativamente diferentes. Esta distância poderá resultar de fatores estruturais adversos ou da menor eficácia na implementação das políticas públicas no contexto local. O isolamento deste grupo reforça a existência de assimetrias regionais nas condições de apoio ao empreendedorismo, que destacam a importância de estratégias territoriais diferenciadas para promover o desenvolvimento socioeconómico (Amorim, 2021).

Esta análise permitiu concluir que, embora haja pontos de convergência entre províncias e perfis institucionais, subsistem desigualdades relevantes na região, especialmente no que se refere à vida prática e à perceção das políticas públicas por parte dos empreendedores da província da Huíla. Estes resultados sustentam a necessidade de políticas de incentivo mais ajustadas à realidade desta região, considerando as especificidades da economia, das instituições e da sociedade de cada província. Neste contexto, a apresentação da matriz de similaridade revelou-se opcional, dado que a análise dos clusters sintetiza visualmente as relações de proximidades entre os documentos. Ainda assim, os grupos observados estão intrinsecamente aportados nas similaridades de códigos (Miles *et al*., 2014), servindo como representação gráfica dessas relações.

Na sequência, para melhor compreensão e evidencias destas relações, procedeu-se também à geração do segundo *modelo de cluster de códigos* ao agrupar-se as categorias com proximidade semânticas e frequências de coocorencia dos dados para mostrar os temas que os participantes apresentam, aparecem claramente juntos e como se relacionam.

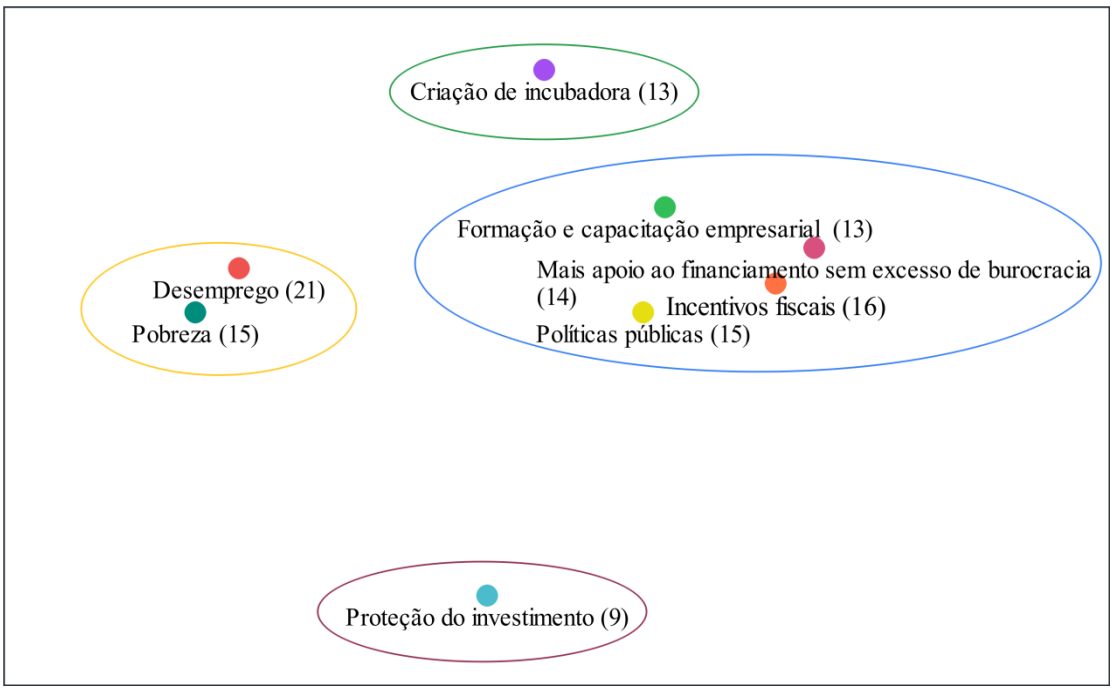


Figura 4.16 - *Clusters* dos códigos da região centro e sul de Angola

Fonte: Adaptado de Ezequias (2024).

Ao se analisar os *clusters* de códigos, na figura 4.16 observa-se no primeiro grupo, o maior com proximidade de opiniões dos inquiridos com 4 (quatro) códigos identificados: os incentivos fiscais (16), as políticas públicas (15), mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia (14) e as formações e capacitações empresariais (13), que revelam evidências da existência de um centro temático na intervenção das instituições e no fortalecimento do ecossistema empreendedor. A proximidade entre estes códigos aponta que, o desenvolvimento do empreendedorismo das micro e pequenas empresas depende da ação combinada entre políticas públicas eficazes, como instrumento de incentivo económico e programação de capacitação que aumentem as competências dos empreendedores. Este agrupamento expressa que os inquiridos percebem estas dimensões como interdependentes, sabendo que, as políticas públicas criam o enquadramento legal e estratégico, os incentivos fiscais e o financiamento sem excesso de burocracia reduzem barreiras económicas, e a formação e capacitação empresarial garante que os benefícios possuam a competências necessárias para aproveitar as oportunidades que o mercado oferece. No segundo grupo observa-se 2 (dois) códigos, que revela a perceção dos inquiridos, de

uma relação directa e mútua de reforço entre os dois fenómenos. O grupo aponta que a falta de oportunidade de emprego das populações está directamente relacionada à persistência da busca de soluções socioeconómicas para se evitar situações desfavoráveis que criam desigualdades e limitação ao bem-estar destas populações. E a proximidade semântica e temática certifica os estudos que apontam que, o desemprego é um dos principais fatores determinantes da pobreza numa sociedade, sobretudo, nos países em desenvolvimentos (Sem,1999; Banerjee & Duflo, 2019; African Development Bank, 2022). Desta forma, percebe-se que a necessidade de *políticas* públicas integradas que simultaneamente aumentam a empregabilidade e promovem estratégias de inclusão económica, de modo a quebrar o círculo vicioso entre ausência de trabalho.

Relativamente aos grupos que aparecem isoladamente, e distantes dos grupos principais com os códigos: criação de incubadora (13) e proteção do investimento (9), no mapeamento de proximidade semântica que estes temas apontam, não foram frequentemente articulados com os demais eixos temáticos identificados nos dados recolhidos dos empreendedores e gestores. Porem, a distância destes apontam que tanto a criação e implementação de incubadora quanto os instrumentos formais de salvaguarda do investimento, ainda não ocupam um papel principal nas estratégias de fomento ao empreendedorismo desta região. A criação de incubadora é largamente reconhecida na literatura como ferramenta de apoio à inovação, redução de risco para as micro e pequenas empresas (Bruneel *et al*., 2012), que iniciam suas atividades, mas que a sua efetividade depende de políticas alinhadas. No mesmo sentido, a proteção de investimento que constitui elemento-chave para atração de capital e estabilidade das iniciativas empresariais (World Bank, 2020; UNCTAD, 2022). Ainda se pode considerar que, quando não associada a incentivos fiscais, formação e capacitação empresarial, financiamento, tende a permanecer como medida isolada, e com impacto limitado no fortalecimento das dinâmicas que se imprimem ao empreendedorismo. A interpretações dos resultados obtidos sugerem para oportunidade estratégica ao interagir estas dimensões ao tema principal, de forma a criar um modelo mais robusto de promoção do empreendedorismo com impacto socioeconómico das populações.

5 - INTEGRAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

Para a presente investigação que tem como objetivo principal medir o efeito do empreendedorismo das micro e pequenas empresas no desenvolvimento socioeconómico da região centro e sul de Angola, a articulação ou triangulação entre os dados quantitativos, os dados

qualitativos e o quadro teórico-conceptual, constitui um eixo estruturante da análise científica desta investigação (Saunders *et al.,* 2019). Esta interligação é aqui concebida como um processo de integração teórico-empírica (Lima & Silva, 2024), em que a teoria não se limita a sustentar a investigação, mas participa de forma ativa na interpretação crítica dos dados recolhidos, num diálogo com as evidências empíricas e movimento de compreensão recíproca. Num estudo de investigação sustentado em pressupostos positivistas, este procedimento contribuiu para evidenciar a realidade subjacente aos dados, permitindo uma compreensão mais objectiva e rigorosa dos fenómenos analisados (Saunders *et al*., 2019).

A dimensão quantitativa, expressa através dos indicadores socioeconómicos como os níveis de desemprego e pobreza, permitiu observar os padrões objetivos e mensuráveis relacionados ao efeito do empreendedorismo nas províncias de Benguela, Huíla e Huambo. Noutra linha, a dimensão qualitativa, materializada também por meio dos mesmos questionários semiestruturados e analisado o conteúdo dos empreendedores e gestores, possibilitou uma complementaridade interpretativa mais aprofundada sobre as perceções, práticas e dinâmicas locais que influenciam ao desenvolvimento socioeconómico da região centro e sul de Angola.

O quadro teórico sustentado por algumas referências clássicas e mais contemporâneas sobre empreendedorismo desenvolvimento socioeconómico e seus indicadores, e complementado por contributos no domínio das políticas públicas, constitui a base conceitual que orienta a análise crítica dos resultados. Este enquadramento oferece as ferramentas de interpretação necessárias para compreender, de forma articulada, as relações entre os dados empíricos e os fenómenos sociais estudados. Deste modo, a integração teórico-empírica permitiu não apenas validar as hipóteses, mas, sobretudo, compreender como o empreendedorismo das micro e pequenas empresas é praticado e desenvolvido nesta localidade, quais políticas públicas foram efetivamente aplicadas e de que forma estas contribuíram para redução do desemprego e combate dos níveis de pobreza (Matos, 2023). No entanto, esta abordagem promove uma leitura contextualizada, interdisciplinar e crítica dos fenómenos, em harmonia com os desafios do desenvolvimento da região centro e sul de Angola.

No primeiro momento, os resultados quantitativos dos inquiridos tanto dos empreendedores como dos gestores revelam que 74,85% e 63,52%, respectivamente, concordam que o empreendedorismo é claramente praticado pelas populações e têm desenvolvido iniciativas empreendedoras relevantes na região para o melhoramento das condições de vida. Embora as

percentagens não sejam idênticas, verifica-se uma convergência dos dois grupos, no reforço da ideia segundo a qual o empreendedorismo surge como um fenómeno social enraizado na realidade destas populações. Informações essas que são enfatizadas pelos inquiridos após construção e análise das nuvens de palavras na análise qualitativa, destacando-se a frequência recorrentes do termo empreendedorismo, o que permitiu inferir o seu centro e percebido por eles enquanto instrumento de transformação económica e social da região centro e sul de Angola. Nesta perspetiva, a teoria sugere o empreendedorismo como uma prática que muitas vezes surge da necessidade, em contextos de limitações estruturais de emprego formal (Amorós & Bosma 2014; Williams & Youssef, 2017). No mesmo sentido, Herrington e Kew (2018) revelam que as populações de países em via de desenvolvimento, como Angola, tendem a adaptar práticas empreendedoras informais como estratégias de sobrevivências e de geração de rendimentos. Rocha (2014) afirma que quando se empreende é possível gerar riqueza, valor e contribuir para uma transformação no quadro atual, em especial das regiões. Esta ação está baseada numa perspetiva de gerar maiores riquezas que tem suscitado maior crescimento e desenvolvimento económico das nações e atua positivamente nas populações. Embora Pereira (2022) sublinha que a atividade empreendedora, em Angola, está em queda considerável, atingindo 22%. Mas os dados da GEM (2023) consideram que Angola hoje ocupa a primeira posição entre os países mais empreendedores do mundo com taxa cerca de 53,8%, empresas em fase inicial, e tem se dado a atenção para atividade empresaral.

No que se refere à motivação para empreender, compreende-se nos resultados da investigação, que o empreendedorismo por oportunidade apresenta uma taxa média de 89,83%, superando de forma expressiva o empreendedorismo por necessidade 73,19%. No estudo realizado por Rocha (2014), em Angola, revela-se que a TEA foi de 31,90%, sendo para o empreendedorismo por oportunidade 19,90% e por necessidade 11,40%. Os dados do Relatório Global de Empreendedorismo 2020-2021 citados por Bandeira & Silva (2023), apontam que a taxa de empreendedorismo por oportunidade no mundo foi de 17,9% em 2021, e o país com a maior taxa desse empreendedorismo foi um país africano, Uganda, com uma taxa de 40,5%. O empreendedorismo por oportunidade é o mais predominante na região centro e sul de Angola, considerado um fator positivo para o desenvolvimento socioeconómico (Rocha, 2014), onde cada vez mais países africanos procuram no empreendedorismo de oportunidade, baseado na inovação, a esperança final para o alcance do desenvolvimento socioeconómico (Pereira *et al*., 2021). Num

outro estudo, Tchinguelessy (2021) sugere que nos países de alta renda existe uma relação diretamente proporcional entre o nível de desenvolvimento e a atividade empreendedora por oportunidade. Nesse sentido, transformar o empreendedorismo por necessidade de sobrevivência em empreendedorismo por oportunidade constitui o grande desafio que se coloca aos governos e às instituições (Ricca, 2004). Assim, o empreendedorismo africano é caracterizado por sobrevivência, em virtude dos constrangimentos histórico que marcaram este continente (Pereira, 2020; Mendes, 2025).

A elevada percentagem de concordância entre os empreendedores e gestores sugere que o empreendedorismo constitui um elemento reconhecido e presente no contexto socioeconómico das populações, operando como um dos mecanismos de geração de rendimento das famílias e dinamização da económica de uma localidade (Hisrich *et al*., 2020). Contudo, percebe-se que dos inquiridos encaram o empreendedorismo não apenas como uma iniciativa individual, mas uma solução da coletividade a desafios socioeconómicos, situando-se no centro das dinâmicas de desenvolvimento regional (Amorim, 2021; Ferreira, 2022). Assim, a tendência teórica confirma os dados empíricos das práticas do empreendedorismo como fator de desenvolvimento de um país em desenvolvimento como Angola (Degen, 2008). O empreendedorismo neste país acompanha o núcleo das preocupações governamentais, assumindo-se como um elemento vital no processo de crescimento económico, através da criação de novas empresas (Pombo, 2021).

Quanto ao efeito do empreendedorismo na redução do desemprego das populações da região, os resultados quantitativos revelam a perceção dos inquiridos ao concordarem que se verificou neste período em análise, um número elevado de desemprego das populações na região, mas que a criação de suas empresas proporcionou seu próprio emprego e de outrem, sendo um factor que contribuiu e suficiente para redução do desemprego das populacões na localidade. Em linhas gerais para essa análise os empreendedores concordaram 73,06% e os gestores 73,7%, que o empreendedorismo contribuiu para a redução do desemprego das populações na região, ao se verificar uma forte convergência entre ambos os grupos em relação os que discordaram (17,44%; 15,27%). No âmbito da análise qualitativa, o termo “desemprego” surgiu de forma recorrente nas opiniões dos inquiridos, ao evidenciar-se a persistência deste fenómeno social na região. Este resultado encontra-se reiterado na tabela 4.81, pela frequência de códigos registados, bem como no segundo grupo de *clusters* representado na figura 4.16. Esta constatação reforça a validade

empírica da perspetiva segundo a qual as iniciativas empreendedoras contribuem de forma efetiva para a criação de empregos e, consequentemente, para a redução dos níveis de desemprego.

Em relação à perceção dos resultados em alinhamento com a literatura que aponta as micro e pequenas empresas como geradoras de uma parcela significativa dos postos de trabalho (Organização Internacional do trabalho, 2022), têm sido cada vez mais analisadas em contextos africanos como ferramentas eficazes de criação de emprego (Amorós & Bosma, 2014), evidenciando uma perceção bastante positiva e sugerem que os dois grupos percebem que o empreendedorismo é não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas um instrumento estruturante para o desenvolvimento socioeconómico na redução do desemprego das populações da região. Um estudo desenvolvido em Moçambique, aponta, em média, cada empreendedor criou aproximadamente 4,9 empregos, um testemunho directo do impacto multiplicador do empreendedorismo[11]. O empreendedorismo tornou-se uma das soluções mais importantes para lidar com a crescente taxa de desemprego (Wulanda *et al*., 2024). Embora, Monteiro (2014) concluíu no seu estudo realizado em Portugal que o empreendedorismo apresenta um efeito negativo sobre a taxa de desemprego, ao se verificar o efeito menor do que o esperado[12]. O desemprego continua ser um problema social de Angola (PDN, 2023; Morena, 2023). É apontado como um dos principais causadores dos acentuados índices de pobreza, entre outros. O desemprego é um dos fatores principais a ser combatido em qualquer sociedade que pretende crescer e desenvolver na esfera económica e social, evitando entrave para a sustentabilidade (Morena, 2023).

Dados do INE (2020) apontam que a taxa de desemprego foi estimada em 32,7%, e deduz-se que existe uma relação entre a taxa de desemprego e o crescimento económico no curto e médio prazo para economia angolana no período de 2000 a 2020). Mas os dados do *The World Factbook* (2022), apontam que a população angolana se estima em 35,981,281 habitantes, e a taxa de desemprego cresceu, ao atingir 28,8% da população activa. Um ano depois, alta taxa de desemprego, estimou-se 29,6%, ao se verificar diversas maneiras de produzir negócios e diferentes alternativas de fomento à criação de renda, que tem feito parte da jornada de

[11] ttps://www.diarioeconomico.co.mz/2025/09/05/negocios/empreendedorismo/todos-podem-empreender-o-papel-crucial-do-empreendedorismo-para-o-crescimento-de-mocambique/.

[12] O aumento das taxas de propriedade de negócios sugeria uma maior variação sobre o desemprego é, de facto, o modelo apresentou uma taxa de desemprego prevista inferior à taxa efetivamente observada. Estes resultados foram obtidos com um desfasamento de 4 anos, o que significa que existe um atraso entre o empreendedorismo e o seu efeito sobre o desemprego. Ver em: https://repositorio.utad.pt/server/api/core/bitstreams/b2d9a7c0-b09c-4622-a046-85878aa3b1fc/content

angolanos, ao criar um empreendedorismo orientado por necessidade, diferindo daquele orientado por oportunidade fomentado pelas instituições públicas (INE, 2022). Já os dados do BDA (2021), citado por Rafael (2023), sugerem que Angola possui uma taxa de desemprego avaliada em 28%, sua redução é uma das vias mais estruturantes para a construção da economia angolana, entendida como a articulação entre todos os setores de atividade e regiões do país. Além disso, o seu impacto é compatível apenas com uma estratégia de reconstrução e crescimento baseada nas pequenas e médias empresas, as quais se apresentam como contributos sólidos para o fortalecimento e diversificação do tecido produtivo nacional (CEIC, 2021).

Embora os resultados empíricos confirmem a perceção positiva de empreendedores e gestores quanto ao impacto do empreendedorismo na redução do desemprego, é fundamental reconhecer que o potencial transformador do empreendedorismo depende de fatores exógenos tal como: acesso ao financiamento, políticas públicas consistentes, infraestruturas de apoio e programas de capacitação empresarial (Comissão Europeia, 2020). Com estas condições, o empreendedorismo poderá converter-se de forma efetiva em instrumento de combate ao desemprego e promoção do desenvolvimento sustentável na região.

Em relação ao efeito do empreendedorismo no combate à pobreza, na sua análise e interpretação, os resultados quantitativos revelam de forma geral que 49,9% dos empreendedores e 52,77% dos gestores concordam que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribui para a redução da pobreza. Em contrapartida, 31,89% dos empreendedores e 36,1% dos gestores discordam, enquanto 18,85% dos empreendedores e 5,55% dos gestores tiveram opção na posição de indecisos. Embora a criação de empresas constitua uma importante fonte geradora de rendimento das famílias e um contributo para aliviar a pobreza, este efeito não revelou ser suficiente para garantir a sobrevivência e a manutenção da vida social das populações. Na opinião dos gestores públicos, há alinhamento parcial com esta perspetiva: também consideram que o índice de pobreza observado permanece elevado e não reconhecem o empreendedorismo praticado como fator plenamente suficiente para assegurar condições adequadas de vida. Em sentido oposto, manifestam concordância quanto ao facto de o nível de empreendedorismo existente ter contribuído, em alguma medida, para o combate à pobreza na região.

Estes resultados sugerem que o empreendedorismo constitui um instrumento complementar, mas não suficiente, no combate à pobreza. A sua eficácia depende da articulação com políticas públicas robustas, da promoção de condições de competitividade das MPMEs e da redução das

barreiras que limitam a sua capacidade de gerar impactos e duradouros no desenvolvimento socioeconómico da região. Para melhor esclarecimento no âmbito da exploração das opiniões obtidas pela análise qualitativa, as nuvens de palavras demonstram o termo "pobreza" um dos mais recorrentes, ao evidenciar que, de facto, se observou um elevado número de indivíduos em situação de pobreza. Este resultado encontra-se tambem reforçado na tabela 4.81, onde se apresenta uma das frequências de código mais apontadas, com proximidade ao termo "desemprego" localizado no segundo grupo da figura 4.16 dos *clusters* de códigos.

A literatura apresenta, com base em dados estatísticos, que a taxa de incidência da pobreza em Angola registou uma redução significativa, passando de 60% para 36% (MEP, 2018). De acordo com o referido relatório, uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre, quando enfrenta privações em 30% dos indicadores avaliados. As províncias da Huíla e do Huambo apresentam taxas de incidência de pobreza superiores a 70%, e o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2020) estimou o índice de pobreza multidimensional no país em 37%. Neto (2024) revelou que a incidência da pobreza em Angola foi de 41%. No mesmo período, relatórios do Banco Nacional de Angola e do Banco Mundial sugerem que a realidade socioeconómica angolana continua marcada por elevados níveis de pobreza (Canguende-Valentim *et al*., 2024). Apesar de ser visível uma tendência positiva de redução gradual da pobreza (MEP, 2018), sublinha a necessidade de reforçar e ampliar o alcance das medidas capazes de contribuir, direta ou indiretamente, para a mitigação deste fenómeno na região. A redução da pobreza constitui uma necessidade fundamental para o crescimento e a diversificação da economia angolana, dado que a pobreza representa um entrave ao desenvolvimento do capital humano (PDN, 2023-2027).

O empreendedorismo em países em via de desenvolvimento possui um potencial limitado para combater à pobreza, quando não é acompanhado por políticas públicas eficazes (Amorós & Bosma, 2014; Williams & Youssef, 2014; Brush *et al*., 2019). Mas que muitos empreendimentos surgem por necessidade de sobrevivência em setores de atividades de baixa produtividade e forte vulnerabilidade o que reduz o seu impacto real sobre a redução da pobreza (Herrington & Kew, 2018; Ferreira, 2022; Mendes, 2025). Contudo, apesar dos resultados mostrarem que os empreendedores e gestores reconhecem a contribuição do empreendedorismo para o alívio da pobreza (Edoho, 2016), ainda se verifica insuficiente no seu impacto, e percebido como mais complementar do que transformador. Dito doutro forma, o empreendedorismo por si só não

garante uma solução sustentável da pobreza na região centro e sul de Angola, sendo necessário articular este fenómeno com políticas públicas robustas, bem facilitadoras e consistentes.

Por fim, análise sobre as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo definidas e aplicadas em Angola, os resultados quantitativos revelam para os empreendedores que 35% concordam da existência e aplicação das políticas públicas, enquanto 30,24% discordaram e 32,92% responderam por indecisos. Os empreendedores consideraram o apoio ao financiamento (40,46%), a formação e capacitação empresarial (38,46%) e a política de fomento ao empreendedorismo (34,69%) como políticas efetivamente aplicadas, mas com pouca abrangência nas micro e pequenas empresas da região (Grin *et al*., 2012; Mendes, 2025). Por outro lado, os resultados dos gestores revelam uma perceção maioritariamente positiva de 63,92%, que concordam que as políticas públicas têm impacto relevante nas MPMEs, apontando a política de fomento ao empreendedorismo (91,66%), formação e capacitação empresarial (83,33%), apoio ao financiamento (70,83%), influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico (54,16%), proteção ao investimento (41,66%), melhoria nas políticas públicas (49,99%) e incentivos fiscais (37,49%). Esta diferença de perceções em alguns momentos evidencia que, embora os gestores reconheçam de forma mais clara os esforços do governo na implementação de políticas de apoio ao empreendedorismo, os empreendedores estão diretamente afetados pela sua aplicação prática (Grin *et al*., 2012) e, demostram cepticismo e incerteza, o que revela uma lacuna entre a formulação e efetividade das políticas públicas na região.

No ângulo da exploração das opiniões obtidas aos inquiridos, pela análise qualitativa, apresenta-se na tabela de frequência de código a indicação: incentivos fiscais, políticas públicas, mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia e formação e capacitação empresarial, como as políticas públicas mais recorrentes. Estas políticas são reafirmadas e clarificadas ao demonstrarem suas similaridades, na primeira figura 22, clusters de grupos. Este resultado apresentado pelos empreendedores e gestores, demonstram que as políticas públicas apontadas são a mais relevantes e não se limitam a medidas isoladas, mas articulam-se nestas quatros categorias.

Com base na literatura, fundamenta-se que a redução da carga tributária e a simplificação acompanhadas de benefícios direcionados às micro e pequenas empresas podem criar condições favoráveis ao investimento produtivo e à formalização dos negócios (Porter, 1998; Grin *et al*., 2012; Troco, 2018; GEM, 2021). Nesta conformidade, a perceção dos empreendedores e gestores

reforça a necessidade de políticas fiscais ajustadas à realidade das MPMEs como um instrumento de desenvolvimento socioeconómico, sendo que muitos países africanos empreenderam reformas fiscais com resultados positivos (Lopes & Kararach, 2022). Em relação à segunda categoria, políticas públicas, cria-se uma expetativa mais ampla do papel do Estado na promoção de empreendedorismo que traduz a procura por maior clareza, estabilidade e continuidade das medidas do governo. Quando estas se apresentam insuficientes podem comprometer os efeitos positivos do desenvolvimento sustentável (Mateus, 2016; Andrade, 2022). A categoria "mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia" sublinha-se que é um claro constrangimento e critico no sistema atual ao constituir grandes dificuldades de acesso ao crédito (Geremias, 2018; Comissão Europeia, 2020).

Os programas do Governo angolano de apoio ao financiamento das MPMEs têm tido cada vez mais poucos no sentido de servirem como alternativas relativamente as outras fontes de financiamento (Savitaca, 2017). A limitação do financiamento é uma das principais barreiras para os empreendedores em países em desenvolvimento, particularmente em contexto africanos, onde se deve adequar as condições de acesso ao financiamento as dificuldades das MPMEs (Mateus, 2016; Mavundla, 2021; Andrade, 2022; Silva, 2022). As empresas enfrentam dificuldades em aceder de forma fiável ao financiamento, o que repercute diretamente nas suas operações e é frequentemente apontado pelos empresários como uma questão central (Fernandes, 2023). Daí que é preciso melhorar as políticas e condições de acesso à estes apoios (Savitaca, 2017). Por últimos, a quarta categoria, sendo a formação e capacitação empresarial que sugere que o financiamento apenas não é o garante do sucesso deste processo. A qualificação em gestão, inovação e outros refrescamentos para nutrir de ferramentas técnicas que os empreendedores consigam competir cada vez mais em mercados exigentes (Shummpeter, 1934; Grin *et al*., 2012; Andrade, 2022).

A triangulação revela que os empreendedores e gestores percebem que o desenvolvimento socioeconómico sustentável não depende apenas de capital, mas de um ecossistema de políticas públicas integradas assentes nestas quatro categorias apontadas, onde o papel do Estado, das instituições financeiras e das instituições que desenvolvem e executam programas de capacitação e apoio técnico atuem de forma coordenada na região centro e sul de Angola.

“Esta página encontra-se em branco por intenção”

6 - CONCLUSÕES GERAIS

Neste ponto, aborda-se as considerações principais e conclusões gerais da investigação realizada. No princípio, os resultados obtidos as contribuições teóricas mais relevantes sobre a temática, seguidas pelas, metodologia aplicada da operacionalizacão contribuições práticas. As contribuições da investigação, limitações e sugestões para estudos futuros.

A presente investigação teve como objetivo principal medir o efeito do empreendedorismo das mícro e pequenas empresas no desenvolvimento socioeconómico das populações na região centro e sul de Angola. Para a sua efetivação, procedeu-se a uma revisão da literatura aprofundada sobre a temática, tendo como eixo principal o empreendedorismo das micro e pequenas empresas (MPMEs), considerado um potencial elemento de desenvolvimento socioeconómico das populações. Foi construído o modelo conceitual objeto de investigação, bem como a formulação das hipóteses inerentes a este processo no sentido de possibilitar a realização da análise empírica.

Para alcançar os objetivos da investigação, adotou-se uma abordagem científica de base positivista, de pesquisa do tipo exploratório e descritivo, uma abordagem de natureza mista que combinou análises quantitativa e qualitativa, permitindo maior aprofundamento e conformidade do planeamento da investigação. A recolha de dados foi realizada através da técnica de amostragem probabilística estratificada, envolvendo 297 participantes entre empreendedores e gestores das instituiçoes nas províncias de Benguela, Huíla e Huambo, que compõem a região estudada. A estratégia adotada possibilitou a obtenção dos resultados ao demonstrar, inicialmente, os dados do perfil sociodemográfico médio dos empreendedores e dos gestores (Reynolds *et al*., 2001), que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas na região centro e sul de Angola é conduzido, em grande medida por jovens-adultos de 25 a 34 anos (36,9%) (Morena, 2023; Choirunnisa *et al*., 2024), sendo a maioria do sexo, masculino (62,56%).

Em Angola, o empreendedorismo traduz-se na valorização do indivíduo que possui uma forma particular e inovadora de se dedicar às atividades de organização e execução. Contudo, para que os agentes do mercado informal possam alcançar níveis de competitividade e integrar os mercados formais, é fundamental que adquiram capacidade de planificação e de gestão dos seus negócios (Quintas, 2013). Considera-se elevado o nível académico, estando no ensino superior (68,6%) e inseridos no mercado de trabalho pelo setor privado (GEM, 2014; BDA, 202, citado por Rafael, 2023).

Quanto aos gestores, representam a função de chefe de seção (37,5%) autorizados a prestarem declarações das questões formuladas. Este conjunto de características não só configura um cenário favorável à inovação e à expansão económica, mas também evidencia desafios, nomeadamente na redução das desigualdades de género e na inclusão de faixas etárias e níveis educativos menos representados (Hisrich & Peters, 2002; Bergamann et al., 2016)). No perfil das empresas, a predominância recai nas sociedades unipessoais (60,5%), concentradas em atividades económicas dos setores de serviços (21,56%), comércio (18,86%) e agricultura (14%), enquadradas na classificação de microempresas (49,90%), permanecendo assim os desafios relacionados à diversificação setorial, à formalização das atividades e à promoção da participação masculina no empreendedorismo na configuração de um ecossistema empreendedor com potencial da dinamização socioeconómica regional (Mendes, 2025).

Os resultados gerais apresentados revelam que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas é, claramente, desenvolvido pelos individuos na região estudada (74,85% e 63,52%), respetivamente. Quanto à frequencia de palavras, o termo “empreendedorismo” foi muito recorrente nas expessões dos participantes, permitindo deduzir que empreendedorismo é percebido como instrumento de mudança económica e social para o melhoramento das condições de vida das populações da região. Empreender possibilita a criação de riqueza, a geração de valor e o impulso a uma transformação no context atual, particularmente Angola, que apresentou a sua TEA de 31,90% (Rocha, 2014), sendo o empreendedorismo por oportunidade (19,90%) e o empreendedorismo por necessidade (11,40%). Atualtualmente, Angola posicina-se na primeira posição de países com mais empreendedores com uma taxa estimada em 53,8% de empresas em fase inicial (GEM, 2023).

O empreendedorismo por oportunidade representa uma taxa média de 89,83%, superando o empreendedorismo por necessidade com 73,19%. Observa-se assim, que o empreendedorismo por oportunidade é o mais notável na região, considerado um elemento favoravel para o desenvolvimento socioeconómico (Rocha, 2014), onde de maneira continua países africanos se dedicam no empreendedorismo de oportunidade, baseado na inovação, como última esperança para as suas justas expectativas de desenvolvimento socioeconómico (Pereira *et al*., 2021). O empreendedorismo é um elemento reconhecido como um dos mecanismos de geração de rendimento da sociedade e dinamização da económica de uma localidade (Hisrich *et al*., 2020), sendo concebido não apenas como uma iniciativa individual, mas também como uma solução da

coletividade aos desafios socioeconómicos do desenvolvimento regional (Amorim, 2021; Ferreira, 2022).

Quanto ao papel do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego, os resultados gerais revelam a existência de um número elevado de desemprego das populações, mas que a criação das empresas proporcionou empregos para os empreendedores e para outras pessoas (73,06% e 73,7%). O empreendedorismo contribuiu para a redução do desemprego das populações na região, tanto é que, o termo "desemprego" foi citado de forma recorrente nas opiniões dos inquiridos, ao evidenciar a persistência deste fenómeno social ao associar à pobreza. Verificado o fenómeno a validade empírica da perspetiva, as iniciativas empreendedoras contribuíram de forma efetiva, para a criação de empregos e, consquentemente redução dos níveis de desemprego.

Os dados do INE (2022) apontam a taxa de desemprego em Angola, em 29,6% no incío, ao se verificar diversas maneiras de produzir negócios e diferentes alternativas de fomento à criação de renda, ao criar um empreendedorismo orientado por necessidade, diferindo daquele orientado por oportunidade fomentado pelas instituições públicas. Embora, dados apresentados pelo BDA (2021, citado por Rafael, 2023) revelam que Angola possui uma taxa de desemprego avaliada em 28%, e sua redução constitui uma das vias mais estruturantes para a consolidação da economia angolana, concebida como o resultado da articulação entre os diversos setores de atividade e as diferentes regiões do país, sendo igualmente compatível apenas com uma estratégia de reconstrução e crescimento assente nas micro e pequenas empresas.

Estes resultados confirmam a perceção positiva do empreendedorismo na redução do desemprego das populações, ao se reconhecer como um potencial transformador para o desenvolvimento socioecónomico, mas a depender de fatores com o acesso ao financiamento, políticas públicas consistentes e estruturas de capacitação empresarial (Comissão Europeia, 2020). Assim, nestas disposições, o empreendedorismo pode transformar-se de forma efetiva em instrumento de combate ao desemprego e promoção do desenvolvimento sustentável na região.

No domínio da pobreza, registou-se um número elevado e o termo foi muito recorrente nas opiniões dos inquiridos, que, em linhas gerais, 49,9% e 52,77% consideraram o empreendedorismo das micro e pequenas empresas ter contribuído para a redução da pobreza na região. Em sentido contrário, 31,89% e 36,1% afirmaram não ter contribuido e ainda 18,85% e 5,55% posicionaram-se indecisos do alcance do empreendedorismo no fenómeno social, pese

embora a criação de empresas constitua uma importante fonte geradora de rendimento das populações e um contributo para aliviar a pobreza. O efeito não revelou ser suficiente para garantir a sobrevivência e a manutenção da vida social das populações. Ainda na opinião dos gestores, o índice de pobreza observado na região permanence elevado e não reconhecem o empreendedorismo praticado como fator plenamente suficiente para assegurar melhores condições de vida das populações. O índice de pobreza em Angola é caraterizado multidimensionalmente ao atingir 37% (INE, 2020), sua incidência é de 41% (Neto, 2024) e os relatórios do BNA e do BM concluíram que o estado socioeconómico angolano continua a registar elevados níveis de pobreza (Canguende-Valentim *et al.*, 2024). Nos países em via de desenvolvimento, como é o caso de Angola, o empreemdedorismo, embora constitua um importante mecanismo de dinamização económica, mostra-se insuficiente para a redução da pobreza (Soares, 2020), quando não é sustentado por políticas públicas eficazes que assegurem condições estruturais para o seu efeito (Williams & Youssef, 2014; Brush *et al*., 2019; Mendes, 2025).

Reconhece-se que a taxa de empreendedorismo existente contribua, em alguma medida, para o alívio da pobreza (Edoho, 2016), mas ainda se verifica insuficiente no seu impacto e percebido como mais complementar do que transformador para uma solução sustentável na região centro e sul de Angola.

No que respeita às políticas públicas definidas e aplicadas para a promoção e dinamização do empreendedorismo das micro e pequenas empresas na região centro e sul de Angola, os resultados revelam perceções distintas entre os intervenientes inquiridos. Do lado dos empreendedores, a confirmação da existência e aplicação de políticas públicas (35%) mostra-se pouco expressiva e traduzida apenas em medidas pontuais, nomeadamente o apoio ao financiamento (40,46%), a formação e capacitação empresarial (38,46%) e a política de fomento ao empreendedorismo (34,69%). Estas iniciativas, embora relevantes foram consideradas insuficientes para assegurar a dinamização e o desenvolvimento sustentável do empreendedorismo. Em contrapartida, os gestores públicos (63,92%) evidenciaram uma avaliação mais positiva, reconhecendo impacto significativo das políticas públicas, sobretudo na política de fomento ao empreendedorismo (91,66%), na formação e capacitação empresarial (83,33%) e no apoio ao financiamento.

Esta divergência de perceções permite concluir que, apesar da existência de políticas públicas orientadas para as micro e pequenas empresas, a sua efetividade ainda não corresponde, na prática, às necessidades sentidas pelos empreendedores da região. Assim, confirma-se parcialmente a hipótese de que o empreendedorismo, apoiado por políticas públicas, constitui um vetor de desenvolvimento socioeconómico; todavia, a sua eficácia plena dependerá de maior alinhamento entre os objetivos estratégicos do Governo e as reais expectativas dos empreendedores, sob pena de limitar o contributo destas iniciativas para redução do desemprego e combate à pobreza na região centro e sul de Angola.

No que concerne às hipóteses formuladas inicialmente, os resultados da investigação permitiram afirmar:

H1: *O empreendedorismo por necessidade contribui na redução da pobreza para o desenvolvimento socioeconómico das populações.*

Na primeira hipótese esperava-se uma relação positiva entre o empreendedorismo por necessidade e o combate à pobreza na região centro e sul de Angola. Os resultados obtidos permitem afirmar que o empreendedorismo por necessidade se revela insuficiente como fator de combate à pobreza (Edoho, 2016; Usman, 2017). O empreendedorismo por necessidade tem impacto no desenvolvimento sócioeconómico, mas pouco ou nenhum impacto na pobreza (Bonito *et al*., 2017). Nenhum efeito significativo foi encontrado do empreendedorismo por necessidade para o desenvolvimento sócioeconmico das populações das nações (Ribas, s.d.). mas, noutra perspetiva afirma-se a existência de uma relação positiva entre o empreendedorismo e a redução da pobreza (Gebremariam, 2004 citado por Usman, 2017). Embora contribua para a subsistência imediata das famílias, este tipo de empreendedorismo permanece marcado pela precariedade, baixa escala de rendimento e frágil sustentabilidade, não assegurando a transformação estrutural da condição socioeconómica das populações. Todavia, a hipótese é considerada apenas parcialmente validada.

H2: *O empreendedorismo por oportunidade tem impacto positivo na redução do desemprego das populações.*

Quanto à segunda hipótese esperava-se uma relação positiva entre o empreendedorismo por oportunidade e redução do desemprego das populações na região centro e sul de Angola. Para

H2, constatou-se que o empreendedorismo por oportunidade tem um grante potencial na geração de emprego e dinamização do mercado de trabalho (Pereira *et al.*, 2021). O empreendedorismo de oportunidade proporciona um imenso efeito na vida das populações (Udimal *et al*., 2020). O empreendedorismo por oportunidade tem sido visto como de melhor resultado para o desenvolvimento das nações (Ribas, s.d.). No entretanto, a sua expressão prática continua limitada pela ausência de políticas consistentes de verdadeiro incentivos fiscais, financiamento, capacitação e fomento, o que impede a redução significativa do desemprego, sendo, por isso, também validada de forma parcial.

H3: *O empreendedorismo das mícro e pequenas empresas influencia positivamente no desenvolvimento socioeconómico das populações da região centro e sul de Angola.*

Por fim, em relação a terceira hipótes que esperava o empreendedorismo das micro e pequenas empresas a influenciar positivamente no desenvolvimento socioeconómico da populações. Os resultados confirmam esta influência na região centro e sul de Angola, sobretudo pela criação de postos de trabalho e impulso da economia local (Zhakupov *et al*., 2022), onde as mícro e pequenas empresas desempenham um papel importante no desenvolvimento económico e social de um país, no alívio da pobreza através da criação de novos empregos e no fornecimento de rendimentos às pessoas (Hussain *et al*., 2014; Adeyemi & Lanrewaju (2014). O empreendedorismo, de forma global, constitui um contributo relevante para a geração de riqueza social, na medida em que promove a criação de novos postos de trabalho e favorece a redução da pobreza nas comunidades locais (Olasunkanmi *et al.,* 2016), o empreendedorismo ajuda significativamente no desenvolvimento económico sustentável, através da criação de empregos, redução da pobreza e bem-estar (Suwandi *et al*., 2024, citado por Wulanda *et al*., 2024). Mas, este contributo encontra-se condicionado por políticas públicas insuficientes, fragmentadas e pouco alinhadas com as reais necessidades dos empreendedores.

Esta terceira hipótese é validada, mas com algumas limitações. O empreendedorismo encontra-se intimamente associado ao desenvolvimento socioeconómico de uma população, constituindo-se como um dos motores fundamentais para a melhoria das condições de vida e para a dinamização da economia local e nacional (Peprah & Adekoya, 2020). Estas conclusões evidenciam que, sem um reforço estrutural das políticas de apoio às MPMEs, o potencial do empreendedorismo como vetor de desenvolvimento socioeconómico permanecerá aquém do

esperado, comprometendo a sua capacidade de reduzir, de forma consistente, o desemprego e a pobreza nas região.

Deste modo, é possivel concluir que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas constitui um elemento bastante relevante para o desenvolvimento socioeconómico das populações da região centro e sul de Angola. Os resultados demostraram que o empreendedorismo por necessidade tem impacto limitado na redução da pobreza, enquanto o empreendedorismo por oportunidade revela ter maior potencial para redução dao desemprego . Verificou-se ainda que as políticas públicas existentes, embora reconhecidas como importantes, não atingem plenamente as expetativas dos empreendedores, sendo por isso percebidas como insuficientes. Assim, as três hipóteses formuladas foram validadas de forma parcial, ao se confirmar a importância do empreendedorismo, mas também a necessidade de reforçar e consolidar as políticas de apoio, de modo a potenciar o seu efetivo contributo para um desenvolvimento socioeconómico sustentável. Contudo, o empreendedorismo, nas suas diversas formas, representa uma das ferramentas mais eficazes para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico dos países em desenvolvimento, como é o caso de Angola (Mendes, 2012).

A implementação e consolidação adequadas de estratégias de desenvolvimento das micro e pequenas empresas são fundamentais para libertar o potencial do setor privado na revitalização do desenvolvimento socioeconómico local, fomentar o empreendedorismo e combater o desemprego e pobreza (Brush *et al*., 2019; Siraj *et al*., 2022). Neste sentido, face às opiniões exploradas aos participantes, como estratégias para o fortalecimento das MPME´s, sugere-se a adoção de: (i) incentivos fiscais, na redução da carga tributária ou atribuição de benefícios fiscais para estimular cada vez mais a criação e sustentabilidade das MPMEs, que tem sido percebida como uma das principais barreiras do empreendedorismo na região (Grin *et al*., 2012); na definição de políticas mais estruturadas com maior intervenção e clareza do Governo, ao se criar estabilidade e visibilidade para dinamização das empresas (Amorim, 202; Andrade, 2022). Estas indicam uma perceção de existência de insuficiência de apoio às MPMEs; (ii) O excessivo de procedimento burocrático e dificil acesso às linhas de crédito (Grin *et al*., 2012; Andrade, 2022).

Os participantes perceberam aí, como uma necessidade urgente de mecanismo de financiamento mais acessível, rápido e transparente (Mavundla, 2021), isto porque o capital inicial e o crédito continuam a ser os principais obstáculos para os empreendedores; e (iii) a formação e capacitação empresarial demonstram que não basta apenas a disponibilização de

meios financeiros, embora importante, é vital também olhar para a relevância da qualificação em material de gestão, inovação e outras competências técnicas para que consigam manter seus negócios consistentes a longo prazo (Mateus, 2016; Usman, 2017). Caso se implemente também, de forma efetiva, estas políticas com clareza e rigor, poderão ser estratégias eficazez para o fortalecimento das micro e pequenas empresas na região centro e sul de Angola.

6.1 - Contribuições da investigação

A investigação apresenta as seguintes contribuições:

De um lado, pela relevância teórica desta investigação, que reside na possibilidade da análise da relação existente entre a incidência do empreendedreismo das micro e pequenas empresas e a geração de desenvolvimento socioeconómico das populações da região centro e sul de Angola, em permitir aos interessados pela matéria, fazer uma inferência sobre a temática e, mais que isto, pela relevância prática que reside na possibilidade de colocar os empreendedores e gestores públicos interessados a refletir sobre as suas práticas e formulação de políticas públicas de apoio às MPMEs, para se avaliar a rentabilidade dos negócios, quando expostos diante dos resultados da investigação, numa perspetiva de incentivar a adpção de estratégias que contribuam para desenvolvimento socioeconómico, particularmente através da melhoria dos indicadores de desemprego e pobreza.

Assim, para que Angola alcance um desenvolvimento sustentável e inclusivo, torna-se imprescindível uma mudança de abordagem e de cultura por parte dos órgãos do Estado, acompanhada pela aceitação dos desafios estratégicos identificados pelos diferentes atores sociais (Mateus, 2016).

6.2 - Limitações da investigação

A investigação apresenta limitações de diferentes naturezas. Em primeiro lugar, a revisão sistemática da literatura excluiu pesquisas em base de dados com teses e dissertações, o que permitiu recorrer à “google schoolar” e “repositórios” de várias instituições universitárias, utilizando também, em alguns momentos citações secundárias. E em segundo lugar, a investigação não apresenta dados mais atualizados, referentes à taxa de atividade empreendedora por oportunidade e por necessidade desagregados por província. Baseou-se, unicamente em dados do período de 2010, validados para o período analisado na região. E também os dados do

desemprego e da pobreza, referentes da província de Benguela, que apenas apresenta informação disponível, e sendo considera como a referência da região.

De qualquer forma, a abordagem apresentada sobre o empreendedorismo das micro e pequenas empresas no desencolvimento socioeconómico da região centro e sul de Angola, permitiu medir o seu efeito no desenvolvimento das populações locais.

6.3 - Sugestões

Neste sentido, recomenda-se:

Para o governo

- Com o objetivo de subsidiar o governo na definição de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo nas micro e pequenas empresas, recomenda-se a criação de um Observatório de Empreendedorismo, destinado a monitorizar e analisar as atividades desenvolvidas por este segmento empresarial na região; e
- Que as políticas públicas sejam concebidas de forma a equilibrar ações emergentes de estímulo ao emprego com programas de combate à pobreza de longo prazo, garantindo que o empreendedorismo das micro e pequenas empresas cumpra o seu papel como alavanca do desenvolvimento sustentável.

Para futuras pesquisas

- Que novas investigações considerem um periodo de tempo mais alargado e, incidam nas restantes províncias da região estudada ou noutras regiões de Angola, de forma a proporcionar uma análise mais abrangente e representativa do país; e
- Seria também interessante futuras investigações recorrem a métodos de análise de dados ou de estimação, mais robustos para testar impriricamente as hipóteses formuladas, através da aplicação de técnicas de estatísticas inferências, como teste do *Qui-Quadrado*, *ANOVA*, o método dos mínimos quadrados generalizados (*GMM*), entre outros.

“Esta página encontra-se em branco por intenção”

Referências Bibliograficas

Acs, Z. J., Saul, E., Mickiewicz, T., & Szerb, L. (2018). Entrepreneurship Institutional Economics And Economic Growth: An Ecosystem Perspective. *Small Business Economics*, 501 -514.

Acs, Z., & Varga, A. (2005). Empreendedorismo, aglomeração e mudança tecnológica. *Onibus pequeno. Economia. 24*, 323-334.

Adaeze, O. C. (2019). Reduzindo a Taxa de Desemprego na Nigéria Através do Desenvolvimento do Empreendedorismo: Um Estudo de Indivíduso Selecionados Pequenas Empresas no Estado de Anambra. *Revista Europeia de Pesquisa e Reflexão em Ciências da Gestão*, 21-34.

Adenle, A. A. (2017). Construindo a Economia Africana: O programa de Gestão Pública Empresarial do Presidente Obama é Sustentável na África? *Revista de Empreendedorismo e Políticas Públicas*, 92-107.

Adeyemi, A. N., & Lanrewaju, N. M. (2014). Impact of Micro and Small Business Entrepreneurship on Poverty Reduction in Ibadan Metropolis, South Western Nigeria. *International Review of Management and Business Research*, 1603-1626.

Afonso, A., & Nunes, C. (2019). *Probabilidades e estatística: Aplicações e Soluções em SPSS.* Évora: Universidade de Évora.

Agupusi, P. (2015). Small Business Development and Poverty Allerviation in Alexandra South Africa. *Researchgate.net/publication/256035287*, 1-18.

Almeida, A. W. (2017). *Indicadores de Empreendedorismo na Economia Angolana, no Contexto das Economias Emergentes.* Bragança.

Almeida, J. G., Santos, E. J., Albuquerque, C. P., & Ferreira, J. A. (2013). Unemployment and Entrepreneurship: From The Ambiguity Ofthe Conceptual Relationship To The Efficacy Of The Social Intervention Practices. *Plural-Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo.*, 31-56.

Alonso, C., Brandão, C., & Gonçalves, S. P. (2021). Análise Temática Qualitativa Com o Apoio do MaxQda – O Impacto da COVID-19 no Setor da Restauração. *New trends In Qualitative Research*, 312-319.

Alves, P. L. (2018). *O impacto do Empreendedorismo na Diversificação da Economia Angolana: Estudo de caso do Programa Angola Investe.* Lisboa-portugal: Universidade Aberta.

Amorim, P. J. (2021). Políticas Públicas de Apoio às Micro Empresas em Contextos Periféricos. *Revista de Estudos Socioeconómico*, 45-63.

Amorós, j. E., & Bosma, N. (2014). *Global Entrepreuship Monitor 2013 Report.* London: Global Entrepreuship Research Association (GERA).

Andrade, J. R. (2022). *Política, Capacidade de Implementação de Políticas Públicas Municipais: Contribuições Teórico-Metodológica da Administração.* Salvador-Brasil: EAUFBA.

Angelino, F. J. (2013). *O Ensino do Empreendedorismo nas Instituições de Ensino Superior – UmaAnálise nos Institutos Politécnicos Portugueses.* Alentejo - Portugal: Universidade de Évora.

António, P. P. (2019). *Criação de Uma Empresa de Apoio Ao Empreendedorismo Migrante.* Setubal- Portugal: IPS - Instituto Politénico de Setubal.

Aparicio, S., Audretsch, D., & Urbano, D. (2019). Does Entrepreneurship Matter for Inclusive Growth? The Role of Social Progress Orientation. *Entrepreneurship Research Journa*, 3.

Association, A. P. (2020). *Manual para Realização de Citações em Textos e Referências Bibliográficas* . Aveiro: Universidade de Aveiro.

Augusto, A. (2014). Metodologias Quantitativas/Metodologias Qualitativas: Mais do que Uma Questão de Referência. *Forum Sociológico* , 73-77.

Avila, L., & Neto, R. (2020). Centros de Inovação e Empreendedorismo: Estudo Bibliométrico e Revisão Sistemática. . *Perspectivas Online: Exatas & Engenharia*, 54-69.

Azevedo, A. F., Policário, S. M., & Reis, A. d. (2022). A Scale-Economy Analysis of Socioeconomic Development in Local Governments of Brazil. *Research, Society and Development, v. 11, n. 10*, 2.

Bággio, A. F., & Bággio, D. K. (2014). Empreendedorismo: Conceitos e Definições. *Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia,*, 25-38.

Baggio, F. T. (2015). Empreendedorismo-Conceito e definições. *Revista de Empreendedorismo e, Inovação e Tecnologia*, 25-38.

Bandeira, P. V., & Silva, T. S. (2023). Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade e Oportunidade. *Revista Psicologica V.17, N. 66,* , p. 190-208.

Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2019). *Good Economics For hard times.* New York: PublicAffairs.

Bank, A. B. (2022). *African Economic Outlook: Supporting Climate Resilience And a Just Energy Transition in Africa.*

Bank, W. (2020). *Doing Business 2020: Comparing Business regulation in190 Economies.* Word Bank Group.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo.* França: Edições 70.

Barros, A. A., & Pereira, C. M. (2008). Empreendedorismo e Crescimento Econômico:Uma Análise Empírica. *RAC, Curitiba, v. 12, n. 4.*, 975-993.

Barros, M., & Passos, E. (2000). Remando a Favor da Maré: Racionalidade Instrumental no Curso no Curso de Administração de Empresas. *Organizações & Sociedade*, 161-174.

Baruch, Y. (1999). Taxas de Respostas em Estudos Acadêmicos - Uma Análise Comparativa. *Relações humanas*, 421-438.

Baruch, Y., & Holtom, B. C. (2008). Survey Response Rate Levels and Trends in Organizational Research. *Human Relations* , 1139–1160.

Bassetto, C. F. (2021). Aplicacao do Teste Qui-Quadrado Sobre a Associacao entre pro ciencia em Matematica e Fatores Socioeconomicos: Uma Abordagem com Dados do SARESP. *Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics*, 1 - 7.

Bastos, M. J. (2012). *Empreendedorismo e as Políticas Ativas de Emprego.* Vila Nova de Gaia: Instituto Superior de Línguas e Administração.

Baume, S. (2000). *Empreendedorismo Avançado: Cultura Empresarial, Criação de Empreendimentos, Promoção e Gestão de PMEs no Gana.* Acra: University of Ghana Press.

Bergamann, H., Hundt, C., & Sternberg, R. (2016). What Makes Student Entrepreneus? On The Relevance (And Irrelevance) of The University Anda The Regional Context For Student Start-Ups. *Small Business Economics*, 53 - 76.

Blos, A. L., & Ruppenthal, J. E. (2004). O Empreendedorismo no Desenvolvimento Sócioeconómico de Localiodades do Ecoturismo. *ICTR – Instituto de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável*, 663-671.

Bonito, J. D., Daantos, F. J., Mateo, J. C., & Rosete, M. A. (2017). Do Entrepreneurship and Economic Growth Affect Poverty, Income Inequality and Economic Development? *Review of Integrative Business and Economics Research, Vol. 6, no. 1.*, 33-43.

Boszczowski, A. K., & Teixeira, R. M. (2012). Sustainable Entrepreneurship And The Entrepreneurial Process: The Search For New Business Opportunities As A Solution For Social And Environmental Issues. *Revista Economia & Gestão*, V. 12, n. 29, 141-168.

Branco, N. C. (2021). *Índice de Desemprego Como Fator de Frustração dos Jovens Aogolanos: Uma análise Sobre a Criminalidade no Municicípio de Cazenga- Luanda (2010-2020).* Luanda: UNILAB.

Brito, A. G., Quoniam, L., & Mena-Chalco, J. P. (2016). Investigation of the Lattes Platform by subject: A methodology proposal. *TransInformação-Campinas.*, 77-86.

Bruneel, J., Ratinho, T., Clarysse, B., & Groen, A. (2012). The Evolution Of Business Incubators: Comparing Demand And Supply Of Businness Incubation Services Across Different Incubator Generations. *Techovation*, 110 -121.

Bruni, A. L., & Paixão, R. B. (2011). *Excel Aplicado à gestão Empresarial.* São Paulo: Atlas S.A.

Brush, C., Edelman, L. F., Manolova, T. S., & Welter, F. (2019). A gendered look at entrepreneurship ecosystems. *Springer*, 393 - 408.

Bryman, A. (2012). *Social Research Methods.* New York: Oxford University Press Inc.

Camato, D. D. (2022). *Educação para o Empreendedorismo: Como u, Factor para o Desenvolvimento Comunitário em Malanje-Angola.* Beja: Instituto Politénico de Beja.

Canastra, F., Haanstra, F., & Vilanculos, M. (2015). *Manual de Investigação Científica da Universidade Católica de Moçambique.* Beira: Instituto Integrado de Apoio à Investigação Científica.

Canguende-Valentim, C. F., Pascoal, H. d., Matateu, L. M., Joaquim, L. C., Amaro, R., Valentim, B., et al. (2024). The Role of Financial Literacy in Financial Behaviour in Angola. *Copying or distributing in print or electronic forms without written permission of IGI Global is prohibited.*, 172-189.

Carpintéro, J. N., & Bacic, M. J. (2001). *Empreendedorismo e Desenvolvimento.* São Paulo: Campinas.

Carvalho, L. C., & Costa, T. G. (2015). *O Empreendedorismo: Uma Visão Global e Integradora.* Edições Sílabo.

Carvalho, L., & Costa, T. (2016). *Empreendedorism.* Lisboa: Edições Sílabo.

Carvalho, N. L., Kersting, C., Rosa, G., Fruet, L., & Barcellos, A. L. (2015). Sustainable Economic Development Development . *Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM*, 109−117.

Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (1983). *Metodologia Científica.* São Paulo: McGraw-Hill.

Chevrier, J. (1994). *Investigação Social.*

Chissingui, E. Z. (2015). *Facilitadores e Obstáculos do Empreendedorismo: O caso das Muambeiras do Lubango.* Minho-Portugal: Universidade de Minho.

Choirunnisa, S. S., Lestari, A. D., Jazuli, Pudjiastuti, F. U., Wardana, L. W., & Narmaditya, S. (2024). Factors Affecting Entrepreneurial Readiness As An Effort To Reduce The Unemployment Rate (Systematic Lite Literature Review). *Necent : Nusantara Economics and Entrepreneurships Journals*, 1-10.

Científica, C. d. (2021). *Relatório Económico de Angola 2019-2020.* Luanda: Universidade Católica de Angola.

Coakes, E., & Bradburn, A. (2005). What is the value of intellectual capital? *Knowledge Management Research & Practice*, 60- 68.

Código de Conduta Ética na Investigação. (s.d.).

Creswell, J. W., & Clark, V. L. (2018). *Designing and Conducting Mixed Methods Reserach.* London.: Sage Pubications.

CresweU, J. W. (2007). *Projecto de Pesquisa: Métodos Quantitativos, Qualitativos e Mistos.* São Paulo: Artmed Editora S.A.

Dana, L. P., & Dana, T. E. (2005). Expanding the Scope of Methodologies Used in Entrepreneurship Research. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business* ., 79 - 88.

Daniel, N. M., & Valentim, M. L. (2022). Incentivos ao Empreendedorismo Para a Geração de Inovação em Angola. *Revista EDICIC, San José (Costa Rica), v.2, n.2.*, 1-13.

Dees, J. G. (1998). The Meaning of "Social Entrepreneurship" Entrepreneurshi. *Ewing Marion Kauffman Foundation and Standford University.*

Degen, R. J. (2008). Empreendedorismo:Uma Filosofia Para o desenvolvimento Sustentável e a Redução da Pobreza. *Revista de Ciências da Administração, vol. 10, núm. 21*, 11-30.

Degen, R. J. (2009). *Curso de Empreendedorismo: Para promover o Desenvolvimento Sustentável e a Redução da Pobreza.* Leiria-Portugal: Instituto Politécnico de Leiria.

Degen, R. J. (2009). *Empreendedor: Empreender Como Opção de Carreira.* São Paulo: Pearson Prentice Hall,.

Dengue, P. A. (2016). Retrato Sobre o Empreendedorismo Económico Em África Concretamente em Angola. *Universidade Portucalense*.

Dias, M. C. (1994). *O Inquérito por questionário: Porblemas teóricos e metodológicos gerais.* Porto.

Dolabela, F. (1999). O segredo de Luísa, uma idéia, uma paixão e um plano.

Dolabela, F. (1999). *Oficina do Empreendedor, Cultura e Editores Associados.* São Paulo: Cultura.

Dolabela, F. (2009). *O Segredo de Luísa: Uma Paixão e um Plano de Negócio.* São Paulo: Editora de Cultura.

Dornelas, J. C. (2005). *Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do.* Rio de Janeiro: Editora Campus.

Dornelas, J. C. (2008). *Empreendedorismo Corporativo: Como Ser Empreendedor, Inovar e se Diferenciar na Sua Empresa.* Rio de Janeiro: Elsevier.

Dornelas, J. C. (2014). *Empreendedorismo - Transformando Ideias em Negócios.* Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda.

Dornelas, J. C. (2014). *Empreendedorismo para Visionários: Desenvolvendo Negócios Inovadores para um Mundo em Transformação.* Rio de Janeiro: LTC.

Druker, P. F. (1985). *Inovação e Empreendedorismo.* Londres: Heinemam.

Duarte, C., & Esperança. (2012). *Empreendedorismo e Planeamento Financeiro.* Lisboa: Edições Sílabo.

Duysters, M. H., Naudé, W., & Dijkhuizen, J. (2019). Como as Mulheres Empreendedoras Nos Países Em Desenvolvimento Lídam com Conflito de Papéis? *Revista Internacional de Gênero e Empreendedorismo*, 120-145.

Edoho, F. M. (2016). Entrepreneurship paradigm in the new millennium: A critique of public policy on entrepreneurship. *Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies*, 282.

Empresas, I. N. (08 de Dezembro de 2024). Obtido de (https://www.bing.com/search.

Estatística, I. N. (2022). *Anuário de Estatística Sociais 2015-2019.* Luanda: Edição .

Europeia, C. (2006). *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, «Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem.* Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Europeia, C. (2020). *Empreendedorismo e PME.* Bruxelas, Bélgica: Comissão europeia.

Ezeanokwasa, F. N., & Nwachukwu, O. P. (2014). Effective Entrepreneurship Skills in Reducing Unemployment Through Small Business Innovation in Nigeria. *IISTE*, 96-101.

Ezequias, S. E. (2024). *Internet e a Publicidade em Angola: O olhar da Religião e dos Religiosos Sobre os Produtos de "entretenimento".* Lisboa: ISCTE.

Fernandes, C. I. (2016). *Análise das Estratégias de Combate à Pobreza em Angola: Contributos para um Modelo de Planeamento e Avaliação.* Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Fernandes, S. (2023). *Políticas Públicas para Desenvolvimento do Empreendedorismo na Guiné-Bissau.* Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Ferreira, M. E. (2022). *Industrialização de Desenvolvimento em Angola.* Lisboa: Escola Editora.

Ferreira, M. P., Santos, J. C., & Serra, F. R. (2008). Ser Empreendedor-Pensar. Criar e Moldar a Nova.

Ferreira, M. P., Santos, J., & Serra., F. R. (2010). *Ser Empreendedor - Pensar, Criar e Moldar a Empresa.* Lisboa: Edições Sílabo.

Ferreira, V. C., Niehues, A. L., Kroenke, A., & Sotopietra, E. B. (2023). The Impact of the Entrepreneurial Ecosystem on The Economy of Developed and Developing Countries. *Revista GeSec*, 2257-2281.

Field, A. (2009). *Descobrindo a Estatística Usando o SPSS.* Porto Alegre: Artmed.

Figueiredo, A. R. (2014). *Desenvolvimento Rural e Empreendedorismo: Estudos de Caso.* Lisboa: ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa.

Filion, L. J. (1999). Empreendedorismo:Empreendedores e Proprietários-Gerentes de Pequenos Negócios. *Revista de Administração*, 05-28.

Filion, L., & Dolabela, F. (2000). *Boa Ideia! E agora: Plano de negocio, o Caminho Seguro para Criar e Gerenciar Sua Empresa.* São Paulo: Cultura.

Fiorentin, R. A., Jahn, R., & Lemos, T. (2018). Do Empreendedorismo ao Desenvolvimneto Socioeconómico. *UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense*, 1-12.

Flick, U. (2018). *An Introduction to Qualitative Research.* London, UK: Sage Publications.

Fonseca, R. M. (2021). *Métodos de Pesquisa em Políticas Públicas e Administração Pública: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas.* São Paulo: Editora Atlas.

Fonseca, R. M. (2021). *Políticas Públicas e Administração Pública: Abordagens qualitativas, Quantitativas e Mistas.* São Paulo: Atlas.

Forjaz, M. (s.d). A Visibilidade do Empresário em Portugal e Moçambique: Análise comparada no meio estudantil. 135-155.

Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação da concepção à Realização.* Loures: Lusociência.

Fute, A., Mushi, B. R., Kangwa, D., & Oubibi., M. (2024). Combater a Taxa de Desemprego Juvenil Através da Integração do Empreendedorismo no Ensino Médio. *Discove- Descobra a Educação*.

Gabriel, O. A. (2024). Impact of Entrepreneurial Skills in Reducing Youth Unemployment in Benue State. *Ijaar Publishing-Revista de acesso aberto de negócios e empreendedorismo*, 1-12.

Gabriel, O. A. (2024). Impacto das Competências Empreendedoras na Redução da População Jovem Desemprego no estado de Benue. *Revista de acesso aberto de negócios e empreendedorismo*, 1-12.

Gartner, G. W. (2001). Is There an Elephant in Entrepreneurship? Blind. 27-39.

Gaspar, F. (2009). *O Processo Empreendedor e a Criação de Empresas de Sucesso.* Lisboa: Edições Sílabo.

Gaspar, F. C., & Pinho, L. F. (2001). *A Importância do Empreendedorismo e a Situação em Portugal.* Santarém-Portugal: Escola Superior de Gestão de Santarém.

Gaspar, I. d., & Shimoya, A. (2017). Avaliação da Confiabilidade de Uma Pesquisa Utilizando o Coeficiente de Alfa de Cronbach. *Siempro*, 1 - 6.

Gavrilá-Paven, I., & Fijuljanin, S. (2011). Características do Empreendedor- Perfil do Empreendedor Romeno. *Universidade de Alba Iulia*, 73-84.

George, D., & Mallery, P. (2003). *SPSS for Windows Step By Step: A Simple Guide and Reference.* Boston: Allyn & Bacon.

Geremias, R. L. (2018). Financiamento Como Fator Condicionante do Empreendedorismo em Angola: A Procura de Capital Pelo Empreendedor. *Universidade de Lisboa*, 1-11.

Gerhardt, T. E., & Souza, A. C. (2009). *Métodos de Pesquisa.* Porto Alegre-Brasil: UFRGS.

Gezer, I., & Cardoso, S. P. (2015). Entrepreneurship and Its Impact on Innovation and Development: A Multivariate Analysis With Socioeconomic Indicators. *Journal of Globalization, Competitiveness & Governability*, 43-60.

Gibb, A. A. (1996). Entrepreneurship and Small Business Management: Can We afford To Neglect Them in the Twenty First Century Business School? *British Journal of Management*, V. 7, n. 4, p. 309-322.

Gibbs, G. R. (2018). *Analyzing Qualitative Data.* Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Gil, C. A. (2008). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa.* São Paulo: Atlas.

Grin, E. J., Acosta, F. G., Sarfati, G., Alves, M. A., Gomes, M. V., Spink, P. K., et al. (2012). *Desenvolvimento de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo Em Estados e Municípios.* São Paulo: FGV.

Guimarães, C. P., Oliveira, Q. K., Dimas, M. d., & Corrêa, T. M. (2022). O Empreendedorismo no Contexto da Covid-19: Necessidade, Oportunidade e Solidariedade. *Pensar Acadêmico, Manhuaçu, v.20, n.1, p. 93-105.*, 99.

Hair, F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate Data Analysis.* Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.

Hébert, R. F., & Link, A. N. (1989). In Search of The Meaning of Entrepreneurship. *Small Business Economics,*, 39 - 49.

Henrique, V. S., & José., B. R. (2005). Conceitos de Empreendedorismo . *Revista Científica Eletrônica de Administração*.

Herrington, M., & Kew, P. (2018). *Global Entrepreurship Monitor: Global Report 2017/18.* London: Global Entrepreurship Research Associacition.

Hill, M. M., & Hill, A. (1998). Investigação Empírica Em Ciências Sociais: Um Guia Introdutório. *Dinámica Centro de Estudos Sobre a Mudança Socioeconomica*, 1- 46.

Hisrich, R. D., & Peters, M. P. (2004). *Empreendedorismo.* Porto Alegre: Bookman.

Hisrich, R. D., Peters, M. P., & Shepherd, D. A. (2020). *Entrepreneurship.* New York: McGraw - Hill Education.

Hisrich, R., & Peters, M. P. (2002). *Entrepreneurship.* Boston: McGraw-Hill Irwin.

Hussain, M. D., Bhuiyan, A. B., & Bakar, R. (2014). Entrepreneurship Development And Poverty Alleviation: An Empirical Review. *Journal of Asian Scientific Research*, 559.

ISCTE. (2020). *Normas do Iscte de Apresentação e Harmonização Gráfica para Dissertação ou Trabalho de Projeto de Mestrado e Tese de Doutoramento.* Lisboa: Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.

Iwu, C. G., & Opute, A. P. (2019). Eradicating Poverty and Unemployment: Narratives of Survivalist Entrepreneurs. *Journal of Reviews on Global Economics*, 1438-1451.

João, D. F. (2018). *Desenvolvimento Sustentável como Alternativa para a Superação da Pobreza em Angola.* São Francisco do Conde: UNILAB.

Joaquim, L. C. (2015). *Empreendedorismo e Desenvolvimento Social na cidade de Benguela (2012-2014).* Luanda: Faculdade de economia da UAN.

Kassongo Chey, S., Cabeia, A. C., & Ribeiro, R. M. (2024). Educação, Gênero e Desenvolvimento Sustentável na Mineração Artesanal na África. *Lumen*, 76-91.

Kauark, F. d., Manhães, F. C., & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da Pesquisa:Um Guia Prático.* Itabuna / Bahia: Via Litterarum.

Keller, R. G. (2019). *O Contributo do Empreendedorismo para o Desenvolvimento Económico: O papel da Formação de Clusters no Ecossistema Empreendedor Sob a Perspectiva Brasileira.* Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Koller, S. H., Couto, M. C., & Hohendorff, J. V. (2014). *Manual de Produção Científica.* São Paulo: Penso Editora Ltda.

Kucksrtz, U., & Radiker, S. (2019). *Analyzing Qualitative Data With MAXQDA.* Switzerland: Spring Internacional Publishing.

Lima, A. G. (2015). *Empreendedorismo e Internacionalização em Angola: Estudo de caso aplicado a uma clínica de oftalmologia.* Setúbal: IPS-Instituto Politécnico de Setúbal.

Lima, J. G., & Silva, I. D. (2024). Empreendedorismo Social:Uma Pesquisa Bibliografica Sistemática por Meta-Análise. *Revista Científica Pro Homine*, 67-91.

Lopes, C., & Kararach, T. (2022). *Mudança Estrutural em África: Percepções Deturpadas, Novas Narrativas e Desenvolvimento do Século.* Lisboa: Tinta da China XXI.

Lopez-Núñez, M., Blond-Valdehita, S., Apparition-Garcia, M., & Diaz-Ramiro, E. (2020). Are Entrepreneus Born Or Made? The Influence of Personality. *Elsevier*, 1-5.

Machado, A. B., Silva, A. R., & Catapan, A. H. (2016). Bibliometria Sobre Concepção de Habitats de Inovação. *Navus-Revista de Gestão e Tecnologia*, 88-96.

Machado, H. P., & Nassif, V. J. (2014). Réplica- Empreendedores: Reflexões Sobre Concepções Históricas e Contemporâneas. *Revista de Administração Contemporânea, v. 18, n. 6*, 892-899.

Machado, J. R. (2003). Research Methodologies: A Quantitative Dialogue, Qualitativeand Quantitative-Qualitative. *Revista Devir Educação, Lavras, vol.7, n.1, e-697*, 1-21.

Mangili, L. R. (2019). O ato Empreendedor. *Satélite-Revista Científica da Faculdade Galileu*, 54-61.

Manuel, E. C. (2014). *Empreendedorismo em Angola:Uma análise na ótica das capacidades empresariais.* Lisboa: Instituto Superior de Gestão.

Marconi, M. d., & Lakatos, M. (2002). *Técnicas de Pesquisas.* São Paulo: Atlas.

Marconi, M. d., & Lakatos, M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica , Eva.* São Paulo: Atlas.

Marôco, J. (2011). *Análise estatística com O SPSS Statistics.* Lisboa: ReporNumber.

Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Portugal*, 65-90.

Martelli, A., Filho, A. J., Guilherme, C. D., Dourado, F. F., & Samudio, E. M. (2020). Analysis of Methodologies for Carrying out Technological Research. *Braz. Ap. Sci. Rev.,Curitiba, v. 4, n. 2.*, 468-477.

Mateus, Â. A. (2016). *A Importância das MPME para o Desenvolvimento Económico-Social de Angola* . UFP- Universidade Fernando Pessoa : Porto- Portugal.

Matos, J. F. (2023). *O Papel do Estado no Dsesenvolvimento Ssocial e Económico em Angola a Partir do Final da Guerra Civil* . Salvador: Universidade Federal da Bahia .

Mavundla, L. D. (2021). Análise das Condições de Acesso ao Financiamento pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas em Moçambique-Caso do Banco Nacional de Investimento. *REVES - Revista Relações Sociais*, 1 - 15.

Mela, A. A. (2019). Empreendedorismo Em Angola. Desafios para Sua Contribuição ao Desenvolvimento Económico Sustentável. *Instituto Superior de Ciências de Educação* (p. 72). Huambo, Angola.: Revista Órbita Pedagógica.

Mendes, A. I. (2012). *Empreendedorismo e Crescimento Económico- O Caso de Angola.* Minho-Portugal: Universidade de Minho.

Mendes, M. (2025). *Empreendedorismo e Inovação: ATransformação do Contexto Económico em Angola.* Luanda: GS-Consultoria.

Mendonça, G. M. (2015). *Manual de Normalização para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.* Salvador: Unifacs: ISBN 978-85-8344-063-5.

Metz, J. (2006). *Interpretação de Cluster Gerados por Algarítimos Clustering Hiérárquico.* São Carlos: ICMC-USP.

Miles, M. B., Huberman, A. M., & Saldaña, J. (2014). *Qualitative data Analysis:A Methods Sourcebook.* Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Minayo, M. C. (1994). *Pesquisa Social: Teoria, método e Criatividade.* Pretopóles: Vozes.

Mitra, J., Abubakar, Y., & Sagagi, M. (2011). Criação de Conhecimento e Capital Humano para o Desenvolvimento: O papel do Empreendedorismo. Educação e Treinamento Cheio.

Moinheiro, J. d. (2011). *Uma Iniciativa de Desenvolvimento Social no Meio Rural em Angola.* Lisboa: ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa.

Moldau, J. H. (1998). The Microeconomic Elements of the Socioeconomic Development Indicators. *Brazilian Journal of Political Economy, vol 18, nº 3*, 440-455.

Monitor, G. E. (2010). *Empreendedorismo no Brasil:.* Curitiba: IBQP, SEBRAE,SENAI, SESI, UFPR.

Monitor, G. E. (2016). *Empreendedorismo em Angola.* Relatório Executivo.

Monitor, G. E. (2018). *Global Report 2017/18.* London Business School: Londres: Research Association.

Monitor, G. E. (2021). *GEM Angola 2020/2021Estudo Sobre o empreendedorismo.* Luanda: CEIC-UCAN.

Moniz, A. (12 de Março de 2023). Número de Empresas Classificadas nas Províncias de Benguela, Huíla e Huambo no Período de 2018 - 2022. (L. C. Joaquim, Entrevistador)

Monteiro, M. J. (2014). *Efeito do Empreendedorismo no Desemprego em Portugal .* Vila Real: Universidade de Trás-os- Montes e Alto Douro.

Moreira, L. A. (2018). *Empreendedores Que Vieram de África: O caso português de meados da década de 70.* Covilhã,: Universidade da Beira Interior-Ciências Sociais e Humanas.

Morena, Z. (2023). Desemprego em Luanda: Um Peoblema Social à Luz da Realidade Amgolana. *Revista da UNIKIVI*, 1-12.

Mota, M. d., Sobreira, M. d., Vale, M. S., & Nogueira, L. C. (2017). Relações de Influência de Indicadores Macroeconômicos na Propensão ao Risco de Empreender. *Rege- Revista de Gestão, v. 24, n. 2,*, 159–169.

Moura, B. d., Rocha, I. N., & Matos, C. M. (2020). *Um estudo Sobre o Perfil Empreendedor do Empresário Picoense.* Picos: Universidade Federal do Piauí.

Muniz, C. N. (2008). *Atitude Empreendedora e Suas Dimensões.* Brasília: Universidade de Brasília.

Nacional, P. d. (2023). *Impacto Socioeconómico Sustentável.* Luanda.

Nafukho, F. M., & Muyia, M. A. (2009). Entrepreneurship and Socioeconomic Development in Africa: a Reality or Myth? *Journal of European Industrial Training Vol. 34 No. 2,*, 96-109.

Naminse, E. Y., Zhuang, J., & Zhu, F. (2019). The Relation Between Entrepreneurship and Rural Poverty Alleviation in China. *Management Decision*, 2593-2611.

Nassif, V. M., Ghobril, A. N., & Amaral, D. J. (2009). Empreendedorismo por Necessidade: O Desemprego como Impulsionadorda da Criação de Novos Negócios no Brasil. *168 Ano XII — v. 24, n. 1*, 145-167.

Naudé, W. (2010). Entrepreneurship Developing Countries And Development Economics: New Approaches And Insights. *Small Business Economics*, 1-12.

Neto, M. I. (2024). *Projeto Piloto de Inclusão Social E Emponderamento de Jonens e Famílias em Situação de Pobreza Extrema e Exclusão Social em Angola, Município do Cuanhama, Comuna de Ondjiva.* Coimbra-Portugal: Universidade de Coímbra.

Neumann, T. (2020). The Impact of Entrepreneurship On Economic, Social And Environmental Welfare And Its Determinants:A Systematic Review. *Management Review Quarterly*, 553–584.

Nnabuike, O. O., & Saidu, M. (2024). Desafios do Regime de Pensões Contributivas Mensais na Nigéria: O Caso dos Trabalhadores Federais do Estado de Gombe. *A Revista Nigeriana de Sociologia e Antropologia*, 1-13.

Obraztsova, O., & Chepurenko, A. (2010). Entrepreneurship and Socio-Economic Development in Cross-Countries Analysis. *State University – Higher School of Economics (HSE*, 1-16.

Okado, G. H., & Quinelli, L. (2016). Megatendências Mundiais 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Uma Reflexão Preliminar Sobre A "Nova Agenda"Das Nações UnidasS*. *BVru-Goiânia.*, 111-129.

Olasunkanmi, A. A., Babatunde, M. M., & Eyo, O. J. (2016). Creating Jobs and Reducing Unemployment among Nigerian University Graduates through Entrepreneurship Education. *IJIBS-International Journal of Innovative Business Strategies, Volume 2, Issue*, 58-68.

Oliveira, S. d. (2012). Modos de Vida da Pobreza em Angola. *Revista Angolana de Sociologia, n.º 9*, 125-134.

Organization, I. L. (2022). *Word Employment and Social Outook: Trends.* Switzerland: Geneva.

Pacheco, L., Costa, P., & Tavares, F. O. (2018). História Económico-Social de Angola: Do período Pré-colonial à Independência. *População e Sociedade*, 82-98.

Parrish, B. D. (2008). Sustainability Driven Entrepreneurship: A Literature Review. Leeds. *Leeds UK: University of Leeds*.

Peprah, A. A., & Adekoya, A. (2020). Empreendedorismo e crescimento económico nos países em desenvolvimento: Evidência de África. *Business Strategy And Developement*, 388-394.

Pereira, F. J. (1998). *A Representação Social do Empresário: Fatores de Criação de Empresas.* Lisboa: Tese de Doutoramento defendida no ISCTE.

Pereira, R. (2020). Uma Perspetiva Histórica do Empreendedorismo em Angola. *JANUS.NET, e-journal of International Relations. Vol. 11, Nº. 1*, 64-81.

Pereira, R. T. (2022). *Inovação, Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico em África: Uma Abordagem Pós-Positivista e "Topo da Pirâmide" para Moçambique.* Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa .

Pereira, R., Maia, R., & Omar, M. N. (2021). Empreendedorismo Em África: A Derradeira Esperança? *JanusS*, 54-55.

Planeamento, M. d. (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.* Luanda: MEP.

Pombo, S. C. (2021). *Perfil dos Empreendedores em Luanda-Angola.* Criciúma: UNESC-Curso de Ciências Económicas.

Pontes, C. A. (2022). *Política de Criação De Emprego e Rendimento. Ensaio sobre o Desmprego Jovem em São Tomé e Príncipe* . Évora: Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais.

Porter, M. E. (1998). Clusters and the New Economics of Competitio. *Harvard Business Review*, 77-90.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.* Rio Grande do Sul - Brasil: Editora Feevale.

Quintas, J. P. (2013). *O Empreendedorismo Feminino: Estudo no Mercado de Huambo - Angola.* Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação Em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva.

Rafael, M. A. (2023). *Empreendedorismo Angolano: Uma Análise Da Dinámica Empreendedora Na Perpectiva do GEM 2014-2022.* Redenção-CE: UNILAB.

Ramos, G. J., Albuquerque, W. F., Ribeiro, H. G., & Souza, J. A. (2020). Empreendedorismo, Crescimento Económico e Desemprego: Um Estudo Empírico no Estado do Rio Grande do Norte. *Revista de Administração Unimep*, 98-122.

Raposo, M., A.Paço, & Ferreira, J. (2008)). Entrepreneur's Profile: a Taxonomy of Attributes and Motivations of University Students. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 405-418.

Raufflet, E., Bres, L., & Filion, L. J. (2014). Desenvolvimenmto Sustentável e Empreendedorismo . *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 3-32.

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). *Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais.* São Paulo: Atlas.

Ribas, R. (s.d.). *A Motivação Empreendedora e as Teorias Clássicas da Motivação.*

Ribeiro, E. G., Paula, F. S., Azevedo, L. M., Velasco, M. E., Paula, M. S., & Cintra, T. R. (2022). Empreendedorismo e Desenvolvimento Socioeconómico: Estudo no Município de Rubiataba-Go. *CIPEEX – Congresso Internacional de Pesquisa, Ensino e Extensão v.3*, 2-3.

Ricca, J. L. (2004). O jovem Empreendedor. *SEBRAE*, 69-75.

Robbins, S. P. (2005). *Comportamento Organizacional.* São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Robótica, T. B. (2023). Manual de Elaboração de Trabalhos ao Mérito Científico: Guia Prático de Orientação ao MIDDLE 1, MIDDLE 2, HIGH e UNIVERSITY.

Rocha, A. d. (2008). Os grandes Desafios da Redução do Desemprego em Luanda. *Novo Jornal*, 1- 6.

Rocha, E. L. (2014). Oportunidade ou Necessidade? Um Estudo do Impacto do Empreendedorismo no Desenvonvimento Económico. *R. Gest. Anál., Fortaleza, v. 3, n. 1/2.*, 31- 46.

Rocha, R. T., Rodrigues, L., Galina, S. V., & Krauter, E. (2021). Empreendedorismo e Desenvolvimento Socioeconómico: Estudo com Municípios do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 363-376.

Rodrigues, E. V. (2017). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas . *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 63-101.

Rodrigues, P. N. (2012). *O Empreendedorismo Como Fator de Desenvolvimento Socioeconómico dasnações: um estudo comparativo entre a União Europeia e a América Latinacom base nos Relatórios GEM de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Rodríguez-Rodríguez, J., & Reguant-Álvarez, M. (2020). Calcular la Fiabilidad de Un Cuestionario o Escala Mediante el SPSS:el coeficiente alfa de Cronbach. *Reire*, 1-13.

Rosa, L. A., Gomes, C. M., Perlin, A. P., Motke, F. D., & Frizzo, K. (2015). O Estado da Arte Sobre a Temática Empreendedorismo. *Rev. Ciênc. Admin., Fortaleza*, 600 - 620.

Saldaña, J. (2021). *The Coding Manual For Qualitative Researchers.* London: SAGE.

Sales, R. d., & Guimarães, J. A. (2014). O pragmatismo em Kaiser e Ranganathan e o pioneirismo na Construção do Método Analítico-Sintético. *Scire*, 53-64.

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (1991). *Metodologia de investigação.* Naucalpan de Juárez, Edo. de México: McGraw-Hill.

Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (2010). *Economics.* New York: The McGraw-Hill.

Sandu, R., & Gide, E. (2018). Technological, Organisational and Environmental (TOE) factors that influence the adoption of Cloud based service SMEs in India. *11th International Conference on Cloud Computing* (p. 866). Universidade de Aveiro: Computer Society.

Santos, F. M. (2012). Análise de Conteúdo: a Visão de Laurence Bardin. *Revista Eletrônica de Educação*, P.383-387.

Santos, J. L., Erdmann, A. L., Meirelles, B. H., Lanzoni, G. M., & Viviane Pecini da Cunha5, R. R. (2017). Integração Entre Dados Quantitativos e Qualitativos Uma Pesquisa de Métodos Mistos. *Texto Contexto Enferm*, 2- 9.

Santos, L. S. (2022). *Relatório de Pós-Doutorado. Acão Moral e Processo Decisório Ético na Adminostração Pública Brasileira: Perspectivas Possibilidadese Desafios.* Florianópolis: Universidade Santa Catarina.

Sarkar, S. (2010). *Empreendedorismo e Inovação.* Lisboa: Escolar Editora.

Sarkar, S. (2014). *Empreendedorismo e Inovação.* Lisboa: Escola Editora: Revista e Aumentada.

Sarmento, H., Saavedra, N. O., & Rosado, A. (2024). *Revisão Sistemática da Literatura.* Rio Grande do Norte: Edições Uern.

Sarstedt, M., & Mooi, E. A. (2014). *Um guia conciso para pesquisade mercado: O processo, os dados e osmétodos usando o IBM SPSS Staatistics.* Munique: Springer.

Saunders, M. N., Lewis, P., & Thornhill, A. (2019). Research Methods For Business Students. . *Pearson Professional Limited*, 120 - 170.

Savitaca, B. C. (2017). *Financiamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Uma Análise às Empresa da Província do Huambo em Angola.* Coimbra: Universidade de Coimbra.

Schlindwein, C. M., Cardoso, B. F., & Shikida, P. F. (2014). Evolution of Socioeconomic Development Index of Paraná Cities Which Receive Royalties from Itaipu Binational. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 6, n. 3,*, 361-375.

Sen, A. (1999). *Development as freedom.* New York: Oxford Universitity Press.

Sentanin, L. H., & Barboza, R. J. (2005). Conceitos de Empreendedorismo. *Revista Científica Electrónica de Administração - ISSN. Ano V - Número 9*, 1-9.

Shane, S. (1996). Explaining Variation in Rates of Entrepreneurship in The United States: 1899-1988. *Journal of Management*, V. 22, n. 5, p. 747 781.

Shummpeter, J. A. (1934). *The Theory Of Economic Developement: An Inquery Into Profits, Capital Credit, Interest, And the Business Cyccle.* Cambridge: Havard University Press.

Siedenberg, D. R. (2003). Indicadores de Desenvolvimento Socioeconómico. *Unijuí • ano 1 • n. 1*, 45-71.

Siedenberg, D. R. (2004). Desenvolvimento: Ambigüidades de Um Conceito Difuso. *Editora Unijuí • ano 2 • n. 3*, 9-26.

Silva, A. C. (2014). *Perfil Empreendedor: As Princiapais Característica e os Tipos de Um Empreendedor de Sucesso.* Brasília: Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas.

Silva, C. d. (2022). Políticas de Apoio às Micro Pequenas e Médias Empresas (MPME) em Angola. Estudo de Caso: Luanda – Município de Cacuaco. *Revista da UI_IPSantarém*, 40-50.

Silva, I. (2019). *O Apoio ao Empreendedorismo e à Inovação nas PME Pela Caixa Geral de Depósito.* Lisboa: Instituto Superior de Lisboa.

Silva, Í. G., & Silva, E. R. (2025). Entrepreneurship And The Impact Of Innovation Ptactices. *Contemporary Journal*, p. 01-21.

Silva, J. F., & Penna, R. P. (2017). O "bê-á-bá" do Ensino em Empreendedorismo: Uma Revisão da Literatura Sobre os Métodos e Práticas da Educação Empreendedora. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v.6, n.2*, 372-401.

Silve, C., & Lewins, A. (2014). *Using Software In Qualitative Research: A Step-by-Step Guide.* Londn: SAGE Publications Ltd.

Siraj, N., Humgen, I., Cahyadi, A., Tangl, A., & Desalegn, G. (2022). Ligar a Liderança ao Desempenho dos Colaboradores: O Papel Mediador da Gestão de Recursos Humanos. *Economias*, 1-21.

Smith, A., & Lanivich, S. (2023). Low-income logics: institutions' varying impacton entrepreneurship. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research Vol. 29 No. 7.*, 1477-1496.

Soares, A. P. (2020). Gestão dos Arquivos para o Alcance dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações . *Ágora: Arquivologia em debate*, 665 - 679.

Sousa, J. R., & Santos, S. C. (2020). Análise de Conteúdo em Pesquisa Qualitativa: Modo de Pensar e de Fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, V. 10, n. 2, p. 1396 - 1416.

Souza, E. C., & Júnior, G. S. (2011). Empreendedorismo e Desenvolvimento: Uma Relação em Aberto. *Revista de Administração e Inovação*, 120-140.

Susin, D. A., & Tartarotti, L. (2023). Desafios e Oportunidades da Implantação de Sistema de Informação de Marketing em Empresas Familiares. *Saber Humano*, 154-166.

Tadesse, B. (2010). *The Role of Micro and Small Enterprises in Employment Creation and Income Generation. A Survey Study of Mekelle City, Tigray Region, Ethiopia.* Tigray Region, Ethiopia : College of Business and Economics .

Tchinguelessy, A. (2021). *Como Aprender para Empreender: Uma visão Dualista.* Curitiba-Brasil: CRV.

Teixeira, D. M., Pagotto, D. D., Xavier, A. Y., & Gouveia, K. V. (2020). Empreendedorismo em Situação de Pobrez: Redução da Pobreza ou Perpetuação da Pobreza. *Universidade Federal de Goiás*.

Troco, M. G. (2018). *Política de Apoio ao Empreendedorismo em Angola:.* Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Uakarn, C., Chaokromthong, K., & Sintao, N. (2021). Estimativa do tamanho da amostra usando as fórmulas de Yamane eCochran e Krejcie e Morgan e Green e análise de poder estatístico deCohen por G*Power e comparações. *Revista Internacional Apheit*, 76-88.

Udimal, T. B., Luo, M., Liu, E., & Mensah, N. O. (2020). How has formal institutions influenced opportunity and necessity entrepreneurship? The case of brics economies. *journal homepage: w*, 1-12.

UNCTAD. (2022). *Word Investiment Report 2022: Internatinal Tax Reforms And Sustainable Investiment. united Nacions Conference on Trade Developement.* United Nacions: Geneva-Switzerland.

Uriarte, L. R., Dalmau, M. B., Barcia, R. M., Valente, A. M., & Lapolli, E. M. (2000). Empresári ou Empreendedor? *Anais do I EGEPE – Maringá – Paraná*, 71-80.

Usman, M. F. (2017). The effect of Entrepreneurship on Poverty Reduction: Empirical Evidence From Sokoto State- Nigéria. *International Journal of Commerce and Management Research*, 94-100.

Vale, G. M., Corrêa, V. S., & Reis, R. F. (2014). Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade Versus Oportunidade? *RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, art. 4.*, 311-327.

Vale, S. (2018). Empreendedorismo e Governo Societário em Angola. *Revista de Direito Comercial*.

Valente, F. M., Dantas, J. G., & Brito, M. M. (2020). Empreendedorismo e Ecossistemas Empreendedores: Estudo de Caso. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas V.5, Nº3.*, 102-131.

Valentim, I. M., Dias, L. M., & Paixão, R. M. (2019). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Um estudo sobre a implementação dos ODS de 1 ao 4 no Brasil. *Fronteira*, 233 - 256.

Venkataraman, S. (2000). The Distinctive Domain Of Entrepreneurship Research. *Greenwich, CT: JAI Press*, V. 3, p. 119-138.

Vergara, S. C. (2004). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.* São Paulo: Atlas Editora.

Vilela, R., Ribeiro, A., & Batista, N. (2020). Nuvem de Palavras Como Rerramenta de Análise de Conteúdo. *Millenium*, 29-36.

Williams, C. C., & Youssef, Y. Y. (2014). Informal Sector Entrepreneuship Necessity-or Opportunity-driven? Some Lessons Fron Urban Brazil. *Business And Management Reseachh*, 41-53.

Wulanda, A., Dalimunthe, R. F., & Lumbanraja, P. (2024). O Papel do Emprendedorimo de Base Digital Na Redução da Taxa Desemprego: Uma Revisão da Literatura. *Musitari*, 1-8.

Yin, R. k. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.* São Paulo: Bookman.

Zahra, S. A., Gedajlovic, E., Neubaum, D. O., & Shulman, J. M. (2009). A typology of Social Entrepreneurs: Motives, Search Processes And Ettical Challenges. *Journal of Business Venturing*, 519 - 532.

Zarpellon, S. (2010). O Empreendedorismo e a Teoria Economica Institucional. *Revista Iberoamericana de Ciências Empresariais e Economica*, 47-55.

Zarpellon, S. C. (2010). O Empreendedorismo e a Teoria Economica Institucional. *Revista Iberoamericana de Ciências Empresariais e Economica*, 47-55.

Zassala, C. (2012). *Iniciação à Pesquisa Científica.* Luanda: Mayamba Editora.

Zhakupov, E. K., Berzhanova, A. M., Mukhanova, G. K., Baimbetova, A. B., & Mamutova, K. K. (2022). The impact of entrepreneurship on the socio-economic. *Business Strategy and Development*, 18.

Zinga, A. C. (2007). *Os Determintes do Empreendendo: Um Estudo Empíro no Contexto Angolano* . Coimbra- Portugal: Faculdade de Economia da Universidade de Coímbra.

Publicações consultadas na internet

Empreendedorismo no Bairro União da Vitória, Manaus - Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/8626/4/TCC_WesllemSodr%c3%a9.pdf

Global Entrepreneurship Monitor (2023). *Relatório Global: Adaptando-se a um "Novo Normal*". Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368569716. Acedido em 17 de Maio de 2024.

Global Entrepreneurship Monitor Angola (2023). Estudo sobre o Empreendedorismo 2022/2023. Disponível em: https://web2.spi.pt/GemAngola/gem_2022.php. Acedido em 28 de Fevereiro de 2023.

Global Entrepreneurship Monitor Angola (2020). *Estudo sobre o Empreendedorismo*. 2020/2021. Disponível em: https://web2.spi.pt/GemAngola/gem_2020.php. Acedido em 12 de Outubro de 2022.

Global Entrepreneurship Monitor Angola (2022). Estudo sobre o Empreendedorismo. 2022/2023. Disponível em: https://web2.spi.pt/GemAngola/gem_2022.php. Acedido em 12 de Outubro de 2022.

Instituto Nacional de Estatística (2020). Disponível em: https://www.ine.gov.ao/biblioteca-e-media/destaques/709-taxa-de-desemprego-no-pais-iea-ii-trimestre-2019.

Instituto Nacional de Estatística (2020). *Pobreza Multidimensional em Angola*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística (2022). *Anuário de Estatística Sociais 2015-2019.* Luanda: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística (2023). Disponível em: http://www.ine-ao.com/.

Manuel, E. C. D. (2014). *Empreendedorismo em Angola: Uma análise na óptica das capacidades empresariais.* Lisboa. Disponível em: https://www.academia.edu/59039132/.

MAXQDA 24 (2024). Disponível em: https://www.maxqda.com/new-maxqda-24. Acedido em 09 de Julho de 2025.

Ministério da Economia e Planeamento (2020). *Índice de Pobreza Multidimensional de Angola.* Luanda. Disponível em: https://www.ine.gov.ao. Acedido em 04 de Outubro de 2024.

Ministério da Economia e Planeamento (2023). *Relatório Económico de Angola 2023.* Luanda. Governo de Angola. Disponível em: https://mep.gov.ao. Acedido em 23 de Novembro de 2024.

Pocinho, M. (2009). *Teoria e exercícios passo-a-passo: Amostra e tipos de amostragem.* Publicado por Research Gate. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268150358. Acedido em 04 de Setembro de 2022.

Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (2018). Disponível em: https://sepe.gov.ao/ao/gov/sepe/publicacoes/detalhe/193.

Relatório Sobre Empreendedorismo em Angola e no Mundo (2022). Luanda. Disponível em: https://www.expansao.co.ao/.

United Nations Conference on Trade and Development (2022). World Investment Report 2022: International Tax Reforms and Sustainable Investment. Disponível em: https://inctad.org/webflyer/word-investment-report-2022

Salomão, J. (2014). *Consequências Económicas da Paz em Angola.* Disponível em: https://www.academia.edu/7791462/.

Salomão, J. C. (2015). *Angola 40 anos: O Desemprego Em Angola.* Disponível em: https://www.academia.edu/15985471/.

Tsobanoglou, G. (2004). *Uma nota sobre pobreza, desigualdade e crescimento.* Disponível em: https://www.academia.edu/26419911/.

Weiss, T., Perkmann, M. & Phillips, N. (2022). *Expansão de empreendimentos tecnológicos na África: novas oportunidades para pesquisa*. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14479338.2021.1999249.

The World Factbook (2022). Disponível em: https://www.cia.gov/.

Portal Oficial do Governo da República de Angola - PRODESI. Disponível em: https://mtti.gov.ao/ao/governo/programas-de-accao-governativa/prodesi/. Acedido em 07 de Abril de 2024.

Disponível em: População de Angola 2024 (countrymeters.info) https://countrymeters.info/pt/Angola acedido em 07/03/24.

PRODESI (2018). Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações. Disponível em: https://governo.gov.ao/programa/prodesi. Acedido aos 08 de Abril de 2024.

https:/ scielo.br/j/tinf/a/P3CJs6ms3HsTbQxsQKqKYps/?format=pdf&lang=pt/. Acedido aos 08/04/24.

Decreto Lei

Lei n.º 30/11 de 13 de Setembro | Direito Angolano: Disponível em: https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2011/lei-n-o-30-11-de-13-de-setembro. Acedido em 07 de Março 2024.

Decreto Presidencial n.º 251/18. Publicação: Diário da República Iª Série n.º 169 de 12 de Novembro de 2018 (Pág. 5127): Disponível em: https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2018/decreto-presidencial-n-o-251-18-de-12-de-novembro/. Acedido em 07 de Março 2024.

Doutoramento em Estudos Africanos

ANEXO I - Questionário dirigido aos empreendedores da província da……

Prezado empreendedor (a)

O presente questionário faz parte de uma investigação desenvolvida por **Lino Cassivela Joaquim**, candidato ao Grau de Doutor pelo ICTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, que pretende efetuar recolha de dados com este questionário e pede a sua compreensão para colaboração na realização do mesmo, subordinado ao Tema **"Empreendedorismo das Micro e Pequenas Empresas e Desenvolvimento Socioeconómico na Região Centro e Sul de Angola, no período de 2018 a 2022**".

Por favor, responda às questões elaboradas de acordo com a escala de *Likert*, com a maior sinceridade possível, sinalizando com "**X**" nos espaços em branco dos quadradinhos que considere adequado e responda com clareza as questões abertas. Suas respostas são fundamentais para realização da investigação e, garante-se confidencialidade das informações.

A - Informações pessoais/Caraterísticas sociodemográficas:

A1-Idade:

18 - 24 anos		25 - 34 anos		35 - 44 anos	
45 - 54 anos		55 - 64 anos			

A2 - Sexo:

Feminino		Masculino	

A3 - Qual o seu grau académico?

I Ciclo	II Ciclo	Ensino superior (Licenciatura)	Mestrado	Doutoramento	Pós-Doutoramento

---

A4 - Situação laboral antes de trabalhar como empreendedor/empresário:

A4.1 - Empregado:

Setor privado		Setor público	
Desempregado			

A4.2 - Anos na condição de desempregado:

0-5 anos	6-10 anos	11-15 anos	Mais de 16 anos

A5- Função que desempenha agora:

Proprietário/gerente	
Trabalhador	
Pessoal administrativo	
Pessoal de limpeza	
Pessoal de segurança	
Outras tarefas	

B - Informações sobre a empresa:

B1 - Há quantos tempo deu início da sua atividade empresarial/empreendedora/?

De 1 ano a 3 anos	De 4 anos a 6 anos	De 7 anos a 9 anos	Mais de 10 anos

---

B2 - Qual a forma jurídica da sua empresa?

Sociedade unipessoal	Sociedade colectiva	Cooperativa

B3 - Qual é o principal setor de atividade económica da sua empresa?

Sector da agricultura	
Setor da Pecuária	
Setor da Pesca	
Setor do Comércio	
Setor de Prestação de Serviço	
Setor da Indústria	
Setor da Hotelaria e/ou Restauração	
Setor da Construção Civil	
Setor dos Serviços de Saúde	
Setor do Ensino da Educação	
Outros setores	

B4 - Qual é a classificação da sua empresa?

Microempresa	Pequena Empresa	Não sei

C - Informações sobre o empreendedorismo das populações:

C1 - A ideia de empreender surgiu porque percebeu haver uma oportunidade de criar e desenvolver a sua própria empresa?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

C2 - A ideia de empreender surgiu por necessidade de sobrevivência?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

C3 - Teve alguma formação ou capacitação em empreendedorismo (criação ou gestão) que lhe tenha permitido criar ou desenvolver a sua empresa?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

C4 - Se considerou mais proactivo (a) diante dos desafios para mundo do empreendedorismo?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

D - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial na redução do desemprego das populações:

D1 - Verificou um elevado índice de desemprego na população da sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

D2 - A criação da sua empresa proporcionou o seu próprio emprego?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

D3 - A criação de sua empresa proporcionou empregos para a população em sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

D4 - O empreendedorismo praticado contribuiu para redução do desemprego da população em sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

D5 - O empreendedorismo praticado foi um fator suficiente que contribuiu para redução do desemprego da população na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

E - Avaliação do efeito do empreendedorismo empresarial no combate à pobreza das populações:

E1 **-** Verificou um elevado índice de pobreza na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

E2 **-** A criação de sua empresa contribui para o combate à pobreza na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

E3 - O empreendedorismo foi uma fonte suficiente geradora de renda para o combate à pobreza na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

E4 - O empreendedorismo praticado foi suficiente para combater a pobreza na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

E5 **-** O empreendedorismo praticado foi um fator suficiente para contribuir para a sobrevivência e a manutenção da vida social da população na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

F- Avaliação das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola:

F1 - Existiram políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

F2- Indique no quadro abaixo, as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo que existem e foram aplicadas em Angola no, período de 2018 a 2024?

Nº	**Políticas públicas**	Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso
1	Incentivos fiscais					
2	Protecção ao investimento					
3	Política de fomento ao empreendedorismo					
4	Formação e capacitação empresarial					
5	Apoio ao financiamento					
6	Influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico					
7	Melhoria nas políticas públicas					

F3 - Essas políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo contribuíram para a criação, o fortalecimento e o desenvolvimento da sua empresa, visando à redução do desemprego na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

F4 - As políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo contribuíram para o combate à pobreza na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

H1 **-** Que políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo de micro e pequenas empresas gostaria que fossem mais bem definidas e aplicadas, a fim de facilitar a criação e/ou o fortalecimento da sua empresa…….....
……
……
……..

H2 - Como avalia a atuação do empreendedorismo de micro e pequenas empresas na redução do desemprego e no combate à pobreza?

R:……...……
……..……..……
……..……..……
……
……

Muito obrigado pela sua colaboração!

“Esta página encontra-se em branco por intenção”

Doutoramento em Estudos Africanos

ANEXO II - Questionário dirigido aos gestores das instituições que incentivam o empreendedorismo na Província de…….

Estimado gestor (a)

O presente questionário faz parte de uma investigação desenvolvida por **Lino Cassivela Joaquim**, candidato ao Grau de Doutor pelo ICTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, que pretende efetuar recolha de dados com este questionário e pede a sua compreensão para colaboração na realização do mesmo, subordinado ao Tema **"Empreendedorismo das Micro e Pequenas Empresas e Desenvolvimento Socioeconómico na Região Centro e Sul de Angola no período de 2018 a 2022**".

Por favor, responda às questões elaboradas de acordo com a escala de *Likert*, com a maior sinceridade possível, sinalizando com "**X**" nos espaços em branco dos quadradinhos que considere adequado e responda com clareza as questões abertas.

Suas respostas são fundamentais para realização da investigação e, garante-se confidencialidade das informações.

A - Informações pessoais dos gestores/Caraterísticas sociodemográficas:

A1-Idade:

18 - 24 anos		25 - 34 anos		35 - 44 anos	
45 - 54 anos		55 - 64 anos		Mais de 64 anos	

A2 - Sexo:

Feminino		Masculino	

B - Dados institucionais

B1 - Instituição pública onde trabalha?

GPDEI	INAPEM	CLESE	GUÉ	ADRA	FAS	INEFOP	Investigador

B2 - Função que ocupa na instituição?

Diretor	Chefe de Dpto	Chefe de Secção	Administrativo	Outro

C - Informações sobre o empreendedorismo das populações:

C1 - A ideia de os indivíduos empreenderem, surgiu porque perceberam que havia uma oportunidade de criar e desenvolver o seu próprio negócio?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

C2 - A ideia de os indivíduos empreenderem surgiu da necessidade sentida de criar o seu próprio negócio como forma de sobrevivência?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

C3 - Os empreendedores procuravam formação ou capacitação que lhes permitisse criar ou desenvolver suas atividades empresariais?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

C4 - Considerou elevado o grau de empreendedorismo praticado pelas populações?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

D - Informações sobre o empreendedorismo empresarial na redução de desemprego das populações:

D1 - O índice de desemprego foi elevado na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

D2 - A criação de empresas proporcionou empregos para a população na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

D3 - O grau de empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuiu para a redução do desemprego na população na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

E - Informações sobre o empreendedorismo empresarial no combate à pobreza das populações:

E1 - O índice de pobreza foi elevado na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

E2. O grau de empreendedorismo praticado pelas micro e pequenas empresas foi suficiente para combater a pobreza na sua localidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

E3 - O grau de empreendedorismo praticado pelas micro e pequenas empresas foi um factor suficiente e contribuiu para a sobrevivência e manutenção da vida social da população?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

F- Informações sobre políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas em Angola:

F1- O Governo angolano definiu políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas em Angola?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

F2- Indique no quadro abaixo, as políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas definidas em Angola?

Nº	**Políticas públicas**	Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso
1	Incentivos fiscais					
2	Proteção ao investimento					
3	Política de fomento ao empreendedorismo					
4	Formação e capacitação empresarial					
5	Apoio ao financiamento					
6	Influência do empreendedorismo no desenvolvimento económico					
7	Melhoria nas políticas públicas					

F3 - Na sua opinião como gestor, as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas contribuíram efectivamente para a criação, fortalecimento e desenvolvimento das empresas, ajudar também na redução do desemprego e no combate à pobreza da população?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso

---

H1 **-** Que políticas públicas de incentivo ou fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas gostaria que fossem mais definidas e aplicadas para facilitar a criação e/ou fortalecimento das empresas na sua localidade? R:.....
……..……...……
……
……
……
……

H2 - Na sua opinião, as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas, contribuíram para a criação, fortalecimento e desenvolvimento desses negócios, bem como para a redução do desemprego e combate à pobreza, promover assim o desenvolvimento sustentável da população? R:…….
……...…..……
……..…..……
…….……...……
…….....

Muito obrigado pela sua colaboração!

ANEXOS III - Resumo dos quadros do coeficiente *Alfa de Cronbach* por província

SPSS 23 18/03/2025

Província de Benguela

Dados dos empreendedores

Resumo de processamento de casos

		N.º	%
Casos	Válido	92	95,8
	Excluídos	4	4,2
	Total	96	100,0

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	*Alfa de Cronbach* com base em itens padronizados	N.º de itens
,842	,836	24

Província da Huíla

Dados dos Gestores

Resumo de processamento de casos

		N	%
Casos	Válido	8	100,0
	Excluídos	0	,0
	Total	8	100,0

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	*Alfa de Cronbach* com base em itens padronizados	N.º de itens
,934	,947	19

Dados dos empreendedores

Resumo de processamento de casos

		N.º	%
Casos	Válido	88	94,6
	Excluídos	5	5,4
	Total	93	100,0

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	*Alfa de Cronbach* com base em itens padronizados	N.º de itens
,907	,909	24

Província do Huambo

Dados dos Gestores

Resumo de processamento de casos

		N.º	%
Casos	Válido	8	100,0
	Excluídos	0	,0
	Total	8	100,0

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	*Alfa de Cronbach* com base em itens padronizados	N.º de itens
,939	,953	19

Dados dos empreendedores

Resumo de processamento de casos

		N.º	%
Casos	Válido	77	84,6
	Excluídos	14	15,4
	Total	91	100,0

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	*Alfa de Cronbach* com base em itens padronizados	N.º de itens
,891	,906	24

Dados dos Gestores

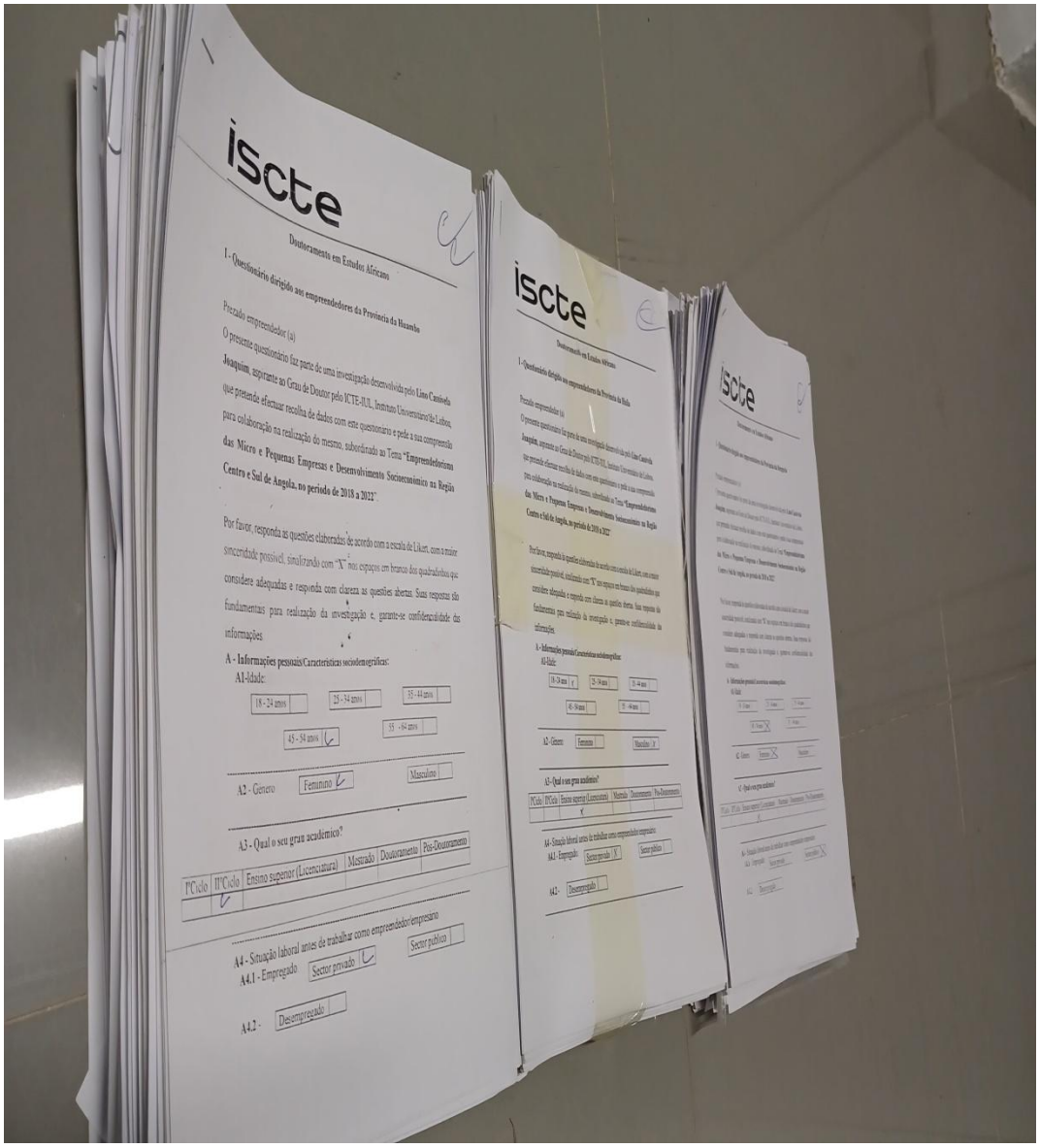
Resumo de processamento de casos

		N.º	%
Casos	Válido	8	100,0
	Excluídos	0	,0
	Total	8	100,0

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	*Alfa de Cronbach* com base em itens padronizados	N.º de itens
,936	,948	19

ANEXOS IV - Exemplares de questionários preenchido



“Esta página encontra-se em branco por intenção”

ANEXOS V - Documentos com código das provinciais: ***MAXQDA 24*** ***02/07/2025***

Documentos com código da província de Benguela

Designação	Frequência	Percentagem	Percentagem (válida)
Mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia	2	100,00	100
Criação de incubadora	2	100,00	100
Formação e capacitação empresarial	2	100,00	100
Incentivos fiscais	2	100,00	100
Políticas públicas	2	100,00	100
Proteção do investimento	2	100,00	100
Desemprego	2	100,00	100
Pobreza	2	100,00	100
DOCUMENTOS com código (s)	2	100,00	100
DOCUMENTOS sem código (s)	0	0,00	-
DOCUMENTOS ANALISADOS	2	100	-

Documentos com código da província da Huíla

Designação	Frequência	Percentagem	Percentagem (válida)
Mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia	2	100,00	100
Criação de incubadora	2	100,00	100
Formação e capacitação empresarial	2	100,00	100
Incentivos fiscais	2	100,00	100
Políticas públicas	2	100,00	100
Proteção do investimento	2	100,00	100
Desemprego	2	100,00	100
Pobreza	2	100,00	100
DOCUMENTOS com código (s)	2	100,00	100
DOCUMENTOS sem código (s)	0	0,00	-
DOCUMENTOS ANALISADOS	2	100	-

Documentos com código da província do Huambo

Designação	Frequência	Percentagem	Percentagem

			(válida)
Mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia	2	100,00	100
Criação de incubadora	2	100,00	100
Formação e capacitação empresarial	2	100,00	100
Incentivos fiscais	2	100,00	100
Políticas públicas	2	100,00	100
Proteção do investimento	2	100,00	100
Desemprego	2	100,00	100
Pobreza	2	100,00	100
DOCUMENTOS com código (s)	2	100,00	100
DOCUMENTOS sem código (s)	0	0,00	-
DOCUMENTOS ANALISADOS	2	100	-

ANEXO VI - Comparação de códigos por províncias (região) ***MAXQDA 24*** ***14/07/2025***

	Ações governamentais	**Ações governamentais "Criação de incubadora"**	**Ações governamentais "Formação e capacitação empresarial"**	**Ações governamentais "Incentivos fiscais"**	**Ações governamentais "Mais apoio ao financiamento sem excesso de burocracia"**	**Ações governamentais "Políticas públicas"**	**Ações governamentais "Proteção do Investimento"**	**Indicadores de Desenvolvimento Socioeconómico "Desemprego"**	**Indicadores de Desenvolvimento Socioeconómico "Pobreza"**
Empreendedores da Província de Benguela		Apoio tecnológico e inovação às micro e pequenas empresas	Política de mais ofertas de formação profissional e empreendedorismo, capacitação empresarial orientada para o mercado	Desagravamento das políticas fiscais	Política de acesso ao financiamento sem excesso de burocraciaa	Política de acesso ao financiamento sem excesso de burocracia	Criação de programa consistente para efectiva formalização das actividades dos empreendedores para um desenvolvimento sustentável	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é animador para o Desenvolvimento Sustentável	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é animador para o Desenvolvimento Sustentável
		Criação de incubadoras de empresas		Indeciso	Mais apoio ao financiamento com taxas de juros bonificadas para juventude	Quais as políticas definidas sejam de fato bem aplicadas		A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é um pouco animador para o Desenvolvimento Sustentável	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza ainda não é animador para o Desenvolvimento Sustentável
			Criação de programa consistente para efectiva formalização das actividades dos empreendedores para um desenvolvimento sustentável		Melhor distribuição de inputs agrícolas (adubos e fertilizantes) aos produtores agrícolas			Nada sei sobre a ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza para o Desenvolvimento Sustentável	Nada sei sobre a ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza para o Desenvolvimento Sustentável
			Apoio tecnológico e inovação às micro e pequenas empresas		Quais as politicas definidas sejam de fato bem aplicadas				
					Indeciso				Indeciso
			Criação de incubadoras de empresas						

Empreendedores da Província da Huíla	Política de mais ofertas de formação profissional e empreendedorismo, capacitação empresarial orientada para o mercado Criação de incubadoras de empresas Indeciso	Política de mais ofertas de formação profissional e empreendedorismo, capacitação empresarial orientada para o mercado Criação de incubadoras de empresas	Política de acesso ao financiamento sem excesso de burocracia Mais apoio ao financiamento com taxas de juros bonificadas para juventude Desagravamento das políticas fiscais	Política de acesso ao financiamento sem excesso de burocracia Mais apoio ao financiamento com taxas de juros bonificadas para juventude Melhoria nas políticas públicas Quais as políticas definidas sejam de fato bem aplicadas	Política de mais ofertas de formação profissional e empreendedorismo, capacitação empresarial orientada para o mercado Proteção do investimento Melhoria nas políticas públicas Indeciso	Indeciso	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é animador para o Desenvolvimento Sustentável A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é um pouco animador para o Desenvolvimento Sustentável Nada sei sobre a ocorrência do empreendedorismo das MPME´s na redução do desemprego e combate à pobreza para o Desenvolvimento Sustentável	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza ainda não é animador para o Desenvolvimento Sustentável A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é um pouco animador para o Desenvolvimento Sustentável Nada sei sobre a ocorrência do empreendedorismo das MPME´s na redução do desemprego e combate à pobreza para o Desenvolvimento Sustentável Indeciso

Empreendedores da provínvia do Huambo	Política de mais ofertas de formação profissional e empreendedorismo, capacitação empresarial orientada para o mercado Apoio tecnológico e inovação às micro e pequenas empresas Criação de incubadoras de empresas	Política de mais ofertas de formação profissional e empreendedorismo , capacitação empresarial orientada para o mercado Criação de incubadoras de empresas Indeciso	Mais apoio ao financiamento com taxas de juros bonificadas para juventude Desagravamento das políticas fiscais	Política de acesso ao financiamento sem excesso de burocracia Mais apoio ao financiamento com taxas de juros bonificadas para juventude	Política de acesso ao financiamento sem excesso de burocracia Criação de programa consistente para efectiva formalização das actividades dos empreendedores para um desenvolvimento sustentável Que as politicas definidas sejam de facto bem aplicadas	Criação de programa consistente para efectiva formalização das actividades dos empreendedores para um desenvolvimento sustentável Melhor distribuição de inputs agrícolas (adubos e fertilizantes) aos produtores agrícolas	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é animador para o Desenvolvimento Sustentável A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza ainda não é animador para o Desenvolvimento Sustentável Nada sei sobre a ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza para o Desenvolvimento Sustentável	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza ainda não é animador para o Desenvolvimento Sustentável A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é um pouco animador para o Desenvolvimento Sustentável Nada sei sobre a ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza para o Desenvolvimento Sustentável Indeciso

Gestores da Província de Benguela		Apoio tecnológico e inovação às micro e pequenas empresas Criação de incubadoras de empresas	Política de mais ofertas de formação profissional e empreendedorismo, capacitação empresarial orientada para o mercado Apoio tecnológico e inovação às micro e pequenas empresas	Mais apoio ao financiamento com taxas de juros bonificadas para juventude Desagravamento das políticas fiscais	Mais linhas de acesso ao financiamento das empresas Mais apoio ao financiamento com taxas de juros bonificadas para juventude	Criação de programa consistente para efectiva formalização das actividades dos empreendedores para um desenvolvimento sustentável Criação de incubadoras de empresas	Mais proteção ao investimento Criação de programa consistente para efectiva formalização das actividades dos empreendedores para um desenvolvimento sustentável	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza ainda não é animador para o Desenvolvimento Sustentável A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é um pouco animador para o Desenvolvimento Sustentável Nada sei sobre a ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza para o Desenvolvimento Sustentável	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é animador para o Desenvolvimento Sustentável A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza ainda não é animador para o Desenvolvimento Sustentável A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é um pouco animador para o Desenvolvimento Sustentável Indeciso

Gestores da Província da Huíla	Apoio tecnológico e inovação às micro e pequenas empresas Criação de incubadoras de empresas	Política de mais ofertas de formação profissional e empreendedorismo, capacitação empresarial orientada para o mercado Apoio tecnológico e inovação às micro e pequenas empresas Criação de incubadoras de empresas	Desagravamento das políticas fiscais	Mais linhas de cesso ao financiamento das empresas Mais apoio ao financiamento com taxas de juros bonificadas para juventude	Criação de programa consistente para efectiva formalização das atividades dos empreendedores para um desenvolvimento sustentável	Mais protecção ao investimento	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza ainda não é animador para o Desenvolvimento Sustentável A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é um pouco animador para o Desenvolvimento Sustentável Indeciso	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza ainda não é animador para o Desenvolvimento Sustentável Nada sei sobre a ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza para o Desenvolvimento Sustentável

Gestores da Província do Huambo	Política de mais ofertas de formação profissional e empreendedorismo, capacitação empresarial orientada para o mercado Apoio tecnológico e inovação às micro e pequenas empresas Criação de incubadoras de empresas	Política de mais ofertas de formação profissional e empreendedorismo , capacitação empresarial orientada para o mercado Apoio tecnológico e inovação às micro e pequenas empresas	Mais apoio ao financiamento com taxas de juros bonificadas para juventude Desagravamento das políticas fiscais	Política de acesso ao financiamento sem excesso de burocracia Mais apoio ao financiamento com taxas de juros bonificadas para juventude	Criação de incubadoras de empresas	Criação de programa consistente para efectiva formalização das atividades dos empreendedores para um desenvolvimento sustentável	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é animador para o Desenvolvimento Sustentável Nada sei sobre a ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza para o Desenvolvimento Sustentável	A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é animador para o Desenvolvimento Sustentável A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza ainda não é animador para o Desenvolvimento Sustentável A ocorrência do empreendedorismo das MPMEs na redução do desemprego e combate à pobreza é um pouco animador para o Desenvolvimento Sustentável Indeciso

ANEXOS VII - Matriz de código por província *MAXQDA 24 10/07/2025*

Lista de Códigos	Empreendedores de Benguela	Empreendedores da Huíla	Empreendedores do Huambo	Gestores de Benguela	Gestores da Huíla	Gestores do Huambo	SOMA
Ações governamentais							
Criação de incubadora	15,4%	15,4%	23,1%	15,4%	15,4%	15,4%	100,0%
Formação e capacitação empresaria	23,1%	7,7%	23,1%	15,4%	15,4%	15,4%	100,0%
Incentivos fiscais	18,8%	18,8%	18,8%	12,5%	12,5%	18,8%	100,0%
Mais apoio ao financiamento sem e	14,3%	28,6%	14,3%	14,3%	14,3%	14,3%	100,0%
Políticas públicas	26,7%	20,0%	20,0%	20,0%	6,7%	6,7%	100,0%
Proteção do Investimento	44,4%	11,1%	11,1%	11,1%	11,1%	11,1%	100,0%
Indicadores de Desenvolvimento Sócioe							
Desemprego	19,0%	23,8%	9,5%	19,0%	9,5%	19,0%	100,0%
Pobreza	20,0%	13,3%	13,3%	20,0%	20,0%	13,3%	100,0%
∑ SOMA							

“Esta página encontra-se em branco por intenção”

ANEXO VIII - Imagens dos empreendedores e instituições da província de Benguela



Instituição de apoio ao empreendedorismo



Empreendedores de diferentes setores



Empreendedores de diferentes setores



Empreendedores do setor de serviço

Imagens dos Empreendedores e Instituições da província da Huíla



Instituição de apoio ao empreendedorismo



Instituição de apoio ao empreendedorismo



Empreendedoras do setor da agriccultura



Empreendedora do setor comercial

Imagens dos Empreendedores e Instituições da província do Huambo



Instituição de apoio ao empreendedorismo



Instituição de apoio ao empreendedorismo



Empreendedora do setor comercial



Empreendedora do setor da agricultura